

UFRRJ
INSTITUTO DE FLORESTAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

DISSERTAÇÃO

Quilombo Alto da Serra: contribuições para a educação contextualizada

Michele Correa Lau

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**QUILOMBO ALTO DA SERRA: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO
CONTEXTUALIZADA**

MICHELE CORREA LAU

*Sob a orientação da Professora
Ana Maria Dantas Soares
e Co-orientação do Professor
Andre Luiz Videira de Figueiredo*

Dissertação submetida como requisito
parcial para a obtenção do grau de **Mestre
em Ciências**, no Programa de Pós-
Graduação em Práticas em Desenvolvimento
Sustentável, Área de Concentração em
Práticas em Desenvolvimento Sustentável

Seropédica, RJ
Julho de 2013

371.3078	Lau, Michele Correa.
L366q	Quilombo Alto da Serra: contribuições para a educação
T	contextualizada / Michele Correa Lau, 2013
	228 f.
	Orientador: Ana Maria Dantas Soares
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural
	do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas.
	Bibliografia: f. 221-228
	1. Educação contextualizada - Teses. 2. Material paradidático - Teses. 3. Educação quilombola - Teses. 4. Educação do campo - Teses. I. Soares, Ana Maria Dantas. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Florestas. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

MICHELE CORREA LAU

Dissertação como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa Práticas em Desenvolvimento Sustentável no Curso de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração em Práticas em Desenvolvimento Sustentável

TRABALHO APROVADO EM ____ / ____ / ____

Ana Maria Dantas Soares. Dra. CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Robson Amâncio. Dr. CPDA/UFRRJ

Tatiana da Costa Barbé. Dra. UENF

RESUMO

LAU, Michele Correa. **Quilombo Alto da Serra: contribuições para a educação contextualizada.** 2013. 234p. Dissertação (Mestrado em Práticas de Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Departamento de Ciências Ambientais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

Este trabalho apresenta o resultado obtido através de uma pesquisa científica amparada pelo método da Pesquisa Participante. Foi desenvolvido em conjunto com sujeitos do Quilombo de Alto da Serra e da Escola Municipalizada de Rio das Pedras, ambos localizados no estado do Rio de Janeiro. Aqui o intuito é apresentar uma reflexão teórico-metodológica sobre o objetivo do trabalho, que é elaborar um material paradidático para a escola quilombola em questão, e apresentar também o próprio material desenvolvido.

Palavras-chave: *educação contextualizada, material paradidático, educação quilombola, educação do campo.*

ABSTRACT

LAU, Michele Correa. **Quilombo de Alto da Serra: contributions to education contextualized.** 2013. 234p. Dissertation (Master in Sustainable Development Practice). Institute of Forestry, Department of Environmental Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

This work presents the results obtained through a scientific method supported by Research Participant. Was developed with subjects of Quilombo de Alto da Serra and of School Municipalized of Rio das Pedras, both situated in the state of Rio de Janeiro. Here the aim is to present a theoretical and methodological discuss about the work's goal, which is to elaborated a material paradidactical for this marron school, and also present the material itself developed.

Keywords: *contextual education, paradicdatical material, 'educação quilombola', 'educação do campo'.*

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – Artigo: “Quilombo Alto da Serra: contribuições para a educação contextualizada”.....	11
CAPÍTULO II – Fascículo I: “História dos Negros e dos Quilombos no Brasil”	29
CAPÍTULO III – Fascículo II: “Agricultura, Poder e Desigualdades”	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	227

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o cumprimento dos requisitos para obtenção do Título de Mestre submetemos à avaliação o artigo **Quilombo Alto da Serra: contribuições para a educação contextualizada**, que introduz o produto final de nosso trabalho que se voltou para a elaboração de um material paradidático - uma cartilha dedicada aos educadores que trabalham com populações afrodescendentes, constituída de dois fascículos: “**História do negros e dos quilombos no Brasil**” e “**Agricultura, Poder e Desigualdades**”.

Destaca-se que esse produto foi fruto de um trabalho pautado numa metodologia de cunho qualitativo, na perspectiva da pesquisa participante, onde a autora se envolveu diretamente com a comunidade, participando do cotidiano da escola municipalizada Rio das Pedras, situada na comunidade quilombola Alto da Serra, distrito de Lídice, no município de Rio Claro, no estado do Rio de Janeiro. A autora também acompanhou de perto sete unidades familiares, com visitas e entrevistas sobre o processo de elaboração do material e questões surgidas durante as atividades de campo; foi marcante também a participação das crianças do quilombo durante o desenvolvimento das atividades de campo, o que permitiu uma aproximação informal ao tema da agroecologia e sua relação com as práticas produtivas da comunidade e também a geração de um banco de imagens, pelas próprias crianças, que comporão a ilustração da cartilha.

A pesquisa realizada tem base num referencial teórico que aborda as questões da Educação do Campo, Educação Quilombola e teve como um ponto de interface a abordagem agroecológica.

Considerando sobretudo o atendimento aos objetivos do PPGPDS que se voltam para uma perspectiva interdisciplinar capaz de fazer com que os pós-graduandos *“desenvolvam habilidades para trabalhar questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental globais, transpondo este conhecimento para ações locais em comunidades rurais e urbanas, com foco especial na redução da pobreza e das desigualdades sociais”*.

Pudemos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, com a construção compartilhada do material paradidático, interagir com os agentes locais e vivenciar uma realidade socioambiental bastante específica e diferenciada, buscando de alguma forma contribuir para uma maior reflexão dos diferentes atores daquela comunidade na busca de uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental e, sobretudo, na perspectiva da construção/manutenção de sua identidade cultural.

A elaboração do Artigo e do Material Paradidático, apresentados como produtos finais de nosso curso, apresenta-se como uma possibilidade efetiva para um Mestrado Profissional, traduzindo um esforço em oferecer uma contribuição real à comunidade pesquisada, passível de ser utilizada em outras comunidades quilombolas.

CAPÍTULO I – ARTIGO: “QUILOMBO ALTO DA SERRA: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA”

Resumo: Este artigo se propõe a apresentar as características metodológicas e teóricas que embasaram o desenvolvimento de duas cartilhas paradidáticas, elaboradas de forma participativa com a comunidade quilombola de Alto da Serra no estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma demanda apresentada pelos sujeitos (quilombolas, educadores e agentes externos) que se dispuseram a discutir as práticas educativas da Escola Municipalizada do Rio das Pedras, chegando à percepção sobre a necessidade de contextualizar a educação. Enveredando pela Educação do Campo e pela Educação Quilombola o material desenvolvido prima pela formação crítica dos educandos, pela valorização da cultura camponesa e negra e pela superação de um processo pedagógico que na sua 'imparcialidade' deseja manter o *status quo* de uma sociedade preconceituosa, racista, excludente, competitiva, injusta e desigual.

Palavras Chave: *educação contextualizada, material paradidático, educação quilombola, educação do campo.*

Abstract: This paper aims to present the theoretical and methodological characteristics that supported the development of two paradigmatical booklets prepared in a participatory manner with the maroon community of Alto da Serra in the state of Rio de Janeiro. This is a petition filed by subject (maroon, educators and external agents) who were willing to discuss the educational practices of the School Municipalized of Rio das Pedras, reaching awareness about the need to contextualize education. Embarking for *Educação do Campo* and the *Educação Quilombola* the material developed by the training material critical of the students, the appreciation of peasant culture and black and overcoming a pedagogical process that in its 'impartiality' want to maintain the status quo of a society prejudiced, racist , exclusive, competitive, unfair and inequitable.

Keywords: *contextual education, paradigmatical material, 'educação quilombola', 'educação do campo'.*

Introdução

“(...) a aplicação da Lei (10.639/2003) se constitui um grande desafio para os docentes, pois muitos desconhecem qualquer conteúdo que trate de África e da cultura Afro-brasileira.” “a aplicabilidade da Lei (10.639/2003) não se constitui uma tarefa fácil, não basta incluir esta ou aquela disciplina, isto seria restringir sua abrangência.” (DEUS, 2012).

“(...) o currículo escolar está longe da realidade destes meninos e meninas (quilombolas).” “(...) raramente os alunos quilombolas veem sua história, sua cultura e as particularidades de sua vida nos programas de aula e nos materiais pedagógicos.” (UNICEF, 2003).

“o currículo escolar da educação brasileira, baseado no modelo hegemônico, eurocêntrico e urbanocêntrico, sempre priorizou o conhecimento cultural da elite branca ao invés das diversidades e diferenças dos povos não-brancos que formaram a nação.” (MAGALHÃES, 2011).

“(...) no Brasil, a trajetória da educação rural inclui-se na dinâmica de modernização do campo assumindo um papel decisivo no processo de expropriação, proletarização e controle dos trabalhadores rurais.” (SOUZA, s/d).

In our dreams, we have limitless resources and the people yield themselves with perfect docility to our molding hands. The present educational conventions fade from our minds, and unhampered by tradition, we work our own good will upon a grateful and responsive rural folk. We shall not try to make these people or any of their children into philosophers or men of learning, or of science. We have not to raise up from among them authors, editors, poets or men of letters. We shall not search for embryo great artists, painters, musicians nor lawyers, doctors, preachers, statesmen, of whom we have an ample supply. The task we set before ourselves is a very simple as well as a very beautiful one, to train these people as we find them to a perfectly ideal life just where they are. So we will organize our children and teach them to do in a perfect way the things their fathers and mothers are doing in an imperfect way, in the homes, in the shops, and on the farm.”

(ROCKEFELLER, GATES & CARNEGIE, 1913).

Foi tentando fugir dessas amarras, seja com apreensão consciente do processo educativo das classes subalternas no Brasil ou não, que na Escola Municipalizada do Rio das Pedras teve início um processo de discussão sobre as práticas pedagógicas da escola. Discussões produtivas, criativas e conscientes de seus limites e potencialidades. Discussões que revelaram novos cercos diante da tentativa de mudança que envolve toda a comunidade escolar e que moveram um novo engajamento político na comunidade quilombola de Alto da Serra em busca de sua autonomia.

Num processo que ultrapassa a prática de políticas públicas já instituídas mas que continuam, em muito, restritas às linhas dos papéis, a comunidade quilombola de Alto da Serra, junto com os agentes da escola Rio das Pedras e de parceiros externos vindos de universidades, busca, por sua consciência e convicção, trazer a teoria da Lei nº 10.639/2003, da Educação do Campo e da Educação Quilombola para a prática da escola, mesmo que estes instrumentos legais e conceitos acadêmicos sejam quase que totalmente desconhecidos pela comunidade e atores da

escola. É o local e o popular dando conta do que as políticas públicas e pesquisas propõem, mas muitas vezes não executam. É, como deseja Amartya Sen (2010), o sujeito subalterno agindo em busca de sua liberdade substantiva, ou então como vislumbrava Paulo Freire (2011) é a escola sendo construída e pensada pelo oprimido para sua libertação. Para a autora é um estímulo infinito em aprender com o olhar crítico dessas pessoas a pensar um novo modelo de escola e de educação e tentar colocar à disposição destas e de suas lutas políticas as capacidades adquiridas através da vivência no mundo acadêmico. Foi nesse contexto que se iniciou o trabalho de pensar um material paradidático para a escola de Rio das Pedras e para a comunidade quilombola Alto da Serra. Para os sujeitos quilombolas a necessidade de “pensar a escola” vem amparada por um processo anterior iniciado em 2010. Em encontros organizados por pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com participação de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense, representantes de organizações não governamentais, representantes do poder público municipal entre outros agentes, para refletir sobre a consciência negra surgiu a percepção da necessidade de pensar a escola e a educação diferenciada. A proposta, surgida em novembro de 2011, foi montar um coletivo entre os interessados para iniciar essas discussões. Esse processo se materializou a partir do mês seguinte contanto com a participação de pesquisadores das duas universidades, de representantes da comunidade quilombola e de agentes da Escola Municipalizada do Rio das Pedras. Desde então, até o mês de outubro de 2012, foram realizadas reuniões mensais para dar conta dessa nova demanda comunitária.

Comunidade quilombola de Alto da Serra: (re)pensando a escola

“Mass education was designed to turn independent farmers into docile, passive tools of production. That was its primary purpose. And don't think people didn't know it. They knew it and they fought against it. There was a lot of resistance to mass education for exactly that reason.” (CHOMSKY, 1996).

O tornar-se quilombola parece ser um trajeto de grandes descobertas. Em Alto da Serra a comunidade negra descendente de duas famílias (Antero e Leite) se autodeclara quilombola no ano de 2005 e passa a reivindicar legalmente a demarcação e titulação de seu território no ano de 2006 (FIGUEIREDO, 2011). Desde então e até os dias de hoje, essa comunidade ainda descobre novas possibilidades do ser quilombola.

O objetivo das reuniões na escola Rio das Pedras, onde mais de 90% dos estudantes são quilombolas, poderia parecer discreto: “*pensar que escola queremos?*”. Mas as respostas a essa

questão alcançaram uma profundidade que muitas vezes só observamos nas formulações de grandes pensadores sobre o tema. Foi justamente buscando por uma educação diferenciada, que estes quilombolas ampliariam o olhar ultrapassando a categoria étnica para caminhar também pelas possibilidades do ser camponês, ou quem sabe de seres livres, diversos e únicos, sem encaixes em categorias. Em meio às discussões chegariam à ponderação sobre a necessidade de contextualizar a educação, o que nesse caso significou incluir aspectos da educação quilombola e da educação do campo, deixando claro, como pontuou Tavares (2009), que a educação contextualizada além da interdisciplinaridade tem a interculturalidade como fundamental.

O processo de discussão sobre a escola e suas práticas surge como um interesse dos sujeitos quilombolas e dos agentes escolares diante da percepção de alguns limites educacionais relacionados tanto à escola, como às famílias e até mesmo ao sistema de ensino. Esse processo demonstra claramente, como pontua Fiod (2009), que este grupo cria suas necessidades sociais próprias, contextualizadas historicamente. Os limites levantados pelos sujeitos foram: a não aproximação de alguns pais do cotidiano escolar, seja na participação das reuniões escolares ou no auxílio e estímulo aos filhos nos assuntos relacionados à escola; a indisciplina em sala de aula, principalmente dos meninos, que se mostram mais arredios e dispersos; o desconhecimento dos professores sobre o histórico e o território da comunidade e sobre questões quilombolas; a multisseriação; o fato de muitas crianças chegarem à escola já cansadas, por conta de trabalharem antes do horário escolar; e desestimuladas, por preferirem estar no campo do que ir às aulas e; a visão dos professores das escolas urbanas de que os estudantes vindos das escolas rurais apresentam menor nível de conhecimento e menor desempenho escolar.

Nas propostas de resolução dessas questões, que se solidificaram seis meses após o início do processo, é que ficaria evidente o nível de clareza da comunidade escolar (quilombolas, pais ou não de estudantes e professores da escola) sobre a educação e suas multidimensionalidades. Com relação à não proximidade de alguns pais da escola e do cotidiano escolar de seus filhos as propostas giraram em torno da capacitação daqueles sobre o processo escolar, podendo se dar por meio da instituição de um curso de Educação de Jovens e Adultos na escola, o que aconteceu. Outras propostas foram o apelo e conscientização informal dos pais ausentes pelos pais que comumente participam da vida escolar; o desenvolvimento, por parte dos estudantes, de atividades extra sala de aula que envolvam o conhecimento dos pais e a criação de eventos escolares, como festas temáticas, que contassem com a presença dos pais e trabalhassem a valorização do seu conhecimento. A valorização do saber popular e tradicional teria o intuito de demonstrar aos pais, escolarizados ou não, que o saber que detêm também serve à escola e ao aprendizado das crianças. Na visão dos sujeitos isso poderia conferir maior confiança aos pais de que o conhecimento que

possuem é tão relevante e importante para o desenvolvimento de seus filhos, na perpetuação e autonomia da comunidade, quanto o conhecimento escolar. Nesse contexto fica claro que a nova educação pensada dialoga tanto com a Educação Quilombola, como com a Educação do Campo, já que ambas primam pela valorização do conhecimento popular e tradicional. O objetivo aqui parece ser ultrapassar a lógica da educação moderna que acaba por instaurar um forte processo de exclusão e desvalorização de saberes cotidianos, o que fica nítido nas palavras de Dolma Tsering, da Aliança das Mulheres de Ladakh, ao expressar o que a educação institucionalizada pode gerar:

“No passado, as mulheres costumavam gostar e respeitar seu trabalho na terra. Agora, com o desenvolvimento, elas pensam que educação é apenas ler e escrever. Elas dizem: eu não sou educada, eu não sei nada.” (TSERING, 2010).

A respeito da indisciplina dos meninos a discussão foi ainda mais longe. A conversa girou em torno da educação diferenciada de meninos e meninas em casa. Os atores percebem que nas relações familiares as meninas são educadas para o cuidado, a delicadeza e o respeito, já a educação dos meninos direciona-se para a ação, a liderança e a expansão. Essa discussão demonstrou que a questão de gênero é percebida, ao menos em parte, como um aspecto que afeta diferentemente o desempenho de meninos e meninas na escola e que a educação familiar, apresentando tais características, acaba por influenciar na educação formal e no trabalho dos professores. A resolução apontada seria prestar atenção nessas diferenças educacionais de gênero e tentar ultrapassá-las, mas como isso ficaria restrito apenas ao grupo que estava participando das reuniões e sem nenhum apporte teórico-prático mais direcionado, a ideia se expandiu para a organização de oficinas sobre questões de gênero na escola e comunidade.

Com relação ao terceiro limite, que é o desconhecimento dos professores sobre questões quilombolas e sobre o próprio Quilombo de Alto da Serra, surgiu a ideia de articular politicamente a formação dos professores, não só dessa escola, mas de toda a rede municipal na Lei nº 10.639/2003, em educação diferenciada e em educação ambiental. A educação ambiental surge amparada em dois aspectos. Primeiro, o interesse das professoras sobre esse assunto, revelando que a sensibilização pelo tema acontece de alguma maneira. Em segundo lugar está a percepção por parte dos sujeitos de que as questões quilombolas e principalmente a história e o cotidiano da comunidade de Alto da Serra são perpassados a todo momento por questões ambientais.

Pensando sobre o cansaço e desestímulo das crianças as proposições foram um tanto ousadas em visam ultrapassar em muito o cerco que as escolas normalmente lançam sobre professores e estudantes. Dois focos foram ressaltados, um relaciona-se com o conteúdo das aulas e outro com a

forma destas. A ideia foi tratar em aula assuntos do interesse das crianças e relacionadas com o movimento quilombola, para isso, de acordo com os sujeitos seria necessário inserir no currículo escolar o estudo da agroecologia, da educação ambiental, da educação étnico-racial e da história local. Aqui cabe ressaltar o por que da comunidade estar tão atenta às questões da agroecologia e sua inserção na educação como meio de contextualizar o ensino. Muitos projetos e programas envolvendo práticas agroecológicas tem chegado à comunidade através de diversas instituições. As novidades que esse processo traz acaba por alterar as práticas produtivas do dia a dia, trazendo novos sonhos, discursos, reflexões e demandas.

A forma das aulas, que tende a não atrair os estudantes por seu esquema demasiado expositivo, teórico e descolado da realidade, deveria ser substituída por aulas em período integral com a dedicação de um período para aulas práticas no território quilombola englobando temas de agroecologia e história local e que deveriam ser monitoradas pelos jovens da comunidade. Houve uma dupla intenção em pensar na monitoria remunerada pelos jovens locais. A primeira foi mantê-los próximos da escola, como mediadores entre o conhecimento tradicional e cotidiano e o conhecimento escolar, no sentido de viver e atuar junto ao resgate cultural. A segunda foi criar meios de mantê-los no campo, já que um dos grandes problemas enfrentados pelas comunidades tradicionais e rurais é a saída dos jovens de suas localidades, processo esse, que muitos pensadores (NORBERG-HODGE, 2010; MILL, 2006; SHIVA, 2010) acreditam ter relação direta com o tipo de educação perpetuada no sistema educacional moderno, que serve à lógica da uniformização das pessoas, capacitando-as como mão de obra para trabalhos urbanos, muitas vezes escassos, e inserindo-as na lógica de acumulação e competição do capital. É importante ressaltar que essa proposta ultrapassou a possibilidade de uma ação imediata e que enveredou por uma nova discussão sobre o modelo das escolas, trazendo a necessidade de aprofundamento sobre esse assunto no longo prazo.

Pensando sobre o apontamento de que os estudantes das escolas rurais tem menor desempenho do que os das escolas urbanas ressaltou-se a necessidade de elaborar um sistema de avaliação diferenciado, que leve em consideração as especificidades locais e de ensino para avaliar os estudantes. Para aquelas pessoas, somente depois disso seria possível verificar se realmente existe diferença de conhecimento e desempenho escolar entre alunos de escolas rurais e urbanas e a partir disso pensar novos caminhos a serem percorridos.

Num exercício de elencar prioridades entre todas essas propostas, observando as possibilidades reais e imediatas de ação, a comunidade escolar colocou na segunda ordem a inserção da temática agroecológica no currículo escolar e foi nesse instante que se delineou com mais certeza o que seria um dos objetivos do trabalho: elaborar um material paradidático sobre

agroecologia. Nesse momento já era possível perceber, através do discurso dos sujeitos que o entendimento sobre a agroecologia ainda se apresentava bastante fragmentado, priorizando aspectos econômicos e mercadológicos, assim, inicialmente, esse tema, em sua dimensão holística, seria o conteúdo de uma cartilha. Seria um primeiro esforço em diluir os muros que cercam a escola e transcender o cerco do conhecimento descontextualizado, mas onde sujeitos subalternos buscam pela *liberdade substantiva*¹ sempre existem lacunas maiores que as imaginadas e por vezes anteriores a estas e que não podem ser ignoradas.

Aspectos metodológicos

Como bem afirmado por Ungarelli (2009) e Macedo (2006) é comum ocorrerem mudanças imprevistas num projeto que se propõe ser realizado através da pesquisa participante, e foi justamente o que aconteceu com relação ao tema do racismo, da história da escravização dos africanos no Brasil e do preconceito às pessoas do campo. Os sujeitos da comunidade que estavam mais próximos da discussão sobre a escola e suas práticas, ora ou outra, dentro das reuniões ou nas inúmeras conversas informais durante o desenvolvimento do trabalho deixavam claro que essas questões também tinham um lugar fundamental na vida da comunidade e por isso, e para além da Lei 10.639/2003, deveriam ser tratadas dentro da escola. A tarefa de elaborar um material paradidático ganhava proporções ainda maiores. O tema ultrapassou a agroecologia para englobar a história dos negros no Brasil e culminou na elaboração de dois fascículos: **História do Negro e dos Quilombos no Brasil e Agricultura, Poder e Desigualdades**. Diante do exposto o objetivo do trabalho finalmente se concretizou na elaboração de material paradidático contextualizado para estudantes do 5º ano da Escola Municipalizada Rio das Pedras. Os objetivos específicos foram: resgatar a cultura afrodescendente, valorizando-a, bem como o meio rural; abordar a agroecologia em suas múltiplas faces e demonstrar as bases sustentáveis sobre as quais se desenvolve a agricultura agroecológica em comparação com a convencional.

Num processo onde o objetivo de um trabalho só se delineia a partir de uma demanda, do apoio, comprometimento e do aval da comunidade escolar a maneira de executá-lo tende, pela situação dos fatos, a ser participativa, ainda mais se pensamos na educação para a formação crítica e para a liberdade dos sujeitos. Sendo assim, optou-se pela pesquisa participante como método a ser utilizado. Como muito bem analisado por Campos (1984) esse método visa superar na ciência

1 O conceito de *liberdade substantiva* é apresentado pelo economista Amartya Sen em seu livro “Desenvolvimento como liberdade” e abrange, num processo de desenvolvimento, a expansão das liberdades do indivíduo. Trata-se da liberdade econômica, social e política, ultrapassando aspectos superficiais como o PNB, a modernização, a industrialização e os recursos individuais, mas não excluindo-os. Além disso, o autor afirma que o indivíduo deve ser o agente central para o alcance dessas liberdades.

muitos aspectos que estão presentes também na educação moderna, como a desvalorização do saber popular e a descontextualização e dissociação dos temas da realidade vivida. Nesse sentido, segundo a autora, a pesquisa participante valoriza o saber popular e tenta reconstruir a história das lutas populares, unindo o conhecimento sobre a localidade às discussões teóricas. Assim, em pesquisas ligadas à educação e ao ambiente escolar, pode-se dizer que a pesquisa participante opera como um método exemplar para a superação da lógica da educação conservadora, contendo em si um papel capacitador e educador.

Na pesquisa participante a investigação científica procura compreender para servir. De acordo com Pretty e Scoones & Thompson (*apud* Nicola, 2002) as questões relevantes para os métodos participativos são se as pessoas foram transformadas pelo processo; se passaram a ter uma melhor percepção de suas realidades construídas socialmente; se tiveram maior consciência e apreciação sobre as construções realizadas por atores externos e, até que ponto a pesquisa levou à ação? Brandão (1999) ressalta que se trata de uma prática que, baseada na convivência e compromisso do pesquisador, participa das ações políticas das classes populares. Sob este enfoque o sujeito deixa de ser meramente um objeto de pesquisa, para assumir, além do papel de informante, o de colaborador e interlocutor, passando à condição de detentor de conhecimento e agente transformador da lógica social vivida (SCHMIDT, 2006).

Nesse trabalho as metodologias empregadas foram qualitativas, envolvendo:

1. participação nas reuniões mensais da comunidade escolar onde a pauta era a discussão sobre a escola e as práticas de ensino;
2. aplicação, pelos estudantes, de um questionário estruturado simples, aos seus pais, sobre características da produção agrícola e criação de animais;
3. visita à produção e entrevista mais aprofundada em 7 unidades familiares;
4. conversas com a comunidade quilombola sobre o processo de elaboração do material e questões surgidas durante o campo;
5. conversas com a professora do quinto ano da escola para reconhecer o nível escolar das crianças, seus interesses e dificuldades, bem como o conhecimento e interesse da professora sobre os temas abordados nas cartilhas e,
6. participação das crianças do quilombo durante o desenvolvimento das atividades de campo, visando uma aproximação informal ao tema da agroecologia e sua relação com as práticas produtivas da comunidade e também a geração de banco de imagens, pelas próprias crianças, que comporão a ilustração da cartilha.

A participação nas reuniões teve o intuito de reconhecer as demandas apresentadas por pais e professores quanto à prática pedagógica da escola e as propostas de mudanças. Permitiu

reconhecer como se dá a relação entre os sujeitos escolares, o histórico da escola, seus problemas, desafios e oportunidades.

A proposta de que os estudantes participassem durante a coleta de dados que subsidiariam a elaboração do material paradidático abrangeu alguns objetivos, dentre os quais:

- iniciar uma aproximação prática entre as professoras e o trabalho, já que atuaram como mediadoras para que os estudantes levantem estes dados;
- promover maior aproximação entre as professoras da realidade vivida pela comunidade;
- instigar nos estudantes, professoras e pais a percepção de que o conhecimento popular pode, e deve, adentrar os muros da escola;
- ultrapassar a condição de meros receptores de projetos e atividades tanto para estudantes quanto para educadoras e;
- coletar, de forma participativa, dados que se converteriam em temas geradores e viabilizariam o início da discussão sobre agroecologia com as professoras.

É importante ressaltar que uma avaliação mais robusta sobre o alcance desses objetivos dependeria de novas incursões à campo e mesmo da aplicação das cartilhas, no entanto em conversas informais com pais e professores foi possível reafirmar esses objetivos e perceber que alguns deles foram minimamente atingidos, como no caso da aproximação das professoras da realidade agrícola da comunidade.

A entrevista de acordo com Lüdke e André (1986) e Triviños (1987) é uma das principais técnicas de coleta de dados para o desenvolvimento de pesquisas qualitativas. Nesse caso foi organizado um questionário semiestruturado com questões abertas, no intuito de não minar a possibilidade de aprofundamento sobre as questões postas. Esse tipo de entrevista permitiu que novos dados não previstos fossem revelados pelos entrevistados, os quais foram de grande relevância para definições a cerca dos assuntos que não deveriam faltar o material paradidático. Diante dessa característica de flexibilidade Macedo (2006) afirma que esse método envereda pela captação de diálogos e é o mais adequado para etnopesquisas, ou seja, pesquisas que visam captar a percepção e interação dos sujeitos com o tema em questão. O questionário continha perguntas sobre as práticas e técnicas produtivas desenvolvidas, sobre as potencialidades e limites da agricultura no território de Alto da Serra, sobre as ações de extensão rural e de outros projetos rurais na comunidade e sobre a participação das crianças nas atividades agrícolas, ressaltando a importância dessa participação para a produção, para a família e para as próprias crianças.

A escolha das sete unidades familiares que foram visitadas teve como base os dados obtidos através dos questionários aplicados pelos estudantes, com foco naqueles que apresentaram um

conjunto de dados mais abrangentes, além da indicação feita por lideranças comunitárias, que também validaram a escolha anterior.

Um aspecto importante revelado através da metodologia foi a constatação do interesse da professora em usar a cartilha, principalmente pela possibilidade de tratar temas relacionados à Educação Ambiental. Nesse sentido o material assume uma destacada importância. Ao trabalhar as questões ambientais envolvidas nas práticas produtivas agroecológicas, é possível ressaltar que aquela comunidade caminha no sentido da manutenção da qualidade ambiental rural e que, portanto, assume um papel social e político de grande relevância. Isso gera a necessária valorização dos saberes populares, dos sujeitos do campo, da agricultura familiar e até mesmo das comunidades quilombolas como um agente social em prol do desenvolvimento sustentável. Caminha, portanto, no sentido do cumprimento de um dos objetivos ressaltados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola definidos no ano de 2012.

Durante o desenvolvimento do presente projeto ficou claro que as pessoas envolvidas atuaram como verdadeiros sujeitos no processo, justamente como pressupõe a pesquisa participante, agindo tanto para garantir que as cartilhas fossem realmente utilizadas na escola, quanto sobre importantes questões externas a este trabalho, mas que vieram à tona através dele. Cabe aqui ressaltar algumas situações que evidenciaram esse aspecto. Uma delas foi a mobilização da comunidade para a permanência na escola da única professora que se comprometeu em utilizar as cartilhas dado seu interesse nos temas e sua percepção sobre a importância da contextualização do ensino. Durante uma entrevista com a educadora a possibilidade de que saisse da escola foi revelada e também o seu descontentamento com tal situação. Num momento de feedback com os quilombolas que estavam participando de todo o processo da discussão da escola esse limite foi apresentado e problematizado, gerando de imediato uma inquietação e mais tarde a mobilização política reivindicando a permanência da educadora na escola, o que se efetivou. Outra questão importante foi com relação aos projetos de extensão rural desenvolvidos no território. Foi possível constatar que um dos projetos que atende algumas famílias, insere práticas produtivas dependentes de insumos externos, o que normalmente não acontece na comunidade. Essa questão não era de conhecimento de várias pessoas nem tampouco das lideranças comunitárias e, mais uma vez, o assunto foi discutido e problematizado, dentro do contexto da elaboração do material paradidático, e de novo gerou novas mobilizações. Desta vez a ação não teve efeitos práticos como no caso da permanência da professora. Gerou entretanto, novas percepções de como a autonomia produtiva da comunidade pode estar ser colocada em risco no longo prazo e sobre a necessidade de haver um mínimo nivelamento de informações entre as pessoas sobre os projetos externos, o que, nesse caso, de acordo com os sujeitos, deveria ser feito pelas lideranças locais.

Diante do exposto, é possível afirmar que os aspectos metodológicos permitiram perceber questões fortemente relevantes para o encaminhamento do processo de contextualização da educação na comunidade. Situações concretas da comunidade de Alto da Serra puderam ser tratadas nas cartilhas, aproximando cada vez mais o cotidiano vivido das práticas pedagógicas escolares, para quem sabe no futuro, atuarem no fortalecimento do movimento quilombola e na autonomia da comunidade. Farias *et al.* (2011) apontam a necessidade de compreender as condições, a história e o contexto da comunidade para se compreender o alcance e os limites dos projetos educativos. Nesse sentido, o método participativo contribuiu irremediavelmente tanto para o delineamento da profundidade com que seriam tratados os temas, como para o desenvolvimento de um trabalho que servisse à luta pela educação quilombola, uma vez que sim, os sujeitos da comunidade de Alto da Serra a cada nova informação e discussão encontravam meios de escrever mais uma linha na história de sua autonomia.

Referenciais teóricos do trabalho

*“Numa sociedade de classes é impossível fazer ciência de forma imparcial, ciência neutra, ‘desengajada’.” (...) “O que leva a definir o ponto de vista do caráter da ciência que produzimos é a **opção de classe**.”* (GADOTTI, 2000).

Ao olhar para a educação nacional percebemos que a lógica de dominação pela cultura hegemônica encontrou amplo espaço para se difundir, expressando-se com clara nitidez no meio rural e entre as comunidades tradicionais, ou seja, nos espaços onde a lógica social não necessariamente se direciona à cultura branca, masculina, cristã e urbana. Atentando para estes recortes, o rural e o étnico, trata-se de uma postura que vai além da dominação hegemônica do campo educacional, e que é perpassada por atitudes não reflexivas diante de uma ideologia de forte discriminação, desvalorização e um racismo secular, o que permitiu a construção e perpetuação de uma situação altamente desfavorável aos negros campesinos. Como bem ressaltam Orso e colaboradores (2008) o que acontece é o desenvolvimento de uma educação disciplinadora, como um treinamento e “docilização” dos indivíduos, despreocupada, isolada e acomodada à situação política vigente, parecendo com um adestramento pois não trata de ser crítica.

A menos que o objetivo seja manter o *status quo* no atual modelo de sociedade, mantendo a segregação, injustiça, subalternidade e desigualdade social, sem ultrapassar as mazelas da crise, as práticas educativas, de acordo com Freire (2006), deverão ser pautadas num processo que prime pelo despertar da consciência crítica entre estudantes e educadores, munindo a todos da

possibilidade de agir pela autonomia pessoal e comunitária. Essa é a ideia chave que motivou a elaboração do material paradidático em questão. Assim, a lógica desse trabalho, dado o contexto da comunidade de Alto da Serra e suas demandas, os temas abordados nas cartilhas e a luta quilombola, aproxima-se da Educação do Campo, bem como da Educação Quilombola, no espaço onde caminham para uma pedagogia contextualizada e diferenciada. Essas duas vertentes educacionais surgem a partir de demandas dos movimentos sociais e assim, tendem a apresentar novos caminhos possíveis para sujeitos por muito tempo excluídos dos processos de tomada de decisão.

No caso da Educação do Campo, movimentos sociais campesinos se articulam contra a lógica capitalista instaurada no meio rural, que pretende o desenvolvimento baseado no latifúndio, na tecnificação e na geração de divisas, e desde a década de 80, se mobilizam contra a Educação Rural que nega a totalidade da dinâmica sociocultural e os interesses dos sujeitos do campo (DELGADO, 2009; SOUZA, s/d; CALDART, 2007; MARANHÃO, 2010). Nesse sentido, foi instituído pelo poder público, no ano de 2013, o Programa Nacional de Educação do Campo, no entanto são as considerações de pesquisas científicas engajadas com a luta dos movimentos sociais que vem trazer maior clareza sobre esse tipo de prática pedagógica e revelar seu lado emancipador.

Ao pensar na Educação do Campo reflete-se sobre um conceito aberto e em formação, dado a dinâmica a que se propõe apreender- a de um meio rural diverso, conflituoso e em fase de constituição histórica- e que, segundo Caldart (2007) apresenta delineamentos que revelam sua materialidade e princípios. De acordo com a autora a Educação do Campo deve ser pensada e trabalhada sobre três pilares, o campo, as políticas públicas e a educação. Bebendo da fonte de Paulo Freire esse processo educativo compreende um pensar pedagógico inserido na realidade do campo, suas relações sociais, suas especificidades tanto internas quanto no olhar para o externo, numa perspectiva de transformação social e de emancipação humana.

Esta prática pedagógica, que, enfim, reconhece as diferentes ruralidades, preconiza trabalhar com a questão do pluralismo dos sujeitos de modo a (re)valorizá-lo através de uma ação dialógica de complementação ou objeção às realidades rurais. Sendo assim, afirma Caldart (2007), é necessário um esforço de pensar a educação desde cada particularidade do campo, o que no presente caso diz respeito aos sujeitos quilombolas, suas lutas e demandas sociais.

Assim, a Educação do Campo vem de encontro com as demandas apresentadas pela comunidade de Alto da Serra, ao querer contextualizar a educação, e ainda mais se pensamos que o intuito é pensar a agroecologia em sua totalidade. Aqui entende-se a agroecologia como um processo (científico e militante) direcionado à transformação social e ao desenvolvimento de uma produção agrícola que deve ser econômica, ambiental e socialmente viável e sustentável (HABIB,

2010; JACINTHO, 2007). Comunga-se da visão de Caporal e Costabeber (2004) que afirmam que a agroecologia, ao contrário das ciências de paradigma cartesiano, baseia-se na integração e articulação dos conhecimentos populares e científicos, capaz de proporcionar o entendimento e análise crítica do atual modelo de desenvolvimento e a criação de estratégias para que este ocorra a partir de uma abordagem holística. Assim, a agroecologia é capaz de direcionar ações embasadas por questões que revelam a multidimensionalidade das realidades vividas, seja partindo de temas ambientais, sociais, políticos ou econômicos, colocando à disposição da prática pedagógica o exercício da interdisciplinaridade para gerar uma visão crítica e complexa.

A Educação Quilombola surge como política pública após muitas décadas de luta dos movimentos negros pelo estabelecimento da igualdade étnica em seus diversos níveis numa sociedade que por séculos se apresenta veladamente racista e preconceituosa. Os negros tem destacado a educação formal como uma técnica social em busca da superação da exclusão e como meio para a ascensão social dos seus (SANTOS, 2005; MOURA, 2002). Nessa luta alguns avanços foram alcançados a partir da Constituição de 88, podendo citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que traz que o ensino da história do Brasil deverá considerar as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo, incluindo-se aí a africana; a lei nº 10.639 de 2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afrobrasileira e africana; e a resolução nº 8/2012 que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica (BRASIL, 1996; BRASIL, 2003; CNE/CEB, 2012).

Diante de um contexto onde: a) a educação baseia-se na cultura eurocêntrica, masculina e cristã, excluindo conteúdos ligados à cultura e história social afrobrasileira; b) os materiais didáticos sedimentam os papéis sociais subalternos e os estereótipos racistas; c) as culturas não brancas ficam relegadas a uma inferioridade imposta na escola, contribuindo para o fracasso escolar dos negros; d) a omissão da escola sobre as relações raciais legitima uma pretensa superioridade branca; f) a população afro-descendente está submetida a profundas desigualdades de oportunidades educacionais e g) se faz urgente o resgate da autoestima das pessoas negras, sendo que a educação assume um papel fundamental nessa tarefa (MAGALHÃES, 2011; GONÇALVES & SILVA, 2007; CAVALLEIRO, 2006; CARDOSO, 2005; SILVA, 1998), a Educação Quilombola emerge como uma possibilidade em superar essas questões.

Dentro das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica, percebem-se considerações que conferem a essa prática pedagógica a abertura necessária à formação crítica e contextualizada dos estudantes. A título de exemplo, segundo a Resolução CNE/CEB nº8/2012 a educação quilombola deve:

“fundamentar-se, informar-se e alimentar-se da memória coletiva, das práticas culturais,

das tecnologias e formas de produção do trabalho, da territorialidade”;
“garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade”;
“assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico”;
“assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considerem o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças”;
“respeitar e reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional”;
“reconhecer o direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida”;
“reconhecer e respeitar a história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam”;
“efetivar a gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças”;
“inserir a realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior”;

Considerando que tanto a Educação do Campo como a Quilombola enfatizam a importância do conhecimento popular permear a prática pedagógica escolar, o que também é ressaltado por Paulo Freire em suas obras, a seção das cartilhas '*trazendo o conhecimento de casa para a escola*' busca justamente valorizar o saber popular, além de promover uma aproximação entre esse saber e a prática docente. Além disso, essa seção, assim como a seção '*resgatando a história e re(conhecendo o passado)*' tentar estimular os educandos, fazendo-os protagonistas na prática escolar através da investigação, busca e seleção de informações. De acordo com Campos, Bortoloto & Felício (s/d) as atividades de investigação levam ao desenvolvimento de experiências pessoais e sociais na criança, o que pode ajudá-las em novas descobertas tensionando o local, o global e histórico. Essas duas seções ainda podem atuar no sentido de ultrapassar os limites da sala de aula apresentando consequências no âmbito familiar e da comunidade, como propõe Freire (2006).

Diante do exposto pretendeu-se demonstrar que unir Educação do Campo e Educação Quilombola no território de Alto da Serra nada mais é do que fazer um esforço de desenvolver uma pedagogia contextualizada e que, dada a realidade do movimento quilombola e às demandas da comunidade em questão, deve tratar de ser crítica. Trata-se, portanto, de nada mais que a prática da Educação Popular de Paulo Freire. Aqui cabe uma reflexão sobre a opção de tomar a Educação do Campo e Quilombola como referenciais teóricos desse trabalho. O uso de categorias políticas é mais interessante tanto quando pensamos no fortalecimento das ações e reivindicações quilombolas, auxiliando esses sujeitos a tomar para si as possibilidades criadas pelas políticas públicas, como quando pensamos na apreensão destes sobre as possibilidades pedagógicas. Tratar possibilidades do campo político parece ser mais interessante do que aquelas que ficam mais restritas ao campo teórico, seria algo como armar os sujeitos para a luta de acordo com as regras do jogo, abrindo possibilidades de ação imediata, sem no entanto deixar de acreditar que essas regras possam ser totalmente transformadas através da ação cidadã.

Com relação ao desenvolvimento cognitivo das crianças, analisando a teoria de Rudolf Steiner é possível perceber que as propostas desse autor, para o setênio² dos 7 aos 14 anos, caminham paralelamente à possibilidade de desenvolver uma prática pedagógica para a formação crítica dos sujeitos, sendo assim, pode ser um casamento fecundo com as propostas de Paulo Freire, da Educação do Campo e Quilombola. A teoria de Steiner propõe a contraposição entre o encantamento e o descontentamento com a realidade do mundo, num exercício da cidadania e do questionamento. Nesse sentido, as cartilhas tentam ressaltar, valorizando, o negro, o trabalho no campo e as práticas sustentáveis na agricultura, as quais estão presentes no cotidiano crianças, mas que não sendo confrontadas com práticas insustentáveis do atual modelo de desenvolvimento rural podem não ser criticamente apreendidas.

De acordo com Lanz (1998) para esse setênio, observa-se a potencialização da memória e do raciocínio. Estes aspectos tentam ser observados no material quando os personagens fazem referências a assuntos tratados em momentos anteriores e nos exercícios de resgate da história da comunidade, visando justamente o estímulo da memória. Ademais, o conteúdo das cartilhas, ao resgatar aspectos socio-históricos como, por exemplo, o desenvolvimento rural tensionando-o com as questões da desvalorização do saber ancestral e popular, da propriedade de terras, dos investimentos públicos, entre outros, propõe o desenvolvimento do raciocínio, num rompimento com certos processos de reificação -entendidos aqui como capazes de reforçar a dominação social-,

² Setêniros são os ciclos pelos quais se desenvolve a vida humana. De acordo com a teoria de Rudolf Steiner em cada ciclo um componente da vida se desenvolve de forma mais intensa, fazendo emergir novas capacidades que afetam a forma de adquirir conhecimento. Para o segundo setênio, por exemplo, o desenvolvimento da memória permite assimilar uma grande quantidade de conhecimentos.

no intuito de minimizar a imobilidade e aceitação do *status quo*. Nesse contexto, Freire (1980) ressalta a importância de desvelar o passado, fazendo da história um ponto de referência para continuar a humanização das pessoas e armá-las da consciência necessária à ação. Abordando aspectos das relações sociais do campo, pretende-se portanto contrariar a tendência ao conformismo, o que para Mosé (2009) aproxima-se de um processo libertador, abrindo a possibilidade de que os educandos vislumbrem potenciais mudanças.

A pedagogia de Steiner, entre os 7 e os 14 anos, propõe ainda o equilíbrio entre o desenvolvimento dos saberes exatos, os abstratos e os artísticos. Tentando agir nessa direção, a cartilha é permeada pelo uso de imagens, que segundo González *et al* (2003) apresenta alto potencial para otimizar os processos de conscientização crítica, atuando no sentido de estimular a sensibilidade cognoafetiva, e por isso, dialogando com a necessidade de gerar encantamento e descontentamento nos estudantes. O uso de músicas, que de acordo com Oliveira *et al* (2005) facilita a concentração e absorção das ideias pelos educandos, e a proposta de exercícios de criação e encenação teatral, também foram pensados no intuito de estimular as atividades abstratas e artísticas.

Considerações finais

A abordagem da agroecologia em contraposição com a agricultura convencional trouxe inúmeros links para tratar questões relacionadas com a escravidão dos negros no Brasil. Sendo assim, em comunidades quilombolas agrícolas, a agroecologia pode ser usada como um tema gerador que abre inúmeros caminhos em diversas direções, caminhando tanto em direção à educação do campo, como à educação quilombola. Nesse caso foi ainda um tema que possibilitou tratar a cultura negra fugindo à lógica, nem sempre tão lógica assim, de que cultura em quilombos inclui certas marcas já predeterminadas, como as manifestações religiosas, culturais e a presença de mitos. É urgente que os materiais de apoio que tratem da história e cultura afro-brasileira ultrapassem essas tais “marcas da cultura” e englobem questões múltiplas reconhecendo a imensa variedade do ser quilombola na contemporaneidade.

Um aspecto bastante marcante da produção desse material paradidático é que um processo participativo facilmente transcende ao objetivo acadêmico. O surgimento de discussões sobre questões conflituosas no dia a dia, tanto da escola como das ações de extensão rural, demonstram que num contato mais próximo com a comunidade o papel do pesquisador como agente colaborador para mudanças e mobilizações sociais se ressalta e pode movimentar necessárias ações de união e organização política.

Após a conclusão desse trabalho algumas questões ficam à espera de novos estímulos. Se

mesmo 10 anos após a edição da Lei nº 10.639/2003 pouco se avançou na prática educativa relacionada à história e cultura afro-brasileira, como o poder público abrirá os caminhos necessários à execução das diretrizes curriculares sobre a educação quilombola, principalmente no que diz respeito à construção de propostas de educação contextualizada e à elaboração com participação comunitária de todo material didático e de apoio pedagógico utilizado? Como será garantida a participação dos professores na elaboração dos materiais e na formação continuada, diante do grande número de professores contratados e não concursados? Como o poder público será capaz de ultrapassar a lógica da educação bancaria e dar conta das asas que se abrem sobre a Educação do Campo?

Ao menos, as comunidades quilombolas contam com instrumentos legais para se apoiar e poderão cobrar pela sua execução, abrindo frentes sólidas de luta política pela autonomia educacional de seus povos. Aos pesquisadores identificados com a luta desse grupo caberá dar conta de um malabarismo onde pesam o tempo acadêmico, o financiamento e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, sem, pela própria identificação social, perder de vista que quatro mãos são mais que duas ou uma e que um sonho que se sonha junto (e aos montes) vira realidade. É justamente por isso que tenho infinita gratidão à comunidade quilombola Alto da Serra e a convicção de que este trabalho comporá, minimamente, mais uma linha escrita em busca da autonomia dessas pessoas.

**CAPÍTULO II – FASCÍCULO I: “HISTÓRIA DOS NEGROS E DOS
QUILOMBOS NO BRASIL”**



APRESENTAÇÃO

Essa cartilha foi elaborada especialmente para escolas que atendem estudantes de comunidades quilombolas. A comunidade Alto da Serra, localizada no município de Rio Claro-RJ, foi quem permitiu que esse material fosse elaborado e quem inspirou a sua criação. O que essa comunidade busca é uma educação escolar diferente para seu povo, uma educação que seja contextualizada com a vida da comunidade. Uma educação que privilegie os costumes e as tradições locais, a história dos negros e negras brasileiras no passado e no presente. Uma educação que coloque as pessoas negras, sua vida social, política e cultural no centro do debate. Não podemos mais silenciar a diversidade brasileira e precisamos aprender que muitas cores colorem nossa terra.

A comunidade de Alto da Serra é uma comunidade rural, onde todos os quilombolas praticam a agricultura. Alguns vendem sua produção e outros não, mas todos têm uma roça ou uma horta. As crianças sabem bem quando o milho já pode ser colhido e correm para a cozinha para queimá-lo. Temos um delicioso café da tarde na beira do fogão de lenha. E não é que as vezes até o café vem da roça! No quilombo Alto da Serra a roça é mais do que a comida. É a família, é o território, é a educação... é a partilha, é o mutirão, é o costume e a cultura. É sonho e a realidade da luta pela terra e pela vida.

Foi do dia a dia e da história dessa comunidade que nasceu essa cartilha. E a ideia não foi minha não, foi dos próprios quilombolas! Eles querem uma educação diferente para o povo quilombola e estão lutando por isso. Da ideia deles nasceram duas cartilhas. Essa é a primeira e trata da “**História do negros e dos quilombos no Brasil**”. A segunda, “**Agricultura, Poder e Desigualdades**”, está ligada ao dia a dia de comunidades quilombolas rurais que praticam agricultura.

A intenção é que com essas cartilhas as crianças quilombolas percebam a importância do povo negro e a importância da luta quilombola para a criação de um país mais justo, respeitoso e equilibrado. O que queremos é que as crianças cresçam sabendo para onde estão caminhando, por que e pelo que estão lutando. Que construam através da força e da união um futuro consciente.

Agradeço infinitamente à comunidade de Alto da Serra, muito às crianças que a cada sorrir despertavam um novo estímulo no caminhar, e em especial ao Seu Benedito e à Dona Terezinha, que me receberam com as maiores riquezas que a vida e a simplicidade têm: o carinho e o cuidado.

Agradeço também ao professor André Luiz Videiredo que foi quem me abriu os caminhos concretos para poder realizar esse trabalho. Gratidão! E a professora Ana Maria Dantas pela ajuda com milhares de questões burocráticas.

E aos estudantes, que esse material ajude no descobrir, no encantamento e na inquietação. Bons estudos e fecunda luta!

Unidade 1 - África e a agricultura

A agricultura começou a ser desenvolvida pela espécie humana há pelo menos 10 mil anos atrás, durante o período neolítico. Essa atividade surgiu em sete lugares diferentes e foi se espalhando lentamente pelo mundo. Os primeiros centros, que você pode ver no mapa, foram:

- no sudeste da Ásia (entre 10 a 9 mil anos atrás),
- no sudoeste da Ásia (entre 10 a 9 mil anos atrás),
- no sul da Ásia (entre 10 a 9 mil anos atrás),
- no Mediterrâneo (há 9 mil anos atrás),
- na região Abissínia (há 9 mil anos atrás) e
- na região do México e Peru (entre 9 e 6 mil anos atrás).

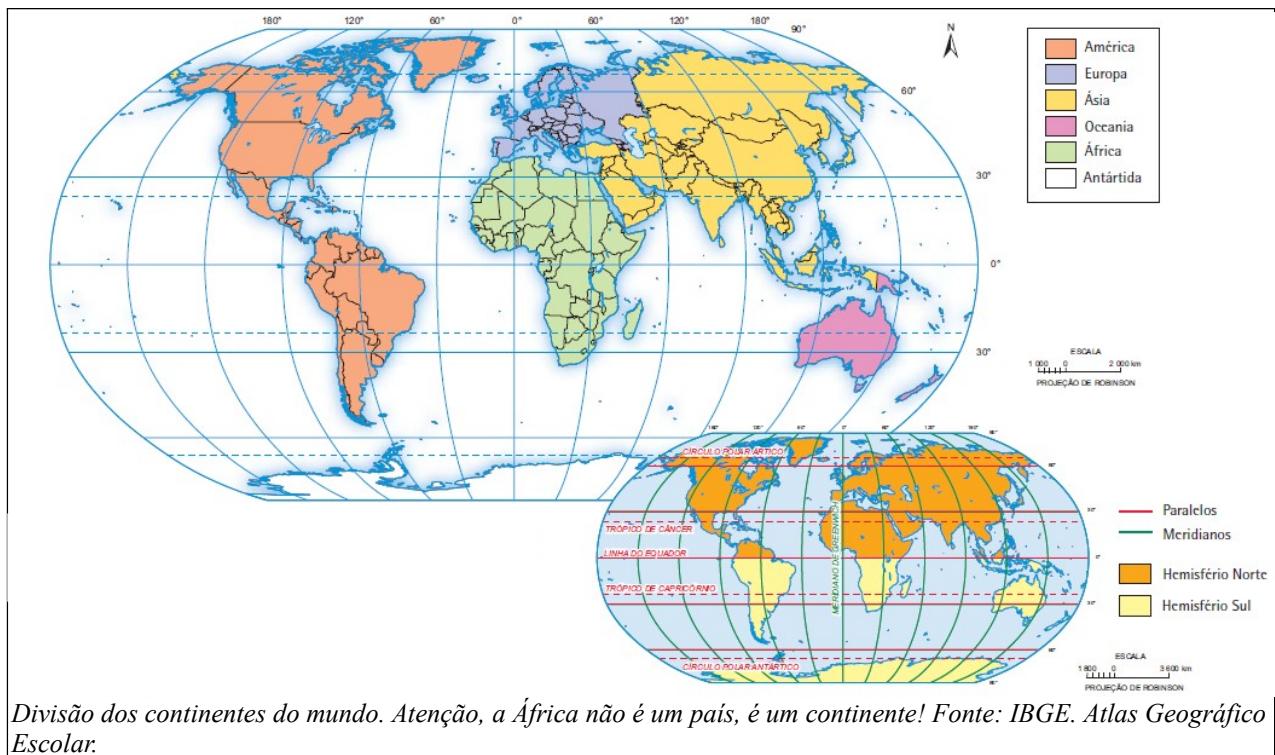
A região do Mediterrâneo engloba o Egito, um país do continente africano, e a região Abissínia engloba o Sudão e a Etiópia, que também são países da África. Nessas regiões do continente africano a agricultura começou a ser desenvolvida há pelo menos 9 mil anos atrás!



Regiões onde se originou a agricultura. 1 - Centro Tropical; 2 - Centro do Sudeste Asiático, 3 - Centro do Sudoeste Asiático, 4 - Centro do Mediterrâneo, 5 - Centro Abissínio, 6 - Centro do México e 7 - Centro do Peru. Adaptado de <http://lah.ru/>

Araponga: continente africano??? Ops me desculpem, antes de mais nada: Oie! Eu sou a Araponga! Dizem que eu sou curiosa, mas o que eu sei é que adoro histórias que mostram como a união é importante, por isso resolvi ler esse livro. Eu quero aprender sobre a agricultura ecológica,,, aqui tem muitas coisas legais, ainda mais que também fala sobre a agricultura dos descendentes de escravos que são um belo exemplo de união entre as pessoas.

Mas e o continente africano? ah sim sim, já vi os mapas. É essa região enorme do outro lado do oceano atlântico...



Araponga: Agora neolítico? Isso eu nunca ouvi falar.... vou pedir ajuda para a Camélia, ela é super esperta e também adora aprender coisas novas e dividir com os outros tudo o que sabe.... Camélia, venha cá, vamos estudar... mas antes, por favor, se apresente... conta a história do seu nome... ela é tão bonita...

Camélia: Olá, eu sou a Camélia! Meus pais me deram esse nome em homenagem a lutas pela abolição da escravidão. Vocês sabiam que existia um quilombo no Rio de Janeiro onde os escravos plantavam flores? Ah, eu sempre fico imaginando que devia ser lindo lá, tudo bem florido.... então, esse quilombo se chamava Quilombo do Leblon, ficava na propriedade de um português que escondia escravos fugitivos. Lá eles plantavam muitas flores e também a camélia, que foi a flor que virou o símbolo dos abolicionistas. Quando uma pessoa usava uma camélia ou tinha ela plantada no seu jardim todo mundo já sabia que ela era contra a escravidão. E assim as pessoas podiam reconhecer quem era contra e quem era a favor da escravidão. Aí, meus pais me deram esse nome pra eu já nascer sabendo dessa história. Eu adoro. E se eu fosse daquele tempo, com certeza iria andar cheia de camélias... escravizar pessoas, onde já se viu isso....

Olha Araponga, o que você quer saber está aqui! Neolítico quer dizer Idade da Pedra Polida. É uma época há muito muito tempo atrás, onde os humanos já dominavam o fogo, fazia vários tipos de ferramentas, caçavam em coletivo, criavam animais e começaram a semear plantas pela primeira vez, ou seja, praticar a agricultura... mas antes de tudo isso acontecer tem muuuuita história pra contar... vamos ver...

Capítulo 1. África, o berço da humanidade – a evolução da espécie humana

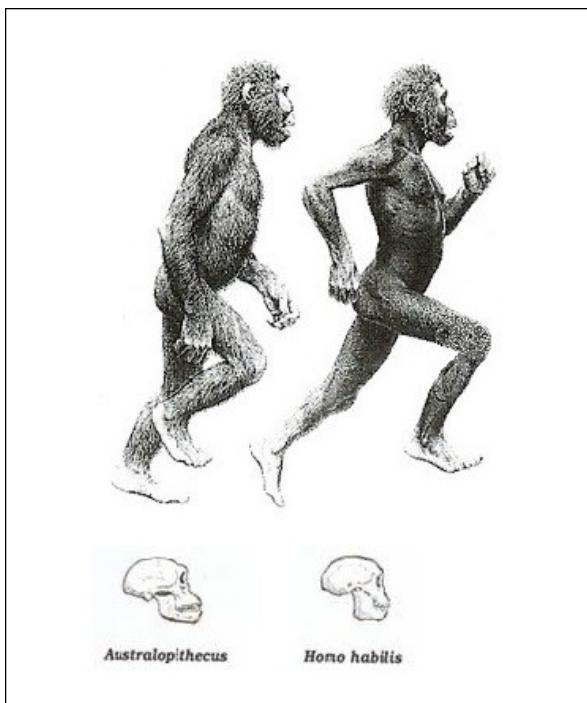
Hominídeo é o nome que se dá aos animais do grupo dos homens. Todos eles são bípedes, ou seja, andam sobre duas pernas. Nesse grupo estão dois gêneros: o *Australopithecus* e *Homo*. Os australopitecos são os antepassados mais antigos do gênero *Homo*. E dentro do gênero *Homo* existem 4 espécies: *Homo habilis*, *Homo erectus*, *Homo sapiens neandertalensis* e *Homo sapiens sapiens*. Nós, homens e mulheres, somos da espécie *Homo sapiens sapiens*.

Os ancestrais do homem, os australopitecos, surgiram no leste da África há pelo menos 6 milhões de anos atrás! Assim como os humanos de hoje, eles eram um tipo de primata, mas eram um pouco diferente. Os australopitecos ainda não falavam e comiam só as coisas que podiam coletar na natureza (plantas, insetos, pequenos mamíferos e répteis). Como ferramentas usam paus e pedras.



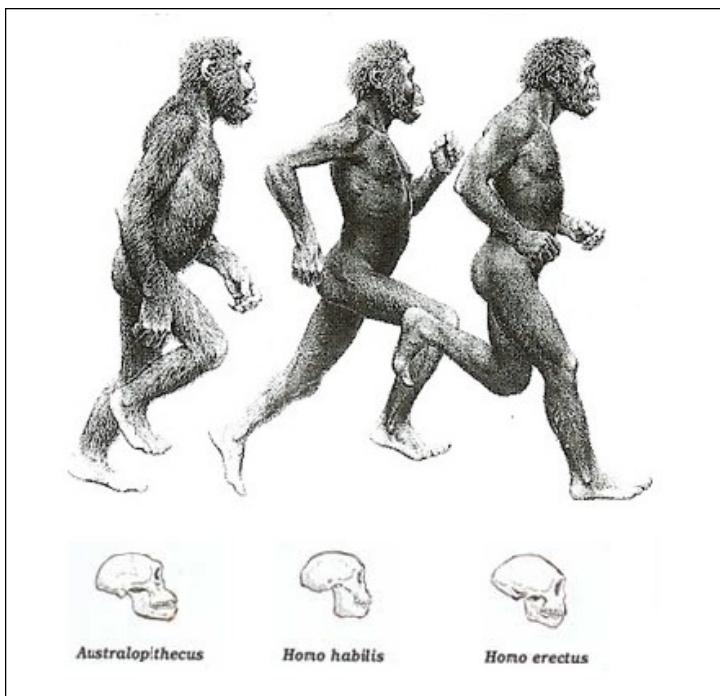
O primeiro hominídeo,
Australopithecus.

Depois deles, há uns 3 milhões de anos atrás vieram os *Homo habilis*, que significa homem ágil ou engenho. Seus fósseis foram encontrados no leste da África. Eles comiam de tudo o que podiam pegar na natureza, por isso quando a alimentação acabava eles se mudavam para outros lugares. Começaram a lascar pedras e usar como ferramenta. Por isso essa época da história é chamada Idade da Pedra Lascada, ou paleolítico.

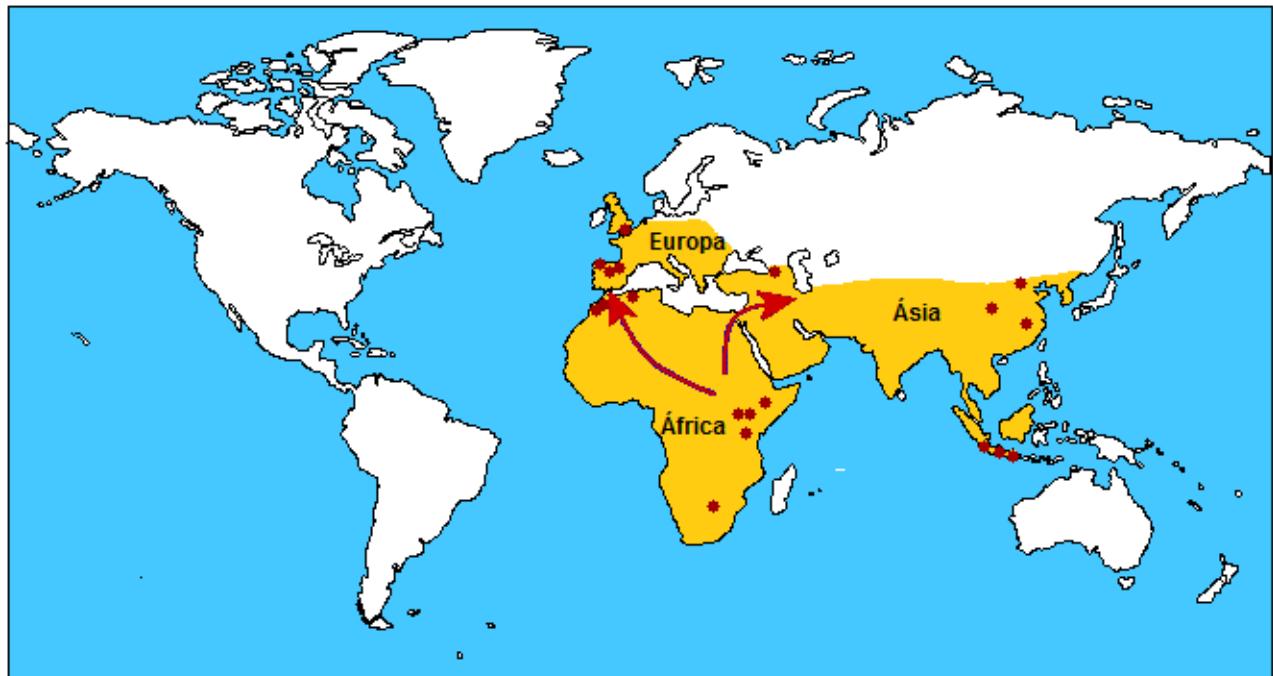


Evolução da espécie humana até o *Homo habilis*.

Mais tarde, há mais ou menos 2 milhões e meio de anos atrás, surgiram os *Homo erectus*, que significa homem posto de pé. Seus fósseis foram encontrados na África. Veja no mapa que eles ocuparam a maior parte do continente e chegaram até a Europa e a Ásia. Os *Homo erectus* usavam o fogo, mas não sabiam produzi-lo, e começaram a se organizar em pequenos grupos para facilitar a caça de grandes animais (elefantes, ursos, rinocerontes). Ainda ficavam mudando o lugar que moravam de tempos em tempos procurando comida, por isso são chamados de nômades, que quer dizer pessoas que mudam sempre do lugar onde moram.



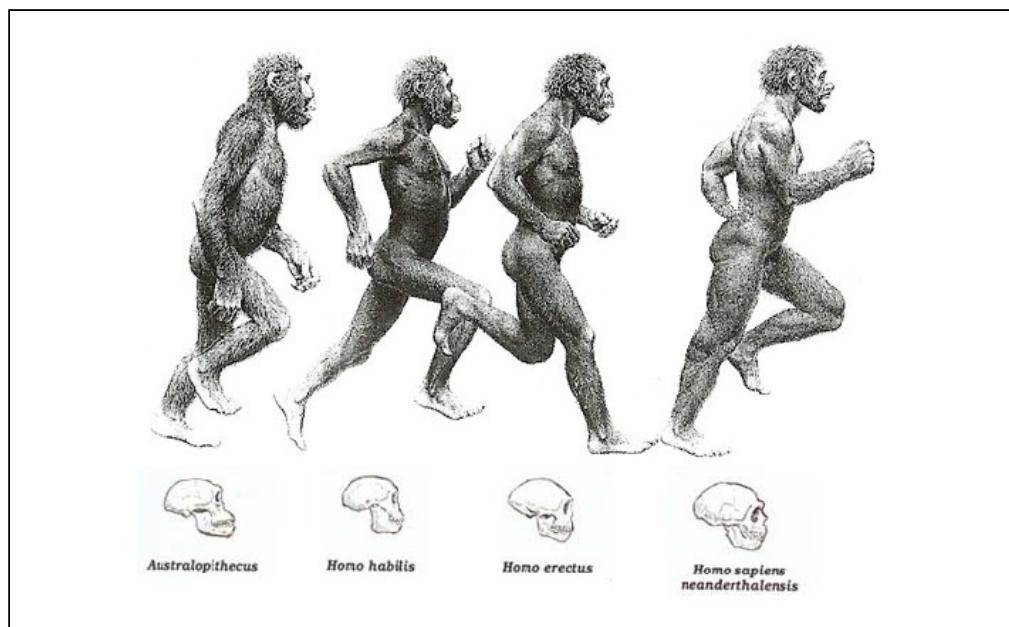
Evolução da espécie humana até o *Homo erectus*.



A migração do *Homo erectus* da África para a Europa e Ásia.. Adaptado de geo.arizona.edu.

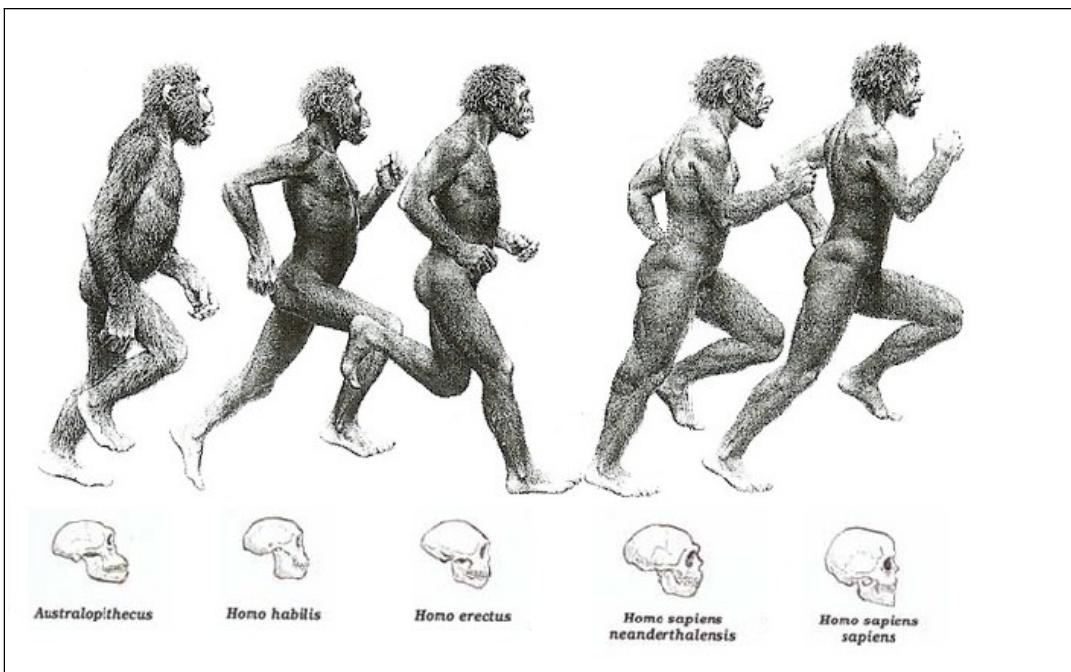
Teve ainda os *Homo sapiens neandertalensis*, há 200.000 anos, que organizavam grandes

caçadas coletivas para levar rebanhos inteiros para armadilhas naturais, como os penhascos. Eles aprenderam a produzir o fogo e fazer ferramentas mais trabalhadas, com pedras e madeiras.



Evolução da espécie humana até o *Homo sapiens neanderthalensis*.

Finalmente vieram os *Homo sapiens sapiens*, que significa homem sábio, e surgiram há 100 mil anos atrás. Esse é o homem dos dias de hoje e foram eles que desenvolveram a agricultura pela primeira vez. Os *Homo sapiens sapiens* conseguiram fazer vários tipos de ferramentas, como furadores, raspadores, facas, machados e lamparinas à óleo. Para isso usavam pedras, metais, ossos, marfins e madeiras. Também aprenderam a fazer armadilhas para caçar os animais, como as gaiolas, e se espalharam por quase todo o planeta. Como em cada lugar do mundo o clima e a natureza são de um jeito diferente esses homens desenvolveram diferentes maneiras de viver, diferentes hábitos de alimentação e diferentes ferramentas que variavam de região para região.



Evolução da espécie humana até o *Homo sapiens sapiens*.

Repare!

Você já sabe que o gênero *Homo* tem 4 espécies. Mas não se confunda. Uma espécie não gerou as outras. Todas evoluíram dos australopitecos e os diferentes hominídeos do gênero *Homo* conviveram entre si.

Vocabulário

Fósseis - restos ou vestígios preservados e muito antigos de uma espécie. Podem ser ossos, pegadas, ovos, conchas, dentes.

Neolítico - Esta palavra vem do grego, onde *neos* significa **novo** e *lithos* significa **pedra**. Ao pé da letra, seria Idade da Pedra Nova, mas é comum dizer Idade da Pedra Polida. Nessa época já havia produção de alimentos.

Nômades - nome que se dá às pessoas e comunidades que vivem migrando pelos territórios de tempos em tempos. O tempo que ficam em cada lugar pode variar de acordo com o clima, com a seca, com a época de plantio, com a fertilidade dos solos ou outros fatores.

Paleolítico - Palavra derivada do grego. *Paleos* quer dizer **antigo** e *lithos*, **pedra**. No estudo da história, o que seria Idade da Pedra Antiga é chamado de Idade da Pedra Lascada, época onde não havia produção de alimentos.

Araponga: Camélia, então quer dizer que você é um *Homo sapiens sapiens*? E que a sua família pode ter começado a existir há 100 mil anos atrás?

Camélia: Sim araponga, é isso mesmo! E pelas minhas contas eu devo ter tido uns 2 mil avôs e avós... É muita gente mesmo....

Araponga: Nossa isso é demais!!! É tanto, tanto tempo que muita aconteceu e mudou.... imagina, no começo os homens só sabiam fazer ferramentas simples e hoje em dia fazem até foguete que vai pra lua!!!! UAU! E saber que o ancestral de todos os homens é do continente africano me fez lembrar de uma música, eu vivo cantando ela por aí. Eu sou uma boa cantora, sabe. Olha só!

Olhos coloridos

Compositor: Macau

Intérprete: Sandra de Sá

*Os meus olhos coloridos
Me fazem refletir
Eu estou sempre na minha
E não posso mais fugir*

*Meu cabelo enrolado
Todos querem imitar
Eles estão baratinado
Também querem enrolar*

*Você ri da minha roupa
Você ri do meu cabelo
Você ri da minha pele
Você ri do meu sorriso*

**A verdade é que você
e todo povo brasileiro
Tem sangue crioulo
Tem cabelo duro**
Sarará, sarará
Sarará, sarará
Sarará crioulo

Exercícios

1. Construa uma linha do tempo e marque nela a história da evolução dos hominídeos. Anote também as principais características de como vivia cada espécie.
2. O *Homo sapiens sapiens* conseguia produzir 17 metros de lâmina usando 1 quilograma de pedra, o *Homo sapiens neandertalensis* conseguia fazer 4 metros e *Homo erectus* só conseguia fazer 1 metro com a mesma quantidade de pedra. Juntando o que cada um podia fazer quantos metros de lâmina eles teriam? E se cada um tivesse 2 quilos de pedra, quantos metros de lâmina conseguiriam fazer juntos?
3. Encontre a sílaba tônica das palavras abaixo:

paleolítico

agricultura

nômades

coletivas

4. Encontre sinônimos para as seguintes palavras:

penhasco

lamparinas

ancestral

trincheiras

5. Classifique as palavras abaixo com relação ao número de sílabas:

coletivas

lamparinas

África

fósseis

Camélia: Araponga, sabe de uma coisa? Eu não consigo imaginar como o homem virou agricultor se ele era nômade e sempre se mudava...

Araponga: Ué, Camélia, vamos estudar que a gente descobre rapidinho!

Capítulo 2. A relação entre a África e a origem da agricultura do mundo

Como você já sabe, no início os homens eram caçadores, pescadores e coletores e se mudavam de acampamento em acampamento quando os alimentos acabavam. Mas nas regiões com bastante vegetais e animais na natureza, a comida não acabava tão rápido e eles podiam morar no mesmo lugar por mais tempo. Quando os homens aprenderam a conservar os alimentos puderam enfim se tornar sedentários, ou seja, morar sempre no mesmo lugar. Aí estava a chance de desenvolver a agricultura e foi o que logo aconteceu.

Há mais ou menos 10 mil anos atrás os *Homo sapiens sapiens* começaram a semear plantas e criar animais. Nos centros do Mediterrâneo e no centro Abissínia, que englobavam regiões da África se plantava o trigo, a cevada e o milheto. Mais tarde, foram domesticados o sorgo, o milho miúdo, o arroz africano, espécies de ervilhas, o dendzeiro, o quiabo e o inhame.



Trigo. Fonte: brasil.wikia.com



Cevada. Foto de Gashkova I. V.



Milheto. Fonte: prota4u.org



Sorgo. Fonte: uipi.com.br



Milho miúdo. Fonte: africanmuseum.be



Dendezeiro. Foto de P. Latham

Com o passar do tempo a agricultura foi se espalhando pela África, até atingir todo o continente. As técnicas e as ferramentas usadas nessa atividade foram evoluindo cada vez mais ao longo dos anos e você perceberá que no Brasil existem práticas agrícolas que foram trazidas pelos africanos escravizados.

Os animais domesticados eram os cães e porcos selvagens, carneiros e cabras. Esse período histórico é chamado de Idade da Pedra Polida, ou neolítico, pois o homem aperfeiçoou suas

ferramentas começando a polir e afiar as pedras. Também já construía casas duradouras e usava argila queimada para fazer utensílios e artes.

O desenvolvimento da agricultura foi muito importante para o desenvolvimento dos humanos. Produzindo sua própria comida, as pessoas não precisavam passar longos períodos caçando. Havia mais tempo disponível para fazer outras coisas. Além disso, aumentou a segurança alimentar com a abundância de alimentação. Tendo comida e tempo livre, as populações foram crescendo cada vez mais e puderam desenvolver habilidades em várias outras áreas, como a cultura, a tecnologia, a economia. A vida em sociedade ficava cada vez mais complexa e grandes mudanças puderam acontecer.

Histórias do viajante

Até os anos de 1400, quando começaram as grandes navegações, em muitos lugares do mundo ainda não existia a agricultura. Por exemplo, na Austrália, no sul da América do Sul, no noroeste da América do Norte e no Grande Norte da América não existiam homens que fizessem agricultura.

Camélia: Araponga, você viu como nós humanos somos super inteligentes. Fomos os primeiros entre os animais a cultivar plantas para se alimentar!! ah, quanta esperteza!!!!



Camélia, fique por dentro!

Na natureza a espécie humana não foi a primeira a cultivar produtos para se alimentar e nem é a única a fazer isso. A inteligência está em todos os lugares e em todos os seres! Algumas espécies de formigas cultivam fungos e pulgões há milhões de anos para se alimentar!!!



Formigas cultivadoras de fungo. Fonte:
microbialmodus.wordpress.com

Araponga: Viu Camélia, não é só a espécie humana que é assim tão esperta! Bom, pelo que contou a história parece que a agricultura não teria acontecido se os homens não tivessem se ajudado desde o início, primeiro para conseguirem caçar animais maiores e depois pra cultivar a terra..... igual as formigas, onde todas trabalham juntas..... parece que a **cooperação** e a **união** são sempre a melhor saída mesmo..... eu sempre digo isso!!!

Camélia: é verdade Araponga é sempre melhor cooperar e digo mais, JUNTOS SOMOS MAIS!!! Ah você sabe o que eu mais gostei dessa história? De que os homens eram nômades! Assim como vocês passarinhos que vivem voando por aí e cada hora estão em um lugar diferente. Você sabia que em muitos países da África ainda existem muitas comunidades que são nômades, Araponga?

Araponga: e você Camélia, sabia que a comunidade quilombola de Alto da Serra já viveu assim também?

Camélia: é mesmo Araponga? Mas quando foi isso?? e por que?? e como?? Que legal!!!

Araponga: calma, calma, Camélia, eu também não sei muito bem. Era meu avô que me cantava isso... já sei, vamos pedir a cooperação dos estudantes pra gente saber mais.

Resgatando a história e (re)conhecendo o passado

Converse com moradores de sua comunidade e faça um resgate sobre o passado. O objetivo é descobrir de onde vieram as pessoas. Anote tudo em seu caderno!

- Descubra em quais lugares da região ou do Brasil as pessoas já moraram;
- Tente entender por que as pessoas se mudavam, no que isso facilitava e dificultava a vida;
- Aproveite essa conversa para contar aos seus entrevistados o que você aprendeu na escola sobre os homens nômades do continente africano.
- Em sala de aula converse com seus colegas e façam juntos um cartaz com essa história para ficar na escola. Usem e abusem da criatividade no cartaz, façam desenhos, pinturas, escrevam trechos interessantes do que as pessoas falaram. É importante que quem nunca ouviu essa história consiga entender tudo ao olhar e ler o cartaz!

Araponga: agora Camélia, não é na África que é tudo deserto, como que eles faziam para plantar as coisas sem água?

Camélia: não Araponga, nem todos os lugares do continente africano são só deserto. Aliás o segundo maior rio do mundo, o rio Nilo, fica lá! E foi bem perto dele que muitos agricultores escolheram pra morar, logo assim que começou a existir a agricultura. Era sempre assim, as pessoas sempre ficavam perto dos rios. Desde os tempos antigos os rios eram muito importantes para a vida, afinal não se vive sem água. Ou melhor, não se vive bem sem uma água bem limpa! As primeiras formas de agricultura eram desenvolvidas perto dos rios, onde a terra é muito fértil e por isso não era preciso desmatar a floresta.... pense bem, o homem ainda estava aprendendo a fazer suas ferramentas, imagina se tivesse que derrubar uma mata para plantar..... coitado, ia demorar séculos e a terra nem seria tão fértil....



Principais rios e desertos do continente africano. Adaptado de wamfu.edu.glogster.com



Deserto do Saara, o maior deserto quente do planeta. Foto de Pichugin Dmitry.

Araponga: ah é, água limpa, tem que ser! Ninguém quer molhar sua plantação com água suja e beber então, credo!!! Então os rios são como um bom fogão de lenha, todo mundo quer ficar em volta.....

Araponga: Camélia, só uma coisa me deixou curioso, por que é que a terra perto do rio é mais fértil que as outras?

Camélia: ai Araponga você faz tantas perguntas, sua cabeça não para de pensar nunca não é? as terras da beirada dos rios são mais férteis por que, por que.... é, hum, bem..... eu não sei.... Já sei!!! vamos pedir ajuda aos estudantes, pode ser?

Histórias do viajante

O deserto do Saara é o maior deserto quente do mundo, mas ele nem sempre foi deserto. Há mais ou menos 8 mil anos atrás ele era uma grande floresta e alguns berços agrícolas se desenvolveram lá.

Trazendo o conhecimento de casa para a escola

- Pergunte para seus pais/mães, tios/tias ou avôs/avós se eles acham que a terra de perto do rio é melhor pra plantar e por que eles acham que ela é assim, mais fértil. Anote tudo no seu caderno.

Resgatando a história e (re)conhecendo o passado

Investigue como era a agricultura em sua comunidade no passado:

- Consulte os mais velhos, pais, vizinhos e quem mais puder ajudar.
- Descubra:
 - o que era plantado,
 - quem plantava,
 - quais ferramentas eram usadas,
 - se algum produto era vendido,
 - o que melhorou e piorou daquele tempo até hoje,
 - quais as principais mudanças na agricultura da região.
- Invente uma nova maneira de contar essa história:
Faça desenhos, escreva poemas, faça uma música, ou o que você quiser para recontar essa história.

Assim você vai saber contar pra quem quiser, além da história da agricultura no mundo a história da agricultura na sua comunidade.

Exercícios

1. Encontre no texto 3 palavras com 4 sílabas, um substantivo próprio e um substantivo comum.
2. Qual foi a importância do surgimento da agricultura para as mudanças que aconteceram nas sociedades humanas?
3. Para você, qual a importância da agricultura na vida dos agricultores de hoje em dia?
4. Você acha que o fato de ser um produtor rural muda alguma coisa na vida das pessoas? O que?
5. Passe para o singular a frase: *Os meus olhos coloridos, me fazem refletir.*
6. Passe para o plural a frase: *Você ri da minha roupa.*
7. Em grupo façam uma apresentação da música “*Olhos coloridos*” do compositor Macau.
 - a) O grupo deve escolher uma das estrofes da música para dar maior enfoque durante a apresentação. Mas não contem aos outros colegas. Eles terão que descobrir qual foi a parte da música que vocês escolheram.

Espaço do professor

Capítulo 1. África, o berço da humanidade – a evolução da espécie humana

Foi dentre os Australopithecus, no início limitados ao leste e ao sul da África, e depois atingindo a Ásia, que apareceram o gênero *Homo* e os utensílios fabricados. A fabricação desses instrumentos caracteriza a diferença entre seus artesãos, caminhando lado a lado com a evolução da espécie humana, quando por fim aparecem as habitações. A África é o único continente onde se encontram, numa linha evolutiva ininterrupta, todos os estágios do desenvolvimento da espécie humana: australopitecos, pitecantropos, neandertalenses e sapiens. É a partir desse ponto de vista que, confirmando a teoria de Charles Darwin, se atribui a origem da humanidade como africana.

Depois de centenas de milhares de anos de evolução biológica e cultural, foi no fim do paleolítico, há 12.000 anos, que as sociedades humanas fabricavam utensílios cada vez mais variados, aperfeiçoados e especializados. Estes instrumentos tiveram importância determinante para o desenvolvimento de modos de predação (caça, pesca, coleta) diferenciados e adaptados aos meios mais diversos. Essa especialização aumentou ainda mais durante o neolítico e foi ao longo desse último período da pré-história, há pelo menos 10.000 anos, que muitas dessas sociedades iniciaram a transição da predação à agricultura.

Capítulo 2. A relação entre a África e a origem da agricultura no mundo

No início, as primeiras práticas de cultura e de criação eram direcionadas às populações vegetais e animais ainda selvagens. Mas com o passar do tempo, de tanto serem cultivadas e criadas, essas populações adquiriram caracteres de espécies domésticas que perduram na maior parte das espécies cultivadas ou criadas nos dias de hoje.

As regiões do mundo onde se estabeleceram o cultivo agrícola e criação de animais são pouco numerosas e bastante afastadas entre si. Elas formam o que se chama de centros de origem da agricultura, tratando de amplas regiões e não especificamente de um ponto de origem. A partir desses centros, com o passar do tempo, a agricultura se expandiu para a maior parte das regiões do mundo. As primeiras sociedades agrícolas propagaram o novo modo de vida ocupando diferentes territórios exploráveis do planeta e transmitindo seus saberes e técnicas às demais sociedades com as quais se encontravam. É importante lembrar que por muito tempo o papel da África no desenvolvimento da agricultura, suas técnicas e seus recursos foi diminuído e até mesmo ignorado, por conta dos preconceitos coloniais e do desconhecimento tanto sobre a pré-história como sobre os cultivares africanos. No entanto as práticas empregadas nesse continente influenciaram a agricultura no Brasil, durante a exploração colonial, quando os primeiros africanos escravizados foram trazidos para cá e consigo trouxeram seus saberes agrícolas. O importante de ressaltar nesse contexto é que, embora a agricultura tenha aparecido em vários locais desde 10 mil anos atrás, até os anos 1.400 essa prática ainda não tinha sido desenvolvida em lugares como a Austrália, o sul da América do Sul, o noroeste da América do Norte e o Grande Norte da América. E que, além disso, o continente africano propiciou o aparecimento dessa atividade e sua evolução- o que caminha lado a lado com o desenvolvimento das sociedades humanas- e, no caso do Brasil, através da escravidão obteve-se o desenvolvimento social, econômico e cultural da agricultura do país pelas mãos dos escravos.

Com relação ao meio ambiente os primeiros agricultores ocupavam principalmente os ecossistemas arborizados, onde desenvolviam a criação de animais e formas de cultivos de derrubada e queimada. Também ocuparam os ecossistemas herbáceos e abertos onde se desenvolvia amplamente criações pastoris, associadas ou não a cultivos.

A importância da linguagem para o desenvolvimento agrícola e humano

Finalmente, é preciso dizer que nada do novo modo de vida teria sido compreendido, transmitido de um indivíduo a outro, conservado de geração em geração e aperfeiçoado sem a ajuda da linguagem. Esta deveria expressar as novas condições materiais, as novas práticas produtivas, a nova organização e as novas regras sociais, assim como as ideias, as representações e as crenças correspondentes. No começo do novo modo de vida, houve necessariamente o verbo. As primeiras linguagens articuladas se formaram no paleolítico, junto com a caça cooperativa aos grandes animais, é a cooperação humana agindo em favor de sua evolução. A hipótese de que as línguas-mãe, que originam às línguas atuais, teriam se formado nos centros de origem agrícola, se dispersado e se diferenciado ao mesmo tempo que as primeiras sociedades agrárias, é cada vez mais aceita. Assim, agricultura e linguagem teriam se expandido simultaneamente, percorrendo os continentes, até formar grandes extensões agrárias e linguísticas.

Em resumo, a revolução agrícola durante o neolítico não foi apenas a mudança do sistema econômico de sobrevivência decorrente das inovações técnicas. Ela também foi necessariamente vinculada a uma profunda revolução social e cultural, onde prevaleceram a troca, união e cooperação.

Pensando no uso da linguagem como um fator importante para a evolução social e cultural nos primórdios das sociedades humanas, e se caminharmos até os dias de hoje perceberemos que essa importância da identidade da língua tem certo reconhecimento pelo poder público.

A Constituição Federal na seção que dispõe sobre a cultura nacional, traz em seu artigo 216 que as formas de expressão, nas quais podemos incluir a linguagem, constituem patrimônio cultural brasileiro. Trata-se de um bem de natureza imaterial e material, individual ou coletivo, portador de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos. Quando pensamos, por exemplo, nos quilombolas, muitas vezes estes guardam características da linguagem de seus antepassados africanos ou do meio que habitam e da cultura na qual vivem. Resgatar, estudar e valorizar, em conjunto com essas comunidades, as características da linguagem é importante para reforçar laços de união, pertencimento e reconhecimento. Bem como para desenvolver o estudo da linguagem formal e sua importância na sociedade.

Igualmente, se pensamos sobre as inovações técnicas, percebemos que deter o conhecimento sobre estas é de grande importância às comunidades. Hoje em dia, aqueles que compreendem e dominam as mais variadas técnicas apresentam melhores chances de reprodução social, econômica e cultural. Não basta ao homem do campo ter a terra se não souber plantar ou não tiver os meios para fazer seus cultivos. Por isso mesmo, não bastaria ao Brasil implementar um programa de reforma agrária eficaz se aos trabalhadores não fossem dadas as condições adequadas de trabalho. Isso inclui além das ferramentas, que muitos agricultores familiares não podem comprar, também o conhecimento sobre o avanço técnico para otimização e sustentabilidade agrícola. Existe a necessidade de aproximar os conhecimentos científicos dos saberes populares com o intuito de gerar um diálogo produtivo para ambos. Além disso, existe a urgência de fazer chegar aos menos favorecidos as técnicas já existentes que costumam ficar restritas aos mais ricos e aos pesquisadores. Nesse sentido estender os saberes agroecológicos a um número máximo de pessoas, não só as do meio rural, é uma maneira de suprir carências de conhecimento técnico e mesmo financeiras dos produtores familiares.

Sobre o “Fique por dentro” da página 15: As formigas cultivadoras

Várias espécies de formigas da América tropical vivem em associação com uma espécie de

cogumelo doméstico. Essas formigas organizam o espaço construindo ninhos, galerias e criadouros para os cogumelos. Entre certas espécies, as galerias alcançam vários metros de profundidade e desembocam em salas de piso plano, teto em cúpula, às vezes com um metro de comprimento por 30 cm de largura. É nessa estrutura complexa que são instaladas as hortas de cogumelos. As formigas também constroem caminhos para o transporte, com dezenas de metros de comprimento, largura de um a dois centímetros e de via dupla: uma coluna de formigas vai para a coleta e outra volta para o ninho com o carregamento.

Para multiplicar os cogumelos dos quais se alimentam, as formigas praticam uma série de operações de cultivo. Elas preparam um leito de cultura coletando pedaços de folhas, de madeira e de raízes, que são cortados, triturados e modelados em bolinhas. Elas plantam nessas bolinhas fragmentos dos cogumelos que começam a se desenvolver. As formigas podam frequentemente os filamentos dos cogumelos, para impedir a frutificação e estimular a formação dos nódulos que servirão de alimento. A divisão social do trabalho é rigorosa. Os indivíduos maiores vigiam as entradas do ninho e raramente se afastam dali. Os de porte médio vão ao exterior coletar os resíduos vegetais. E os indivíduos menores cuidam das hortas de cogumelos e alimentam as larvas jovens. Estes cuidados com os cogumelos facilitam a multiplicação e assim, as formigas têm uma alimentação abundante para várias centenas de milhares de indivíduos.

Outras espécies de formigas vivem em associação com uma espécie de pulgão. Essa associação é uma verdadeira forma de criação. Para proteger os pulgões, as formigas criadoras constroem cavidades. As formigas que protegem os abrigos afastam os predadores concorrentes e cortam as asas dos pulgões para que não escapem.

Os pulgões ficam em câmaras cavadas perto de raízes de plantas, de onde sugam a seiva da qual se alimentam. As formigas se alimentam das excreções dos pulgões, ricas em açúcares. Para tal, as formigas estimulam com suas antenas o abdômen dos pulgões que eliminam as excreções açucaradas.

Sobre o “resgatando a história e (re)conhecendo o passado” da página 18

É possível fazer leituras a partir de semelhanças e diferenças entre a agricultura praticada no território e a praticada nos primórdios da humanidade, pedindo que os alunos identifiquem-as. Por exemplo, quanto ao trabalho ser coletivo ou não, quanto à participação dos familiares nas atividades. É importante mencionar que o trabalho coletivo não acontece em todas as áreas agrícolas do Brasil, que há uma intensa tecnificação agrícola o que acaba diminuindo a oferta de trabalho no campo e gerando um contingente de camponeses desempregados. Esse assunto é tratado com mais detalhes no fascículo 2. Semelhanças quanto ao destino da produção (consumo próprio ou venda) também podem ser mencionadas.

Sobre o exercício:

Em grupo façam uma apresentação da música “Olhos coloridos” do compositor Macau.

- *O grupo deve escolher uma das estrofes da música para dar maior enfoque durante a apresentação. Mas não contem aos outros colegas. Eles terão que descobrir qual foi a parte da música que vocês escolheram.*

Nesse exercício o aluno é estimulado a utilizar sua criatividade artística para representar questões que muitas vezes envolvem o cotidiano das comunidades e pessoas negras. São o racismo, o preconceito, a afirmação da identidade e a luta pela igualdade. Dividindo a classe em mais de um grupo pode ser possível fazer uma análise mais profunda da representação feita pelos estudantes

com relação às diferentes maneiras que as pessoas encontram para lidar com o preconceito.

Algumas interpretações que podem ser dadas às estrofes e às questões que elas trazem são propostas a seguir:

- a questão da necessidade sentida pelos negros de se posicionar diante das situações de preconceito, o que aparece nos versos “*os meus olhos coloridos, me fazem refletir; eu estou sempre na minha e não posso mais fugir*”;
- a questão do preconceito em si, nos versos “*você ri da minha roupa, você ri do meu cabelo, você ri da minha pele, você ri do meu sorriso*”;
- ou da afirmação da identidade negra e da extensão dela a todos os brasileiros, em “*mas a verdade é que você e todo povo brasileiro tem sangue crioulo...*”

Certamente, com o olhar do professor e dos estudantes, outras interpretações podem surgir, por isso não é necessário se limitar as que foram apresentadas. Uma maneira do professor captar outras interpretações dadas pelos estudantes é perguntando, depois da apresentação e sugestão dos grupos sobre o trecho escolhido por cada um, o por que de cada grupo ter enfatizado a estrofe que escolheu. Assim, o professor poderá analisar duas coisas:

- como está a interpretação de texto das crianças,
- e se elas já se posicionam de alguma maneira sobre a questão do preconceito.

Pensando nos estudantes quilombolas e que o movimento quilombola se destaca por seu engajamento nas lutas sociais, incluindo a contra o racismo e preconceito, algumas reflexões podem ser feitas. Quando a ênfase for sobre a afirmação da identidade ou sobre o despertar dos negros para a necessidade de se posicionar ativamente contra situações opressoras, pode-se trabalhar a postura proativa e de resistência que as pessoas têm com relação às questões do preconceito. Caso aconteça a ênfase sobre o preconceito sofrido, isso pode indicar que essa questão ainda tem um peso forte sobre as crianças e que para elas é mais fácil lidar com essa percepção, do preconceito sofrido, do que com a percepção de que podem se posicionar na luta contra essa situação. O importante aqui, é que o educador perceba essas nuances para que possa trabalhar com os estudantes, caso necessário, a superação de uma postura de vítima que percebe mais os preconceitos que sofre e acaba não percebendo a força que têm, e devem ter, para lutar e se posicionar contra esses preconceitos. É essencial não deixar parecer que um grupo foi melhor que outro devido à questão que escolheu enfatizar. Os resultados servirão de base para uma reflexão em grupo e não para uma comparação e escolha do certo ou do melhor. Refletir sobre as maneiras de lidar com o preconceito é o ponto desse exercício. Pode-se apenas senti-lo e lamentá-lo, senti-lo e adotar uma postura de lutar contra ele ou senti-lo e negá-lo, através da afirmação da identidade e da igualdade. A ideia é reforçar que são os oprimidos que têm a força para lutar contra a opressão.

Unidade 2 - A escravidão no Brasil

Araponga: Camélia, tive uma ideia! Que tal se a gente estudar um pouco sobre a época da escravidão no Brasil pra entender mais sobre a importância dos negros para o nosso país?

Camélia: Hun, boa ideia Araponga. Essa é uma história muito legal. Conhecendo ela a gente entende melhor um monte de coisas dos dias de hoje. A cultura, a economia, o início das desigualdades sociais e um monte de outras coisas têm influência da época da escravidão. Vamos estudar!!! Abre o livro!

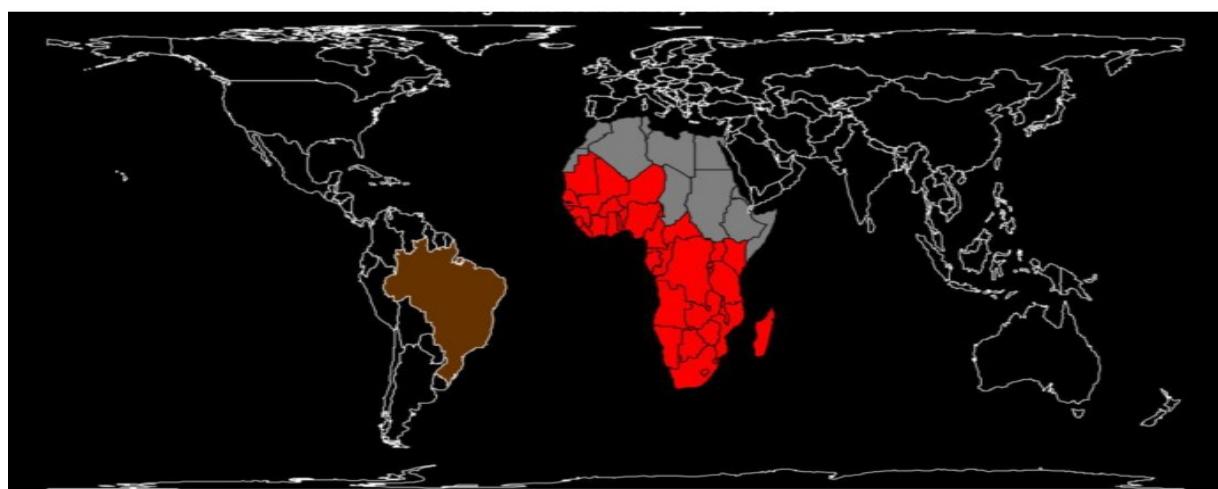
Capítulo 1. Quantidades, rotas, países e etnias

Durante mais de 300 anos milhares de africanos foram roubados de suas terras e escravizados criminosamente no Brasil. Isso quase todo mundo já sabe! Mas as vezes muitas coisas são esquecidas....

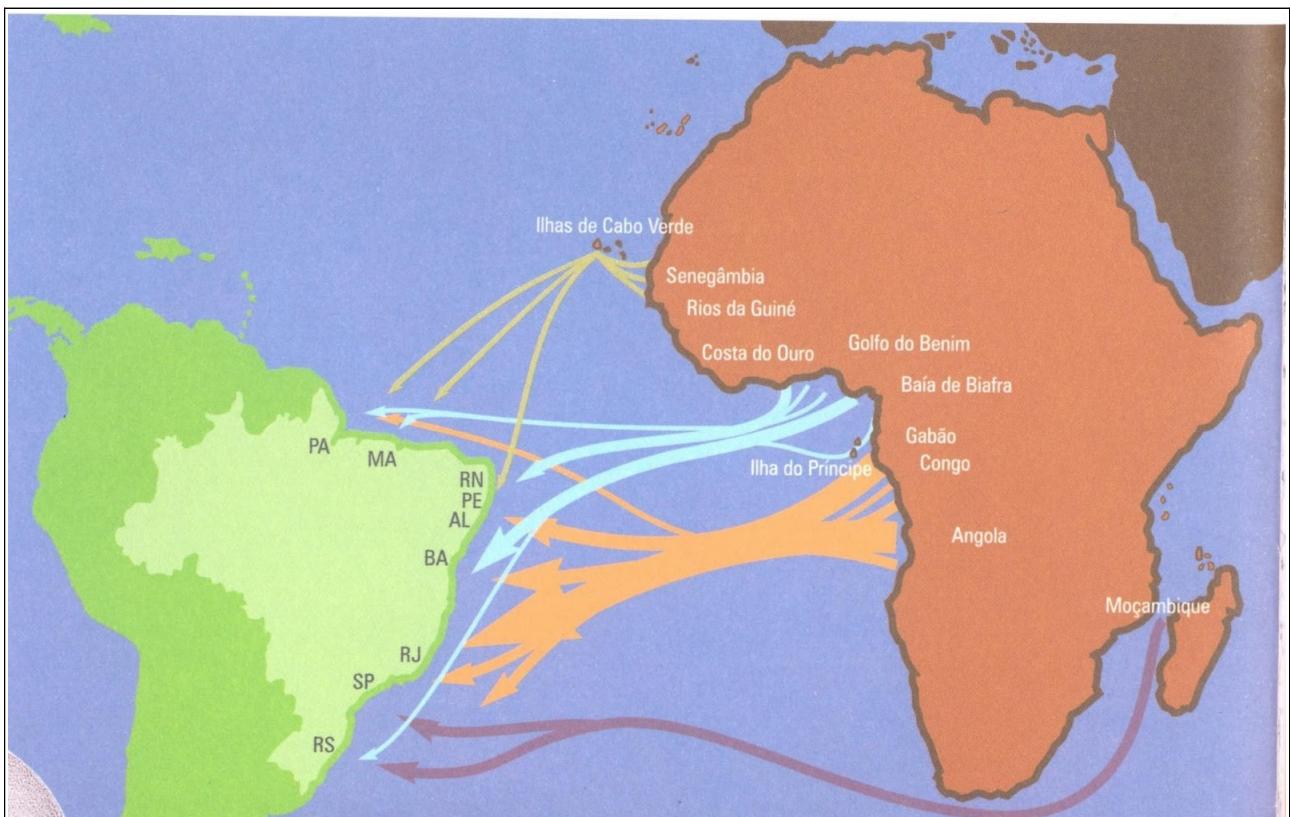
O tráfico forçado de pessoas do continente africano para a América durou quase quatro séculos, ou seja, 400 anos! O Brasil foi invadido pelos portugueses em 1500 e os primeiros africanos escravizados foram trazidos para o Brasil no ano de 1532.

O tráfico de escravos era uma das maiores e mais lucrativas atividades dos europeus nessa época. Era um verdadeiro mercado, onde se vendia pessoas! Por isso, é engano pensar que era a necessidade de mão de obra que fazia existir o tráfico de escravos. Pelo contrário, era o tráfico, que era muito lucrativo, que fazia existir a escravidão. Com essa atividade os países europeus conseguiram enriquecer muito, durante mais de 300 anos! Os negros africanos eram um produto de mercado e não só a mão de obra das colônias. Calcula-se que de 12 a 13 milhões de africanos foram retirados de suas terras e escravizados em outros lugares do mundo. Isso fez com que algumas regiões do continente africano tivessem problemas com o despovoamento. O Brasil foi o lugar que mais recebeu negros escravizados. Vieram para cá entre 3 e 4 milhões de pessoas. Por isso, hoje o Brasil é país fora da África que mais tem descendente de negros na sua população.

Os negros eram trazidos de vários lugares da África e iam para vários lugares do Brasil, por isso havia uma enorme diversidade entre os negros escravizados. Eram culturas, línguas e costumes bem diferentes. Olhe nos mapas as regiões de onde vieram e pra onde foram os escravizados em cada século do período da escravidão.



Em **marrom** está o Brasil, em **vermelho** as regiões da África de onde foram trazidos negros escravizados e em **cinza** as regiões de onde não vieram africanos. Fonte: ANJOS, 2011.



Rota dos africanos trazidos para o Brasil.

Repare!

Essa coisa estranha de escravizar pessoas existe no mundo há muito tempo e acontece ainda nos dias de hoje, mesmo sendo proibido. Quando os invasores chegaram no Brasil eles escravizaram os índios, que assim como os negros fugiam para não terem que trabalhar. Como os índios conheciam muito bem as matas, já que são os povos originários do Brasil, era mais fácil conseguirem escapar.

Em muito menor quantidade alguns brancos pobres também foram escravizados. A escravidão não era apenas uma questão de cor, era principalmente uma questão de poder. Quem tinha dinheiro e armas, escravizava aquele que não tinha.

Repare!

O Brasil tem a maior população de origem africana fora da África! Em 2009 eram 85.783.143 afrodescendentes. Esse número representa 44,7% da nossa população. Quase metade de todo o Brasil descende de negros africanos!

Araponga: Olha, tá aí uma coisa que eu não sabia! Os negros roubados do continente africano não

eram todos da mesma cultura! Eles eram de etnias diferentes!!

Camélia: Ah sim araponga, que eles eram de culturas diferentes eu já imaginava. Pensa só, o continente africano é enorme! É como no Brasil, que também é muito grande. Aqui o carioca fala de um jeito e tem seus costumes. O baiano, o paulista, o mineiro, o amazonense, o gaúcho, cada um tem seus costumes, falam com sotaques diferentes, plantam e comem coisas diferentes. São todos diferentes mesmo sendo todos brasileiros. E tem também os indígenas, que são de muitas culturas diferentes.... nossa é tanta gente que não dá pra ser igual.... Imagina então no continente africano que é muito maior que o Brasil, com certeza tem gente de todo jeito.... é uma diversidade cultural enorme.... ah deve ser tão lindo.... Mas Araponga, você falou etnia, o que é isso?

Araponga: Ah, olha essa figura que eu achei! Nela tem alguns exemplos de etnias africanas que foram trazidas para o Brasil. É assim, as pessoas dizem que são da mesma etnia quando elas se reconhecem como sendo do mesmo grupo. Nesse grupo as pessoas compartilham dos mesmos costumes, da mesma cultura, dos mesmos hábitos. Olha, Camélia, a gente não pode confundir. Ser da mesma etnia não significa ter a mesma cor de pele ou o mesmo tipo físico, significa praticar uma cultura em comum, se reconhecer como parte de um grupo e dessa cultura e reconhecer que existem outros grupos diferentes do seu e que você não faz parte deles.



"Diferentes nações negras", pintura de Johann Moritz Rugendas, mostra africanos de diferentes etnias: 1- monjolo, 2 – mina, 3 e 4 – moçambique, 5 e 6 – benguela, 7 – calava, 8 e 9 - moçambique. Perceba que nesse caso o que diferencia as etnias são o corte dos cabelos e as pinturas na pele.

Repare

Durante a escravidão no Brasil os brancos separavam os negros em algumas etnias, mas dentro de cada etnia estavam pessoas de diferentes tribos, que poderiam ser também de diferentes etnias. Perceba que no quadro de Rugendas ele representa diferentes etnias com o mesmo nome de Moçambique.

Exercícios:

1. Por que existia a escravidão? O que os países europeus ganhavam com ela?
2. Olhando para os mapas responda: de quais regiões da África vieram os negros escravizados que foram para o estado do Rio de Janeiro?
3. Leiam a letra e escutem a música do cantor Jorge Ben Jor e façam os exercícios abaixo:

Zumbi

*Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo*

*Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há uma princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados num carro de boi*

Eu quero ver...

*Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo*

*Aqui onde estão os homens
Dum lado cana-de-açúcar
Do outro lado o cafetal
Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão tão branco
Sendo colhidos por mãos negras*

Eu quero ver...

*Quando Zumbi chegar
O que vai acontecer
Zumbi é senhor das guerras
É senhor das demandas
Quando Zumbi chega é Zumbi é quem manda
Eu quero ver...*

- a) Encontre um erro de português na música e reescreva a frase da maneira correta.
- b) Se dividam em grupo e preparem uma encenação sobre a música. Tentem representar tudo o que diz a música.
4. Leiam a letra e escutem a música do cantor Chico César e façam o exercícios abaixo:

Respeitem meus cabelos, brancos

Respeitem meus cabelos, brancos

Chegou a hora de falar;

vamos ser francos.

Pois quando um preto fala,

o branco cala ou deixa a sala

com veludo nos tamancos.

Cabelo veio da África

junto com meus santos.

Benguelas, Zulus, Gegês

Rebolos, Bundos, Bantos

Batuques, toques, mandingas

danças, tranças, cantos.

Respeitem meus cabelos, brancos.

Se eu quero pixaim, deixa.

Se eu quero enrolar, deixa.

Se eu quero colorir, deixa.

Se eu quero assanhar, deixa.

Deixa, deixa a madeixa balançar.

- a) O que você acha que quer dizer a seguinte frase “*Respeitem meus cabelos, brancos*”?
 - b) Pra você, qual mensagem a música quis passar?
5. No caça palavras abaixo encontre mais 15 etnias de africanos que foram trazidos para o Brasil. Os ijexás, oyos, fon-jeje, fântis, achântis, haussás, daomeanos, ketu, oxogbôs, mandingos, ifés, tapas, guruncis, mahis e egbás.

m	o	y	o	y	o	s	g	ç	e	j	v	s	x	u	s	e	h	m	s	m	i	g	a	x	z	u	c	o	f
n	d	ç	t	q	f	i	g	u	w	i	f	e	s	x	g	d	f	u	n	a	l	f	w	l	i	a	t	y	g
ç	c	d	g	p	a	y	k	e	d	b	a	n	c	z	h	l	e	ç	k	n	e	h	m	a	h	i	s	r	i
o	a	b	u	c	n	f	o	h	j	e	s	d	u	i	v	r	x	p	o	d	a	v	e	v	b	r	a	z	i
s	f	y	r	w	k	y	p	a	z	t	g	k	u	j	t	w	f	t	v	i	y	t	p	i	o	p	u	a	n
h	x	b	u	i	i	e	k	l	s	q	t	r	e	ç	u	y	b	f	a	n	t	i	s	x	i	m	k	y	b
m	i	t	n	a	n	z	i	n	g	a	u	j	v	t	p	u	ç	v	d	g	s	s	r	b	b	r	ç	u	p
a	k	ç	c	g	h	c	b	n	s	w	y	a	s	a	g	o	v	r	d	o	a	p	k	i	y	ç	a	e	d
h	m	i	i	d	r	d	s	g	x	z	o	s	e	z	e	s	b	ç	z	s	p	o	i	e	s	d	s	p	y
i	w	b	s	e	s	e	j	e	j	n	o	f	t	r	k	t	g	v	n	f	y	v	x	s	a	u	f	w	m
s	o	m	s	p	v	i	k	g	v	z	d	r	i	e	h	h	a	u	s	s	a	s	x	o	d	r	w	l	u
x	e	v	o	l	i	r	w	b	l	k	a	o	e	u	a	v	l	b	e	h	o	g	m	l	i	p	i	a	y
t	x	i	h	c	d	e	l	a	f	s	g	x	l	f	r	x	f	p	v	a	b	e	h	l	o	f	k	a	e
f	a	t	j	i	a	l	o	s	e	n	m	o	k	e	e	g	m	d	s	o	a	d	f	e	r	s	p	o	r
l	a	u	k	e	q	j	c	d	k	p	ç	g	i	e	u	p	d	c	v	n	o	k	i	i	d	f	v	b	b
e	f	h	0	f	x	d	g	g	f	a	m	b	r	t	g	d	k	x	o	1	g	a	ch	a	n	t	i	s	
t	a	p	a	s	h	a	r	c	c	l	v	o	z	d	k	f	s	s	w	p	x	l	f	y	k	k	r	l	y
ç	r	g	y	f	r	p	s	o	p	a	e	s	y	u	f	r	e	ç	w	r	h	a	u	y	s	ç	r	e	c

Camélia: Araponga, o Brasil foi invadido pelos portugueses em 1500, certo?

Araponga: Sim!

Camélia: Os primeiros escravos chegaram no Brasil em 1532, certo?

Araponga: Sim, Camélia.

Camélia: E muita coisa começou a mudar naquela época, certo?

Araponga: Certo Camélia, mas fala logo o que você quer saber!!

Camélia: Ah... eu fiquei pensando qual foi a influência dos africanos escravizados para a cultura brasileira... Você sabe?

Araponga: Hun, além do samba eu não sei não... é, boa pergunta essa, vamos procurar...

Capítulo 2. A construção da cultura brasileira pelas mãos dos escravizados

Os negros roubados da África que foram feitos escravos no Brasil trouxeram consigo, na memória, no corpo, no modo de falar e vestir e nas danças, inúmeras características das culturas e das sociedades que viviam. Assim, o Brasil e os brasileiros ficaram cheios dessas heranças, que tornaram a cultura nacional cada vez mais rica, diversa, colorida e saborosa. Como bem disse a professora e militante das causas negras Lélia Gonzalez:

“Você quer saber; a cultura negra não é só o samba, o pagode e o funk. Ela está é no “pretuguês” que falamos. Transformou a língua e toda a nossa cultura.”



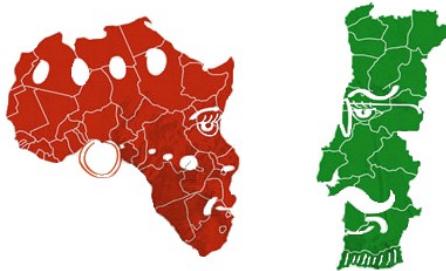
Lélia Gonzalez. Fonte:
geledes.org.br

Histórias do viajante

As técnicas de fazer as redes de dormir no nordeste brasileiro permanecem até hoje usando a forma têxtil de tear vinda da África.

A linguagem

Hoje em dia quando um brasileiro vai à Portugal ou à algum país africano de língua portuguesa ele pode não entender bem o português falado nestes lugares. Uma das causas disso, é a influência dos negros escravizados na língua brasileira, trazendo novas palavras e novas expressões.



Adaptado de Revista de História da Biblioteca Nacional.

A maioria dos negros aprisionados e trazidos para o Brasil falava quimbundo, quicongo e umbundu. Essas línguas do mundo banto eram muito parecidas e os negros de diferentes etnias aprendiam a falar todas durante a viagem nos navios negreiros. Isso era muito importante para eles, por que assim podiam se comunicar, fortalecendo sua luta e seus costumes. Outras línguas africanas faladas no Brasil eram o iorubá (ou nagô), o ewe (ou jêje), o fon, o kanuri (ou nifê), o gurunci e o hauçá. Todas essas línguas enriqueceram muito o português do nosso país. Veja, as palavras abaixo são todas de origem africana.

samba, capoeira, ginga, berimbau, cuíca, agogô, fuxicar, quitute, mocotó, moqueca, candomblé, umbanda, tindolelê, caxumba, dendê, maxixe, guandu, inhame, chuchu, jiló, quiabo, canjica, fubá, mocotó, cachaça, camundongo, papagaio, minhoca, gambá, macaco, marimbondo, cochilo, muamba, miçanga, balangandã, tanga, sunga, tamanco, cafofo, caçula, babá, bunda, calombo, corcunda, bengala, careca, cochilar, banguela, capenga, batucar, zabumba, xodó, dengo, cajuné, sacana, lelé, capanga, quitanda, senzala, quilombo, desbundar, catinga, cambada, muamba, engambelar, maracutaia, molambo, cochichar, fungar, mocambo, banzo, mucama, empate, moleque, carimbo, moringa, cachimbo, gangorra, chafariz, murundu, xingar

Histórias do viajante

No continente africano se fala mais de 2 mil línguas! Lá a mesma pessoa pode saber falar mais de 5 línguas! Hoje em dia no Brasil existem mais de 270 línguas. Quando o Brasil foi invadido pelos portugueses, no ano de 1500, falava-se mais de mil línguas diferentes. Todas essas línguas, tirando o português, são línguas indígenas que nós infelizmente desconhecemos, não aprendemos a falar e muitas vezes nem sabemos que existem.

Exercícios

1. Crie frases, poemas, músicas, um diálogo ou o que você quiser usando palavras africanas. Veja os exemplos:

A minhoca foi *fuxicar* no *murundu*

A cobra *banguela* comeu até ficar *lelé*.

Foram três *camundongos*!

Ela ficou *capenga*,
criou um *calombo* e uma *corcunda*.

2. Encontre entre as palavras de origem africana 4 verbos e 3 substantivos comuns.

3. Encontre as sílabas tônicas das palavras abaixo:

inhame camundongo senzala moqueca gambá

Resgatando a história e (re)conhecendo o passado

Para fazer esse resgate escolha uma das estratégias abaixo:

1. Peça pra alguém mais velho da sua família ou comunidade contar uma história antiga que você ainda não conheça.
 - Preste bastante atenção nas palavras que a pessoa disser e tente descobrir alguma que você nunca ouviu.
 - Peça para a pessoa explicar o que significa a palavra que você não conhece. Anote no seu caderno a palavra e seu significado.
 - Com essa estratégia você pode aprender novas palavras e conhecer uma nova história da sua família. Mas se nada acontecer mude de estratégia.
2. Pergunte aos mais velhos outros nomes que eles dão às coisas. Por exemplo, abóbora também é chamada de mugango em alguns lugares. Se precisar dê esse exemplo para a pessoa para ela entender melhor sua pesquisa. Anote no caderno a palavra e o que ela significa.

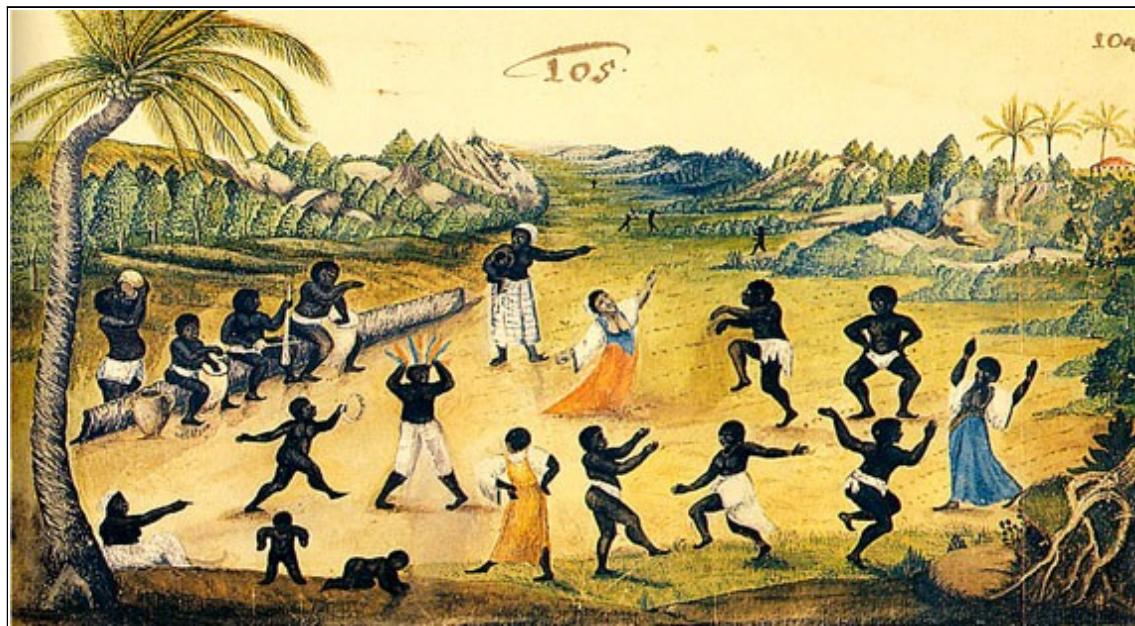
Depois em sala de aula, todos os estudantes devem contar aos outros colegas:

 - qual estratégia escolheu e por que,
 - quem entrevistou,
 - quais palavras descobriu e quais seus significados.

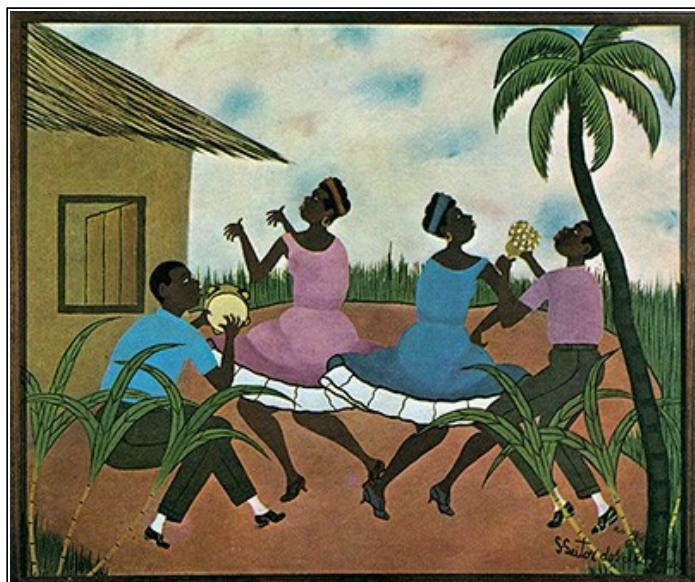
A música – ontem e hoje

Os pais foram o lundu, o vissungo, o calundu, a umbigada, o jongo, o maculelê e muitos outros ritmos africanos que não se sabe ao certo o nome. Os escravizados cantavam para ritmar o trabalho nos canaviais, nos cafezais e nas minas, cantavam nas senzalas, nas festas, nas celebrações religiosas, para comemorar a fuga, a criação dos quilombos, para celebrar o casamento, o nascimento e a morte. Onde havia um escravo havia música. Música para alegrar, músicas de

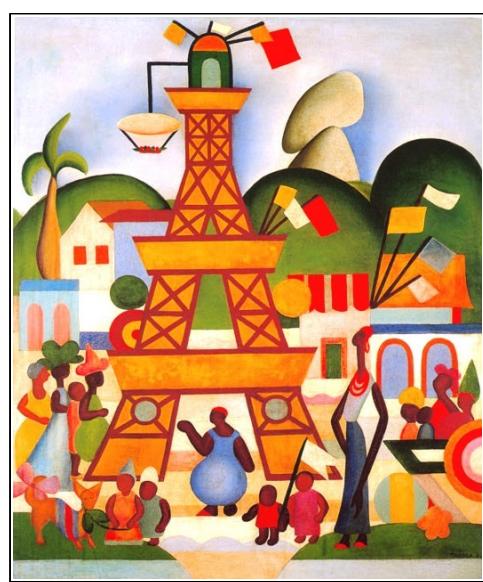
lamento, músicas de resistência. Danças para se defender, para festejar as divindades, para se distrair.



"Dança de negros", aquarela de Zacharias Wagener da década de 1630.



Quadro "Samba em Terreiro" de Heitor dos Prazeres, sem data.



"Samba em Madureira, 1924" Quadro da pintora Tarsila do Amaral.

De uma mistura bem brasileira, marcada pela cultura negra, nasceram muitos ritmos locais em várias regiões do Brasil. Hoje o tambor de crioula, o samba, o maracatu, o maxixe, o coco, o carimbó, o jongo, o pagode, a congada, a ciranda, o afoxé, o catumbi e muitas outras fazem a cultura brasileira um exemplo da diversidade que nasceu juntando África e Europa no solo do Brasil.

Repare!

Conheça alguns ritmos musicais de outros países da América Latina que também foram criados com influência dos negros escravizados que foram levados para lá.

Argentina e Uruguai → Tango

Cuba → Rumba, Merengue, Salsa, Mambo

Colômbia → Cumbia

Equador → Marimba

Histórias do viajante

Falando nisso me lembrei.

Passando por Portugal foi que reparei.

Se os africanos influenciaram por aqui, o mesmo aconteceu do lado de lá.

Hoje em Portugal existe o *rasga*
que negros africanos escravizados ensinaram a dançar.

E ainda tenho mais histórias sobre a arte, veja bem:

A primeira música gravada no Brasil foi um lundu que se chama “*Isto é bom*”. Essa gravação aconteceu no ano de 1902. O lundu é um ritmo dos escravos considerado o pai do samba. No inicio, lá pelos anos de 1700 era uma dança coletiva, uma mistura da umbigada africana com o fandango português e só mais tarde virou um ritmo musical.

O período entre a abolição, em 1888, e o ano de 1920, foi de intensa atividade para os artistas e estudiosos afro-descendentes. Escrevendo e atuando em inúmeras montagens teatrais em circos por todo o Brasil, Benjamin de Oliveira, o “palhaço negro”, criou o teatro popular brasileiro. Esse teatro era tão importante naquela época quanto a televisão é hoje em dia. Nas suas apresentações tocava o lundu, mostrando por todo o Brasil a herança da cultura africana. Outros descendentes de negros que ficaram famosos no mundo artístico nessa época foram Eduardo das Neves, que também era palhaço; a compositora Chiquinha Gonzaga; o compositor e regente Paulino Sacramento; o jornalista Francisco Guimarães; Zeca Patrocínio, pioneiro do cinema brasileiro; Hemetério dos Santos, que escreveu a primeira gramática da língua portuguesa, Pixinguinha, cantor e compositor e Grande Otelo, ator e comediante.

Maria Firmina dos Reis foi uma negra que escreveu a obra *Úrsula* (1859) num momento que nem escritoras brancas tinham espaço para isso. A obra é considerada o primeiro romance de autoria feminina no Brasil!

Veja os instrumentos presentes no Brasil e que são de origem africana. Eles representavam além do ritmo das músicas, tocavam também o som da resistência :



Agogô de metal



Caxixi



Agogô de coco



Tambores



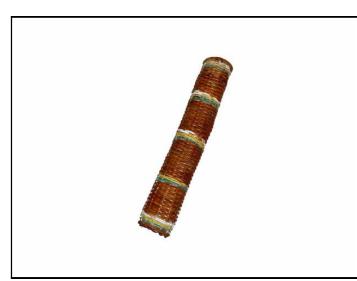
Quadro “Berimbau” de Márcio Bracali.



Xequerê



Cuica



Ganzá artesanal

A saúde – o negro e a medicina da natureza

A importância dos negros para a sociedade brasileira durante o período de escravidão até os dias de hoje pode ser vista em inúmeras atividades. Lá pelos anos de 1720-30 muitos escravos eram tidos como verdadeiros sacerdotes por seu enorme conhecimento tradicional. Existiam muitos curandeiros que com a ajuda de plantas medicinais e das rezas praticadas no candomblé curavam doenças graves como a tuberculose e a varíola. Eles participaram inclusive do combate às epidemias que assolararam a Bahia no século 19. Na crença do candomblé esses curandeiros podem ser orientados por *Ossaim*. Ossaim é a divindade que está relacionada com as plantas medicinais. Os conhecimentos dos curandeiros ofereciam às pessoas serviços de saúde que o governo colonial não oferecia satisfatoriamente. Esses escravos eram reconhecidos por toda a sociedade. Houve até um empresário que junto com duas escravas abriram um consultório! Com essas atividades os escravos podiam ganhar muito dinheiro, alguns curandeiros eram recebidos nos monastérios, pelas pessoas ricos e até agraciados pelo rei de Portugal pelos bons serviços prestados. Muitos puderam comprar sua alforria trabalhando com seu conhecimento médico para tratar as pessoas.

Histórias do viajante

O conhecimento que os africanos trouxeram para o Brasil sobre a cura e tratamento de doenças com plantas medicinais são estudadas hoje em dia pelos cientistas, que comprovam sua eficiência. Hoje em dia essas técnicas tem sido cada vez mais aceitas pela medicina e no Brasil existe um forte movimento para que elas façam parte do atendimento dos hospitais públicos.

Muitos desses curandeiros, que eram verdadeiros médicos, também praticavam rituais religiosos típicos da África. Luzia Pinta, escrava curandeira, misturava tradições africanas, católicas e indígenas no mesmo espaço. Essa mistura deu origem à religião da umbanda. Outros escravos misturando as diferentes crenças religiosas que tinham criaram o candomblé. O candomblé foi criado na Bahia por escravos que eram da família real Arô. Na África eles viviam no território nagô, também chamado de iorubá. Essas religiões cultuam várias divindades, que são chamadas de orixás e representam as forças da natureza. A existência de várias divindades demonstra, mais uma vez, a união dos povos africanos. Isso porque as várias etnias africanas trazidas para o Brasil se uniram para recriar seus costumes religiosos. Os escravos tinham costumes muito diferentes uns dos outros, mas como sempre se uniram para resistir à escravidão, uniam também suas culturas no seu dia a dia. Por isso aqui no Brasil a umbanda e o candomblé unem características de religiões de várias partes da África. Ninguém era excluído por se diferenciar. Se todos ficassem juntos seria mais fácil manter a resistência. Isso fez nascer no Brasil uma novidade tanto para os brancos como para os negros.

Exercícios

1. Você conhece alguma planta medicinal? Qual é e para que ela serve?
2. Você conhece alguma rezadeira, curandeira ou benzedeira? Se não conhece, pergunte aos seus pais e familiares mais velhos se eles já ouviram falar disso e se tem alguma história para contar. Anote a história no seu caderno para contar aos colegas da escola.
3. Pesquise na sua casa se os seus familiares usam alguma planta como remédio.
 - a) Anote quais são as plantas, para que elas servem e onde podem ser encontradas.

Na próxima aula, com a ajuda da professora e em grupo com os colegas elaborem um cartaz para ficar exposto na escola sobre as plantas medicinais e seus usos.

A alimentação - na boca do brasileiro o gosto da África.

A banana é herança africana. Essa fruta se tornou marca registrada das plantações brasileiras, cercando as casas dos povoados e as casas indígenas. A banana foi a maior contribuição africana para a alimentação do Brasil, em quantidade, distribuição e consumo.

A palmeira do dendê, de origem africana, foi cultivada ao redor da cidade de Salvador. Foi na Bahia que a cozinha africana mais conservou sua cor e sabor. Além dessa palmeira, com o tráfico dos escravos muitos vegetais africanos foram trazidos para o Brasil e ficaram populares por aqui. Alguns exemplos são o quiabo, o caruru, o inhame, a erva-doce, o gengibre, a pimenta malagueta, o açafrão, o gergelim, o amendoim africano, a melancia, a manga, a jaca, o arroz africano e a cana-de-açúcar. O coqueiro e o leite de coco também vieram de lá, assim como a galinha-d'angola.

O angu, o cuscuz de milho, a cocada, a galinha com quiabo, a feijoada, a moqueca de peixe, o vatapá, mungunzá e o acarajé são pratos brasileiros típicos mas que originam da cultura dos escravos africanos. Veja trechos da música abaixo:

Vatapá

Compositor e intérprete: Dorival Caymmi

Quem quiser vatapá,

ô Que procure fazer

Primeiro o fubá

Depois o dendê

(...)

Bota castanha-de-caju

Um bocadinho mais

Pimenta-malagueta

Um bocadinho mais

Amendoim, camarão, rala um coco

Na hora de machucar

Sal com gengibre e cebola, iaiá

Na hora de temperar

(...)

Com qualquer dez mil réis e uma nêga ô

Se faz um vatapá

Se faz um vatapá

Que bom vatapá

Araponga: Viu, Camélia! Muita coisa na cultura dos brasileiros é herança dos africanos e foi deixada pelos escravos.... Eles são a essência da cultura do Brasil....

Camélia: você está certa Araponga, mas a gente nunca pode esquecer dos indígenas brasileiros e dos descendentes europeus. Eles também formam a essência da nossa cultura. É essa mistura toda que deixa o Brasil mais legal, mais interessante e mais bonito. Eu adoro!!

Perceba como a culinária afro-brasileira está presente no seu dia a dia. Pense quais são os alimentos e pratos que você consome e que só estão na mesa dos brasileiros por que os negros escravizados os trouxeram, cultivaram e preparam.

Trazendo o conhecimento de casa para a escola

1. Investiguem entre os agricultores de sua comunidade se eles cultivam alguma das espécies que foram trazidas para o Brasil durante o tráfico de escravos. Anotem todas no caderno. Escolham uma das espécies para investigarem mais.
 - a) Para investigar mais sobre a espécie escolhida, tentem coletar o máximo de informações sobre a espécie que estão pesquisando. Veja algumas coisas que vocês podem perguntar:
 - se o produtor planta mais de uma variedade da espécie.
 - qual é a melhor época para o plantio.
 - em qual lua se planta.
 - em qual lua se colhe.
 - de onde vem as sementes.
 - se existe algum animal que come aquela espécie.
 - que tipo de terra é mais adequada.
 - b) Perguntem para as mulheres quais receitas elas preparam com a espécie escolhida. Anotem tudo no caderno.

Dicas:

- ✓ Se quiserem dividam as tarefas entre o grupo.
- ✓ Quem preferir conversar sobre as receitas, entrevista as mulheres.
- ✓ Quem preferir saber mais sobre a espécie escolhida conversa com o agricultor. Mas depois o grupo tem que se unir para trocar as informações.

Em sala de aula, com a ajuda da professora, o grupo deve fazer um cartaz para apresentar para os outros grupos.

- Usem recortes de revistas e jornais, desenhos, sementes, terra, folhas. Abusem da imaginação e façam um cartaz bem bonito para depois explicar para a classe!
- Vocês podem também combinar de fazer um dia da comida africana na escola. Levem algumas frutas ou pratos para comer e dividir com os colegas no recreio. Mas não esqueçam de contar a quem ainda não sabe que todos aqueles alimentos são heranças africanas da época da escravidão.

Araponga: Camélia, o que será que os escravizados faziam para escapar da escravidão que foi tão desumana?

Camélia: Ixi Araponga, eles faziam um monte de coisas! Isso já é um outro assunto...

Capítulo 3. Resistência e abolição da escravidão

A resistência na escravidão e a formação dos quilombos

Ao contrário do que costumam dizer e pensar, os negros escravizados não eram submissos, medrosos, passivos, nem aceitavam a escravidão de maneira dócil. Alguns cativos pressionavam por direitos. Muitos eram atendidos em suas reivindicações e assim se sentiam um pouco mais livres. Os escravos que trabalhavam com os conhecimentos ancestrais conseguiam situações favoráveis. Era o caso dos negros curandeiros, que eram muito bem tratados pelos brancos pela sua importância na cura de doenças e que ganhavam dinheiro por esse trabalho.

Os que trabalhavam nos seminários das igrejas tinham aulas com os padres. Eles aprendiam sobre a cultura e costume dos brancos e conseguiam negociar com mais facilidade várias coisas com seus donos. Os que trabalhavam nas casas tinham mais contato com os donos, assim também conseguiam negociar algumas coisas. Podemos perceber que os escravos não eram desprovidos de poder e que lutavam por seus direitos de várias maneiras.

Muitos e muitos negros fugiam, se revoltavam e enfrentavam os brancos de várias maneiras mesmo sabendo que depois disso poderiam ser castigados.

Alguns escravos não faziam o trabalho que eram obrigados a fazer. Outros faziam mal feito. Outras formas de resistência era não se curvarem para os brancos, não lavar os pés deles e não servir sua comida. Assim muitos os negros escravizados não faziam as tarefas que os rebaixava diante dos brancos.

Uma das formas mais importantes de resistência entre os escravos era continuar praticando suas religiões. Nos cultos africanos sempre haviam danças e músicas cantadas nas línguas africanas, era um momento de diversão, união, devoção e forte resistência à imposição da cultura branca.

As músicas tocadas pelos escravos também era uma forma de resistir. Dizem até que quando os escravos começavam a tocar os tambores os brancos ficavam com medo, pensando que fariam uma rebelião. O poder dos tambores como forma de resistir e manter viva a cultura foi até tema da música “Tambores” do cantor e compositor Chico César.

*“Peço atenção agora meus senhores
Pros tambores, os tambores
Pois o que bate agora meus senhores
são os tambores, os tambores
Mais forte que o açoite dos feitores
São tambores, os tambores (...)”*

A dança e luta da capoeira também surgiu para que os escravos pudessem se defender. Eles tinham muita agilidade e lutavam capoeira quando era recapturados e maltratados.

Não podemos pensar também que durante os mais de 300 anos de escravidão no Brasil os escravos eram tratados da mesma maneira. Isso variava muito entre as regiões do Brasil. A relação entre escravizador e escravo também se transformou muito com o passar do tempo. Quanto mais conhecimento tinha o escravo, mais chances ele tinha de obter benefícios e algum tipo de respeito

dos brancos.

A fuga foi outra forma de resistir à escravidão. Por isso surgiram muitos quilombos no Brasil. Observe no mapa.



Localização dos principais quilombos da época da escravidão. Adaptado de ANJOS, 2011.

Histórias do viajante

Quilombo vem de *kilombo*. É uma palavra da língua africana quimbundo que era falada em Angola e no Congo e que tem vários significados:

- *filho de negro que não é negro;*
- *habitação;*

- lugar para estar com Deus;
- acampamento guerreiro na floresta e
- povoado.

Os quilombos eram lugares para onde iam os escravos fugidos, os negros libertos e até mesmo indígenas, também fugindo da escravidão e brancos pobres. Era um lugar de resistência das minorias, dos pobres e dos explorados. Nesses lugares a terra era de todos, não havia uma pessoa que fosse dona dela. Essa característica, da terra ser todos, é uma herança da cultura africana.

Naquela época existiam dois tipos principais de quilombo:

- Um era fixo, ou seja, se estabelecia num único lugar onde as pessoas plantavam, caçavam e pescavam.
- No outro as pessoas estavam sempre migrando, ou seja, mudando de lugar. Essa estratégia diminuía as chances dos escravos serem encontrados pelos capitães do mato e escravizados novamente. Por isso, hoje em dia, para que uma comunidade seja reconhecida como remanescente de quilombo ela não precisa estar exatamente no mesmo lugar que seus antepassados ocuparam. Nesse tipo de quilombo os ex-escravos viviam da caça e da coleta de alimentos da natureza. Muitos desses quilombos nunca foram descobertos.

Os escravos de um quilombo podiam ter vindo da mesma fazenda ou de fazendas e lugares diferentes. Muitos quilombos ficavam e lugares bem escondidos e outros nem tanto. Alguns ficavam em áreas muito distantes das fazendas, dos engenhos, das cidades e das vilas. Outros ficavam mais perto e as vezes no meio das cidades. Os escravos desses quilombos urbanos vendiam seus produtos agrícolas nas vilas.

Os negros fugidos recebiam ajuda dos negros que não tinham fugido, dos negros libertos e até mesmo de alguns brancos. Eles eram ajudados com comidas, armas e munição e outras coisas necessárias para que a resistência continuasse. Os negros libertos ajudavam a soltar os quilombolas que eram recapturados pelos capitães do mato. Eles também informavam ao quilombo sobre o movimento das tropas de recuperação.

Muitos escravos que fugiram conseguiram depois comprar sua liberdade. Existia os negros fugidos que trabalhavam para outras pessoas nas roças, eles ganhavam pouco, mas ganhavam. Os negros que conheciam as minas de ouro, conseguiam vender as pedras para os comerciantes. Com o dinheiro compravam sua alforria. Assim, de escravos fugitivos passavam a ser escravos libertos.

A música “*Quando eu vim de Minas*” do canto e compositor Xangô da Mangueira retrata bem que era possível conseguir dinheiro com a venda do ouro.

*“Quando eu vim de Minas
Trouxe ouro em pó*

*Trabalhava lá em Minas
Juntei dinheiro numa sacola
Por causa de uma mineira
Quase peço esmola*

*Você diz que é esperto
Mas esperto fui eu só*

*Eu que trabalhei na mina
E juntei meu ouro em pó*

*Quando eu vim de Minas
Trouxe ouro em pó*

*Trabalhava noite e dia
Trabalhei com chuva e sol
Mas assim eu consegui
Foi trazer meu ouro em pó*

*Sou mineiro, sou de fato
Sou mineiro, mas sou requintado
Eu não volto lá pra Minas
Porque tenho meu corpo cansado”*

Histórias do viajante

Passando pelo Brasil ouvi dizer: “os negros escravizados também envenenam os senhores para se livrar da escravidão”. Escute só essa história da princesa Zacimba Gaba.

Zacimba veio da nação Cabinda e foi escravizada ainda menina. Quando o fazendeiro descobriu que ela era uma princesa fez dela prisioneira na casa grande. Ele tinha medo que os outros escravos, que também eram da nação Cabinda, fizessem alguma coisa para salvar a princesa e ameaçou matá-la se os escravos se revoltassem. Por muitos anos Zacimba trabalhava só na casa grande. Ela não podia ficar na senzala junto com seu povo.

Dizem que nas noites claras Zacimba cantava tão alto as músicas da nação Cabinda pedindo força e proteção aos deuses que todos os outros escravos ouviam. Assim eles se comunicavam e firmavam sua força para uma luta que duraria muitos anos.

Zacimba tinha uma estratégia muito astuta e paciente. Ela proibiu os escravos de fazerem qualquer coisa para tentar libertá-la. Eles iriam se libertar da escravidão juntos e aos poucos. A estratégia era envenenar o senhor.

Na senzala os escravos preparavam com muito cuidado um veneno. Da cabeça de uma cobra, faziam um pó que colocavam todos os dias na comida do senhor. Ninguém poderia desconfiar. O veneno não agia na hora. O senhor tinha que comer a comida envenenada por muitos dias para fazer efeito.

No dia em que o senhor começou a passar mal, envenenado, foi a chance para Zacimba e os outros escravos fugirem. Formaram um quilombo e lá viveram por mais de 10 anos sem serem descobertos.

Zacimba não parou de lutar contra a escravidão. Junto com os outros negros iam em canoas até alto mar para dominar os navios negreiros e libertar os africanos trazidos.

Assim foi que ouvi a história da princesa guerreira. Veio de África para lutar na terra brasileira.

Camélia: Araponga, você sabia que não era só o escravo fugido que conseguia comprar sua alforria? Muitos outros escravos conseguiam comprar sua liberdade!

Araponga: mas como Camélia??

Camélia: Primeiro:

- Existiam os escravos de ganho. Esses escravos trabalhavam nas cidades. Eles vendiam os produtos dos seus donos e as vezes ganhavam uma porcentagem do lucro das vendas.
- Outro tipo de escravo de ganho era quando o dono vendia o trabalho dos escravizados para outras pessoas. Assim, uma parte do dinheiro pago pelo trabalho era do dono e outra parte menor era do escravo.

Araponga: ah, já entendi! Os escravos podiam comprar sua alforria com esse dinheiro que ganhavam.

Camélia: É isso mesmo. Mas isso não era tão fácil assim. Podia demorar muitos e muitos anos para os escravos conseguirem juntar dinheiro e comprar a liberdade. Mas Araponga, tem mais.

- Os escravos que trabalhavam nas minas de ouro escondiam pequenas pepitas e depois vendiam aos comerciantes.
- Alguns escravos conseguiam negociar com os donos que depois de algum tempo trabalhando seriam libertados. Mas, sabe Araponga, alguns escravos não aceitavam esse tipo de negociação e sempre compravam sua liberdade.
- Em algumas fazendas de café, o escravizador, colocava uma meta de trabalho para os escravos. No final do dia quando o escravo conseguia cumprir aquela meta ele ganhava algum dinheiro por isso.
- E tinha também escravo que, nas horas livres, trabalhava para outras pessoas e assim conseguiam dinheiro.

Repare!

Os escravos de ganho eram negros especializados em algum tipo de trabalho. Podiam ser vendedores, construtores, lavadeiras, costureiras, passadeiras, carpinteiros, impressores, barbeiros e cirurgiões. Eles davam muito lucro aos seus donos e por isso foram criadas as escolas de treinamento para que os escravos se especializassem ainda mais e dessem mais lucro. Eles aprendiam a ser jardineiro, cocheiro, cozinheiro, costureiros e muitas outras coisas. Também aprendiam a ler, escrever e contar.

Muitas escravas de ganho que eram costureiras, começaram a trabalhar com os preparativos para a chegada de D. João ao Brasil não pararam mais de exercer esse ofício.

Histórias do viajante

Os escravos que tinham nascido no Brasil era chamados de crioulos. Muitas vezes eles conseguiam suas alforrias de graça! Os escravos nascidos na África eram chamados de escravos de nação. Eles geralmente tinham que pagar pela sua liberdade.

Exercícios:

1. Leiam e escutem a música dos compositores Cabana e Norival Reis, cantada por Mônica Salmaso e depois responda a pregunta abaixo:

Ilú aye (Terra da vida)

Ilú aye, ilú aye, ilú aye odara, negro cantava na Nação Nago

ilú aye odara, negro cantava na Nação Nago

depois chorou lamento de senzala

tão longe estava de sua ilú aye

tempo passou e no terreirão da casa grande negro diz tudo que pode dizer

é samba, é batuque, é reza

é dança, é ladainha,

negro joga capoeira e faz louvação à rainha

hoje negro é terra, negro é vida

na mutação do tempo

desfilando na avenida

negro é sensacional!

É toda festa do povo,

é o dono do carnaval

a) Sabendo que *Ilú aye* significa *terra da vida*, o que você acha que a música quer dizer?

b) Você acha que situação dos negros nos dias de hoje é como diz a música? Por que?

2. Descreva como você imagina que era a vida dos escravos em um quilombo.

3. Olhando o mapa da página 41 discuta com os outros estudantes qual era a região do Brasil onde havia maior concentração de quilombos.

4. Por que hoje em dia existem quilombos que não estão na mesma área ocupada por seus antepassados escravizados?

5. Encontre no texto abaixo 1 adjetivo, 2 pronomes e 3 verbos.

“Uma das casas era uma pequena venda de um negro natural da África. Por muitos anos ele trabalhou na lavagem do diamante como escravo, mas com o trabalho por conta própria nos domingos e feriados, conseguiu encontrar quantidade suficiente de diamante para comprar sua alforria, a de sua mulher e de vários filhos”

(Texto escrito por um viajante no período da escravidão. Adaptado de Gardner, 1975.)

6. Passe o texto abaixo para o singular:

“Entranham-se pelos matos

*e como criam e plantam
divertem-se, brincam, cantam,
de nada tem precisão... ”*

(poema de Joaquim José Lisboa que descreve a vida no quilombo)

7. O que você entendeu que eram os escravos de ganho? Qual a principal diferença entre eles e os escravos que trabalhavam na plantações?

8. Leia o trecho da música “*Coisa Da Antiga*”, de Neil Lopes e Wilson Moreira.

*“Hoje o olhar de mamãe marejou,
quando se lembrou do velho, o meu bisavô.
Disse que ele foi escravo mas não se entregou à escravidão.
Sempre vivia fugindo e arrumando confusão.
Disse pra mim que essa história do meu bisavô, negro fujão,
devia servir de exemplo a esses “nego pai João”.*

- a) Sabendo que *nego pai João* quer dizer escravo que é submisso e conformado, escreva o que você entendeu sobre essa música.
b) Quais outras formas, além de fugir, os negros encontraram para resistir ao cativeiro?

Araponga: sabe Camélia, eu estou gostando de aprender sobre tudo isso, mas a escravidão foi uma coisa tão ruim, quando é que ela finalmente acaba, hein? Vamos procurar aqui nesse jornal.

A abolição da escravidão

O que você precisa saber sobre a abolição da escravidão?

A partir do ano de 1831 os escravizadores começaram a se preocupar com a situação dos escravos e muitas leis foram criadas para melhorar a vida dos negros....

Camélia: OPA, espera aí! Isso está muito estranho! Escravizadores preocupados com os escravos? Ah me conta outra! Araponga, deixa que eu te explico sobre isso. Sabe, a gente tem que tomar muuuuito cuidado com o que lê por aí... tá cheio de informação estranha nos livros, jornais e revistas. Eu não sei por que, mas muitas vezes eles contam só uma parte do que aconteceu. Por isso, as pessoas acabam se enganando e tendo uma visão errada das coisas....

Araponga: Credo, Camélia, tô fora! Eu é que não quero ser massa de manobra e nem ficar alienado!!! Me conta o que você sabe e deixa esse jornal pra lá...

Camélia: Foi assim. Realmente, a partir do ano de 1831 algumas leis foram criadas. Mas essas leis não melhoravam tanto assim a vida dos escravos não. E isso não tem nada a ver com bondade dos escravizadores.

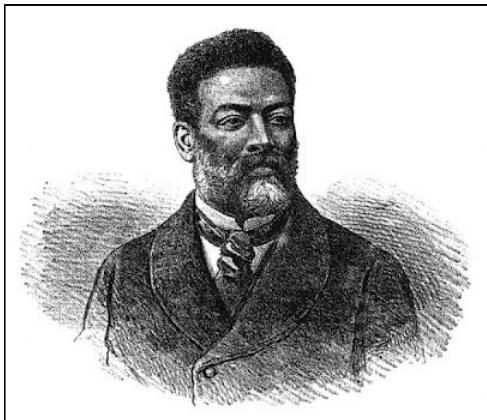
Primeiro: essas leis começaram a ser criadas por que a Inglaterra estava pressionando os países escravistas para acabar com a escravidão. Como a Inglaterra era um dos países que mais comprava os produtos do Brasil, eles tinham poder sobre o Brasil. Imagina, só Araponga, se eles parecem de

importar o café, o açúcar e os outros produtos brasileiros. O que ia acontecer com o Brasil?

Araponga: Ixi... os ricos não iriam conseguir vender a produção....

Camélia: pois é Araponga e é claro que eles não queriam isso.... Além disso, aqui no Brasil muita gente já tinha começado o movimento pelo fim da escravidão e os próprios escravos não paravam mais de fugir e de fazer revoltas. Aí, Araponga, o que os governantes fizeram? Eles foram criando leis para acalmar os abolicionistas do Brasil, os escravos e para ir ganhando tempo com a Inglaterra.

Araponga: Ah Camélia, não brinca!



Luis Gama. Fonte: afabbpr.com.br

Histórias do viajante

A Lei Feijó dizia que todo negro que fosse roubado de África e trazido para o Brasil depois de 1931 deveria ser libertado. Mas como os governantes eram os próprios fazendeiros e outros ricos que exploravam o trabalho escravo é claro que eles não faziam dessa lei uma verdade. Luis Gama era o advogado negro e abolicionista que conseguiu a liberdade para mais de mil escravos usando essa lei.

Camélia: Pois é Araponga, pois é... e a primeira lei criada foi em 1850. Era a **Lei Euzébio de Queiroz**, que proibia o tráfico de escravos da África para o Brasil.

Araponga: hun, legal!

Camélia: É, mas a lei dizia o seguinte: a partir de 1850 os escravos que estivessem sendo traficados por navios negreiros seriam libertados e mandados de volta para a África. Mas enquanto eles não fossem levados de volta ficariam trabalhando para o governo!

Araponga: Ué! Então além de serem traficados ilegalmente os africanos tinham que trabalhar pra o governo enquanto a lei não fosse cumprida? Que estranho!

Camélia: É Araponga, era uma maneira de continuar tendo escravos... Vamos continuar. Em 1871 foi criada a **Lei do Ventre Livre**. Essa lei dizia que os filhos de escravos nascidos a partir desse ano não seriam mais escravos. O dono teria que cuidar da criança até que ela completasse 8 anos.

Araponga: Bom, pelo menos as crianças seriam livres!!

Camélia: Mais ou menos Araponga, não era bem assim que funcionava na prática. Olha só. Os donos tinham direito de receber uma indenização por cuidar dos filhos dos escravos. Eles poderiam escolher entre:

- ganhar dinheiro do governo e libertar as crianças,
- ou ficar com a criança. Nesse caso ela teria que trabalhar até os 21 anos para pagar pelos 8 anos que foram cuidadas pelo escravizador.

Na maioria das vezes, o dono escolhia ficar com a criança, assim o governo não gastava nada e o dono ainda teria por bastante tempo mão de obra de graça, ou seja, mão de obra escrava. Quando o dono não queria ficar com a criança ela era levada para órgãos do governo. Lá receberiam cuidados, mas também teriam que trabalhar até completarem 21 anos.

Araponga: Ah Camélia, que vacilo! Essa lei era uma enganação!

Camélia: é, não era uma lei muito boa mesmo, afinal de contas ela só dá liberdade aos escravos depois dos 21 anos. Acho que não deveria se chamar Lei do Ventre Livre, e sim Lei dos 21 anos.... mas olha Araponga, essa lei tinha algumas coisas legais sim.

Camélia: depois, em 1885 foi criada a **Lei do Sexagenário**. Essa lei dava 'liberdade' aos escravos com mais de 60 anos. Mas eu fico pensando, será que um negro escravizado passando por tantos maus tratos vivia até os 60 anos? Ah, eram muito poucos que chegavam nessa idade. E o pior é que essa lei ainda dizia que os escravos com 60 anos, depois de libertos, ainda tinham que trabalhar por mais 5 anos para o dono como forma de indenização pela liberdade. Vê se pode?!

Araponga: Hunf, entendi, mas uma vez era uma lei só pra acalmar os ânimos das revoltas.... mas isso é muita maldade, Camélia!

Camélia: É Araponga. Os governantes e os fazendeiros não queriam acabar com a escravidão! Quem é que trabalharia nas plantações se não fossem os escravos? Como eles iam fazer pra continuarem ricos? Por isso eles faziam esse tipo de lei.

Aí Araponga, em 1888 foi finalmente decretado o fim da escravidão no Brasil, através da **Lei Áurea**. Foi a princesa Isabel que assinou essa lei, mas isso é só um simples detalhe.

Araponga: Como assim um simples detalhe? Era o fim da escravidão! Até que enfim.

Camélia: É, isso é verdade, a partir de 20 de maio de 1888 ninguém mais poderia ser escravizado no Brasil. Mas nessa época 95% dos descendentes de africanos já eram livres....

Araponga: Ai Camélia, que decepção! Todas essa história da escravidão é realmente uma coisa muito estranha no Brasil. Primeiro, como as pessoas tem a coragem de escravizar as outras? Segundo, como os governantes fazem leis que na verdade são grandes farsas e só beneficiam os ricos? E terceiro, tudo isso só por causa do dinheiro!!! Olha, me desculpa, mas vocês humanos são uma espécie muito intrigante mesmo! Fazem cada coisa por dinheiro que eu não consigo entender.

Histórias do viajante

Por favor, atenção! Os negros escravizados no Brasil tinham muitas formas de resistir à escravidão e lutar contra ela. Mas, como bem explicou a Camélia, não foi só por conta dessas lutas que a escravidão foi abolida no Brasil.

Diferente disso, no Haiti, o movimento que levou a abolição da escravidão foi justamente as revoltas e rebeliões dos escravos. Esse país era colônia da França e a quantidade de escravos era muito maior do que a de brancos e de pessoas livres. Liderados por Toussaint L’Ouverture, a maioria dos escravos lutaram juntos. As lutas começaram no ano de 1794, quando os próprios escravos decretaram o fim da escravidão!

É claro que a França não aceitou essa situação, e por isso as lutas continuaram por 12 anos para que os negros conseguissem manter sua liberdade. Eles derrotaram tropas dos senhores de engenho, tropas vindas da Inglaterra e tropas francesas. Até que no ano de 1804, outro líder ex-escravo chamado Jean Jaques Dessalines decretou a independência do país. Agora o Haiti ficava livre também dos colonizadores franceses.

O Haiti foi o único país da América em que a abolição da escravidão e a luta pela independência foi

levada até o fim pelos negros escravizados!

Histórias do viajante

Depois que a escravidão foi abolida novos tipos de quilombos foram formados. Um exemplo é o Quilombo da Barra da Aroeira em Tocantins. Esse quilombo surgiu por que o soldado negro, chamado Félix José Rodrigues, ganhou terras do Imperador Dom Pedro II. Ele ganhou essas terras por que era um ex-combatente da Guerra do Paraguai. Félix e outros negros ocuparam um lugar chamado São Domingos, onde plantavam arroz, feijão, mandioca, milho e hortaliças. Nos dias de hoje esta comunidade vive ameaçada por fazendeiros e grileiros que querem tomar suas terras!



Localização do estado de Tocantins (em vermelho) no Brasil. Adaptado de: IBGE. Atlas Geográfico Escolar.

Histórias do viajante

No ano de 1988, quando fazia 100 anos que a escravidão tinha sido abolida, o Movimento Negro fez várias marchas pelo Brasil. As marchas tinham o nome de “a farsa da abolição”. Os manifestantes reivindicavam melhores condições sociais para os negros. Isso por que naquele tempo, e ainda hoje em dia, os negros continuam sendo discriminados e excluídos de várias maneiras.

Histórias do viajante

O Movimento Negro prefere comemorar o dia 20 de novembro, do que o dia 13 de maio. 20 de novembro foi quando morreu Zumbi dos Palmares e 13 de maio quando foi abolida a escravidão.

Para o Movimento Negro a verdadeira resistência dos escravos aconteceu no Quilombo dos Palmares e não com a “falsa liberdade dada pela princesa”

Vocabulário

alienado – pessoa que não tem conhecimento crítico sobre algum assunto ou que é indiferente a determinado assunto. Isso pode acontecer tanto por que os meios de comunicação só dão as informações que eles querem, passando uma visão errada sobre o assunto ou por que a pessoa não tem acesso a nenhum tipo de informação.

açoite – castigo.

cativeiro – prisioneiro.

desprovido – pessoa que não possui alguma coisa.

grileiro – é a pessoa que diz ser dona da terra e que tenta comprovar isso com documentos falsos ou irregulares. Geralmente são fazendeiros e empresários que fazem isso. Eles tentam enganar as pessoas mostrando esses documentos falsos e ameaçando elas para saírem de uma área que ele quer ter, mas que não é dele. A grilagem de terras é crime!

importar – trazer para o seu país mercadorias de outros países.

intrigante – que gera curiosidade.

massa de manobra – pessoas que por falta de informação ou por terem informações erradas são levadas a tomar alguma atitude que não beneficiará a ela e sim a outras pessoas.

passivo – pessoa que mesmo estando numa situação ruim não faz nada para mudar.

submisso – pessoa obediente e dócil mesmo em situações ruins para si.

Exercícios

- Leia as informações abaixo:

No século 18, ano de 1798, o Brasil tinha 3.250.000 habitantes. 1.998.000 pessoas eram de origem africana e destes, 1.582.000 eram escravos.

Já no século 19, no ano de 1872, a população brasileira aumentou para 9.900.000 de pessoas, sendo que 5.800.000 era de origem africana e 1.500.000 ainda eram escravizados.

- a) Agora, fazendo uma subtração calcule qual era a quantidade de negros que não eram escravos no Brasil nos anos de 1798 e de 1872.
- b) Com os resultados que você encontrou calcule quantos porcento da população negra brasileira não eram escravos.
- c) Depois de ter lido sobre o processo de abolição da escravidão e analisando as porcentagens que você encontrou dê sua opinião sobre por que de ter diminuído o número de escravos no século 19.

2. Observe a figura abaixo:



Desenho publicado na Revista Ilustrada em junho de 1885 que faz uma crítica à Lei do Sexagenário.

- a) Descreva o que você vê nela.
 - b) Escreva qual a crítica você acha que a figura quer fazer a Lei do Sexagenário.
3. Por que você acha que a abolição da escravidão é chamada de “falsa liberdade”?
4. Leia os trechos dos poemas escritos pelo poeta Juvenal Galeano:
- a) Descubra sinônimos para as palavras grifadas.
 - b) Qual o verbo que mais se repete em cada poema?
 - c) Encontre nos poemas 2 adjetivos e 1 pronome.

O abolicionista (1862)

“Que importa que me condene

*O desumano negreiro?
Quem seus irmãos compra e vende
Eu desprezo sobrancelho!
Amo somente o que é nobre,
Amo somente o que é sāo;
E darei por isso a vida
Pra acabar a escravidão!"*

A abolição (1887)
“*Salve, salve, liberdade!
Não mais o vil cativeiro!
Livre exulte a humanidade
Neste império brasileiro!*

*A onda da – abolição
Já lava a pátria gentil!
Morre a treva – escravidão...
A luz inunda o Brasil!"*

Espaço do professor

Capítulo 1. Quantidades, rotas, países e etnias

As grandes navegações europeias são uma consequência direta do desenvolvimento e amadurecimento do processo de dominação territorial por todo o mundo. A dominação de novas regiões resultaria numa profunda modificação do mapa mundi durante os séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, em decorrência dos novos territórios incorporados e das “novas” fronteiras constituídas e impostas. Este período da história se caracteriza pelo estabelecimento de novos padrões nas relações entre os homens e a natureza. Por exemplo, não eram somente as riquezas naturais da África que interessavam a Europa.

A escravidão de diversos povos, e principalmente dos africanos, pelos europeus se justifica pela imensa lucratividade dessa atividade. Não se trata simplesmente da necessidade de mão de obra para explorar as colônias. Trata-se dos primórdios do mercado capitalista, onde uma atividade que produz lucros exorbitantes para alguns é concretizada independente de valores éticos ou morais. Assim, há uma diferença enorme entre dizer que o interesse dos colonizadores era somente o lucro gerado pelo trabalho escravo, e ter claro que na realidade os maiores lucros para os exploradores europeus vinha, antes disso, com o tráfico de pessoas. Estaria aí uma das bases mais perversas dos tempos de formação do capitalismo?

Outros motivos que levaram os europeus a escravizarem os africanos foram a “*tradição dos povos africanos como agricultores, ferreiros, construtores, mineradores e detentores das mais avançadas tecnologias desenvolvidas nos trópicos*”. Mas não podemos esquecer que já naquele momento o racismo e a soberba dos brancos sobre os negros já imperava entre as sociedades. Os negros eram considerados pessoas sem alma, por isso escravizá-los não era assim tão grave diante das regras da moral e do bom costume. Apenas para ilustrar o desenvolvimento de algumas sociedades africanas é possível mencionar alguns exemplos:

- o império de Gana, conhecido como império do Ouro, até descoberta da América foi o principal fornecedor de ouro e de sal do mundo Mediterrâneo;
- o império de Mali tinha importantes centros universitários e culturais onde se desenvolviam pesquisas astronômicas que contribuíram fortemente ao desenvolvimento desta ciência. Registros do século XII mostram o conhecimento sobre as luas de Júpiter, os anéis de Saturno e a estrutura espiral da Via Láctea. Esse conhecimento seria atingido na Europa só no século XVII;
- o império de Songhai tinha uma agricultura bastante avançada, o que contribuía sobremaneira para seu desenvolvimento tecnológico, principalmente com relação à irrigação de áreas áridas;
- na bacia do Congo, os pigmeus das florestas e os bosquímanos das savanas, desenvolveram uma forte economia mercantil na costa oriental;
- no reino do Congo, principalmente entre os povos bantus, a produção de ferramentas utilizando ferro e cobre, como a enxada, o arado, o machado e instrumentos de guerra já era amplamente desenvolvida desde o século XV.

Com a invasão de novas áreas na América, cresce a ganância pelo aumento dos cultivos e da exploração das minas com o intuito de obter mais lucro para o estabelecimento, manutenção e soberania dos países europeus. Instaurou-se assim um novo período de escravidão humana, associada à acumulação de capital e baseada num sistema político, jurídico e econômico que permitiu o desenvolvimento de uma enorme empresa comercial. É a partir dessas características desumanas que a expansão do capitalismo nos países europeus se tornou possível.

No caso do Brasil alguns fatores foram muito importantes para o favorecimento do tráfico

de escravos vindos do continente africano. Um deles diz respeito à colonização de inúmeras regiões africanas pelos portugueses. Ocupando tanto o continente africano como o americano e já tendo desenvolvido uma base comercial além mar bastante sólida entre estes continentes, o tráfico de escravos já contava com um aparato operacional minimamente desenvolvido. É importante ressaltar que, com o aumento da demanda por escravos nas colônias americanas, os portugueses conquistaram novas terras apenas para suprir essa necessidade, ou seja, escravizando mais e mais africanos. Os países do Congo e de Angola foram colonizados com esse objetivo, sendo suas riquezas naturais exploradas somente anos mais tarde.

Outro fator importante foi a rentabilidade desse comércio. A coroa portuguesa cobrava taxas dos negociantes de escravos que aumentava segundo o aumento pela demanda escrava. O interesse financeiro fazia com que a coroa permitisse a importação de mão de obra africana nas colônias.

A morte massiva de enormes contingentes indígenas brasileiros devido à contaminação por doenças trazidas pelos portugueses e o amplo conhecimento dos nativos brasileiros sobre o território também devem ser discutidas. Para os indígenas as fugas eram mais fáceis justamente por conhecerem bem os lugares e as matas.

O desenvolvimento da cultura de cana de açúcar no Brasil e o sucesso nas exportações de açúcar também impulsionaram em muito a necessidade de mão de obra, dando ao tráfico de escravos seus momentos e quantidades mais expressivos.

No Brasil, foram as regiões de interesse econômico europeu que detiveram os maiores fluxos de populações africanas escravizadas. Por isso, os estados onde se encontrava a maioria dos negros escravizados foi Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. A estratégia de distribuir os negros de mesma matriz africana em regiões diferentes do território tinha como objetivo dificultar a organização, extinguir a língua de origem e impossibilitar a continuidade das culturas. Assim, separar os negros que vinham da mesma comunidade fazia com que estes perdessem suas referências identitárias e levava e diluição da identidade étnica africana no Brasil.

Aos descendentes de escravos pode parecer muito vago dizer que suas origens estão no continente africano. Trata-se de uma região muito extensa, com 54 países e que abrange territórios e culturas muito diversas entre si. Assim tentar correlacionar minimamente os locais de onde vieram e para onde foram os africanos escravizados pode ajudar a desvendar ao menos as regiões de onde vieram os ascendentes das comunidades quilombolas no Brasil.

No século XVI, os negros foram pegos das regiões da Alta e Baixa Guiné, que hoje correspondem aos seguintes países: Serra Leoa, Senegal, Guiné, Guiné-Bissau, Nigéria, Benin, Burquina Faso, Gana, Costa do Marfim, Libéria, Mali e Gâmbia. Aqui foram levados principalmente para as regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia, e em menor quantidade para o Maranhão e Grão-Pará. Africanos da ilha de São Tomé e Príncipe também foram forçosamente trazidos para o nordeste do Brasil.

No século XVII o tráfico se desenvolve na Costa de Angola, transportando povos africanos para a Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo e regiões do centro-sul do Brasil, e na Costa da Mina, com fluxos para as províncias do Grão-Pará, Maranhão e o território atual do Rio Grande do Norte. O território conhecido como Costa de Angola corresponde hoje à Angola, Gabão, República Democrática do Congo e Guiné Equatorial. Já a antiga Costa da Mina compreende a Costa do Marfim, Libéria, Burquina Fase, Mali, Niger, Congo, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões.

Nos séculos XVIII, assim como no anterior, as mais importantes e duradouras rotas do tráfico negreiro compreendem as Costas da Mina e de Angola, mas também houve contribuição de Moçambique. Esse é o período em que os maiores números de povos africanos foram transportados

para o Brasil.

Durante a primeira metade do século XIX vários tratados visando abolir o tráfico negreiro foram criados. No entanto, a indecisão abolicionista deixou a Portugal e ao Brasil a prática do tráfico ilegal quando o lucro foi tão alto quanto o do século XVIII.

Nota sobre o exercício número 4 da página 29

Nesse exercício é possível tratar a questão da pontuação como uma maneira de dar mais de um sentido à frase. Nesse caso o brancos pode significar tanto a cor dos cabelo, dizendo que se deve respeitar uma pessoa mais velha. Mas também pode significar pessoas de pele branca. Seria então um apelo para que os brancos respeitem o cabelo dos negros, ou seja, a diferença entre as 'raças'. Caso não apareça entre as respostas dos alunos as duas interpretações, é importante revelar a que não apareceu e assim começar a desenvolver o pensamento sobre a pontuação e outros exercícios relacionados.

Capítulo 2. A construção da cultura brasileira pelas mãos dos escravizados

Desde o sul dos Estados Unidos até o sudeste do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África estão por toda parte. Mas, ao contrário dos africanos na Colômbia, por exemplo, a cultura e origens dos que foram trazidos para o Brasil nunca despertaram interesse nos escravizadores. Esse é um dos motivos da documentação falha e esparsa sobre esse tema no Brasil, mesmo assim é visível que os negros escravizados contribuíram muito em diversas áreas para a sociedade brasileira.

A afirmação de Nei Lopes, escritor, cantor e compositor brasileiro, demonstra que a opção marcada pela cultura branca nos diversos mundos artísticos, continua reforçando esse desconhecimento e traz caracteres da segregação das 'raças':

"Na cena cultural brasileira de hoje, pretos e mulatos somos, quando muito, coadjuvantes, contando-se nos dedos aqueles de nós que chegam ao protagonismo. E dos que chegam, boa parte tem que abrir mão de sua essência e de sua afrodescendência, tolhidos por modernas formas de escravidão, cativos da mídia e do mercado – que ainda nos querem do jeito que a sociedade brasileira nos queria cem anos atrás."

A linguagem - A herança dos africanos é perceptível no português falado no Brasil quando consideramos a pronúncia rica em vogais, que tende a adicionar os sons dessas letras em palavras onde elas não estão presentes, como ritmo (sendo pronunciada como *ri.ti.mo*), advogado (*a.di.vo.ga.do*), psicologia (*pi.si.co.lo.gia*) entre muitas outras. Na sintaxe, a tendência a não marcar o plural dos substantivos (*os menino_*, *as casa_*), a dupla negação (*não quero não*), o emprego preferencial da próclise (*eu lhe disse, me dê*) também são resquícios das culturas africanas no linguajar dos brasileiros que persiste até hoje, devendo ser lembrada como um importante traço cultural de origens negras. O desempenho da mulher negra, ama de leite e cuidadora dos filhos, foi tão marcante na casa senhorial que até hoje chamamos o filho mais jovem pelo termo angolano *caçula* em lugar de "benjamim", palavra portuguesa. O mesmo acontece para o termo *babá*.

Ao abordar esse tema, é possível fazer um link entre a importância das línguas africanas para os escravos e a importância da linguagem para o desenvolvimento da agricultura, já abordada anteriormente, aproveitando para relembrar esse assunto. Nos dois casos a linguagem teve papel determinante para a união dos grupos em torno de objetivos comuns. No primeiro, a manutenção das línguas de origem africana entre os escravos agia como um fator de resistência à imposição da cultura europeia, como uma possibilidade de trocar ideias sem que os mau feitores soubessem o que

os escravos pensavam e fariam. No segundo também agia para a troca de ideias, mas com relação à produção, permitindo que essa atividade se desenvolvesse mais rápido. O ponto central aqui é a importância da linguagem de um grupo para fortalecimento dos seus laços sociais, culturais e econômicos.

As Tecnologias Têxteis - Muitas vezes é comum pensar nos cativos africanos como pessoas de tribos de “homens nus”. No entanto, manufatura têxtil já era muito difundida em todo continente africano. O historiador Davison relata que os portugueses “*ficaram impressionados com a delicadeza dos panos de algodão africanos e com o brilho das ‘cores firmes’ com que os africanos os tingiam, especialmente o azul*”.

Antes de 1500 várias regiões africanas eram importantes centros de produção têxtil. Alguns exemplos são Kano, na Nigéria, a região do reino do Congo, Madagascar e também áreas do Marrocos que eram produtoras de tapetes e tecidos. Junto destas atividades os africanos desenvolveram técnicas relacionadas à química, com a produção de corantes e fixadores. No Brasil, os africanos introduziram a tecelagem para fabricação de tecidos para roupas, redes de dormir, velas de embarcações e sacaria para produtos agrícolas e alimentícios.

Os Conhecimentos na Construção - A importância dos escravos nas construções coloniais também é evidente. Muitas das artes das igreja e suas construções contaram com técnicas, além da mão de obra africanas. Isso fica claro nas representações culturais típicas das culturas africanas nas obras, como alguns símbolos e rostos negros. A técnica de usar a gordura de baleia na argamassa dos edifícios também é uma herança africana, que hoje em dia é aclamada em muitos locais como uma característica histórica, mas sem que se mencione sua origem negra.

Técnicas como o adobe, taipa de pilão e taipa de mão muito utilizadas nas construções da época e que perduram até os dias de hoje é outra herança da África. Esses métodos tem sido cada vez mais valorizados atualmente e vem sendo amplamente resgatados e difundidos pelos movimentos de bioconstrutores que prezam pela sustentabilidade nas construções civis.

O uso da madeira para as mais diversas finalidades também foi aperfeiçoada pelos escravizados. Nos engenhos de cana de açúcar alguns desenhos de peças revelam inovações e especializações com relação aos encontrados nos países europeus, sendo atribuído aos negros essas melhorias.

A tradição oral - As civilizações africanas, no Saara e ao sul desse deserto, eram em grande parte civilizações da palavra falada, mesmo onde existia a escrita. Assim, a oralidade pode ser entendida como uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade. Seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa, “ausência do escrever”, e perpetuar o desdém dos letrados aos iletrados, situação com a qual nos deparamos muitas vezes. Contrariamente ao que alguns possam pensar, a tradição oral não se limita a histórias e lendas ou a relatos mitológicos. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação.

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação cotidiana, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que é chamado de tradição oral. Essa tradição pode ser definida como *um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra*. Para maioria desses africanos, a palavra tem um poder misterioso, pois cria coisas. Trata-se então de uma profunda crença e respeito sobre o que é dito. E assim, de grande sabedoria e responsabilidade com o que se diz. Os Dogon, uma etnia africana do

Mali, expressaram essas características da forma bastante evidente. Em seus rituais constata-se em toda parte que o nome é a coisa, e que dizer é fazer.

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente”. (Tierno Bokar)

Nota sobre o exercício resgatando as palavras da página 33

Com esse exercício é possível fazer uma avaliação preliminar sobre o interesse das crianças pelas histórias familiares e comunitárias. Caso poucos estudantes escolham a primeira estratégia proposta pode-se lembrar de como os negros escravizados agiam com relação a sua cultura e história e qual foi a importância disso para a união deles. Ao fazerem de tudo para manter na lembrança suas tradições, os escravos se fortaleciam como grupo, além de preservarem seus costumes e tradições, o que gerou a diversidade cultural que existe hoje no Brasil. É possível ressaltar também que a mesma importância de guardar a história entre os escravos existe para o movimento quilombola. Ambos são comunidades diferenciadas que buscam pela manutenção de seus direitos. No caso dos quilombolas, a história passada desempenha papel predominante. É através dela que se delimitam os territórios, que se autointitulada como quilombola. Ou seja, é através da manutenção da história que se torna possível a existência dos quilombos, sua manutenção e fortalecimento. Desse modo, sendo a primeira estratégia a menos escolhida é importante que os estudantes façam trabalhos frequentes sobre o resgate da história familiar e comunitária. Como bem disse o escritor sul-africano, David Gakunzi, “*um povo de memória curta é um povo sem futuro*”.

Capítulo 3. Resistência e a formação dos quilombos.

A palavra aportuguesada quilombo deriva de *kilombo* na língua quimbundo e apresenta vários significados de acordo com o lugar onde é empregada. Em Angola é o nome de uma *região administrativa*, mas pode querer dizer também *filho de negro que não é negro*. No antigo Reino do Congo significava *habitação* e na Região Central da Bacia do rio Congo, *lugar para estar com Deus*. Em outros lugares é entendida como *acampamento guerreiro na floresta*. Geralmente no Brasil, devido ao emprego que tem atualmente, é simplesmente designada como significando *povoado*.

A organização de povoados no território africano e os quilombos criados no Brasil tem algumas coisas em comum. Em ambos os casos trata-se de um espaço seguro e protegido, que não precisa ser necessariamente isolado. Existe igualdade de condições entre as pessoas na maioria das relações comunitárias e impera a liberdade de acesso à terra³, ou seja, a terra é de todos. Além disso, a comunidade assume a possibilidade de entrar em confrontos e guerras pela manutenção do espaço. No mapa da página 41 estão delimitados os espaços onde se encontravam os quilombos durante o período escravista. É importante ressaltar que mesmo tendo sido um dos mais importantes, o Quilombo do Palmares, foi apenas um dentre muitos outros amplamente espalhados pelo Brasil. O histórico de resistência desse quilombo e o seu tamanho são os fatores que contribuem para ele sempre ser aclamado pela história. Mesmo assim, algumas coisas não costuma ser ditas sobre esse território.

Em plena época de plantações açucareiras onipotentes, em Palmares se desenvolvia a

³ Em algumas comunidades africanas o aspecto coletivo de apropriação do território, revela que a terra é vista como um agente cósmico, uma força vital que procria periodicamente.

policultura. Os negros cultivavam milho, batata, feijões, mandioca, bananas e outros alimentos. A abundância de alimentos de Palmares contrastava com as penúrias alimentares que, em plena “prosperidade”, sofriam as regiões açucareiras. Além disso, esse quilombo não teve apenas um ou dois líderes (Ganga Zumba e Zumbi), isso seria impossível, já que unidos sobre o nome de Palmares estavam cerca de 10 aldeamentos quilombolas e mais de 20 mil pessoas que aí viveram por quase 90 anos. Foram muitos os líderes e entre os mais importantes estavam duas mulheres, a escrava Aqualtume, que era uma princesa africana, e a escrava Dandara que era líder do exército feminino de Palmares. Nesse quilombo, durante os quase 100 anos de sua existência, não circulava dinheiro, a lógica econômica estabelecida era a troca, a cooperação e a ajuda mútua.

A abolição

Com relação aos movimentos abolicionistas é importante não deixar de lembrar algumas características que revelam posições além das puramente humanistas. É fundamental não gerar uma visão romântica sobre esse processo, atribuindo somente à bondade dos países europeus, principalmente França e Inglaterra, a pressão pela abolição da escravidão. O sistema escravista retirava da economia milhares de consumidores que, submetidos ao trabalho escravo representavam muito pouco.

Ao denunciar a escravidão, os abolicionistas não pretendiam converter imediatamente traficantes ou escravagistas, embora a situação fosse desumana o suficiente para requerer medidas imediatas. A proposta era executar um programa de regeneração da África através da cristianização, da civilização e do comércio natural. Ou seja, se tratava, mais uma vez de sobrepor a cultura europeia em detrimento das africanas. Impor a religião do colonizador como forma de reverter a situação escrava nada mais é do que desvalorizar e tentar diluir as outras culturas não hegemônicas. Civilizar comunidades tidas como “atrasadas” também caminha nesse sentido. E sobre resgatar o comércio natural é necessário citar algumas características históricas. Muito tempo antes da escravidão africana diversos tipos de comércio estavam estabelecidos nesse continente. As relações sociais e econômicas vinham se desenvolvendo desde os primórdios e seguia padrões culturais diversificados, porém nativos. É verdade que haviam escravos na África tomados pelos próprios africanos, mas devemos perceber as condições desse escravismo e suas características, que eram muito diferentes da escravidão europeia na colônias. Nas comunidades africanas era comum a disputa por território, bem como lutas por questões religiosas. Assim, membros das comunidades vencidas eram feitos escravos. Nesse caso, essas pessoas iam viver nas comunidades que haviam ganhado as disputas, trabalhavam, como os demais e não sofriam maus tratos. Era comum que com o passar do tempo esses escravos virassem algo como um membro das famílias, desfrutando da mesma vida. Tratava-se de uma assimilação do vencido às relações sociais e de trabalho no intuito de aumentar o poder das comunidades vencedoras.

Uma contradição bastante visível e que acaba dando pistas do por que de os abolicionistas não terem uma postura severa e imediata para o término da escravidão é o fato de que estes eram os maiores consumidores dos produtos provenientes da mão de obra escrava, como o café brasileiro e o açúcar cubano. Em Cuba a entrada de negros escravizados aumentou 67% entre os anos de 1851 a 1860 em relação ao anos entre 1821 e 1830. O mesmo aconteceu no Brasil entre 1846 e 1851, período que coincide com a ampla campanha na Inglaterra pelos direitos humanos universais. Em relação aos 5 anos anteriores, a importação de escravos cresceu 84% no país. A Inglaterra apresentava e defendia ideais abolicionistas para todo o mundo desde 1787 e investiu de diversas maneiras nesse sentido até o final do século XVIII. No entanto esse mesmo país era um dos maiores importadores dos produtos escravos. Muitos historiadores relatam ainda, que a abolição servia aos interesses econômicos da então em expansão Inglaterra industrial. Essa afirmação fica mais clara ao notar que os principais dirigentes do movimento abolicionista eram banqueiros.

No Brasil, diante das inúmeras leis que, ao longo de vários anos, conferem algum tipo de liberdade aos escravos, mesmo sendo uma falsa liberdade, fica claro que a abolição aconteceu de forma gradual. Isso se deve ao fato dos ricos temerem que uma abolição muito abrupta trouxesse problemas para as lavouras e outras atividades. Assim, o importante foi promover o fim do sistema escravista de forma lenta para não atrapalhar o andamento da economia. Desde 1824, após a independência do Brasil, a constituição brasileira passa a afirmar a igualdade entre todos os cidadãos perante a lei, mas a escravidão continuaria até 1888 apoiada pelo princípio do direito de propriedade. Essa situação demonstra que o não cumprimento das leis em virtude de brechas nas próprias leis, através da criação de mecanismos legais incompletos e muitas vezes antagônicos, acontece no país vem desde muito tempo e acaba privilegiando os mais ricos.

Outra questão que merece destaque no processo da abolição é sobre o papel que a educação assumiu para os ex-escravos após a abolição. Com as preocupações relacionadas à necessidade de manutenção de mão de obra, a escolarização dos negros assume claramente o papel de docilizadora e disciplinadora do corpo e da mente. Isso, nada mais era do que a ditadura da cultura hegemônica, através da escola, para inserir libertos na lógica social e no sistema econômico dos brancos.

Em 1888 quando foi abolida a escravidão, através da conhecida Lei Áurea, aproximadamente 95% dos descendentes africanos já era livre. Muitos eram grandes intelectuais e abolicionistas. E outros tantos fugiam em massa, gerando o maior ato de desobediência civil do país e da história.

Ainda é fundamental ter em mente que a ideia de que os escravizados, depois da abolição, foram jogados no mundo totalmente despreparados está parcialmente errada. Com certeza isso aconteceu para muitos negros, mas outras situações também surgiram. Nas cidades, os escravos de ganho, que eram bastante especializados nos seus trabalhos, vendiam facilmente sua mão de obra às pessoas. No meio rural, muitos escravos também conseguiam trabalho em outras fazendas e engenhos. Essa prática já existia mesmo durante a escravidão, quando os negros fugidos iam trabalhar em outras fazendas e eram pagos para isso. Em outros casos, alguns escravos permaneceram trabalhando nas fazendas, para seus antigos donos, onde as condições de trabalho não eram tão ruins. Agora eles recebiam pelo trabalho. O fato de ficarem nas fazendas tem relação com as condições desfavoráveis que podiam encontrar fora dali e com a possibilidade de terem uma área para plantio próprio. As roças escravas continuaram sendo mantidas pelos donos como atrativo para os escravos, já que ainda precisavam de mão de obra. Muitos escravos foram se juntar aos quilombos existentes e muitos outros foram criados, gerando novas comunidades que de certa maneira eram um pouco independentes da sociedade.

Com a abolição, a história dos africanos e seus descendentes ganhou espaço através da imprensa negra, de políticos negros e da organização de novos movimentos sociais, religiosos e culturais, com destaque para o Movimento Negro. Hoje em dia, mesmo passados mais de 120 anos da Abolição dos Escravos, seus descendentes continuam a reivindicar por igualdade nas condições sociais, econômicas e culturais entre as diferentes classes sociais e etnias. Junto da abolição, havia a necessidade de que fossem criados meios e mecanismos legais para garantir na prática que essas pessoas tivessem o mesmo acesso social que os brancos e ricos tinham. Isso não aconteceu, e pelo contrário, muitas vezes foram criadas leis que excluíam os negros e os pobres. Um exemplo é a lei de terras que é apresentada no Capítulo 1 da Unidade 2 do fascículo 2 “Agricultura, poder e desigualdade”. Assim, diante das desigualdades que perduram até os dias de hoje e considerando as reais condições que levaram à abolição, o Movimento Negro, costuma se referir à Lei Áurea como “a farsa da abolição”. Foi só através das inúmeras pressões dos membros desse movimento que muitos avanços foram alcançados. Observam-se várias conquistas na área da saúde, do trabalho, da educação, da cultura. Alguns exemplos são:

- o Decreto nº 3.527-N de 1993, que instituiu o Museu Capixaba do Negro no estado do Espírito

Santo;

- a promulgação da Lei Nacional nº 10.639 de 2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação tornando obrigatório o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras;
- o Decreto nº 4.887 de 2003, que prevê o reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos;
- a Lei nº 12.711 de 2012, conhecida como a lei de cotas, que prevê o ingresso de negros, índios e pobres nas universidades públicas federais;

Unidade 3 – Quilombos na atualidade

Araponga: Ah, que bom que você esta aqui Camélia! Aposto que você vai poder me ajudar... ainda mais com todos esses livros aí. Sabe o que é? Eu estava aqui me lembrando o que a gente aprendeu sobre os quilombos da época da escravidão e tem uma coisa que eu não entendo. Por que hoje em dia ainda existe quilombo no Brasil se já acabou a escravidão?

Camélia: Araponga, sabe que eu nunca tinha pensado nisso... nossa essa é realmente uma pergunta interessante. Bem, vamos procurar, isso deve estar aqui em algum lugar....

Capítulo 1. A questão quilombola na atualidade

Existem algumas diferenças entre os quilombos da época da escravidão e os que existem hoje em dia o Brasil. Essas diferenças precisam estar claras para que não tenhamos uma visão ultrapassada e limitada do que são os quilombos de hoje em dia.

Como você já sabe, durante a escravidão os quilombos eram formados por escravos que fugiam do trabalho forçado, dos maus tratos e da opressão que sofriam. Ficavam em lugares distantes e escondidos e tinham escravos de muitas etnias, diferentes famílias e costumes. Os quilombos tinham uma economia própria. Alguns viviam explorando minas de ouro e vendendo as pedras para comerciantes. Outros produziam alimentos que poderia ser só para o consumo próprio ou para venda. Existiam os que viviam do extrativismo, ou seja, coletavam da natureza alimentos ou de produtos para vender. Também existia quilombos que viviam de saquear as fazendas e as vilas. Assim em cada quilombo era uma atividade específica que trazia dinheiro ou alimento para a comunidade. É importante lembrar que nos quilombos da época da escravidão era comum dividir as coisas entre todos e que não existiam donos, nem da terra, nem do ouro, nem da produção. Os quilombos, além de serem um lugar de resistência à escravidão e luta, eram também um espaço onde a cultura, a economia e a organização comunitária podiam acontecer de forma diferente do sistema imposto pelos invasores portugueses.

Os quilombos de hoje em dia são diferentes e existem por que a Constituição Federal, que é a maior lei do Brasil, diz o seguinte:

Artigo 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

A Constituição Federal foi criada em 1988, coincidindo com os 100 anos da abolição da escravidão. O artigo 68 entrou nessa lei por causa da pressão dos movimentos negros! Os movimentos aproveitaram que era o ano de comemoração do centenário da abolição para que suas reivindicações tivessem mais peso. Naquela época diziam até que o político que votasse contra o artigo 68 levaria a fama de racista. Além disso, o Brasil passava por um momento político onde as leis valorizavam cada vez mais a diversidade cultural e étnica dos povos.

Quando a constituição de 1988 estava sendo elaborada, os movimentos negros exigiam que essa política concertasse os prejuízos trazidos durante a escravidão. Eles também diziam que a abolição só deu *meia liberdade* aos escravos, por que depois disso não existiram outras leis que garantisse trabalho, acesso à escola, à saúde e às terras. Mesmo depois do fim da escravidão, os negros continuaram sofrendo muito preconceito, tinham uma condição de vida muito baixa e muitas leis ainda eram racistas e excluía ainda mais os ex-escravos. A luta era para mudar essa situação.

Por isso colocar na lei mais forte do Brasil um artigo que representava essa luta era muito importante. Foi um grande ganho para as comunidades negras que lutavam por reconhecimento e pela igualdade.

Camélia: Ah, entendeu Araponga? Os quilombos de hoje existem por causa da luta dos movimentos negros para reparar os prejuízos que os negros sofreram durante a escravidão!!!

Araponga: Pois é, Camélia, é isso mesmo. A constituição de 1988 finalmente criava uma maneira de corrigir um pouco a injustiça que fizeram com os negros roubados de África. Bom, pelo menos isso já é um começo, né?

Camélia: é Araponga, é um começo.... mas sabe, ler essas coisas só me deixou mais intrigada ainda. Como é que definiram quem eram os negros remanescentes de comunidades de quilombo? Por que eu e meu pai que somos negros e descendentes de escravos não somos remanescentes de quilombolas??? Quem é que determina as pessoas que tem direito a essa lei?

Araponga: Olha aqui Camélia!!! Esse livro fala justamente disso... vamos ver se a gente acha a resposta das suas dúvidas.

Quem são os remanescentes das comunidades dos quilombos?

Depois que foi criada a nova constituição a dificuldade dos movimentos negros era fazer o artigo 68 sair do papel e virar realidade!

A principal dificuldade era saber quem eram os *remanescentes das comunidades dos quilombos*. Quem teria o direito de receber a propriedade da terra? Quais eram essas terras? Ou seja, quem tinha direito a essa lei.

Essas perguntas não eram fáceis de se responder. Mas com a união do conhecimento dos pesquisadores, com o conhecimento dos governantes e o dos movimentos negros algumas coisas ficaram claras.

- Primeiro, quando se fala de remanescente das comunidades dos quilombos sempre se fala de **um grupo de pessoas, uma comunidade, não de uma pessoa só**.
- Segundo, a palavra *remanescente* quer dizer que as comunidades tem alguma **ligação com a história** dos negros escravizados, com a época da escravidão ou com os antigos quilombos. São as comunidades que descendem dos escravos.
- Em terceiro lugar, os quilombos da época da escravidão eram vistos como um lugar de resistência cultural, resistência negra ou resistência política. Espaços de luta de classes, espaços comunitários, de solidariedade, de união, de liberdade ou de comunhão. Todas essas coisas são levadas em conta para classificar uma comunidade negra como quilombola. Mas, não é preciso que nos novos quilombos tudo isso aconteça. Para um pode importar mais a resistência política, para outro pode ser a resistência cultural que tem mais importância e assim por diante.

São consideradas terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos as áreas que a comunidade usa para seu desenvolvimento cultural, econômico e social.

Para que uma comunidade seja reconhecida como quilombo e tenha suas terras tituladas ela tem que fazer o seguinte:

1. se autoreconhecer como remanescente de quilombo;

2. abrir um processo na Fundação Cultural Palmares para que seja legalmente reconhecida como quilombo;
3. abrir um processo no INCRA pedindo a delimitação, demarcação e titulação de suas terras.

Em cada fase a comunidade tem que apresentar uma série de documentos que esses órgãos exigem. Não é um processo fácil nem rápido. Algumas vezes a titulação de terras pode demorar mais de 10 anos!

Repare!

Tanto nos quilombos da escravidão, como nas comunidades quilombolas da atualidade, **não existe uma pessoa que é proprietária das terras. As terras são de toda a comunidade**. É uma terra de uso comum e não é permitido vendê-la. Por isso é preciso que a comunidade tenha uma associação comunitária para receber o título da terra.

Repare!

A maior semelhança entre as comunidades que reivindicam ser reconhecidas como remanescente de quilombo é que todas lutam para ter a propriedade das terras que ocupam. Isso geralmente acontece por que existe um conflito fundiário, ou seja, existe outra pessoa que quer a propriedade das terras ocupadas por essas comunidades. Essas pessoas são chamadas de grileiros e geralmente são grandes fazendeiros e empresários, mas pode ser o próprio governo.

Repare!

Quando uma comunidade quer ser reconhecida como remanescente de quilombo ela deve se **autodeclarar** como quilombola, ou seja quem diz se é quilombola ou não são as próprias pessoas. Depois disso, a Fundação Cultural Palmares investiga a história da comunidade para saber se ela é um quilombo e dá a ela um certificado de comunidade quilombola.

Repare!

Não é preciso ser descendente dos escravos que fugiram para os quilombos para ser reconhecido como quilombola. O que mais está em jogo nesse caso é a luta dessas comunidades para reivindicar sua cidadania e agir contra toda a exclusão que sofreram e ainda sofrem por causa do período da escravidão.

Alguns órgãos públicos para conhecer

Ministério Público → o papel do Ministério Público é defender a aplicação das leis e a democracia. Deve defender também os direitos sociais e individuais, o patrimônio social e o meio ambiente. Por exemplo, esse órgão deve atuar na defesa da educação, da saúde, da segurança pública. Deve ajudar a resolver conflitos fundiários, conflitos por território, conflitos ambientais e até conflitos de acesso à água. Na segurança pública é o Ministério Público que acompanha os casos onde a polícia está envolvida com crimes. Todos os estados tem um Ministério Público, esses são chamados de Ministério Público Estadual, e também existe o Ministério Público Federal.

Se quiser saber mais acesse: www.pgr.mpf.gov.br

Defensoria Pública → essa defensoria deve informar as pessoas sobre os direitos humanos. Deve defender os grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais, mulheres vítimas de violência. Deve defender os direitos das pessoas vítimas de discriminação, racismo, preconceito ou qualquer outra forma de opressão e violência. Todos os estados brasileiros devem ter uma defensoria, mas isso nem sempre acontece.

Se quiser saber mais acesse: www.dpu.gov.br

Ouvidoria Agrária Nacional → Esse órgão deve dar informações sobre questões fundiárias em todo o Brasil. Também recebe reclamações e denúncias sobre violência no campo, sobre irregularidades no processo da Reforma Agrária. Junto com o Ministério Público e o INCRA deve ajudar para resolver conflitos no campo, zelando pela paz.

Se quiser saber mais acesse: <http://sistemas.mda.gov.br/ouvidoria/>

Fundação Cultural Palmares → essa Fundação é responsável por promover e preservar a cultura afrobrasileira. É esse órgão que recebe a autodeclaração das comunidades que querem ser reconhecidas como quilombo. A fundação também deve dar assessoria jurídica para as comunidades. A Fundação Palmares também é responsável por dar o certificado dizendo que uma comunidade se autodeclarou como remanescente de quilombo. Depois disso a comunidade deve ir ao INCRA para continuar o processo de ser reconhecida como quilombo.

Se quiser saber mais acesse: www.palmares.gov.br

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) → é o órgão responsável por executar a política de Reforma Agrária e organizar a situação fundiária do Brasil. O INCRA também é responsável por identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e dar o título da terra para as comunidades quilombolas. Outra função do INCRA é desapropriar as fazendas improdutivas para criar assentamentos rurais.

Se quiser saber mais acesse: www.incra.gov.br

Camélia: hun, acho que entendi Araponga.

Araponga: Tá bem, mas vamos tentar fazer esses exercícios aqui pra ver se ficou tudo certinho na nossa cabeça.

Vocabulário:

assentamentos – terras que o governo cede para pessoas que não tem terras ou que são retiradas de suas casas por algum motivo.

centenário – período de 100 anos.

conflito fundiário – problemas legais ou não relacionados à propriedade de terras.

desapropriar – quando a justiça tira a propriedade que uma pessoa tem sobre um imóvel. Por exemplo,

grandes fazendas que não produzem nada podem ser desapropriadas pelo governo por que elas não cumprem nenhuma função social. Assim essas terras podem ser destinadas para a reforma agrária e virar assentamentos.

vulneráveis – frágeis, fracos.

Exercícios

1. Leia o texto a seguir que foi escrito por um indígena:

*A terra não é de um só.
A roça também não é de um só.
Ninguém faz uma roça sozinho.
Ninguém come as coisas da roça sozinho*

*As coisas da roça
a gente sempre divide com os parentes
Divide com quem está precisando.
Cada povo divide de um jeito.*

NO NOSSO COSTUME GENTE BOA SEMPRE DIVIDE

- a) O que você acha que existe de semelhança entre o que diz o texto e um quilombo?
2. Quais as diferenças entre os quilombos da época da escravidão e os quilombos de hoje em dia?
3. Para você o que é ser remanescente das comunidades dos quilombos?
4. Por que motivo existem quilombos hoje em dia no Brasil?
5. O que você acha que representa para uma comunidade ser declarada como quilombola?
6. Por que 1988 foi um ano importante para os movimentos negros do Brasil? Qual a influência dessa data para a aprovação do artigo 68 da Constituição Federal?
7. Quais são os 2 órgãos principais quando uma comunidade quer ser reconhecida como remanescente de quilombo? O que cada um deles faz?
8. A comunidade que seu amigo mora está passando por um problema! De repente apareceu uma pessoa dizendo que é dona da terra que a comunidade ocupa. Ele não entende como isso é possível se a família dele mora nessas terras desde que seus bisavós eram pequenos. Você sabe que todos daquela comunidade são descendentes de escravos e quer ajudar ele a sair dessa enrascada. O que você faria para ajudá-lo?

Camélia: Legal, Araponga, já entendemos o que são os quilombos hoje em dia. E eu já entendi por que eu e meu pai não somos quilombolas. Nós não vivemos com nenhuma comunidade.... perdemos nossos laços históricos... E será que existem muitos quilombos no Brasil, Araponga?

Araponga: Olha Camélia, o que eu ouvi dizer é que existem muitas comunidades que se autodeclararam como quilombolas, mas se elas tem ou não a propriedade da terra eu não sei... mas, olha, vamos deixar isso pra outro dia? Agora eu queria mesmo ir brincar por aí...

Araponga: Camélia, lembra que você queria saber sobre os quilombos do Brasil?

Camélia: Sim, claro, temos que estudar isso...

Araponga: Então, eu tive uma ideia!! vamos procurar no site do INCRA! Não é essa a instituição responsável por dar o título da terra para as comunidades? Com certeza vai ter alguma coisa lá...

Camélia: Isso Araponga! Você é muito esperta mesmo!

Capítulo 2. Quilombos no Brasil

As estimativas dizem que no Brasil existem mais ou menos 3.000 comunidades quilombolas. Mas, até o começo do ano de 2013 só 207 comunidades eram tituladas. Veja no mapa quantas comunidades em cada estado tinham o título de suas terras.



Número de comunidades quilombolas tituladas por estado até fevereiro de 2013. Adaptado de IBGE. Atlas escolar.



Quilombola da comunidade Laranjeira, município de São Miguel do Guaporé, Rondônia. Fonte: Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas.

Histórias do viajante

Desde que criaram a Constituição Federal em 1988 eu ando pelo Brasil investigando sobre as comunidades quilombolas. Mas foi só no ano de 1995 que a primeira comunidade quilombola recebeu o título da terra que ocupava. A comunidade Boa Vista foi titulada no dia 20 de novembro, no mesmo dia da comemoração da consciência negra. Essa comunidade fica na cidade de Oriximiná no estado do Pará!

Até o mês de janeiro de 2013 existiam 1.226 comunidades em todo o Brasil com processo aberto esperando pela titulação de suas terras. Veja na tabela o número de processos abertos em cada estado.

Região	Estado	Número de processos
Norte	Pará	48
	Amazônia	2
	Rondônia	6
	Amapá	23
	Tocantins	29
Nordeste	Ceará	26
	Pernambuco	47
	Bahia	116
	Maranhão	316
	Paraíba	27
	Rio Grande do Norte	17
	Alagoas	4
	Sergipe	24
	Piauí	50
Centro-oeste	Goiás	17
	Mato Grosso	69
	Mato Grosso do Sul	18
Sudeste	Minas Gerais	174
	Rio de Janeiro	28
	São Paulo	50
	Espírito Santo	9
Sul	Paraná	36
	Santa Catarina	15
	Rio Grande do Sul	75
Total		1.226



Quilombo de São Pedro, município de Ibiraçu, Espírito Santo. Fonte: Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas.

Alguns desses processos estão abertos desde 2003. Isso significa que as comunidades podem esperar por mais de 10 anos para que consigam ter o título da terra. É um processo muito demorado e que deixa as comunidades em situações de risco, já que podem aparecer grileiros tentando expulsá-las do território. Alguns motivos explicam por que de tanta demora.

Primeiro, em 2005 o próprio INCRA determinou que seria preciso fazer um estudo muito detalhado das comunidades para que elas pudessem ganhar o título das terras. Esse estudo se chama Relatório Técnico de Identificação e Delimitação e é muito complicado e demorado. O INCRA não tem funcionários suficiente para fazer esse estudo rapidamente.

Outro motivo é que, muitas vezes, a titulação das terras quilombolas vai contra os interesses da elite. Muitas vezes os grandes fazendeiros que não querem ter suas terras desapropriadas ou que querem mais terras são os próprios governantes do Brasil. Em outros casos, são pessoas que apoiaram as campanhas políticas nas eleições. E podem ser também pessoas ricas que tem influência sobre os órgãos públicos. Elas fazem de tudo para atrapalhar a titulação das terras quilombolas.

Veja o caso do conflito que envolve a comunidade o **Quilombo da Marambaia**



Festa tradicional do Quilombo da Ilha da Marambaia. Fonte: brasildafato.com.br

Esse quilombo se localiza em uma ilha no município de Mangaratiba. A ilha pertencia ao comendador Joaquim de Souza Breves e era um porto onde desembarcavam os escravos roubados da África. O comendador morreu em 1889, no ano seguinte da abolição da escravidão. Ninguém da família dele quis ficar na Marambaia e os descendentes de escravos continuaram lá até hoje (2013). Os quilombolas contam que o comendador doou as terras para os escravos antes de morrer.

União Federal do Brasil adquiriu a ilha no ano de 1905 e repassou a administração para a Marinha em 1970. Acontece que Marinha do Brasil considera a ilha como uma área de segurança nacional e coloca várias restrições para os moradores. É aí que começam os conflitos. Desde que a Marinha começou a administrar a ilha, os quilombolas foram proibidos de reformar suas casas, de construir outras e de fazer suas plantações em alguns lugares que sempre fizeram. Muitas casas e roças foram destruídas pelos militares.

Em 1990 a Marinha entrou na justiça para tirar os quilombolas de lá, alegando que eles eram invasores e que em 1905, quando a ilha passou a ser da União, não havia nenhum morador nela. Muitos processos foram abertos contra os quilombolas e o caso de seu Benedito, um dos moradores, chegou até o Supremo Tribunal de Justiça, que é o maior órgão da justiça do Brasil. No ano de 2009 o Supremo Tribunal de Justiça decidiu que seu Benedito e toda a comunidade que morava na Marambaia deveriam ser reconhecidos como remanescentes de quilombo. Nesse momento a justiça começou a ser feita. Mas antes disso, muitas pessoas já tinham sido expulsas da ilha pela Marinha.

O problema não termina aí, mesmo que o órgão máximo de justiça tenha dito que a comunidade seria reconhecida como quilombola, a titulação das terras não aconteceu até hoje.

Histórias do Viajante

Essa história que eu fiquei sabendo vocês também devem saber!

A demora nos processos de titulação dos territórios causa outro problema. A cada ano o INCRA tem uma quantidade de dinheiro destinada para a regularização das terras quilombolas. Mas como os processos são muito demorados e poucas terras são tituladas a cada ano esse dinheiro não é usado já que não há terras para regularizar. Isso significa que o INCRA tem dinheiro para

regularizar as terras quilombolas, mas não usa, já que não dá conta de atender os processos abertos.



Quilombo de Magalhães, município de Nova Roma, Goiás. Fonte: Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas.

Repare!

Não existem comunidades quilombolas apenas no campo. Elas também estão nas cidades!

Araponga: Camélia!! Isso é um absurdo! Os ricos e grandes fazendeiros ficam atrapalhando os quilombolas!! E pior ainda, muitas vezes são os próprios governantes que fazem isso. Gente, onde o Brasil vai parar assim? Olha vocês humanos são realmente muito estranhos... que coisa feia! As pessoas não sabem dividir não? Vocês ainda não entenderam que o dinheiro não adianta de nada depois que a gente morre? Pra que querer tanta terra? Pra que querer tanto dinheiro? Pra que querer tanto lucro? Eu não entendo...

Camélia: Humf, pois é Araponga.... a humanidade existe há tanto tempo, já evoluiu tanto, mas muita gente ainda não aprendeu que ganância demais só faz aumentar a desigualdade e a pobreza... quando eu crescer vou ser muito diferente disso tudo... eu quero que todos vivam bem, vivam com igualdade... Imagina, nós negros já passamos por poucas e boas... o que eu penso é que os senhores de escravos da época da escravidão são os ricos e os políticos de hoje... muito triste... por isso que a gente tem que se unir, se mobilizar e lutar contra todo tipo de desigualdade, injustiça e opressão. Se não os ricos vão ficar cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres... e quem é que pode nos defender se o próprio governo não faz isso de verdade? Está tudo errado! Tudo erradoooo!! Eu só fico imaginando quando eu crescer e tiver que votar. Vou votar em quem???

Exercícios

1. De acordo com o mapa apresentado nesse capítulo, responda:
 - a) Qual estado do Brasil tem o maior número de comunidades com título da terra. Em que região do país ele está?
 - b) Qual estado tem o menor número de comunidades tituladas?
 - c) Quantas comunidades tituladas existem no estado que você mora?
 - d) Qual região do país tem o maior número de comunidades tituladas e qual região tem o menor número?
 - e) Construa um gráfico de colunas que mostre o número de comunidades tituladas em cada estado do Brasil.
2. De acordo com os dados da tabela apresentada nesse capítulo responda:
 - a) Quantos processos abertos existem em cada região do país?
 - b) Qual estado tem mais processos abertos e qual tem menos?
3. Faça uma média de quantas comunidades foram tituladas por ano no Brasil até 2013. Lembre-se que a primeira comunidade a receber seu título foi Boa Vista no ano de 1995.
Dicas: primeiro calcule há quantos anos as comunidades são tituladas. Depois divida o total de comunidades tituladas até 2013 pelo número de anos.
4. A história que o viajante contou mostra como demorou para que a primeira comunidade do Brasil recebesse o título de suas terras. Calcule quantos anos depois da criação da Constituição isso aconteceu.
5. Leia a questão e responda as perguntas a baixo.
No ano de 2013 existiam no Brasil mais ou menos 3.000 comunidades quilombolas. Desses comunidades, 1.226 já fizeram o pedido de titulação das suas terras. E outras 207 comunidades já tinham o título da terra.
 - a) Quantas comunidades ainda não pediram o título da terra para o INCRA?
 - b) Se todas as comunidades que já fizeram o pedido conseguirem ganhar a titulação das terras, quantas comunidades no Brasil serão tituladas?
6. De acordo com o que você leu no texto sobre os quilombos do Brasil, responda:
 - a) Quais podem ser os motivos para que tantas comunidades ainda não tenham conseguido o título das terras com o INCRA?

Araponga: Oi Camélia! Tudo bem?

Camélia: Araponga, quanto tempo, por onde você voou?

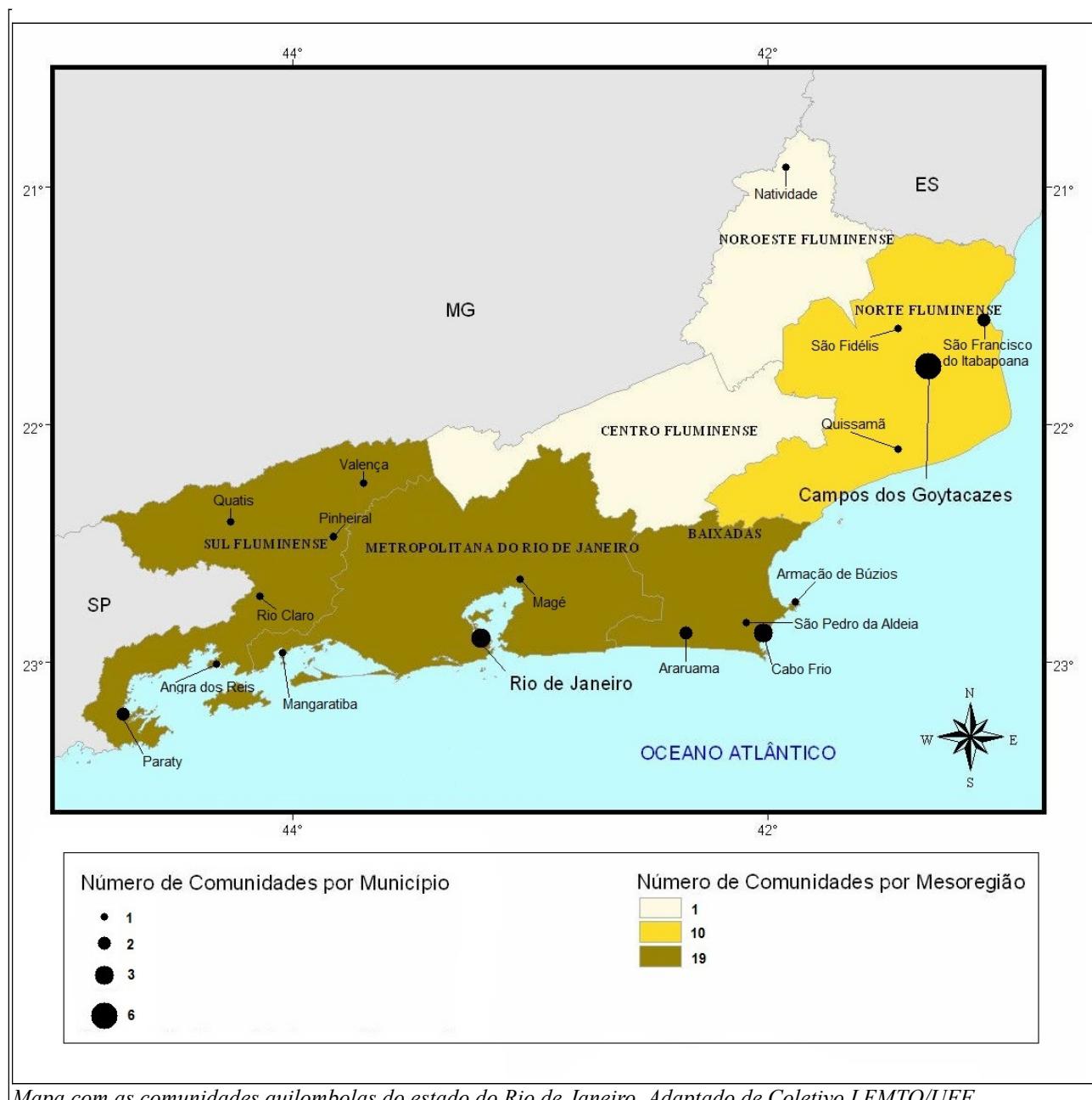
Araponga: Ah, depois que a gente começou a estudar sobre os quilombos do Brasil eu resolvi sair por aí pra conhecer um pouco melhor as comunidades quilombolas do Rio de Janeiro!

Camélia: Uau! Que legal! E o que foi que você descobriu Araponga?

Araponga: Várias coisas. Vou te contar...

Capítulo 3. Quilombos do estado do Rio de Janeiro

Em primeiro lugar, eu conheci 30 quilombos no estado do Rio de Janeiro. Isso mesmo, 30! Olha o mapa! Eu achei que teria mais, afinal na época da escravidão o Rio foi um estado que recebeu muitos negros escravizados. Eram tantas plantações de café.... Mas tudo bem, vamos continuar...



Mapa com as comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro. Adaptado de Coletivo LEMTO/UFF.

O que eu descobri e achei muito interessante é que na cidade também tem quilombo! Eu que pensava que só tinha quilombo na área rural... me enganei. Lá na cidade do Rio de Janeiro existem duas comunidades quilombolas que estão lutando para conseguir o título da área que ocupam.

Uma é a comunidade Pedra do Sal, ela tem esse nome por que fica no lugar onde desembarcava o sal na época da escravidão. Escravos que vieram da Bahia e da África ocuparam esse espaço desde 1608 e fizeram dele um polo da cultura afro-brasileira. Lá sempre teve rodas de capoeira, batuques e dizem que foi ali nasceu o samba no Rio de Janeiro. Até hoje a Pedra do Sal é conhecida pelas suas rodas de samba que animam as noites da cidade.

O outro quilombo urbano é o Sacopã. Esse quilombo fica na zona sul da cidade, um dos lugares mais caros para se morar no Rio de Janeiro. Essa comunidade foi fundada pelo casal Maria Rosa da Conceição do Carmo e Manoel Pinto. Eles tinham fugido de uma fazenda de café! Lá é muito legal, os quilombolas fazem feijoada com samba. É uma alegria só. E no meio da cidade, daqueles prédios todos eles conseguem preservar a natureza. Até encontrei um amigo meu voando por lá também. Eu gostei, mas achei a cidade muito barulhenta! Aqui na roça é tudo tão mais calmo...

Ah, e sabe qual o maior problema desses quilombos urbanos, Camélia? Eles sempre são ameaçados de despejo. Isso acontece por que a cidade não para de crescer e os grandes empresários querem essas áreas para construir prédios e ganhar dinheiro. Lá no Rio de Janeiro é assim. Os pobres vão sendo expulsos de onde moram para que os ricos reconstruam tudo e ocupem os espaços. Um monte de favela já foi removida e construíram condomínios de luxo no lugar. Parecem que querem esconder os pobres e fingir que só tem rico lá e que está tudo muito bem... mas isso não é verdade. O Rio de Janeiro é uma cidade muito desigual e cheia de injustiças. E o mais triste é que isso acontece em vários lugares, não é só lá..... Bem, vamos mudar de assunto né...

Então, de todos esses 30 quilombos que eu conheci só 4 conseguiram o título de suas terras! Isso sim é muito pouco! E teve processo que durou mais de 10 anos até acabar. Olha essa listinha que eu fiz sobre as comunidades que tem o título das terras:

- Campinho da Independência, na cidade de Paraty ganhou o título no ano de 1999;
- Santana, na cidade de Quatis teve o título no ano de 2000;
- Preto Forro, em Cabo Frio, titulada no ano de 2011;
- São José da Serra, no município de Valença no ano de 2012;

O Campinho da Independência foi a primeira do estado a receber o título da terra. Lá moram mais de 80 famílias. As terras que elas ocupam foram doadas por um fazendeiro para 3 escravas. Lá é muito legal, os quilombolas fazem um monte de artesanato, plantam palmito Jussara, que está em extinção, dançam jongo e tem uma casa de farinha. Uma coisa muito interessante do Campinho é que a comunidade foi a primeira do estado que começou a discutir sobre uma educação diferente para os quilombolas. Eles acreditam que a escola do quilombo deve ser diferente das outras, já que a comunidade é diferente.

Isso eu achei muito legal. Eu concordo que cada escola deve se ajustar ao contexto do lugar que ela está. É a educação contextualizada. Escola no campo é uma coisa, na cidade é outra, na favela é outra, na terra indígena é outra e no quilombo também deve ser outra. São pessoas e culturas tão diferentes, como podem ter o mesmo tipo de educação?

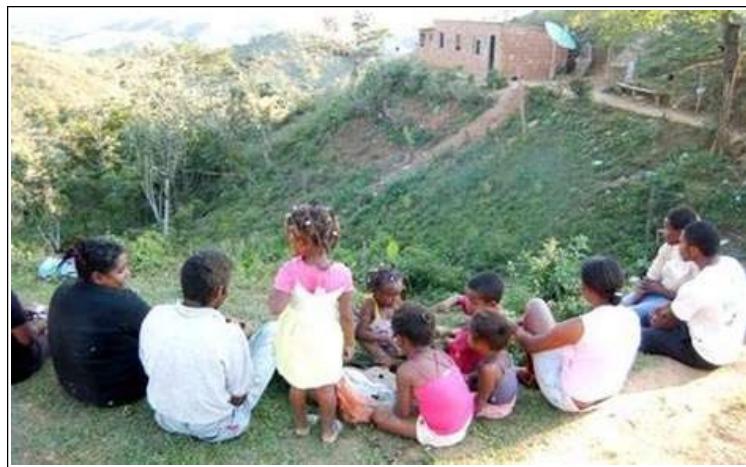


Casa de artesanato Quilombo Campinho da Independência. Fonte: quilombocampinhodaindependencia.blogspot.com.br



Roda de samba com feijoada no restaurante comunitário do Quilombo Campinho da Independência. Fonte: quilombocampinhodaindependencia.blogspot.com.br

Na comunidade quilombola de Santana moram mais ou menos 25 famílias. Na área que hoje é o quilombo existia a Fazenda do Barão do Cajuru. Foi a filha do Barão que doou um pedaço das terras para cada um dos ex-escravos no ano de 1903. Mas essa comunidade está com um problemão! O Cartório de Quatis não registrou o título das terras dos quilombolas. Isso aconteceu por que as terras que foram reconhecidas como quilombo não foram desapropriadas. Aí o cartório não quis dar a propriedade da terra para os quilombolas, já que ela ainda tinha outro dono. O cartório entrou com uma ação para tirar dúvidas sobre esse processo. Afinal, como seria possível dar a propriedade de uma terra que ainda tem dono para os quilombolas. Esse processo ainda não tinha sido julgado no ano de 2013 e ninguém sabe o que vai acontecer com o título que os quilombolas tem....



Quilombolas de Santana. Fonte: diariodovale.uol.com.br



Estudantes do quilombo de Santana em atividade escolar. Fonte: portalquatis.com

Lá perto do quilombo Preto Forro, onde moram umas 12 famílias, tem mais duas comunidades, a Rasa e a Caveira. Na época da escravidão os escravizados trabalhavam em uma grande fazenda chamada Campos Novos. Por isso, hoje em dia, a maioria das pessoas que mora nessa região é negra e descendente de escravos. Nossa, Camélia, lá tem muito conflito pela terra. Desde 1960 começaram a aparecer grileiros querendo tomar as terras. Foram muitas situações de violência contra os moradores para expulsá-los do território. Mas eles não saíram não, continuaram lá, se organizaram e criaram uma Associação de Produtores Rurais para lutar na justiça pelos seus direitos. Isso até que funcionou, pelo menos a comunidade Preto Forro que já tem o título e a Rasa e a Caveira foram reconhecidas como quilombo. Ah! Lá em Preto Forro eles tem um time de futebol, é o Angelim Futebol Clube. Todo domingo tem jogo, é muito legal! O futebol, é uma das atividades que une ainda mais a comunidade. Todo mundo se encontra para ver os jogos. Aí você já sabe né, conversa vai, conversa vem e as pessoas vão ficando cada vez mais informadas....



Quilombo Preto Forro. Fonte: geledes.org.br



Comunidade Quilombola Preto Forro reunida para receber a notícia de que seu território havia sido titulado. Fonte: racismoambiental.net.br

No quilombo de São José da Serra moram mais ou menos 30 famílias e o que mais se vê é a cultura afro-brasileira. Lá tem uma Missa Negra, o jongo e muito artesanato. Eles também tem muito conhecimento sobre as plantas medicinais e usam muitas delas para cuidar da saúde. Eu aprendi um monte de coisas lá. Lembra, Camélia, que existiam as escravas curandeiras que eram muito importantes para cuidar da saúde das pessoas? Lá eles guardam bem esse conhecimento.



*Quilombolas de São José da Serra. Fonte:
quilombosaojosedaserra.blogspot.com.br/*



*Quilombo São José da Serra. Fonte:
<http://quilombosaojosedaserra.blogspot.com.br/>*

Aí, ainda tem as outras 26 comunidades que não tem o título da terra, mas que tem processo aberto no INCRA. Olha só essa tabela:

Município	Comunidade(s)
Angra dos Reis	Santa Rita do Bracuí
Araruama	Prodígio
Araruama	Sobara
Armação de Búzios	Rasa
Cabo Frio	Botafogo
Cabo Frio	Maria Romana
Campo dos Goytacazes	Aleluia, Batatal, Cambucá
Campo dos Goytacazes	Conceição do Imbé
Campo dos Goytacazes	Lagoa Fea
Campo dos Goytacazes	Morro do Coco
Campo dos Goytacazes	Quilombinho de Cos. Josino
Campo dos Goytacazes	Sossego
Magé	Maria Conga
Mangaratiba	Marambaia
Natividade	Cruzeirinho
Paraty	Cabral
Pinheiral	São José do Pinheiro
Quissamã	Machadinha
Rio Claro	Alto da Serra
Rio de Janeiro	Camorim
Rio de Janeiro	Pedra do Sal
Rio de Janeiro	Sacopã
São Fidélis	São Benedito
São Francisco do Itabapoana	Barrinha
São Francisco do Itabapoana	Deserto Feliz
São Pedro da Aldeia	Caveira

Araponga: É, acho que isso foi tudo que eu aprendi...

Camélia: Nossa Araponga, quanta coisa! Que demais, gostei! As comunidades são diferentes, né? Cada uma tem suas características, sua organização, sua história e suas dificuldades... é a diversidade dentro da igualdade. Não é só por que é quilombola que tem que ser igual. Agora me deu vontade de conhecer essas comunidades também.... ah seu eu voasse como você. Ia conhecer os quilombos do Brasil todinho!!!! Imagina ir lá em Pernambuco, na serra da Barriga onde era o quilombo dos Palmares... hun, meu sonho!

Araponga: Sabe Camélia, depois que eu fiz essa viagem, só tem um assunto que eu queria estudar mais.

Camélia: O que é Araponga?

Araponga: A maioria desses quilombos que eu passei são quilombos rurais e em muitos deles a comunidade tem plantação. Eu fiquei curioso pra saber se os quilombolas de hoje ainda guardam conhecimentos dos negros escravizados sobre a agricultura. Ou melhor, será que mesmo não sendo quilombola os produtores rurais ainda fazem agricultura como os negros escravizados faziam? Por

que eu vejo por aí muita gente que faz plantação usando um monte de venenos perigosíssimos, e nos quilombos eu não vi muito disso não. Por que será? Como será que era a agricultura na época da escravidão?

Camélia: Hun Araponga, suas perguntas fazem todo sentido. Mas pra gente descobrir isso vamos ter que estudar outras coisas. Olha só, vamos fazer assim. Primeiro você me ajuda a fazer esses exercícios pra ver se eu entendi tudo que você contou. Depois eu peço ajuda pra minha professora pra montar um roteiro de estudos sobre isso que você quer saber. Aí nós começamos nossos novos estudos sobre a agricultura dos negros no Brasil, que tal?

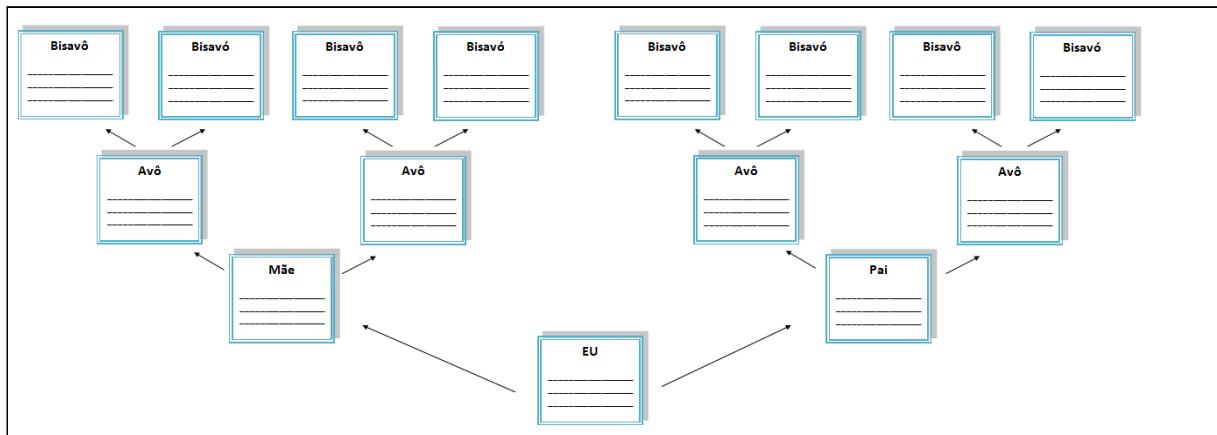
Araponga: Ok, ok, mas não se esqueça de montar nosso novo roteiro de estudos hein!

Exercícios

1. Usando os dados da tabela, faça um gráfico que represente quantas comunidades quilombolas tem em cada município e diferencie no gráfico as cidades que tem quilombos urbanos.
2. Tanto os quilombos urbanos como os rurais sofrem na luta pelas áreas que ocupam. Identifique os principais conflitos que cada um desses quilombos enfrentam, diferenciando as causas pelas quais outras pessoas querem tomar seus territórios. Qual é a característica comum que gera esses conflitos tanto no campo como na cidade?
3. Sabendo que no estado do Rio de Janeiro existem 30 comunidades quilombolas reconhecidas e que apenas 4 tem o título de suas terras, calcule a porcentagem de comunidades não tituladas.

Resgatando a história e (re)conhecendo o passado

1. Em grupo elaborem uma árvore genealógica da comunidade quilombola de Alto da Serra. Veja o exemplo e as dicas abaixo:



Exemplo de uma árvore genealógica de uma família.

- use um papel grande, como uma cartolina;

- considere que a primeira geração é a do casal Alcides e Benedita Leite e de Domingos Antero;
 - crie alguma maneira para diferenciar quem mora de quem não mora no território do quilombo.
2. Agora são vocês que vão contar a história de um quilombo! Em grupo, investiguem a história de uma comunidade quilombola de sua região e depois façam um teatro para representar essa história até o momento em que a comunidade se autoreconheceu como quilombola e abriu o processo no INCRA para ter suas terras reconhecidas.
- Dicas: Converse com moradores da comunidade quilombola e tente encontrar respostas para as perguntas abaixo:
- Qual a ligação das pessoas da comunidade com os escravos e a época da escravidão?
 - Em que ano, aproximadamente, a comunidade se estabeleceu no território que ocupa?
 - Por quais motivos a comunidade escolheu esse território para morar?
 - Qual é o tipo de associação que a comunidade criou para reivindicar o direito de propriedade da terra?
 - Qual(is) a(s) atividade(s) que mais une(m) as pessoas da comunidade?
 - Aproximadamente quantas famílias compõem a comunidade?
 - Quais as principais atividades desenvolvidas pela comunidade?
 - Como são estabelecidas as regras para usar a terra? Quando alguém quer construir uma casa, como o local da construção é escolhido? Existe alguém que determina essas coisas?
 - Por que motivos a comunidade resolveu se autodeclarar como quilombola? Existia algum conflito de terras que levou a isso?
 - Em que parte do processo da titulação do território a comunidade se encontra?
 - Existe ou existiu alguma instituição externa que tenha ajudado a comunidade a se reconhecer como quilombola e reivindicar por seus direitos?

Espaço do professor

Capítulo 1. A Questão Quilombola na atualidade

Os movimentos sociais negros do Maranhão e do Pará foram os primeiros a iniciar as mobilizações mais intensas em busca dos direitos das comunidades negras. Participaram ativamente na organização dos negros para que pudessem discutir o processo de elaboração da Constituição Federal desde 1986 e ter nesta lei suas reivindicações atendidas. O movimento se estendeu por todo Brasil e acabou culminando na aprovação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que versa sobre a titulação das comunidades quilombolas e dos artigos 215 e 216 que enfoca aspectos culturais. Portanto os movimentos negros não lutavam apenas por seus territórios, mas também pelo reconhecimento, valorização e manutenção de suas culturas que sempre foi vista com preconceito.

O artigo 68-ADCT diz:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Já os artigos 215 e 216 dizem:

“Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005);

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005);

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005);

IV democratização do acesso aos bens de cultura (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005);

V valorização da diversidade étnica e regional (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005). ”

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Nesse momento temos como foco reconhecer o processo político e social que envolveu a criação do artigo 68-ADCT e sua implementação.

É importante ressaltar que até o ano de 1995 nenhuma comunidade tinha recebido o título de suas terras. Esse período de 7 anos de não aplicação da lei gerou inúmeras discussões. Foi aí quando surgiram muitas manifestações dos movimentos negros, novamente com destaque para os dos estados do Pará e do Maranhão, para que a lei saísse do papel e virasse realidade. Mas alguns problemas reais existiam e demandavam longas discussões envolvendo diversos setores da sociedade. A questão principal era saber quem eram os sujeitos de direito ao artigo 68-ADCT, ou seja, definir quem eram os remanescentes das comunidades dos quilombos.

Quando se optou por usar esses termos no texto da Constituição havia um duplo desconhecimento sobre quem seriam essas pessoas, tanto por parte dos governantes, quanto por parte do movimento negro, que já vinha rediscutindo o que seriam os quilombos contemporâneos mas sem chegar a uma conclusão definitiva.

Muitos relatos sobre o processo de elaboração do artigo 68 dizem que ele foi aprovado no apagar das luzes das discussões. Naquele momento, os políticos desconheciam a realidade das

comunidades negras que existiam no Brasil e pouco sabiam sobre a diversidade que abrangia os quilombos da época da escravidão. Acreditando que se tratava de casos pequenos e isolados e pensando na visibilidade que ganhariam, aprovaram o artigo sem maiores debate sobre o assunto. Desse modo, na realidade, os políticos não tinham noção da dimensão social, cultural e territorial que o artigo abrangeeria. Mesmo depois de 1988 não eram capazes de definir quem teria direito a essa nova lei. Nem mesmo os integrantes dos movimentos negros sabiam definir direito quem eram essas pessoas, já que as comunidades negras eram muito diferentes umas das outras e tentar encontrar alguma definição rígida poderia acabar excluindo alguém.

Para tentar achar as respostas foi preciso lançar mão dos conhecimentos e discussões produzidos pelas pesquisas acadêmicas. Os estudos históricos e antropológicos já vinham demonstrando a diversidade dos quilombos do período escravista e algumas características de comunidades negras rurais. Ficava cada vez mais claro que foram diferentes situações que originaram os antigos quilombos e que existia enorme complexidade nas relações que essas comunidades mantinham com o restante da sociedade. Assim, da mesma maneira que não havia antes apenas um tipo de quilombo, não haveria agora. Um aspecto consensual foi que em todos os casos as comunidades faziam uso comum da terra. E a tentativa de definir o que seriam os quilombos contemporâneos acabou enfatizando o que eles não seriam e revelando que cada caso deveria ser analisado separadamente. De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia :

“não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vidas característicos num determinado lugar” (Associação Brasileira de Antropologia, 1994).

A primeira norma que regulamentava o artigo 68-ADCT foi criada apenas em 1995. Era a Portaria 307 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que determinava que as comunidades quilombolas deveriam ter suas terras demarcadas e tituladas. A titulação seria responsabilidade do INCRA e foi nesse instrumento normativo que ficou definido que o título da terra seria coletivo.

Essa norma teve validade até o ano de 1999, quando a responsabilidade de titular as terras quilombolas passou para o Ministério da Cultura, que pela Portaria nº 447 do mesmo ano repassou a função à Fundação Cultural Palmares (FCP). Essa nova regulamentação foi duramente criticada pelos setores sociais envolvidos na discussão. Integrantes do movimento quilombola, de algumas instituições da sociedade civil e alguns pesquisadores argumentavam que a Fundação não contava com um corpo técnico fixo e especializado, não tinha experiência no assunto e não dispunha de recursos financeiros. Foi justamente no período em que a FCP estava à frente do processo de titulação que surgiram muitos conflitos fundiários com as comunidades quilombolas. Isso aconteceu por uma questão simples e que demonstra o forte caráter conservador do governo da época. De acordo com essa nova regulamentação não seria necessário desapropriar ou anular os títulos particulares das terras para dar a titulação aos quilombolas. Assim, as áreas que foram tituladas pela FCP podiam ter duplicidade de títulos. Isso significa que a comunidade tinha um título da terra e que seu antigo proprietário tinha outro. Era uma terra com dois donos! Diante dessa situação, dos 14 títulos concedidos sob a vigência dessa norma legal, 9 estavam sendo regularizados pelo INCRA ainda no ano de 2009. Outros 4 casos acabaram indo parar na justiça e em um deles, uma comunidade que já tinha sido titulada pela Fundação Palmares foi expulsa do território por conta de um processo de reintegração de posse acionado pelo antigo proprietário.

No ano de 2001 um novo decreto foi criado regulamentando o artigo 68 e restringindo ainda mais o direito dos quilombolas. Esse decreto, de número 3.912 determinava que só seria

reconhecida:

“a propriedade sobre terras que:

I - eram ocupadas por quilombos em 1888;

II - estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988”.

Esse decreto era tão absurdo que foi totalmente desconsiderado pelos movimentos negros e seus aliados que se revoltaram e fizeram inúmeras manifestações contra. Com o apoio de pesquisadores, organizações não governamentais, juízes e procuradores, nenhuma terra foi titulada sobre a vigência dessa norma, que foi substituída apenas no ano de 2003 pelo decreto nº 4.887. Esse decreto devolve a competência ao INCRA sobre o processo de titulação, institui a necessidade de desapropriação das terras onde estavam as comunidades quilombolas e adota a autoatribuição como critério de definição das comunidades quilombolas. Caberia à Fundação Cultural Palmares cadastrar as comunidades que se reconhecem como quilombolas e emitir-lhes um certificado sobre autoatribuição. Este instrumento legal atendeu as reivindicações dos movimentos sociais, mas ainda assim a política de titulação das terras quilombolas continua até os dias de hoje bastante limitada.

De acordo com esse novo decreto:

“Art. 2 Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

Em 2005 o INCRA editou a Instrução Normativa nº 20 que trazia a novidade da necessidade do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) para a identificação e caracterização da comunidade quilombola. Trata-se, porém, de um estudo extremamente complexo e detalhado, que demanda uma equipe técnica multidisciplinar, altos recursos financeiros e trabalhos muito demorados. Embora o detalhamento nesses tipos de estudos sejam importantes para resguardar as ações dos órgãos públicos, nesse caso essa característica aumentou consideravelmente o tempo que um processo de reconhecimento, demarcação e titulação das terras leva para ser concluído.

Depois dessa norma diversos processos foram paralisados e aguardam os relatórios antropológicos. Mesmo com a contratação de antropólogos, o INCRA não dá conta de atender as demandas dos processos abertos, acontecendo de um processo poder se estender por mais de 10 anos! A título de exemplo no ano de 2007 dos 449 processos de titulação abertos, 287 deles (64%) não tinha nada além de um número de protocolo.

De acordo com pesquisadores da Comissão Pró-Índio de São Paulo, entidade comprometida com as questões agrárias das comunidades quilombolas e indígenas, exigir um estudo complexo, custoso e demorado não se justifica, nem tão pouco caminha no sentido de uma boa gestão pública. Além disso, ao contrário do que afirmam os governantes, esses estudos não evitam conflitos e contestações. Para se ter uma ideia o número de ações judiciais contra as comunidades quilombolas só aumentou. Foram três ações no ano de 2000, três em 2001, sete em 2002, seis em 2003, dezesseis em 2004, oito em 2005, treze em 2006, vinte em 2007 e vinte e sete em 2008. Por esses motivos, justifica-se a necessidade de reavaliar a metodologia utilizada para a elaboração dos Relatórios no intuito de tornar esse processo mais ágil.

Depois dessa Instrução Normativa o INCRA continuou criando outras que dificultava ainda mais o processo e o tornava cada vez mais demorado. A Instrução Normativa nº 49 de 2008 trouxe novas mudanças no procedimento de regularização. Ao contrário do que alegava o governo, essa norma não fez avanços a garantia dos direitos dos quilombolas, ela burocratizou e encareceu ainda

mais o processo. Para ter uma ideia, na norma de 2005 o prazo para contestações administrativas sobre o processo durava 3 meses, agora, na norma de 2008 esse prazo pode se estender por até 9 meses! Além disso, com a nova norma torna-se obrigatório que a comunidade apresente a certidão emitida pela Fundação Palmares para abrir o processo junto ao INCRA. Antes isso não era uma exigência. É importante saber que as regras da Fundação Palmares para emissão das certidões também tinham mudado no ano de 2007. Desde então não bastava a comunidade se autodeclarar como quilombola. A Fundação passou a exigir da comunidade um relato da trajetória comum do grupo e a prever a realização, caso julgue necessário, de visitas técnicas à comunidade para esclarecimentos necessários.

O processo de titulação das terras quilombolas só se tornará mais ágil se o governo adotar enfim uma postura real em prol dos direitos das comunidades negras. O que se sabe, é não é assim tão simples quando se trata da questão de redistribuição das terras no Brasil. Inúmeros conflitos com grandes proprietários sempre existiram e continuam a existir, emperrando a Reforma Agrária. O fato desses proprietários muitas vezes serem os próprios governantes, seus aliados, financiadores ou pessoas de peso no setor econômico, dificulta ainda mais o processo e acaba justificando de alguma maneira a existência de normas como as mencionadas.

Assim, infelizmente, como afirma a antropóloga Ilka Leite:

“Apesar da força simbólica e da oportunidade lançada em 1988 pelo recurso constitucional, o projeto de cidadania dos negros encontra-se hoje fortemente ameaçado. Seja porque a grande quantidade de casos levantados desde então surpreendeu os órgãos designados para coordenar o processo, seja porque o processo em si esbarra em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias.”

Capítulo 3. Quilombos do Rio de Janeiro - Quilombo Alto da Serra

A marca histórica da escravidão fica expressa na comunidade quilombola de Alto da Serra através da cultura do café do Vale do Paraíba. Esta região, que foi uma das mais importantes para o ciclo do café durante o período escravista, abriga não só a história desse quilombo, mas a de vários outros.

Com o fim da escravidão e com a criação de instrumentos legais que restringiam a propriedade de terras aos ricos, surgiu um vasto número de negros despossuídos no Vale do Paraíba. Uma das atividades que acabou assimilando algumas dessas pessoas foi a produção de carvão voltado para a industrialização da região. As famílias que deram origem à comunidade de Alto da Serra estão inseridos nesse processo de mudança das atividades econômicas entre o fim da escravidão e o início do período de liberdade dos escravos. Ou seja, de escravizados nas fazendas de café, passaram a libertos em 1988 e tornaram-se nômades para acompanhar a atividade carvoeira.

Seguindo a rota do carvão, as famílias Leite e Antero migraram por territórios das cidades de Resende, Valença e Rio Claro. No município de Rio Claro essas famílias ocuparam o distrito de Lídice, instalando-se inicialmente na região do alto da Serra do Sinfrônio, conhecida como Sertão do Sinfrônio, e só depois desceram para o vale, área denominada Alto da Serra, e habitada até hoje pelos descendentes quilombolas das duas famílias.

Seu Antero, pai de Dona Teresinha e seus dois irmãos, foram os primeiros a chegar em Alto da Serra, no ano de 1954. Nessa época a produção de carvão já estava em declínio e a família Antero, que tinha recebido um lugar pra morar de seu patrão, João Medeiros, começava aos poucos

sua produção agrícola num pequeno sítio. É importante ressaltar que área recebida de João Medeiros não era propriedade do mesmo. O dono seria José Maria Rola, que permitiu que a família ficasse no local em troca de cuidar das terras.

Cinco anos depois, em 1959, chega à Alto da Serra a família Leite, da qual descendem Seu Benedito, seus quatro irmãos e sete irmãs. A família trabalhava para Sebastião Bernardino, também com a produção de carvão. Mais tarde, casaram-se Seu Benedito e Dona Teresinha que em 1975 foram morar no sítio de Domingos Antero, pai de Teresinha. Essas terras teriam sido vendidas para Araquém Faissol que também permitiu que o casal continuasse na área para cuidar da propriedade e deu a Seu Benedito autonomia para fazer o que quisesse. Ele escolheu continuar a agricultura de Domingos Antero e se estabeleceu definitivamente no território. Os dois irmãos Antero se casaram com duas irmãs Leite, sendo que um dos casais também permaneceu em Alto da Serra, Sebastião Antero e Sebastiana Leite. Da família Leite, dentre os outros oito irmãos, três se casaram e continuaram morando no território.

As duas características que marcam essa comunidade como quilombola, além da descendência escrava, ficam claras. A primeira é com relação à formação do quilombo de Alto da Serra ser de base familiar, como na maioria dos quilombos, e baseada nas famílias Leite e Antero. O uso comum do território é outra característica nítida. Cada nova família formada sempre teve o direito de construir sua casa e fazer sua plantação no território. Atualmente a comunidade reconhece uma pessoa como pertencendo ao grupo se ela for descendente dos Antero e dos Leite e se ela ocupar o território, seja para moradia ou para plantação.

O conflito pela propriedade das terras surge no início da década de 90, ou seja, cerca de 15 anos depois que as famílias tinham se fixado definitivamente no território de Alto da Serra e 40 anos depois de terem chegado nos arredores. Desde então viviam cuidando das áreas como havia sido combinado com seus donos e que há muito tempo já não exerciam a posse de suas propriedades, ou seja, não faziam o uso das terras, apenas eram proprietários das mesmas. Isso significa que, no mínimo, as famílias Leite e Antero teriam direito de usucapião sobre o território, já que ali estavam há muito mais de 5 anos.

O novo dono das terras, Mário Bolgenhagen, que as adquiriu no ano de 1983 mas só as ocupou no ano 1989, foi quem quis impedir que os Leite e os Antero continuassem com suas plantações nas áreas que havia comprado. Esse impedimento atingia cerca de 25% das terras exploradas pelas famílias e incluía um grande bananal de onde Benedito Leite tirava parte do sustento de sua família. O novo dono não aceitou pagar à Benedito pelo bananal e Benedito não aceitou abandonar a área sem que recebesse algo em troca, afinal de contas exercia a posse dessas terras há mais de 20 anos. O conflito foi parar na justiça, quando em 1992, Mário faz o pedido de reintegração de posse, afirmindo que seu Benedito, seu irmão, Juventino Leite e seu cunhado, José de Carvalho eram invasores da área e que não o bananal não pertencia a ninguém. Depois de quase 4 anos, em 1996, mesmo fundamentado em argumentos falsos, Mário Bolgenhagen ganha o processo e os Leite adquirem a classificação legal invasores. No ano de 2002, mês de março, foi expedido o Mandado de Reintegração de Posse. Em outubro desse ano oficiais de justiça acompanhados de policiais foram ao local para garantir a aplicação da justiça. Nesse momento Dona Teresinha foi informada por uma das oficiais de justiça que para evitar conflitos dessa natureza era necessário que a família tivesse um documento de posse das terras que lhes restaram. É nesse sentido, que seu Benedito conseguiu firmar com Mário um acordo judicial em 2003, onde o primeiro doava parte das terras para o segundo. Diante dessas situações, surge o entendimento da comunidade sobre a necessidade de regularização fundiária das áreas ocupadas, o que acabaria levando, anos mais tarde, à autoatribuição remanescente de quilombo.

Coincidência ou não, no mesmo ano da reintegração de posse, Nelson, integrante do movimento negro urbano e professor da Escola Estadual Presidente Benes, em Lídice, fazia um

exercício com seus alunos para levantar possíveis comunidades negras rurais que pudessem ser caracterizadas como remanescentes de quilombos. Isaías Leite, filho de Benedito e Teresinha, era aluno do professor e podemos dizer que a escola foi o primeiro palmo da ponte que se ligaria a comunidade ao seu reconhecimento como quilombola. Assessorados pelo professor e pela associação Koinonia Presença Ecumênica e Serviço a comunidade foi tomando consciência sobre suas possibilidade jurídicas. Em 2003 criaram a Associação de Trabalhadores Rurais do Alto da Serra, em 2005 se auto-reconheceram como remanescentes de quilombo, em 2006 iniciaram o processo para o reconhecimento do quilombo e titulação do território e em 2008 criaram a Associação da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Alto da Serra (ARQUISERRA), condição limite para a regularização das terras como quilombo junto ao INCRA.

No ano de 2013 o processo de regularização da comunidade quilombola de Alto da Serra estava nas fases finais. Nesse ano, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação estava pronto e tinha sido publicado no diário oficial.

As palavras do antropólogo André Luiz Videira trazem, com uma instigante riqueza de detalhes, o momento de criação da ARQUISERRA, o que marca um passo importante na luta por seu território e na garantia dos direitos quilombolas. Fica claro que reviver o passado é reavivar o presente.

“Na convocação afixada na parede, constava como item de pauta da assembleia de fundação da Associação da Comunidade de Remanescentes de Quilombo do Alto da Serra do Mar: “feijoada às 12 horas”. A chuva fina cobria o vale que cerca o rio Pirai, onde a família Leite vive há cerca de 50 anos, apertando o passo dos que deixavam a pequena congregação protestante situada no quintal da casa de Benedito, liderança familiar. Entre os Leite de Alto da Serra, o domingo é, como para todos os protestantes, dia do Senhor, reservado para a labuta religiosa. Para esta família negra, entretanto, é também, há alguns anos, dia para se reunir em torno de outra luta: aquela pela conquista do reconhecimento de seu território étnico. Dia de “reunião”, termo genérico para nomear qualquer encontro da comunidade, que, em geral, acontece durante as tardes, entre a “escola dominical” matutina e o culto noturno, numa dialética na qual os parentes, convertidos em “irmãos”, se forjam companheiros numa campanha na qual a herança dos céus não substitui a conquista da terra.

Naquela manhã de domingo, portanto, a pressa tinha outra motivação, para além da chuva. A “reunião” aconteceria no prédio de uma antiga escola municipal, vizinha à comunidade. O clima era de festa, e o primeiro item da pauta era a lauta feijoada, oferecida pela família Leite àqueles que, nos últimos anos, se constituíram aliados e amigos. Afinal, cinco anos após terem ouvido falar pela primeira vez em remanescentes de quilombo, em um processo no qual se organizaram politicamente, formaram uma liderança sólida, conheciam outros remanescentes, finalmente os quilombolas de Alto da Serra aprovavam o estatuto de sua associação, a ARQUISERRA, condição para a concretização de seu processo de reconhecimento e titulação junto ao INCRA.

Após compartilhar a feijoada (prato carregado de implicações simbólicas) com os velhos e novos companheiros, era hora de compartilhar a apreensão da decisão. Isaías Leite, que herdara a liderança de seu pai, acompanhava atento a leitura pública do estatuto a ser aprovado. Antes da sua aprovação, ciente dos riscos e oportunidades que cada porta aberta lhes apresentara nos últimos cinco anos, alerta sua comunidade para a importância da decisão em jogo: “é uma coisa que vai deixar de ser coisa da gente, pra virar coisa jurídica”.

Aquela tarde chuvosa de domingo era, na verdade, o resultado dos investimentos do grupo em traduzir sua história, sua identidade, sua relação com a terra e suas

expectativas de futuro em “coisa jurídica”. Com cuidado, talvez fosse possível fazê-lo sem que deixasse de ser – pelo menos completamente – “coisa da gente”.”

**CAPÍTULO III – FASCÍCULO II: “AGRICULTURA, PODER E
DESIGUALDADES”**



APRESENTAÇÃO

Essa cartilha faz parte do material paradidático elaborado especialmente para escolas que atendem estudantes de comunidades quilombolas. Esse material é composto por duas cartilhas. A primeira tem como tema a “**História do negros e dos quilombos no Brasil**”. Esta é a segunda e tem como tema “**Agricultura, Poder e Desigualdades**”.

As duas cartilhas são fruto de uma parceria com a comunidade quilombola Alto da Serra e a intenção do material é ajudar as crianças quilombolas a perceberem a importância do povo negro e a importância da luta quilombola para a criação de um país mais justo, respeitoso e equilibrado. Que essas crianças sejam capazes de construir, através da força e da união, um futuro consciente.

Aos estudantes, mais uma vez, que esse material ajude no descobrir, no encantamento e na inquietação. Bons estudos e fecunda luta!

Unidade 1 – Os trabalhos dos escravos

Camélia: Araponga, que bom que você apareceu... lembra do nosso novo roteiro de estudos? Então, a professora me ajudou. Repete aí o que você queria saber.

Araponga: Iupiiiiiiiiii, que legal!!!! Eu queria saber como era a agricultura na época da escravidão? Como era o trabalho dos escravos na agricultura? E se os conhecimentos dos escravos sobre a agricultura ainda existem na agricultura no Brasil, só isso!

Camélia: Só isso?? Isso não é pouca coisa não... Minha professora disse que esse assunto puxa um monte de outras coisas super legais. Ela falou pra gente procurar pelos ciclos econômicos da escravidão. Ela disse também pra gente ficar atento e não achar que os negros escravizados trabalhavam só na agricultura, eles faziam de tudo!!!

Araponga: Ok, então vamos começar logo e vamos procurar tudo, tu-di-nho! Vamos começar pelos ciclos econômicos, não é isso? Mas o que são esses ciclos econômicos?

Camélia: Bem, vamos pensar....

Ciclos econômicos deve ter a ver com economia, lógico! Ciclo é uma coisa que começa e termina, ou seja, que dura um certo período, né?

Araponga: Sim, bem pensado...

Camélia: Então deve ser alguma atividade, que movimentava a economia e que acontecia durante um período, mas depois acabava... Nossa Araponga, me lembrei de uma coisa agora que eu acho que tem a ver com esses talis ciclos econômicos!!!! Será??? Não pode ser!!!! Ai que legal!!!

Araponga: o que é Camélia, fala logo!!

Camélia: Minha avó me contava que o avô dela era escravo e trabalhava numa fazenda de café aqui no Vale do Paraíba.... ela dizia assim: “*Olha minha filha isso tudo aqui era um enorme cafezal, era café pra todo lado, né? O dono disso tudo era o Sinhô Porcino e o meu avô era escravo dele... o vô trabalhava muito por esses cafezais a fora... vivia o tempo debulhando café...*

Naquela época dava muito dinheiro vender café, o Sinhô Porcino era um homem muito rico, só a gente que continuava pobre mesmo..... e o café era todinho levado pro estrangeiro, sabe? lá pra terras distantes.. lá pra Europa dizem... esse pessoal europeu devia gostar muito de café mesmo... por aqui, em toda essa região era só cafezal, num tinha um pé de planta, era só café até onde a vista da gente alcançava... Mas depois o tempo foi passando, a terra ficou fraca e o café não nascia mais... as fazendas foram se acabando, o café foi minguando, minguando até acabar... Aí meu avô passou a trabalhar com outra coisa... mas essa minha memória anda tão fraca que eu nem me lembro mais minha filha...

Araponga: Está bem Camélia, mas o que isso tem a ver com os ciclos econômicos e com o trabalho dos escravizados na agricultura? Eu não estou entendendo onde você quer chegar...

Camélia: Araponga, mas é claro! Pense bem, meu tataravô era escravo e trabalhava no café, que era exportado pra outros países e dava muito dinheiro para os fazendeiros, mas depois o café acabou e veio outra coisa.... com certeza o café fazia parte desses tais ciclos econômicos!!! Dava dinheiro para os ricos e usava os escravos no trabalho... ah só pode ser!!! Vai vamos logo pesquisar que eu preciso descobrir minha raízes!

Capítulo 1. O trabalho dos negros na agricultura

Na época da escravidão, assim como hoje em dia, a atividade mais importante para a economia de todo o país era a agricultura. E como os escravos eram os trabalhadores eles foram fundamentais para o desenvolvimento da economia do Brasil. Eram os negros roubados da África que trabalhavam nas fazendas e geravam toda a riqueza brasileira.

Em cada época existiam algumas atividades que geravam muito lucro para os portugueses que tinham invadido o Brasil. Essas atividades foram desenvolvidas em várias regiões do Brasil e as mais importantes foram a cana, a mineração e o café. Veja abaixo uma lista dos principais ciclos e a duração aproximada de cada um:

- Ciclo do pau-brasil (de 1501 até 1555)
- Ciclo da cana-de-açúcar (de 1532 até 1760)
- Ciclo da mineração (de 1697 até 1760)
- Ciclo da borracha (de 1851 até 1914)
- Ciclo do café (de 1832 até 1890)
- Ciclo do algodão (de 1750 até 1880)

A economia funcionava da seguinte maneira, quando a cana estava dando muito lucro, os fazendeiros só produziam cana. Depois quando o preço da cana caia e não dava tanto lucro os fazendeiros arranjavam outra atividade para ganhar dinheiro. Na agricultura a cana-de-açúcar e o café foram os mais importantes e geraram muita riqueza para o Brasil. Como essas atividades eram desenvolvidas pelos escravizados, para começar a pensar sobre o trabalho dos negros na agricultura brasileira temos que saber o seguinte:

- Na África, antes dos escravos serem forçados a vir para o Brasil, a produção de cana-de-açúcar, banana, trigo, café, algodão, arroz, amendoim, inhame e muitas outras coisas já era bastante desenvolvida.

Lembre-se que a agricultura também nasceu na África! Assim, as comunidades africanas já plantavam muito tempo antes de serem escravizadas e trazidas para o Brasil. Por isso, eram os africanos escravizados que tinham o conhecimento técnico e prático para produzir a cana, o café e o algodão. Eles foram os responsáveis pelo desenvolvimento dos ciclos econômicos e por consequência, também foram muito importantes pelo desenvolvimento da agricultura brasileira.

Repare

Até os anos de 1500 o desenvolvimento africano era superior ao europeu em várias áreas. Importantes descobertas na matemática, na astronomia e na medicina aconteceram na África e muitas coisas se desenvolveram antes nesse continente do que na Europa e outros lugares do mundo. Um exemplo é o cultivo de muitas espécies agrícolas. Por isso, é ingênuo pensar que os negros escravizados não sabiam de nada e eram atrasados. Eles tinham muitos conhecimentos em várias áreas, assim como outros povos também tinham conhecimentos e outras áreas. O que precisamos ter em mente é que cada povo desenvolve o conhecimento necessário para viver bem no ambiente que habita. Por exemplo, uma criança da roça desenvolverá o conhecimento de como tirar o leite da vaca, já uma criança da cidade saberá qual tipo de caixa de leite é mais fácil de abrir. O conhecimento atende as necessidades de cada povo.

Ciclo da cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar começou a ser produzida no ano de 1532 e durou até aproximadamente 1760. Foi por causa das plantações de cana que os invasores portugueses vieram morar definitivamente no Brasil. O rei de Portugal dava terras brasileiras para portugueses de sua confiança. Eles vieram para cá, e em suas grandes fazendas, começaram a produzir a cana. O melado de cana era vendido para outros países por preços muito altos e por isso dava muito lucro.



Escravos trabalhando no engenho. Gravura de Henry Koster, 1816.

Até os anos de 1600 a produção não parou de crescer e o Brasil era o maior produtor de açúcar do mundo! Foi para trabalhar nas plantações de cana e nos engenhos que os primeiros africanos foram obrigados a vir para Brasil.

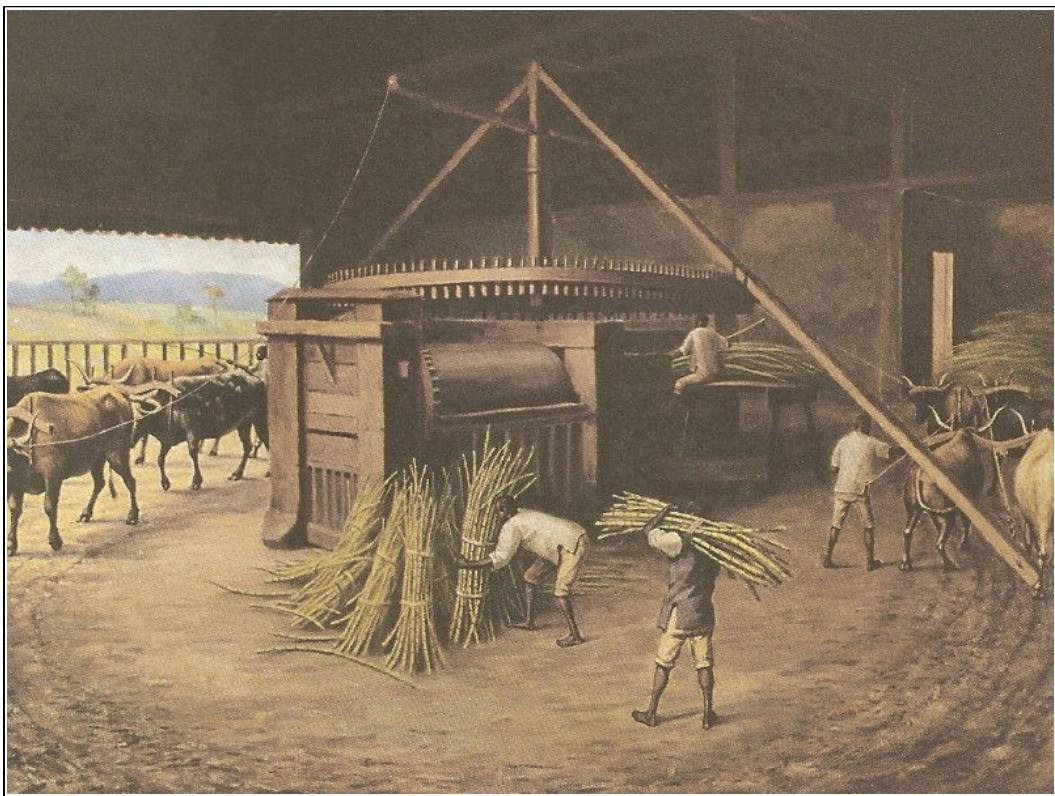
Durante os séculos 16 e 17 foi o trabalho dos escravizados africanos e de seus descendentes que garantiram **toda** a produção de açúcar para exportação. Eles plantavam a cana, cuidavam da plantação e também colhiam. Eram os escravos que trabalhavam nos engenhos, na fabricação e concerto de alguns equipamentos, na moagem e no cozimento da cana para o preparo do açúcar. Ou seja, mais uma vez, foram os conhecimentos e a mão de obra escrava que possibilitaram o desenvolvimento do Brasil.

O ciclo da cana começou a ser desenvolvido no nordeste do país (veja no mapa), por que lá o clima é quente e o solo é bom para o plantio. Por isso, essa foi a região mais ocupada pelos invasores portugueses no início da colonização do Brasil e foi para onde foram levados os primeiros escravos africanos. Era na Bahia e em Pernambuco que estavam as maiores plantações de cana. Com o passar do tempo a produção se espalhou para outras regiões, no estado do Rio de Janeiro e São Paulo. Os lucros com a produção de cana no Brasil começaram a diminuir por volta de 1660.



O mapa mostra os dois estados onde o ciclo da cana-de-açúcar teve maior importância.
Adaptado de IBGE. Atlas Geográfico Escolar.

Se a cana fez a economia do Brasil crescer, ela também criou a desigualdade. Os portugueses donos das fazendas e dos engenhos eram muito ricos e poderosos. Eles eram chamados de “senhores de engenho”. Os móveis de sua casa, suas roupas e até as comidas eram importadas de países da Europa. Os comerciantes de escravos e dos vários produtos vindos da Europa também foram enriquecendo. Do outro lado estavam os escravos negros, os indígenas e brancos pobres que faziam todo tipo de trabalho, mas não tinham terras, nem dinheiro. Por muito tempo, muitos indígenas continuaram a viver como sempre viveram. Longe, nas matas, plantando, caçando e pescando. Mas com o passar do tempo, os brancos começaram a invadir seus territórios e roubar suas terras para poder aumentar as plantações. Muitas comunidades indígenas foram escravizadas e mortas na luta por suas terras.



Escravos no engenho. Fonte: trabalhoescravonaamericaportuguesa.blogspot.com.br

Ciclo do café

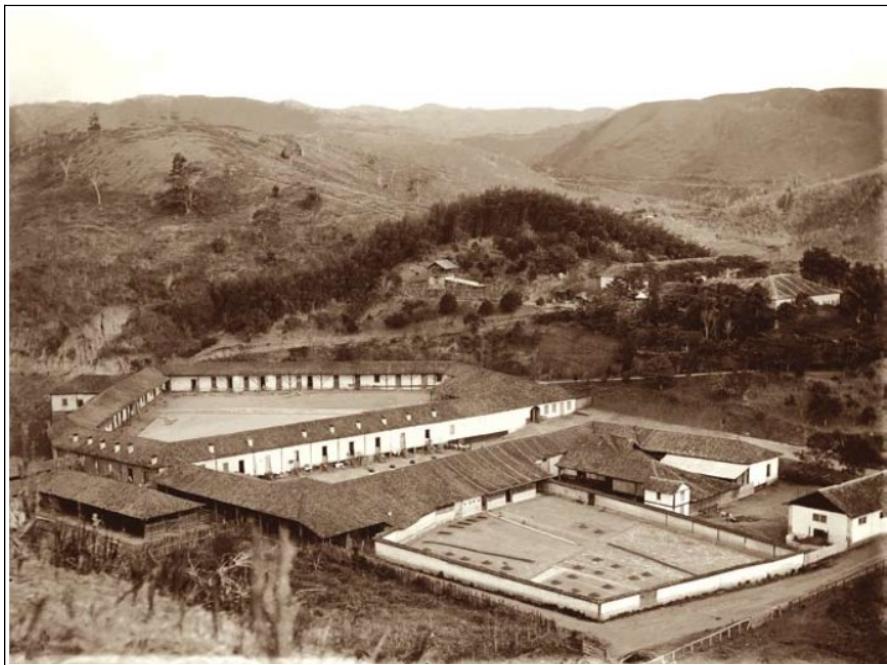
O café chegou no Brasil por volta dos anos de 1725, no estado do Pará. Nesta região as plantações não se desenvolviam bem por causa do clima. No estado do Rio de Janeiro, as primeiras plantações de café começaram perto de 1760. Até 1800 não havia alta produtividade da planta em nenhuma região do Brasil. As plantações eram só para consumo próprio dos produtores.

Com a diminuição dos lucros com a cana-de-açúcar e com o algodão era preciso encontrar outro produto que rendesse tanto lucro. Nos primeiros anos de 1800 o mercado internacional do café estava com preços muitos altos. A possibilidade de voltar a ganhar muito dinheiro fez com que os fazendeiros começassem a produzir café para exportar.

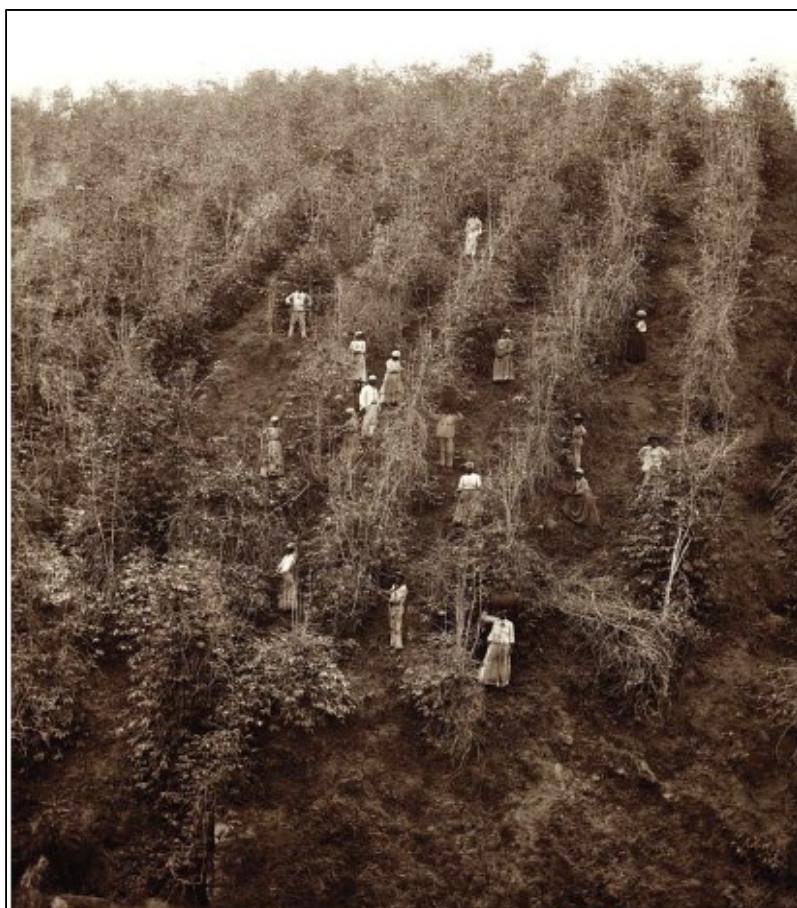
Na década de 1830 o café já era o terceiro produto mais exportado do Brasil. Só perdia para o açúcar e o algodão. Vinte anos depois, na década de 1850, era o mais exportado do país. O café teve tanto sucesso que era chamado de “ouro negro”. Sua produção entrou em declínio por volta do ano de 1890.

Mesmo com a economia se desenvolvendo bem, a sociedade continuava muito desigual. Mais uma vez só enriqueciam os donos das plantações, ou seja, donos de terras e escravos. Eles eram chamados de “*barões do café*”. Do outro lado estavam os negros escravizados, que eram os responsáveis pelo trabalho nas lavouras, mas continuavam pobres.

Para plantar o café, enormes áreas de floresta foram desmatadas, começando pelo Vale do Paraíba. Os cafezais eram feitos em linhas retas. Isso aumentava a erosão do solo, fazendo a terra perder sua fertilidade mais rápido. Os barões do café escolheram esse modo de plantar para que os escravos pudesse ser vigiados mais facilmente. Os negros escravizados trabalhavam de 15 a 18 horas por dia!



Fazenda Santo Antônio do Paiol na cidade de Valença – RJ. Perceba a enorme área de mata que foi devastada para a plantação de café. Foto: Marc Ferrez.



Negros escravizados na colheita de café. Repare na plantação em linha reta e, nesse caso, de morro abaixo. Foto: Marc Ferrez.

As maiores plantações do Brasil ficavam no Vale do Paraíba, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e em algumas regiões do estado de Minas Gerais. Veja no mapa.



O mapa mostra o Estado onde o café foi introduzido (Pará) e os estados de maior produção (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Adaptado de IBGE. Atlas Geográfico Escolar.

Em 1850 foi proibido o tráfico de escravos da África para o Brasil. Isso não quer dizer que o tráfico tenha realmente acabado, ele apenas diminuiu. Os traficantes de escravos continuavam trazendo africanos, mas agora isso era ilegal. Como a produção de café precisava de trabalhadores, começou no Brasil o tráfico interno de escravos. Isso significa que os escravos eram trazidos de várias regiões do Brasil para as plantações de café do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas.

A diminuição da produção do café nas regiões do Rio de Janeiro aconteceu por volta de 1880. O mau uso das terras fez o solo ficar infértil e pouco produtivo. Com a abolição da escravidão, em 1888, faltava mão de obra e a exportação de café já não rendia tanto lucro.

Repare!

Você já sabe que os grandes fazendeiros preferiam cultivar só os produtos dos ciclos econômicos, por que era o que dava lucro. Justamente por isso, a produção de alimentos era muito pequena em várias regiões do Brasil e muitas pessoas passavam fome mesmo existindo muita terra para plantar!

As roças escravas

Além de trabalharem nas grandes fazendas com as plantações dos ciclos e econômicos, os escravos desenvolviam outro tipo de agricultura. Esse era mais ecológico e era direcionado para alimentar as pessoas.

Em algumas propriedades os fazendeiros permitiam que os escravos tivessem uma área de plantio própria. Esses lugares eram chamados de roças escravas e ali os negros plantavam o que queriam e trabalhavam com sua família nos dias livres. Muitas vezes os cultivos eram feitos de acordo com as tradições africanas. Esse espaço era muito importante para os escravos. Primeiro por que eles plantavam comida e assim podiam se alimentar melhor. E segundo por que ali eles viviam um pouco mais livres, já que faziam o que queriam. Além disso, era o momento de ficar com a família, reviver a cultura africana e viver do seu modo. Quando a produção sobrava eles podiam até vender seus produtos. O dinheiro que conseguiam com a venda era usado para muitas coisas e até para comprar a alforria!

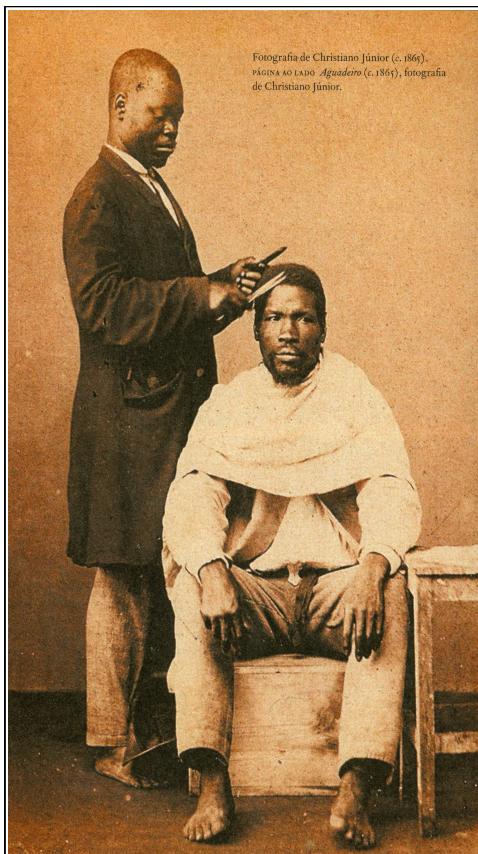
Mas existe um porém nessa história, essa permissão que os senhores davam aos escravos não era só bondade. Fazendo isso os fazendeiros gastavam menos dinheiro para alimentar os escravos. Além disso, com essa 'liberdade' de trabalhar nas suas roças os escravos fugiam menos. E é claro que se o trabalho nas roças atrapalhasse o trabalho que os escravos tinham que fazer nas fazendas, o fazendeiro rapidamente proibia as roças.

Com o fim da escravidão muitas comunidades reivindicaram as terras das roças como sendo suas. Elas afirmavam que tinham esse direito por que os donos tinham dado uma parte da propriedade para as roças escravas de seus antepassados. Assim, hoje em dia muitos quilombos localizam-se onde eram as roças escravas.

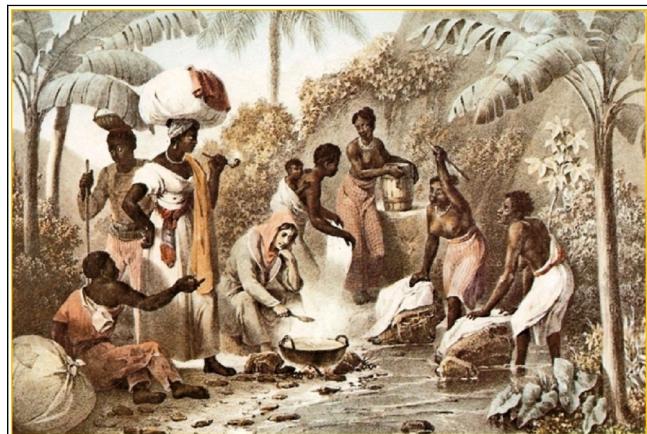
Camélia: Nossa Araponga, esse texto abriu minha mente!!! Olha só, igual ao que eu pensava! Meu tataravô trabalhou num ciclo econômico. No ciclo do café aqui no Vale do Paraíba... é por isso que nessa região tem um monte de quilombos!!! Quando acabou a escravidão os negros continuaram por aqui e foram criando suas comunidades e hoje são os quilombos. Nossa que legal!

Araponga: Nossa, Camélia isso é mesmo muito legal!!! E como existiram vários ciclos econômicos e como em cada região do Brasil era um que se desenvolvia mais, com certeza em cada comunidade quilombola existe uma história dos antepassados escravos e dos ciclos em que eles trabalhavam.... quanta diversidade na história dos escravizados, né?

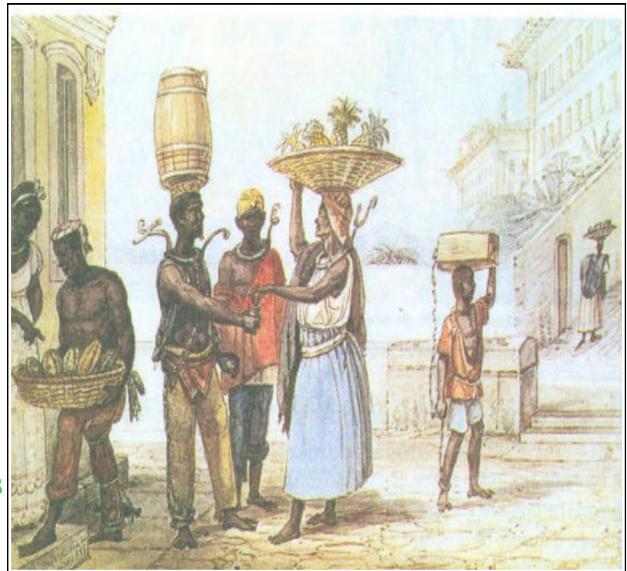
Camélia: É, muita diversidade mesmo... eu acho isso encantador!



Escravo barbeiro. Foto: Christiano Junior, 1865.



"Lavadeiras do Rio de Janeiro". Desenho de Johann Moritz Rugendas.



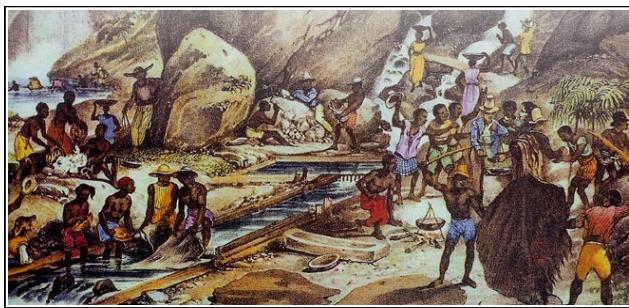
"O Colar de Ferro, castigo dos negros fugitivos". Pintura de Jean-Baptiste Debret que também mostra escravos de ganho.

Histórias do viajante

Atenção!! Os negros escravizados trabalhavam em tudo, não só nos ciclos econômicos, nas atividades agrícolas ou em trabalhos braçais. Eles foram fundamentais para o desenvolvimento de inúmeras áreas e para o desenvolvimento do Brasil. Nas grandes fazendas, nas cidades, nas casas, no comércio, nos engenhos, na mineração, na engenharia civil, na engenharia naval, na arquitetura, nas artes, na medicina....

Trabalhavam nas artes, fazendo música clássica, teatro, esculturas, artesanatos e pinturas. Eram cozinheiras, curandeiras, parteiras, mães de leite, mineradores, marceneiros, tecelões, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, ceramistas, artistas, pintores, escultores, construtores, vendedores, lavadeiras, costureiras, passadeiras, impressores, barbeiros, trabalhavam nos órgãos do governo e eram mestres de vários ofícios.

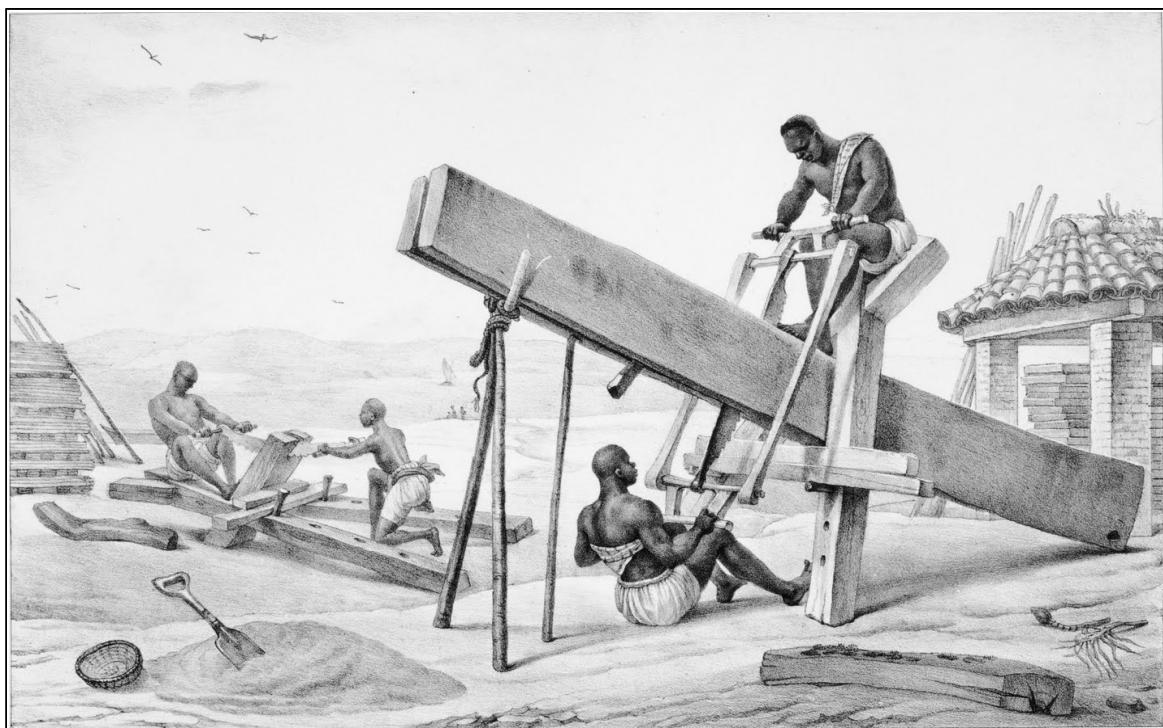
No final das contas, os brasileiros devem ter profundo respeito e gratidão às pessoas que fizeram o nosso país dar seus primeiros passos.



"Lavagem de ouro perto de Itacolomi". Desenho de Johann Moritz Rugendas.



Foto Marc Ferrez, 1875. Escravo cesteiro.



"Escravos carpinteiros". Desenho de Jean-Baptiste Debret.

Resgatando a história e (re)conhecendo o passado

1. Investigando sobre o desenvolvimento dos ciclos econômicos em sua região
 - a) Para fazer essa investigação, converse com pessoas mais velhas de sua comunidade,
 - b) Pergunte a elas qual era a principal atividade econômica desenvolvida na região durante a escravidão,
 - c) Tente descobrir tudo o que você conseguir sobre essa atividade, como era desenvolvida, quem é que ganhava mais dinheiro com ela, se ela acabou, por que acabou e o que veio depois dela.
 - d) Anote tudo o que a pessoa disser e em sala de aula troque as informações com seus amigos,
 - e) Elaborem um cartaz que mostre:
 - os possíveis ciclos econômicos que se desenvolveram na região onde você mora,
 - o que indica que esses ciclos existiram,
 - em qual época isso acontecia.

* Você pode tentar descobrir se existia algum escravo na sua região que era especializado em outros trabalhos além dos relacionados ao ciclo econômico.

Araponga: Camélia, agora nós só temos que descobrir se hoje em dia ainda se usa as técnicas agrícolas que os negros africanos usavam... Será que os agricultores conservaram os conhecimentos trazidos pelos escravos?

Camélia: ah, essa eu sei responder!!! Primeiro: esse conhecimento que eles tinham e passavam para os outros se chama saber ancestral. Saber ancestral é aquele conhecimento que vem dos mais antigos e é passado de geração para geração sem se perder. Sabe Araponga, tudo o que os negros sabiam eles ensinavam para os mais novos contando histórias. Esse jeito de passar o conhecimento, contando histórias, se chama oralidade ou tradição oral, que quer dizer a passagem dos saberes através da fala... Foi isso que minha professora falou!! E ó, as vezes as pessoas pensam que os africanos transmitiam seus conhecimentos numa boa conversa por que não sabiam ler e escrever, mas isso não verdade! Em várias etnias que sabiam ler e escrever a tradição oral também existia! Eu acho uma delícia.... aprender as coisas conversando com os mais velhos, ouvir as histórias na beira do fogão de lenha... minha imaginação voa longe..

Araponga: ah eu também. As vezes quando eu estou cantarolando numa árvore e vejo as pessoas trabalhando na roça eu até fico quietinho pra escutar bem o que os mais velhos ensinam para os mais novos... são tantas histórias, tanto saber...

Mas Camélia, não era isso que eu queria saber. Eu perguntei sobre as contribuições dos negros para a agricultura do Brasil!

Camélia: ah, é... isso eu não sei não... Vamos pesquisar nesse livro, eles sempre ajudam!!

A herança dos escravos africanos na agricultura brasileira

Desde o início da agricultura os africanos desenvolveram muitas maneiras de cultivar de acordo com o clima, o solo e o tipo de vegetação de cada região.

Várias ferramentas usadas na agricultura brasileira são originárias dos povos africanos. O arado, a enxada, vários tipos de machados e a semeadora são heranças dos escravos que vieram do Congo.

Algumas técnicas de plantio e de irrigação por canais vieram para o Brasil com os negros que foram roubados do império de Songai.



Sistema de irrigação por canais. Foto: Embrapa Semi-Árido.



*Localização do Império de Songhai no continente africano entre os séculos 14 e 16.
Esse território engloba hoje áreas dos seguintes países: Mali, Burkina Faso, Níger, Benim, Senegal, Guiné e Mauritânia.*

Na África alguns povos plantavam no meio das florestas. Eles faziam isso por que as árvores protegiam as plantas mais sensíveis do sol muito quente.

Onde o solo era pobre, algumas comunidades faziam pousio. Nesse tipo de cultivo, depois da colheita, os agricultores deixam a área descansando por um tempo até que o solo recupere a fertilidade. Depois desse tempo voltavam a plantar no mesmo lugar. Para adubar a terra usavam esterco de animais e cinzas.

Outros povos tinham o costume de plantar duas, três ou mais espécies juntas. Essa prática se

chama plantio em consórcio ou plantio casado.

Também tinha quem usava o fogo para limpar o terreno antes de plantar. Essa prática acabou destruindo grandes áreas de floresta na África. No Brasil o fogo foi e ainda é muito usado na agricultura. Por aqui, os escravos também usavam o fogo em suas roças e plantavam casado.

Araponga: Fogo na floresta?! Ai, não!! Fogo e floresta não tem nada a ver! Ele queima tudo! Minha casa, minha comida, deixa o ar poluído... é horrível...

Camélia: É mesmo Araponga... o fogo mata os animais, as árvores, polui o ar, faz mal à saúde das pessoas... mas você viu Araponga? tem um monte de coisa que os agricultores faziam na África e que hoje em dia se faz no Brasil...

Araponga: É verdade Camélia, na minha viagem pelos quilombos do Rio de Janeiro eu vi mesmo que muitos quilombolas ainda usam essas práticas. Está aí, mais heranças dos negros escravizados! E o melhor disso tudo, é que fazer rotação, plantar casado, usar esterco, cinzas e plantar na floresta são práticas da agricultura ecológica.... essas práticas não prejudicam o meio ambiente nem a própria agricultura. Nossa que bom seria se todos os agricultores do Brasil fizessem agricultura ecológica. Ah... esse é o meu maior sonho!!! As vezes eu estou voando por aí e quase tenho um treco com o cheiro dos venenos que colocam nas plantações da agricultura convencional... é um horror!!!

Vocabulário

Década - período de 10 anos.

Erosão – é um processo onde a camada superficial do solo é retirada e depositada em outro lugar. Pode acontecer pelo impacto de gotas de chuva no solo, pela ação dos ventos ou pelo uso de técnicas agrícolas não recomendadas.

Exportação – é a venda de produtos para outros países.

Exercícios:

1. O que você entendeu sobre a relação dos ciclos econômicos com o surgimento da desigualdade social. Quais eram os principais fatores que fizeram existir duas classes, a dos ricos e a dos pobres?
2. Por que motivo foi criado o tráfico interno de escravos?
3. O que contribuiu para a diminuição da produtividade do café durante os anos de 1800?
4. Com base na lista da Araponga, quanto tempo durou cada ciclo econômico? Elabore um gráfico que mostre a duração de cada ciclo.
5. A cana-de-açúcar foi a principal cultura do Brasil nos séculos 16 e 17. Em Pernambuco existiam 66 engenhos, na Bahia 36 e no resto do país o número de engenhos era igual a metade dos que existiam na Bahia. Calcule:
 - a) Quantos engenhos tinha Pernambuco e Bahia juntos?
 - b) Quantos engenhos tinha no resto do país?
2. Interprete a seguinte frase e diga com qual ciclo econômico ela pode estar relacionada.

“Do Vale do Paraíba divide-se a marcha destruidora da floresta. Uma segue para São Paulo, outra para o sul de Minas”.

3. Sobre as roças escravas responda:
 - a) Quais benefícios elas traziam para os negros escravizados?
 - b) Quais benefícios traziam para os escravizadores?
 - c) É correto afirmar que permitir o cultivo nas hortas era uma maneira de manter os escravizados nas fazendas? Por que?
4. Encontre 5 profissões que os escravos tinham no caça palavras.

Trazendo o conhecimento de casa para a escola

1. Converse com seus familiares ou agricultores da sua região e investigue se alguém usa ou já usou o fogo para limpar as áreas de cultivo.
 - a) Descubra o que eles acham que o fogo causa no solo,
 - b) Descubra quais os benefícios e prejuízos do uso do fogo,
 - c) Monte um panfleto com as informações que conseguir e discuta em sala com seus amigos.

Dicas:

- ✓ O panfleto pode ser feito dobrando uma folha de sulfite ou de caderno no meio,
 - ✓ Tente usar todas as partes da folha,
 - ✓ Faça desenhos para ilustrar, decore como quiser, deixe sua criatividade fluir,
 - ✓ Não se esqueça de anotar o nome das pessoas com quem você conversar. Elas devem ser citadas no panfleto.
2. Investigue se as práticas agrícolas desenvolvidas pelos africanos são usadas pelos agricultores de sua região.
 - a) Converse com alguns produtores e tente preencher uma tabela como a abaixo:

		Por que faz isso?	Quais os benefícios?
Planta casado?	() sim () não		
Planta na floresta ou no pomar?	() sim () não		
Faz pousio?	() sim () não		
Usa esterco e cinza para adubar?	() sim () não		

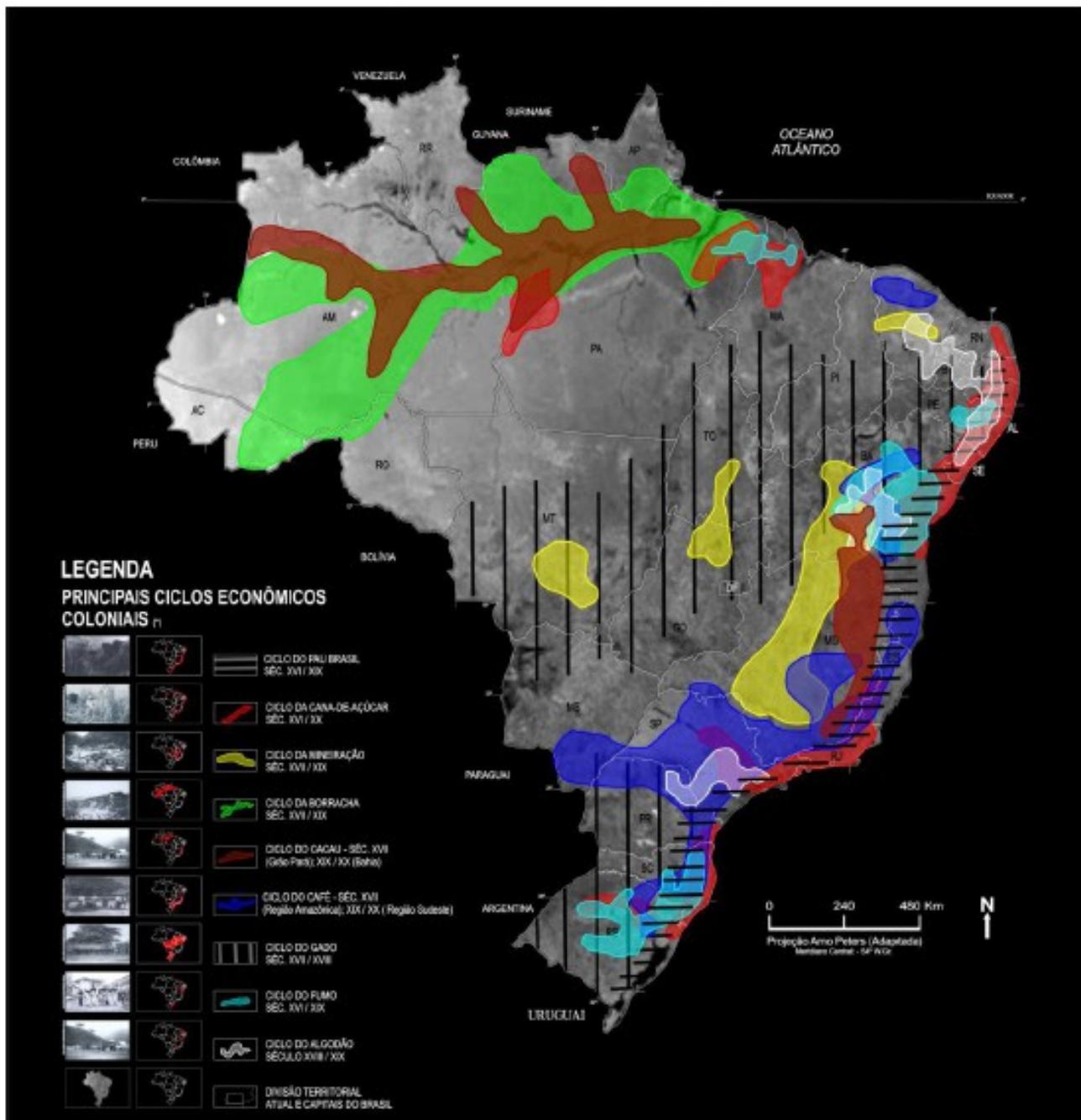
- b) Em sala de aula troque as informações com seus colegas e com a ajuda da professora montem apenas uma tabela com o máximo de informações possível.

Espaço do professor

Capítulo 1. O trabalho dos negros na agricultura

Com relação a esse assunto será dado enfoque ao trabalho desempenhado pelos escravizados nos ciclos da cana-de-açúcar e do café. Os demais ciclos, do pau brasil, da mineração, da borracha,

do algodão, do cacau, do gado e do fumo, que também foram importantes durante o Brasil colonial e que também contavam com mão de obra escrava, não serão abordados ou por não estarem relacionados com a agricultura, ou por terem tido menor destaque. Algumas informações, como extensão territorial e temporária dos ciclos são apresentadas na figura abaixo. Mas perceba que o período de duração dos ciclos apresentado para os alunos é diferente do que aparece no mapa. Para os estudantes o período engloba apenas o auge dos ciclos durante o período colonial.



Territórios de abrangência dos principais ciclos econômicos que se iniciaram no período escravista no Brasil.

Fonte: Anjos, 2011.

Todos os cultivos agrícolas se desenvolveram com base no *sistema de plantation*, ou seja, com a estrutura fundiária sendo os latifúndios, a mão de obra a escrava e as plantações sendo imensas monoculturas. Dentre os dois cultivos que serão abordados (cana e café) o mais importante foi o da cana e considerando todos os ciclos econômicos do Brasil a cana e o ouro foram os que mais contribuíram para a economia.

O ciclo da cana de açúcar

O cultivo de cana de açúcar começou a ser desenvolvido no Brasil por volta dos anos de 1530 na região nordeste do país. Até o século XVII seu desenvolvimento só aumentou, sendo que os anos entre 1570 até 1670 são conhecidos como o “século do açúcar”, onde se obteve a maior

produção e lucratividade com esse produto. Durante o período colonial a produção de cana teve altos e baixos, mas o valor com a exportação do açúcar nunca deixou de ser importante para a economia.

A produção da cana e o beneficiamento do açúcar no Brasil tiveram sucesso por inúmeras questões internas e externas. Um fator importante foi o aumento das rendas no continente europeu possibilitando o aumento do consumo de açúcar. O aumento da renda foi possível através da extorsão de metais preciosos das colônias europeias, incluindo aí o Brasil. Outro aspecto foi que os países do Oriente Próximo e Extremo Oriente, que eram os principais exportadores de açúcar para a Europa entraram em crise de produção, não conseguindo suprir a exigência externa. Talvez a questão mais importante esteja relacionada com a queda da lucratividade com o pau-brasil. Com a exploração desordenada desse recurso as árvores foram desaparecendo. Além disso, a procura pelo pau-brasil já não era tão grande. Assim, surge a necessidade para a coroa portuguesa de encontrar uma nova fonte de lucro. O açúcar, que já era produzido nas colônias portuguesas da Ilha da Madeira e em Cabo Verde, no continente africano, foi o produto que acabou encontrando algumas facilidades.

No Brasil, as condições que favoreciam a produção eram a ocorrência de um clima propício, a disponibilidade de terra relativamente boa à produção e de madeira florestal usada como lenha para as fornalhas, a presença de rios para o transporte e como fonte de energia para as moendas e a permissividade em escravizar os negros africanos. Tratava-se, como ainda hoje em dia, de uma cultura muito lucrativa para os invasores portugueses. Estima-se que 2/3 da renda gerada ficava fora da colônia, ou seja, beneficiava apenas os europeus. Ainda assim, aproximadamente 30% da economia colonial girava em torno das fazendas e engenhos de açúcar. Era uma atividade muito importante para a economia brasileira e ainda fazia surgir atividades secundárias associadas, como a produção de gado para transporte nas regiões onde os rios não supriam essa necessidade. Sua importância era tanta que os holandeses invadiram terras do nordeste brasileiro onde controlaram a produção de cana-de-açúcar de 1630 até 1654. Depois de serem expulsos, os holandeses se instalaram nas Antilhas onde começaram a produzir açúcar e concorrer com a colônia brasileira no mercado externo. Nesse momento os lucros com as plantações caíram muito no Brasil, mas não deixaram de existir e de contribuir para a escravização dos negros africanos. No ano de 1830 o açúcar deixa de ser o produto de maior exportação do país para dar lugar ao café. Na década de 1850, a produção no Brasil entra em declínio devido à concorrência com o açúcar de beterraba europeu.

Com relação às práticas produtivas era comum queimar ou derrubar extensas áreas de floresta para fazer o plantio. Não havia preocupação com a preservação, melhoria ou recuperação da fertilidade do solo, assim quando a terra não produzia mais ela era abandonada e outras áreas eram exploradas.

É preciso ressaltar que o cultivo da cana e a produção do açúcar foram as primeiras atividades econômicas do Brasil que exigiam que os invasores passassem a morar definitivamente no país. Para isso, a coroa portuguesa dava vários incentivos aos português se estabelecessem no Brasil para trabalhar com a cana. Como exemplo temos a doação de terras, a isenção de vários impostos, a concessão de títulos, honrarias e outros benefícios. É importante atentar para o início da desigualdade da distribuição de terras no Brasil. A coroa portuguesa cedia enormes porções à portugueses de sua confiança, excluindo os indígenas nativos de suas terras e concentrando-as nas mãos dos estrangeiros que passariam a ter total controle sobre os territórios. Essa situação, já de início, gerou inúmeros conflitos com os povos originários do Brasil, o que, com o passar do tempo só aumentou. Diante do abandono das terras inférteis, era necessário ocupar mais e mais áreas para implantar as fazendas. Assim, mais e mais comunidades indígenas foram expulsas de suas terras originais, mais conflitos foram gerados e mais índios foram assassinados.

Com o ciclo da cana muitas situações novas surgiram no Brasil. A criação de latifúndios, o enriquecimento de poucas pessoas, a fixação dos colonizadores nas diversas regiões brasileiras, a exploração dos mais pobres e fracos, como índios e africanos e a colonização de extensas áreas antes despovoadas, principalmente no litoral.

É importante lembrar que nos dias de hoje a cultura da cana de açúcar ainda é bastante desenvolvida no Brasil. Assim como no início, trata-se de um produto para exportação, produzido em grandes latifúndios e que utiliza práticas agrícolas que não prezam pela sustentabilidade dos solos, das águas e de todos os compartimentos ambientais associados. É comum, nessas plantações haver o momento da queimada para facilitar a colheita, o que prejudica, além do solo, a qualidade do ar e por consequência a saúde humana. Em muitos locais essa prática tem sido proibida gradualmente por conta dos inúmeros prejuízos que traz ao meio ambiente e às pessoas. Muitas outras práticas agrícolas acabam exaurindo a fertilidade das terras. Isso tem sido observado muitas vezes por agricultores beneficiados pela reforma agrária. Estes, quando são assentados em antigas áreas de cultivo cana, não conseguem desenvolver a agricultura já que o solo está totalmente desgastado e empobrecido.

A característica da propriedade de terras ser fundamentada nos grandes latifúndios acaba expulsando pequenas comunidades rurais de agricultores familiares de seus territórios, levando muitas vezes à marginalização destas pessoas nos grandes centros urbanos. É necessário ressaltar também que, hoje em dia, muitas denúncias de trabalho escravo estão relacionadas com as grandes fazendas produtoras de cana. Veja a seguinte reportagem:

Trabalho Escravo: Fiscais resgatam 118 em grandes usinas na divisa entre SP e MG: Duas equipes do grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) estiveram numa das principais áreas de expansão de usinas de cana-de-açúcar - entre São José do Rio Preto (SP) e Uberlândia (MG), no Triângulo Mineiro - para averiguar denúncias e encontraram 118 trabalhadores em condições degradantes. Por trás dos flagrantes de precariedade, fiscais se depararam com esquemas ilegais de aliciamento e de servidão por dívida de trabalhadores vindos de regiões como o Vale do Jequitinhonha, no extremo norte de Minas Gerais, e de estados distantes como Bahia, Maranhão e Ceará. Do total de resgatados entre os dias 3 e 14 de junho, 55 trabalhavam na Usina Agrisol, no município de Icém (SP), que faz parte da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (CBAA), conglomerado do Grupo José Pessoa. As empresas ligadas ao Grupo José Pessoa foram suspensas do Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo em dezembro do ano passado, depois que uma fiscalização encontrou 831 indígenas em condições degradantes na unidade do mesmo grupo no município de Brasilândia (MS). O agravante, no caso da Agrisol, foi a constatação de servidão por dívida, combinada com o atraso no pagamento de salários. Por meio de um mandado de busca e apreensão assinado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e acatado pela Justiça, a fiscalização vasculhou uma mercearia de Fronteira (MG) e flagrou a retenção de mais de 80 documentos pessoais - RG, CPF, Título de Eleitor e Cartão Cidadão da Previdência Social, de um total de 40 trabalhadores. "Era a garantia do pagamento da dívida", conta a auditora fiscal do trabalho Jacqueline Carrijo, que coordenou a operação na Agrisol (REPÓRTER BRASIL, 2008, p. 01).

A produção da cana é incentivada nos dias de hoje, contando com investimentos dos setores públicos, com o argumento da produção de “combustíveis limpos”, ou seja o etanol, tido como um “biocombustível”. Entretanto essa afirmação se trata de uma meia verdade dita para a manutenção desse sistema produtivo que se mostra fortemente desigual. Os latifúndios excluem milhares de camponeses da terra e gera riqueza a uma pequena porção da sociedade. O monocultivo acaba com a biodiversidade vegetal e animal. E as técnicas agrícolas, baseadas no uso intenso de venenos e adubos químicos poluem o solo, os rios e o ar e causam sérios problemas à saúde humana. Estudos já constataram que uso de inseticidas e herbicidas aumentam a probabilidade de um trabalhador do cultivo de cana ter câncer de pulmão. Assim é impossível dizer que se trata de um combustível limpo. Ele está sujo pela mão de obra escrava, que muitas vezes é utilizada, está sujo pela degradação do meio ambiente, está sujo por manter as desigualdades econômicas e sociais e por

trazer riscos à saúde dos trabalhadores de um produto embebido de veneno.

As roças escravas

Os espaços destinados ao cultivo próprio dos escravizados dentro das fazendas são uma forma de adaptação e resistência: adaptação porque une trabalho obrigatório, diário e vigiado com momento pessoal de trabalho. Resistência por que, embora a abertura das clareiras fosse feita de maneira coletiva, o cultivo da terra era familiar, o que permitia estreitar os laços da família, aumentar a alimentação e adquirir algum tipo de liberdade, como afirma o historiador Robert Slenes:

“Os frutos da roça, da criação e da exploração do mato tinham um valor de troca, além de sua utilidade imediata. Os escravos, desfrutando de melhores condições para suprir suas necessidades básicas, também mais frequentemente teriam excedentes para vender ou poderiam até planejar suas atividades produtivas parcialmente em função do mercado.”

Esses espaços permitiam desenvolver e manter a cultura negra, possibilitando até mesmo que os escravos conseguissem comprar sua liberdade com o dinheiro da venda dos excedentes da produção. A importância econômica dessa atividade vai além da compra da alforria e passa pela compra de itens básicos que resgatavam a dignidade dessas pessoas.

É importante ter claro que essas roças não eram algo à parte do sistema escravista. Se tais atividades passassem a prejudicar o trabalho dos escravos nos cultivos da fazenda, mais do que depressa seriam abolidas. Essa permissão também era uma forma de manter os escravos ligados a fazenda, o que diminuía as tentativas de fugas e os gastos dos escravizadores com cuidados aos escravizados. Assim, essa economia interna, acabava gerando e fazendo parte de dois mundos. O do escravizador que utiliza a roça escrava para diminuir os gastos e manter a ordem, e o do escravo, para o qual representava uma ruptura da estrutura tipicamente escravista, um tipo de acesso à liberdade e uma forma de subsistência. Esses são pontos importantes de serem enfatizados, bem como o fato de que esta conquista dos negros era fruto de negociações e relações políticas com o escravizador, o que é demonstrado em inúmeros documentos, como o que segue abaixo:

“Meu senhor, nos queremos pás e não queremos guerra. Se meu senhor também quiser a nossa pás há de ser nesta conformidade”

“Em cada semana nos has de dar o dia de sesta fr^a e de sábado p^a trabalharmos pra nós, não tirando hum destes dias por cauza de dia st (dia santo)”

“Para podermos viver nos hade dar Rede, tarrafas e canoas”.

“Não nos hade obrigar a fazer camboas, nem amariscar, mande os seus pretos Minas”.

“Faça huma barca grande p^a quando fo p^a Bahia nós metermos as nossas cargas p^a não pagarmos fretes”.

“Poderemos plantar nosso arroz onde quizermos, e em qulqr brejo, sem que p^a isso peçamos licença, e poderemos cada hum tirar jacarandas ou outro quar pau sem darmos parte p^a isso”.

Entre 1850, quando fica decretado o fim do tráfico além mar de escravos, e 1888 quando seria abolida definitivamente a escravidão, a proliferação das roças escravas assume, às escondidas, a função de manter os escravos subjugados e presos à propriedade. Mesmo depois da abolição, diante dessa possibilidade, muitos escravos permaneceram nas fazendas. Isso por que muitas vezes as condições de vida do negros fora dali seria ainda mais hostil, já que estes são e foram desde sempre discriminados e deixados às margens dos sistemas sociais. Com a abolição, esses espaços também foram reivindicados pelos escravos como sendo de sua propriedade. Eles alegavam que os donos tinham lhes dado essas terras e por isso surge entre os escravizados a noção de direito de

propriedade.

Escravidão – uma história atual

É importante ter uma reflexão crítica sobre as semelhanças entre a época de escravidão no Brasil colonial e muitas condições atuais de trabalho no campo. O modelo de exploração desenvolvido nos campos do Brasil colônia é conhecido como *sistema de plantation* e abrange as seguintes características: a presença dos latifúndios, a monocultura de gêneros dedicados prioritariamente à exportação e o emprego de mão de obra escrava. Assim se desenvolvia o cultivo de café, cana e algodão. Hoje em dia vemos perdurar essas características. As terras no campo brasileiro continua a se basear majoritariamente nos latifúndios⁴ que se dedicam à produção de gêneros exportáveis, como a soja, cana, café e laranja, plantados em enormes monoculturas. Sobre o trabalho escravo, infelizmente ainda hoje nos deparamos com essa atrocidade, tanto no meio rural como no urbano. Grandes fazendeiros ricos, não contentes com os lucros exorbitantes que seus negócios atingem, ainda empregam trabalho escravo no Brasil, dando provas de que uma atividade baseada na impunidade, pobreza, desigualdade e ganância perdura há séculos no país. O quadro abaixo faz uma comparação entre a escravidão colonial e a 'escravidão' atual nos trabalhos do campo.

	Antiga escravidão	Nova escravidão
Propriedade legal	Permitida	Proibida
Custo para adquirir a mão de obra	Alto. Era muito caro comprar um escravo africano e a riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos que ela tinha	Muito baixo. Hoje em dia não se compra as pessoas, muitas vezes, gasta-se apenas com o transporte dela até a área onde irá trabalhar
Gastos com os escravizados	Altos. Havia custos com a manutenção dos escravos	Baixos. Muitas vezes as pessoas devem pagar pela sua alimentação e moradia e se alguém fica doente pode ser mandado embora sem nenhum direito
Mão de obra	Escassa. Dependia de tráfico negreiro, da prisão de índios ou do nascimento de novos escravos. Em 1850, um escravo era vendido por uma quantia equivalente a 120 mil reais	Descartável. Como existe muita gente desempregada o patrão pode despedir o trabalhador que terá mais gente precisando de trabalho. Um homem foi levado por um "gato" por 150,00 reais no sul do Pará
Duração do trabalho	Longo período. A vida inteira do escravo e até de seus descendentes	Curto período. Terminado o serviço, a pessoa é mandada embora
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravização	Pouco relevantes. Qualquer pessoa pobre e miserável pode se tornar escravo, independente da cor da pele
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos

Tabela 1: Comparação entre o trabalho escravo durante a escravidão no Brasil e nos dias de hoje. Adaptado de Repórter Brasil, 2007.

No ano de 2012, 203 empregadores foram flagrados utilizando mão de obra num sistema similar às condições escravas. O cadastro que é elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e

⁴ O Índice de Gini, que mede a concentração de terras do Brasil, está entre os mais altos do mundo. Dados de 2004 revelaram que as 27 maiores propriedades do país cobriam uma área equivalente a do estado de São Paulo. Essa situação, que agrava as desigualdades sociais, leva ao esvaziamento do campo, desvalorização dos saberes e do trabalho rural, bem como a superlotação das cidades, aumento da marginalização das pessoas, poderia ser revertida com uma política séria de reforma agrária.

pela Secretaria Especial de Direitos Humanos apontou que 75% dos empreendimentos são fazendas situadas principalmente nas regiões norte e nordeste no país. Como se não bastasse, já foram encontrados entre os proprietários das fazendas alguns representantes do poder público, entre deputados, prefeitos. A reportagem abaixo, disponível no site reporterbrasil.org.br, demonstra um pouco sobre essa situação.

Crianças bebiam água do gado em fazenda de deputado flagrada com escravos

Propriedade em que sete pessoas foram libertadas pertence ao deputado estadual Camilo Figueiredo, filho do ex-prefeito de Codó (MA), Biné Figueiredo

Por Bianca Pyl - 18/04/2012

Crianças e adultos bebiam a mesma água que o gado na Fazenda Bonfim, zona rural de Codó (MA), onde foram resgatadas sete pessoas de condições análogas às de escravos após denúncia de trabalhadores que não quiseram se identificar. A libertação aconteceu no início de março e foi realizada por ação conjunta de Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão (SRTE/MA), Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal.

A propriedade em que foram flagradas condições degradantes pertence à Líder Agropecuária Ltda., empresa da família Figueiredo, que tem como sócios o deputado estadual Camilo de Lellis Carneiro Figueiredo (PSD/MA), além de Rogério Carneiro Figueiredo, Rodrigo De Lellis Salem Figueiredo e Camilo De Lellis Carneiro Figueiredo Filho. À Repórter Brasil, o deputado Camilo afirmou desconhecer as denúncias e disse que a fazenda é administrada por seu pai, Benedito Francisco da Silveira Figueiredo, o Biné Figueiredo, ex-prefeito de Codó. Biné, por sua vez, nega que seja administrador e alega que não há trabalhadores na propriedade, "apenas moradores".



Água utilizada pelo gado servia para os trabalhadores e para as crianças beberem e tomar banho.
Foto: Divulgação SRTE/MA.

A água consumida no local era a mesma que a utilizada pelos animais da fazenda. Retirada de uma lagoa imunda, repleta de girinos, ela era acondicionada em pequenos potes de barro e consumida sem qualquer tratamento ou filtragem. Os empregados tomavam banho nesta lagoa, e, como não havia instalações sanitárias, utilizavam o mato como banheiro. De acordo com o auditor fiscal Carlos Henrique da Silveira Oliveira, que coordenou a ação, todos estavam submetidos às mesmas condições degradantes, incluindo as crianças pequenas.

Pecuária

A propriedade da família Figueiredo era utilizada para criação de gado para corte. Os trabalhadores resgatados cuidavam da limpeza do pasto com a retirada de ervas daninhas e arbustos,

atividade conhecida como roço da juquira, e ficavam alojados em barracos feitos com palha. Os abrigos não tinham sequer proteção lateral, apesar de serem habitados por famílias inteiras, incluindo crianças. Os resgatados declararam aos auditores fiscais que em noites de chuva as redes onde dormiam ficavam molhadas e que todos sofriam com o frio.



Barracos de palha serviam de alojamento para os trabalhadores. Foto: Divulgação SRTE/MA.

A maioria dos trabalhadores era de Codó (MA), a 30 km de distância, e estava há cerca de dois meses na fazenda. Os resgatados não tinham Carteira de Trabalho e da Previdência Social (CTPS) assinada e não contavam com nenhum equipamento de proteção individual no roço da juquira. "Todas as irregularidades e ilegalidades constatadas constituíram total desrespeito a condições mínimas de dignidade da pessoa humana, distanciando-se da função social da propriedade e ferindo assim, além dos interesses dos trabalhadores atingidos, também o interesse público", explica o coordenador da ação.

Responsabilidade

A empresa Líder Agropecuária consta na declaração de bens do deputado estadual Camilo Figueiredo. Por telefone, ele se disse surpreso ao ser informado pela reportagem sobre a libertação na Fazenda Bonfim. *"Isso de trabalho escravo é novidade para mim. Até agora não tomei conhecimento desta situação, vou entrar em contato agora para saber o que houve"*, disse. Ele confirmou que seu pai, Biné Figueiredo, é o responsável por administrar a propriedade. Biné, que foi prefeito do município de Codó em duas ocasiões, de 1993 a 1996 e de 2005 a 2008, negou, por telefone, qualquer responsabilidade. Ele alega que não é administrador da propriedade, e, questionado, disse não saber nem a quem a terra pertence. *"Eu não acompanhei a fiscalização e não sei se a situação foi solucionada, mas acredito que sim"*, afirmou.

Não é a primeira libertação de escravos envolvendo políticos na região. Em 2009, equipes de fiscalização libertaram 24 pessoas na fazenda do então prefeito de Codó, José Rolim Filho (PV), o Zito Rolim.

A herança dos escravos africanos na agricultura brasileira

Com a descoberta do cultivo, durante o neolítico, era natural que as pessoas usassem o fogo para eliminar a vegetação nociva. Com a expansão da ocupação do território e com a população continuando a aumentar, a frequência e a intensidade dos desmatamentos aumentaram, iniciando-se uma dinâmica de desmatamento das terras cultivadas com o desenvolvimento do sistema de

derrubada queimada. Essa prática ocasionou em toda a África mudanças radicais no caráter da vegetação.

Esta luta travada pelo fogo contra a vegetação e em benefício do cultivo afetou de maneiras diversas as plantas herbáceas e as árvores. A introdução do fogo no ambiente natural transformou, ao longo do tempo, consideravelmente a paisagem. Como consequência das queimadas frequentes, que destruíam as espécies vulneráveis da floresta densa, criavam-se novas condições, favoráveis à expansão das pradarias. Na África ocidental, este processo mostrou-se suficientemente dinâmico para estabelecer uma zona de “savana derivada”, ou antrópica, que se estende do sul até 6º de latitude norte. Na savana original, constata-se que, sob o impacto de duas queimadas anuais, o caráter da vegetação modifica-se, passando de pradaria, nas planícies, a uma savana arborizada nos terrenos mais rochosos. De fato, a preservação dessas matas residuais em terrenos rochosos levou a se pensar que, em uma grande parte do que hoje é a pradaria, a vegetação principal devia ter sido a floresta.

Consequências do desmatamento através do fogo como a degradação da fertilidade, o aparecimento de processos erosivos mais ou menos graves conforme o lugar e a mudança do clima capaz de levar à desertificação são fatores que acabaram impossibilitando a continuidade desse modo de cultivo em algumas áreas.

É importante ter em mente que a prática da queimada para posterior plantio foi por muito tempo amplamente desenvolvida no Brasil e em alguns lugares perdura até hoje. Aqui esse sistema de cultivo é chamado de agricultura de queimada, de coivara ou de toco. Por se tratar de uma herança cultural na agricultura e que também acontecia em terras africanas, muitos agricultores, incluindo aí os afrodescendentes, utilizavam ou ainda utilizam dessa técnica. Um exemplo é o Quilombo de Alto da Serra. No passado essa era uma prática comum entre os quilombolas, mas hoje em dia já não mais. Todos reconhecem que essa técnica destrói a fertilidade do solo e perceberam isso na prática, o que fez com que todos abandonassem o uso da queimada e passassem a fazer apenas a capina e roçada para preparo e limpeza do solo.

O fato da terra queimada ficar descoberta, sem nenhuma vegetação, faz com que a água da chuva leve, sistematicamente, todo o nutriente da camada superficial do solo para suas partes mais profundas, ficando indisponível para os cultivos. Além disso, a terra descoberta é muito mais facilmente levada embora. No caso do território de Alto da Serra, isso significa muitas vezes ser levada para dentro dos rios, causando seu assoreamento, diminuindo a qualidade da água e obstruindo com frequência os sistemas de captação de água. A fala do quilombola Edson, do Quilombo Alto da Serra, que planta há 15 anos, revela esse saber e a consciência de que a queimada afeta muito além do solo.

“Plantar na terra sem queimar é muito melhor do que na queimada. Quando queima, bate a chuva bate, lava a terra, aterra as margens e vai levando o morro. Quando deixa o mato e só capina, (o mato) vira adubo.”

Informações mais detalhadas sobre o pousio, o uso de esterco e cinzas como adubo, o plantio consorciado podem ser encontradas no capítulo 2 da unidade 3.

Nota sobre o exercício número 1 do “trazendo o conhecimento de casa para a escola”

Durante a correção se surgir, por exemplo, o benefício de que atear fogo diminui o tempo gasto no preparo do solo, é possível ressaltar a importância da permanência dos mais jovens no meio rural para ajudarem nos afazeres do campo. A permanência é importante para a manutenção da comunidade, do território e também para o próprio desenvolvimento do Brasil. Ainda é possível ressaltar a mais valia do trabalho feito em mutirão. Nesse caso também é importante refletir que se

trata de um benefício no curto prazo, que é a facilidade no preparo do solo, em detrimento de vários prejuízos no longo prazo. Estes prejuízos são a perda de fertilidade do solo, erosão, lixiviação, assoreamento dos corpos hídrico entre outros como mencionado acima. Os prejuízos acontecem quando o uso do fogo é uma prática frequente.

Unidade 2 – Desigualdades de acesso à terra – uma questão muito antiga

Camélia: Araponga, no outro dia que a gente estava estudando você falou de agricultura ecológica e de agricultura convencional, lembra?

Araponga: Sim.

Camélia: Mas o que é isso?? Depois que você foi embora eu fiquei pensando.... Não tem só um jeito de se plantar?

Araponga: Não Camélia, não mesmo! Existem várias maneiras de fazer uma plantação. Umas são boas e outras são péssimas, pés-si-mas!!! Fazem mal pra tudo! Pra saúde de quem trabalha na produção, pra saúde de quem consome o alimento, pro solo, pras águas, pro ar, pra todos os animais, pros pequenos produtores... afff, isso tem que acabar!

Camélia: Nossa Araponga, mas por que? Como pode uma simples plantação fazer tantos males?

Araponga: Espera aí, você já vai entender tudo. Primeiro vamos estudar sobre a desigualdade de terras no Brasil pra gente reparar como isso tem relação com os diferentes tipos de agricultura. Você nunca se perguntou como é que os negros, os pobres e os indígenas fizeram para continuar fazendo suas plantações depois que a escravidão foi abolida? Era tudo dos ricos que tinham ganhado as terras do rei de Portugal, lembra?

Camélia: sim, me lembro... era aquele esquema de três marias, não é?

Araponga: Três marias?! Que três marias são essas Camélia? Ai, ai, você está confundindo tudo. São Sesmarias! Não três marias. Ahhahah, três marias são as estrelas!! E Sesmarias era o nome que se dava aos pedaços de terras que o rei português dava para as pessoas aqui no Brasil. Pois então, a história da desigualdade de terras no Brasil começou bem aí!

Araponga: Meu avô contava que quando ele era pequeno ele viu muitos indígenas serem expulsos de suas terras. Quando os portugueses precisavam de mais terras para plantar, eles expulsavam os indígenas de onde estavam. E isso causava muitos conflitos.... E até hoje a gente vê por aí um monte de gente sem ter onde morar e onde plantar. E tem várias fazendas enormes onde todas essas pessoas poderiam estar... pois então vamos voltar lá no século 16, quando o Brasil foi invadido por Portugal, para entender....

Camélia: Iupiiiiiiiiii!! Eu adoro estudar os tempos antigos... só assim a gente entende o que acontece hoje em dia.

Capítulo 1. A história do uso e da propriedade da terra no Brasil

Quando os portugueses chegaram no Brasil no ano de 1500 as terras não tinham donos, elas eram de todos, de todos os indígenas que viviam aqui. As comunidades indígenas não separavam terras de um e terras de outros. O que existiam eram etnias diferentes vivendo em comunidades diferentes. Cada etnia ocupava uma área do território brasileiro e dentro de cada comunidade havia líderes, que geralmente eram os mais velhos.

No Brasil não existia um rei ou um governante que representasse todos os indígenas ou que criasse leis iguais para todos. Cada grupo tinha seus costumes, suas regras, seu modo de vida e seu líder. A terra era de todos, não pertencia a um rei ou a um líder. Todos trabalhavam juntos, todos tinham espaço para construir suas casas e todos plantavam juntos. Tudo o que conseguiam era de todos. A caça, a pesca e os alimentos produzidos eram divididos entre toda a comunidade ou com as famílias. Veja o poema abaixo, escrito por um indígena, que retrata bem esse modo de viver.

*A terra não é de um só.
A roça também não é de um só.
Ninguém faz uma roça sozinho.
Ninguém come as coisas da roça sozinho*

*As coisas da roça
a gente sempre divide com os parentes
Divide com quem está precisando.
Cada povo divide de um jeito.*
NO NOSSO COSTUME GENTE BOA SEMPRE DIVIDE.

Foi com a chegada dos portugueses que muita coisa mudou no Brasil. Na sociedade de Portugal existiam os reis. Eles eram ricos, faziam leis para todas as pessoas e tinham vários benefícios que as outras pessoas não tinham. Por isso, existia a classe dos ricos e a classe dos pobres.

Quando os portugueses chegaram no Brasil eles se achavam os donos da terra. Eles não respeitaram as pessoas que viviam aqui, nem os seus costumes e tradições. Para os portugueses os indígenas eram pessoas atrasadas, só por que eles viviam da terra, plantando, caçando e pescando, ou por que eram nômades, não usavam roupas, não tinham armas de fogo e tinham casas simples, feitas de barro e palha. Assim, os portugueses pensavam que eram melhores e mais desenvolvidos que os indígenas. Por isso, se sentiram no direito de ocupar o Brasil, fazer o que quisessem com o território e 'civilizar' os indígenas. Os jesuítas eram as pessoas que deveriam 'salvar a alma' dos indígenas. Eles impunham a cultura e a religião dos portugueses aos nativos brasileiros. Isso se chama violência cultural, e é quando uma pessoa quer fazer a outra ser igual a ela.

Histórias do viajante

Vocês sabem que eu já sou muito velho... pelas minhas contas devo ter bem uns 500 anos e por isso disso eu posso falar. Estimativas mostram que quando o Brasil foi invadido pelos portugueses existiam mais de mil etnias indígenas, isso mesmo, mais de 1.000! Hoje sobraram menos de 206 etnias. Foi uma verdadeira devastação...

Camélia: Nossa Araponga, mas que coisa feia! Eles não sabiam que a gente tem que respeitar os outros. Que não importa a cor, a religião, as tradições, o estilo de vida ou os costumes, todos devem ser respeitados!! Igual lá na minha escola que umas meninas ficam falando pra eu fazer chapinha nos meus cabelos. Eu hein! Tô fora! Meus cabelos são a minha identidade, a identidade do meu povo. Eu lá vou ficar alisando meus cabelos só por que dizem que o bonito é cabelo liso. É a tal violência cultural ainda nos dias de hoje!

E que ideia foi essa de civilizar? Ter cultura diferente é errado por acaso? Como uma pessoa pode dizer que a cultura dela é melhor do que outra? Affffff...

Araponga: É Camélia, você está certa, certinha. Cada um é do jeito que quer, do jeito que pode e

precisa ser....

Camélia: Pois é, mas como os portugueses só queriam explorar as riquezas do Brasil para ganhar dinheiro, acho que eles acabaram se esquecendo disso, sei lá... As vezes as pessoas fazem coisas estranhas por dinheiro...

Araponga: Agora eu até me lembrei de um poema escrito por um indígena que fala sobre a escravização dos índios, olha só:

O índio trabalha diferente do branco

*O costume nosso é plantar
o que precisa pra comer.*

*O costume nosso é trabalhar
o que precisa para viver cada dia.*

*O índio não trabalha
só para juntar coisas.*

*O índio não trabalha
só para ganhar dinheiro.*

*O índio não gosta de cansar no trabalho
para ficar rico.*

*Por isso, os índios não aceitavam
o tipo de trabalho nos engenhos.*

Então os portugueses fizeram muita opressão.

Eles pegaram os índios à força!

Pegaram os índios igual se laça boi...

*Esses portugueses opressores
fizeram os índios ficarem escravos deles.*

Os índios viraram gente sem liberdade.

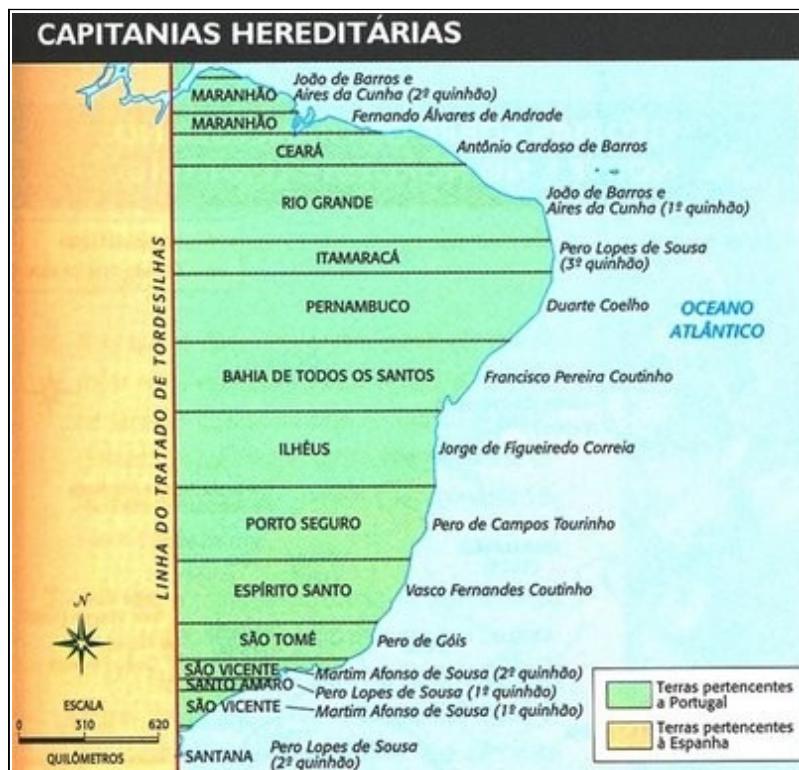


Fonte: diariodocentrodomundo.com.br

A propriedade das terras

O objetivo do colonizador português era conseguir dinheiro com as riquezas do Brasil. E foi quando o açúcar começou a ser plantado que as terras começaram a ter donos.

O rei de Portugal dividiu o litoral Brasileiro em 15 partes, eram as chamadas **capitanias hereditárias**. Cada parte foi entregue para uma pessoa que era chamada de donatário.



Capitanias hereditárias do Brasil e o nome dos donatários. Fonte: estudopratico.com.br

Todas as pessoas que receberam essas terras eram ricas, vinham de Portugal e eram ligadas de alguma forma com a família real portuguesa. Elas eram responsáveis por cuidar das atividades desenvolvidas na capitania e cobravam impostos sobre todas as atividades praticadas, como a exploração do pau-brasil, a exploração das minas de metais preciosos, o uso dos engenhos e até pela passagem de cargas nos rios. Também eram os donatários que criavam as leis de cada capitania.

Os donatários eram os donos de apenas uma parte das capitania e eles não podiam vendê-las, só podiam doar sesmarias. A sesmaria era uma porção de terra que era doada para uma pessoa chamada de sesmeiro. O sesmeiro era o dono dessa terra e tinha a obrigação de cultivar a terra e pagar impostos. Na realidade, o cultivo de toda a terra quase nunca acontecia, bastava ter uma moradia e pequenos cultivos para que o sesmeiro continuasse dono das terras. Assim, a existência de grandes terras improdutivas vem desde essa época.

Muitas vezes as sesmarias eram doadas para os descendentes dos próprios donatários, ou seja, virava uma imensa propriedade de uma única família. Também podia acontecer de uma pessoa ganhar mais de uma sesmaria e ficar com muitas propriedades.

De 1532 até 1822 a única maneira de ter uma terra, com título de propriedade, era conseguir

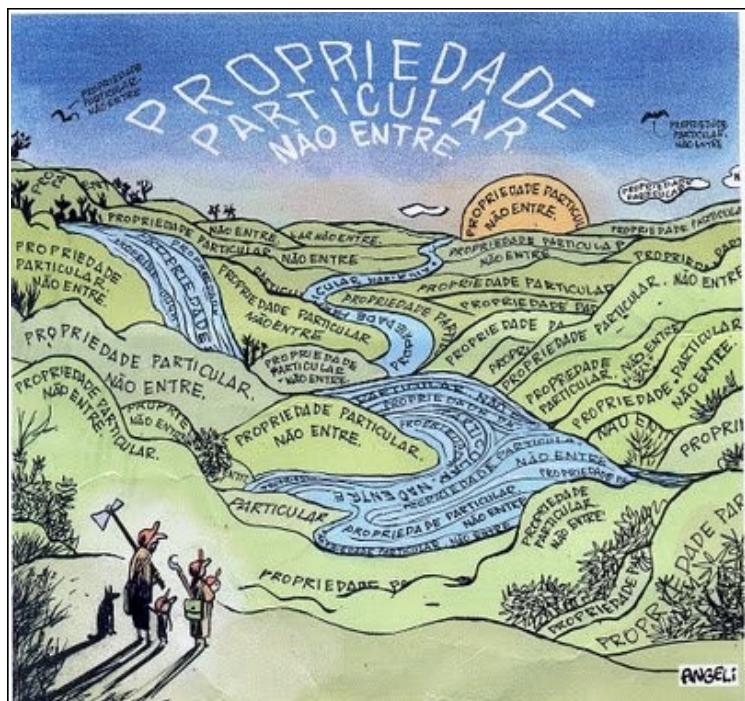
uma sesmaria. Mas é claro que não era qualquer pessoa que poderia receber uma sesmaria. Havia regras que excluía os pobres e dava preferência só para as pessoas mais ricas. Por exemplo, a lei dizia que a terra só poderia ser doada para cristãos, isso já deixava de fora os indígenas e os negros, já que eles não eram cristãos. Além disso, a pessoa que ganhasse uma sesmaria tinha que comprovar que possuía escravos e que tinha dinheiro para explorar as terras e fazer construções. As sesmarias eram uma extensão de terra muito grande e foi justamente delas que surgiram os grandes latifúndios que existem hoje em dia no Brasil.

Para os agricultores pobres sobrava a ocupação irregular de terras. Muitas vezes eles iam para muito longe, já que as sesmarias eram muito grandes e eles tinham que ocupar terras sem donos. Outras vezes ocupavam pequenas terras entre as sesmarias e ali faziam sua produção. Essa situação mudou quando os sesmeiros quiseram aumentar suas propriedades para aumentar sua produção e sua riqueza. Nesse momento eles começaram a expulsar os pobres das terras e muitos conflitos surgiram.

Diante desses conflitos o governo decidiu dar a propriedade de algumas pequenas terras para os pequenos produtores, mas isso só aconteceu por que os limites das sesmarias nunca tinham sido demarcados. Assim, sem saber ao certo até onde iriam as sesmarias, os governantes acharam por bem, deixar os pequenos produtores nas terras que tinham ocupado.

Em 1822 acabou o sistema de doação das sesmarias, por causa das confusões que ele criava. Só em 1850 foi criada outra lei para tratar a questão da propriedade de terras brasileiras.

Essa nova lei, chamada de **Lei de Terras**, era ainda mais excludente do que as leis anteriores. Antes, os pequenos produtores conseguiam a propriedade das terras se fizessem algum uso delas. Se eles cultivassem a terra poderiam ser declarados donos delas. Com a Lei de Terras isso mudou. Agora para ser dono da terra era necessário comprá-la, não bastava ocupá-la e produzir. A terra virou uma mercadoria, onde quem tem dinheiro pode comprar e quem não tem, não pode. Esse novo sistema excluía de uma vez por todas os pobres e dava possibilidade para os ricos terem cada vez mais terras, se tornando latifundiários.



Charge de Arnaldo Angeli.

Resgatando a história e (re)conhecendo o passado

1. Agora é a sua vez de pesquisar sobre a história da desigualdade de terras na sua região.
 - a) Converse com os mais velhos e pergunte a eles qual a história das terras onde moram.
 - b) Tente descobrir quem eram os donos dessas terras e como isso mudou com o tempo.
 - c) Tente descobrir se existiu ou ainda existe algum conflito pela propriedade das terras, quem estava ou está envolvido nesse conflito e como as coisas estão acontecendo.

Repare

A Lei de Terras de 1850 é a mesma lei que proibia o tráfico de escravos para o Brasil! Ou seja, a Lei de Terras e a Lei Euzébio de Queiroz são a mesma coisa e trata desses dois assuntos, a proibição do tráfico negreiro e a propriedade de terras somente através da compra.

Não é coincidência que na época em que a abolição da escravidão já estava para acontecer, os governantes criassem uma lei dizendo que para ser proprietário de terras as pessoas teriam que comprá-las. Se tudo continuasse como antes, bastaria que os escravos ficassem numa terra sem dono e produzissem nela para que se tornassem proprietários.

Como a maior preocupação dos grandes proprietários era com a mão de obra para suas fazendas essa lei de 1850 encontrou uma maneira ardilosa de garantir que os pobres continuassem no trabalho. Como eles não tinham dinheiro para comprar suas próprias terras e plantar seu alimento tinham que trabalhar para os fazendeiros. Essa lei garantiu que os pobres (negros, brancos e índios) virassem trabalhadores rurais e substituíssem a mão de obra dos escravos!

Vocabulário:

Ardilosa - Característica de enganador, espertalhão.

exaurindo – vem do verbo *exaurir*. Significa explorar demais uma coisa até perto de seu fim.

impunha/impuseram – vem do verbo *impor*. É quando alguém determina alguma coisa a outra pessoa.

Camélia: É, entendi, no Brasil, desde sempre os ricos tem muita terra e os pobres tem pouca... Agora eu ainda não entendi o que que isso tem a ver com os diferentes tipos de agricultura... eu só entendo que os ricos produziam os produtos de exportação e os pobres produziam alimentos, mas por que existe um forma de produzir que é ruim e uma que é boa, ecológica? O que isso tem a ver com a propriedade de terras??

Araponga: Calma, calma, eu vou contar, mas antes vamos dar uma olhada nesses exercícios aqui ó...

Exercícios

1. Quando começa a desigualdade de terras no Brasil? Por que a Lei de Terras de 1850 aumentou ainda mais essa desigualdade?
2. Por que podemos dizer que as sesmarias foram as mães do latifúndio no Brasil?
3. Por que a Lei de Terras, que também é conhecida como Lei Euzébio de Queiroz, garantia que

mesmo sendo abolida a escravidão as pessoas pobres continuariam trabalhando nas fazendas?

4. Você acha justo as terras valerem dinheiro? Por que? Como você acha que isso ajuda no aumento da pobreza?

Capítulo 2. Propriedade de terras e os modelos de agricultura

Repare!

Ainda hoje no Brasil a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas é muito grande, uma das maiores do mundo. No ano de 2005, aproximadamente 1% dos proprietários rurais eram donos de quase metade das terras do país. Isso significa que se 100 pessoas fossem donas de todas as terras rurais do Brasil, apenas uma seria dona de quase metade delas. As outras 99 teriam que dividir a outra metade.

Camélia: Araponga, você não está pensando que eu esqueci que você tem que me contar por que a propriedade das terras no Brasil influencia nos tipos de agricultura, né?

Araponga: Claro que não, oras. E eu vim aqui justamente pra gente conversar disso... eu trouxe umas revistas que falam desse assunto pra gente olhar, mas escuta só.

Você se lembra que as sesmarias eram terras imensas dos fazendeiros ricos? E que eles só produziam café, açúcar, algodão, tabaco em grandes plantações por que era isso que dava dinheiro?

Camélia: Sim, claro que lembro, a gente estudou isso outro dia mesmo...

Araponga: Pois então, o governo só se importava com essas produções que davam lucro. E elas eram grandes por que precisava de muita quantidade para exportar pros outros países...

Pois bem, guarde isso: pessoas ricas, com terras enormes, produzindo só o que ia pra exportação e dava lucro.

Agora você se lembra que em 1850 foi criada a Lei de Terras que fez a terra virar uma mercadoria? E só quem tinha dinheiro poderia ter uma propriedade?

Camélia: Aff, me lembro.. eu acho isso um absurdo... Pra mim a terra tem que ser de quem quer viver nela, quem quer plantar, cuidar.... terra não é mercadoria, terra é vida, é água, é alimento e essas coisas todo mundo tem que ter!

Araponga: É, eu concordo com você, mas tem muita gente que não concorda... e aí é que está o problema. O que começou acontecer Camélia, foi que para conseguir empréstimos para melhorar a produção, era preciso ter terras. Por que os proprietários davam a terra como garantia de pagamento do empréstimo. Se por acaso eles não pagassem o empréstimo o governo ficaria com as terras. Então, você já pode imaginar quem conseguia pegar empréstimos, né?

Camélia: Claro, só os ricos, os grandes fazendeiros, donos de grandes terras.

Araponga: Pois é, isso mesmo. Aí, eles sempre conseguiam melhorar e aumentar suas produções. Iam ficando cada vez mais ricos e produzindo só produtos pra exportação. Por outro lado, os pequenos produtores não conseguiam empréstimo nenhum e cultivavam a terra só com a ajuda dos seus familiares. Eles não conseguiam ter empregados ou escravos, não tinham muito dinheiro pra comprar ferramentas melhores e não podiam plantar muitas coisas por que não davam conta de cuidar.

Era assim, os fazendeiros tinham muita terra, muita mão de obra, tinham dinheiro, conseguiam empréstimos e faziam imensas plantações sempre da mesma coisa. Os pequenos produtores tinham pouca terra, pouco dinheiro, pouca mão de obra, tinham pequenas plantações, mas de muitas coisas para que pudesse se alimentar e vender o que sobrava.

Percebe que aí já existem dois tipos de agricultura: a dos grandes produtores e a dos pequenos

produtores?

Camélia: Sim, os ricos produziam só um tipo de coisa no latifúndios e exportavam. Já os pequenos produtores produziam várias coisas, numa terra pequena e se alimentavam e vendiam o que sobrava....

Araponga: Isso mesmo. Mas a história ainda não acabou. O tempo foi passando, passando, até a escravidão ser abolida em 1888, mas nada melhorou... pelo contrário, as coisas ficaram ainda mais difíceis para os produtores pobres. O problema está no seguinte: os fazendeiros também eram os governantes do país.. eles que criavam as leis.

Camélia: Hun, isso não vai dar certo, gente rica querendo fazer política sempre deixa os trabalhadores de fora.

Araponga: Pois é, Camélia, e foi justamente isso que aconteceu... por exemplo, lá pelos anos de 1909 o governo criou o Ministério da Agricultura. E sabe quem é que trabalhava nesse ministério? Os próprios fazendeiros!!! Mais da metade das pessoas do ministério eram fazendeiros ricos. E é claro que não tinha nenhum pequeno produtor, nenhum índio e muito menos um negro no Ministério pra defender os interesses dos produtores que não eram ricos

Por isso as metas do Ministério eram as mesmas metas dos fazendeiros ricos, ou seja, naquela época existia um órgão público que beneficiava principalmente a agricultura dos ricos..

Camélia: Eu disse, rico governa pros ricos ficarem mais ricos ainda... Estou entendendo a relação que os diferentes tipos de agricultura tem com a propriedade de terra, ou melhor, com a desigualdade da propriedade de terras. Ter terras significa ter dinheiro, ter dinheiro significa ter poder e ter poder significa ter influência sobre a política e conseguir benefícios para a agricultura de exportação.

Araponga: Pois é, pois é, pois é... e não para por aí... A partir do ano de 1965 o governo brasileiro começou a investir muito, mas muito mesmo, na modernização da agricultura. Só que, de novo, essa modernização não era pra todo mundo não, o governo só dava crédito para quem produzia produtos exportáveis. E nós já sabemos quem eram esses produtores, os ricos.

A ideia do governo era modernizar a agricultura para que ela desse mais lucro ainda. Essa modernização que aconteceu é chamada de Revolução Verde, que na verdade é uma coisa muito estranha, Camélia. A Revolução Verde fez surgir a agricultura convencional que é super destruidora.

Repare!

No Brasil ainda existe muita gente que passa fome e mais da metade delas está no campo. Essas pessoas vivem no meio rural mas muitas vezes não tem terra para plantar ou não tem meios de manter um cultivo, por isso precisam trabalhar em empregos tão ruins que nem assim conseguem se alimentar direito.

Repare!

Umas das promessas da Revolução Verde era produzir alimento para acabar com a fome, mas isso não é verdade e nunca aconteceu. No Brasil quem produz a comida que alimenta o povo são os pequenos produtores. Aproximadamente 70% da comida é produzida pelos pequenos produtores e só 30% vem da agricultura convencional e do agronegócio. Ou seja, se o Brasil dependesse da agricultura convencional para alimentar as pessoas teria muito mais gente passando fome.

Camélia: Ué Araponga, mas o que essa tal de Revolução Verde tem de tão ruim? E o que afinal é

essa agricultura convencional??

Araponga: Então, o crédito que o governo dava para os grandes fazendeiros era para que eles fizessem várias mudanças no seu jeito de produzir:

- Primeiro, eles tinham que comprar máquinas e equipamentos para conseguir produzir mais em menos tempo. Tratores para arar a terra, colheitadeiras para colher os grãos produzidos, descascadores, despolpadeiras e grandes sistemas de irrigação.



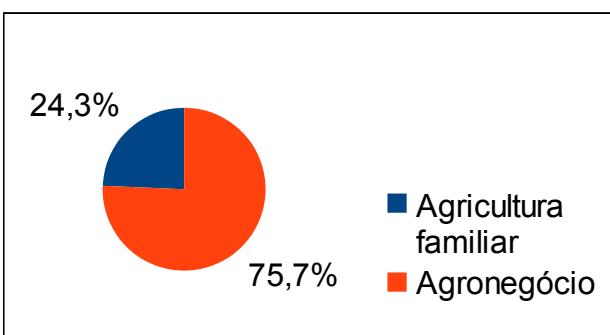
Uso de máquinas na produção. Fonte: portaldoagronegocio.com.br

Camélia: Epa, mas espera aí, todo mundo já sabe que colocar máquinas para trabalhar é tirar o emprego dos homens e das mulheres!!!

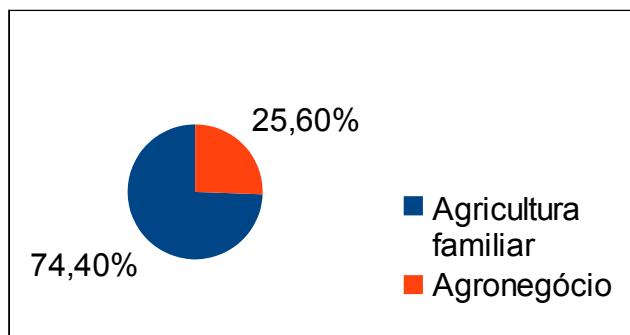
Araponga: Pois é, esse é um problema real que a Revolução Verde trouxe. Muita gente que trabalhava no campo ficou desempregada. No campo, quase não havia mais onde trabalhar, as máquinas fazem quase tudo. Aí esses trabalhadores tem que migrar para as cidades em busca de emprego, e lá muitas vezes acabam indo morar nas favelas e nas periferias em péssimas condições de vida...

Repare!

A agricultura familiar ocupa só 24,3% da área agrícola do país. Os outros 75,7% do território são ocupados pelo agronegócio. Mesmo ocupando uma área 3 vezes menor que a do agronegócio a agricultura familiar gera quase 3 vezes mais emprego que o agronegócio. No ano de 2006 a agricultura familiar empregava 74,4% dos trabalhadores do meio rural. O agronegócio emprega só 25,6%. Veja os gráficos.



Porcentagem das terras ocupadas pela agricultura familiar e pelo agronegócio no Brasil.



Porcentagem do emprego rural gerado pela agricultura familiar e pelo agronegócio no Brasil.

Araponga: E olha, ainda tem mais. Grandes empresas dos países ricos começaram a desenvolver **sementes modificadas** que também são conhecidas como organismos geneticamente modificados. Eles dizem que são sementes melhoradas, mas eu não acho que elas tem nada de melhor, na verdade são é muito piores que as sementes naturais. Aí entra a outra coisa que os produtores precisavam fazer para conseguir o empréstimo:

- Comprar e plantar essas sementes modificadas.

Camélia: Ué, gente, mas por que? E o que que essas sementes tem de tão ruim?

Araponga: As empresas que vendem essas sementes dizem que elas produzem melhor, mais rápido e são mais resistentes. Mais resistentes às pragas e doenças... enfim, as empresas dizem um monte de coisa que nem sempre é verdade.... Mesmo assim o governo achava que se o fazendeiro plantasse essas sementes a plantação daria certo e o fazendeiro teria dinheiro para pagar o empréstimo. Só que não bastava comprar a semente e botar na terra para ela produzir. Essas sementes só produzem bem se o fazendeiro colocar um montão de adubo químico e de veneno!!! Além disso, essas sementes precisam de muito mais água do que as sementes normais. Ah, e tem mais! Se você compra a semente do milho modificado, planta ele esse ano, colhe e quer guardar algumas sementes que você colheu para plantar no próximo ano essa semente não dá bem. Isso se chama semente **híbrida**, que é quando uma semente não serve para ser plantada de novo... é um ciclo sem fim, o produtor tem sempre que comprar novas sementes e para elas produzirem tem que comprar adubo e veneno....

Camélia: Ixiiii, já entendi por que elas são ruins!!! Adubo químico faz mal pra terra, por que o solo fica dependente dele e não consegue resgatar sua fertilidade naturalmente. Quanto mais coloca, mas tem que colocar e mais dinheiro o produtor gasta. E essas sementes ainda aumentam o consumo de água!!!! Vivem falando que a gente tem que economizar água..... E os venenos, minha nossa, nem se fale. O próprio nome já diz, VE-NE-NO. Faz mal para os trabalhadores, para os consumidores, mata os insetos que são bons para a plantação, contamina o ar, contamina o solo, contamina os rios, contamina os animais. Credo, essas sementes tinham que ser chamadas de sementes pioradas isso sim....



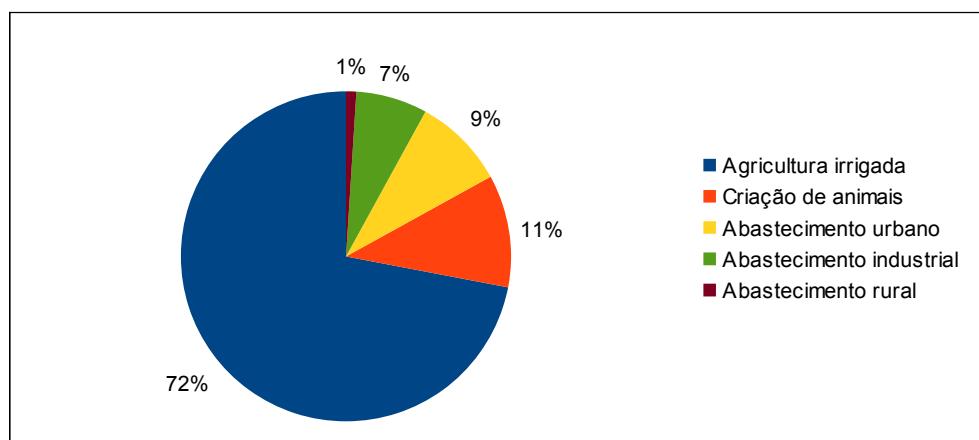
Charge do cartunista Carlos Latuff.

Repare!

Até o ano de 1999, aproximadamente 80% das áreas cultivadas com sementes modificadas no mundo eram para a produção de milho e de soja. Quando produzidos nos países pobres esses alimentos são exportados para os países ricos e servirão de alimentação para animais, e não para pessoas!

Repare!

No ano de 2012 a atividade que mais consumia água no Brasil era a agricultura que usa grandes sistemas de irrigação (agricultura irrigada), depois vinha a criação de animais para consumo (porco, frango e boi) e por último o abastecimento rural. Veja o gráfico.



Consumo de água pelos diferentes setores no Brasil. Fonte: ANA. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil. 2012.



Sistema de irrigação em um monocultivo. Fonte: investagro.com.br

Araponga: Ah Camélia, e você acredita que as empresas ainda tem a cara de pau de chamar os venenos de defensivos. Defensivo nada... a única coisa que ele defende é o lucro dessas empresas. Eles são é matadores isso sim...

Repare!

O estado do Mato Grosso é onde estão as maiores plantações de soja do Brasil e por isso é onde o uso de venenos é muito alto. Estudos mostraram que na cidade de Lucas do Rio Verde, nesse estado, o leite materno estava contaminado por veneno. A pesquisadora Danielly Palma analisou o leite de 62 mulheres e em todos havia veneno!



*Monocultura de Soja no estado do Mato Grosso. Repare a extensão dessa plantação.
Foto de Edson Walter Cavalar.*



Localização do estado do Mato Grosso. Adaptado de IBGE. Atlas escolar.

Camélia: Então deixa eu ver se entendi. A Revolução Verde no Brasil foi financiada pelo governo?

Araponga: Sim, mesmo ela sendo extremamente prejudicial...

Camélia: Para conseguir os créditos do governo era preciso ser um grande produtor de produtos de exportação?

Araponga: Sim piririm.

Camélia: E o governo só dava crédito para o produtor que adotasse essas coisas da Revolução Verde, que são a compra de máquinas, a compra de sementes modificadas, a compra de adubos químicos e de venenos?

Araponga: Sim.

Camélia: E todo esse crédito não era pra produzir alimentos e sim para plantar produtos que seriam vendidos para outros países?

Araponga: Isso mesmo.

Camélia: Ah, mas isso é um absurdo!!! Usar dinheiro público para favorecer os ricos? Pra ficar

mais rico ainda? Pra criar um monte de desemprego, para fazer mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente? Tá errado, tá muito errado! Como é que pode????

Araponga: Pois é Camélia, eu vivo me perguntando da onde saiu tanta ganância.... esse é o modelo de **agricultura convencional**, que a gente também pode chamar de **agronegócio**. Ele é totalmente degradante...

Camélia: Ah, o nome disso também é agronegócio?? Mas esses dias eu vi na televisão que o agronegócio fazia o Brasil crescer.....

Araponga: Vixi, televisão Camélia? Tem que tomar muito, muito cuidado com as informações da televisão. Aqui no Brasil, por exemplo, essa mídia é dominada pelos ricos. Você acha que eles vão dizer que o que eles fazem é ruim e está errado? Não vão não... eles querem que as pessoas continuem achando que está tudo bem...

Camélia: Poxa, é verdade, mas sabe Araponga, eu acredito que um dia tudo isso vai mudar. O que a gente não pode é ficar calado sabendo dessas coisas... a gente tem que informar o maior número de pessoas possível. A gente tem que ajudar quem quer a sair desse sistema de plantio convencional, ensinando formas mais ecológicas de plantio. A gente tem que ficar de olho no que os governantes estão fazendo. A gente tem que saber votar direito ou então nem votar mesmo. A gente tem que conseguir se mobilizar e exigir mudança. Poxa somos mais de 190 milhões de brasileiros e os governantes são menos de 10 mil. O povo é muito mais numeroso!!! Não pode ser possível os políticos fazerem o que querem, enriquecendo os ricos, empobrecendo os pobres e destruindo a natureza...

Exercícios

1. Construa um quadro que mostre as diferenças entre o agronegócio e a agricultura familiar.
2. Leia o trecho do poema que José das Virgens escreveu na década de 1950 e responda as perguntas:
 - a) A quais problemas você acha que o poeta está se referindo?

*“Os lavradores unidos são fortes,
no ideal e na ação,
breve verão resolvidos
os problemas na Nação.”*

3. Leia o trecho do poema “*Do Petribu ao Tapacurá*” de João Cabral de Melo Neto e escreva em seu caderno qual a relação entre o que diz o poema e os latifúndios.

*“As coisas são muitas
que vou encontrando neste caminho.
Tudo planta de cana
nos dois lados do caminho;

e mais plantas de cana
nos dois lados dos caminhos
por onde os rios descem
que vou encontrando neste caminho;*

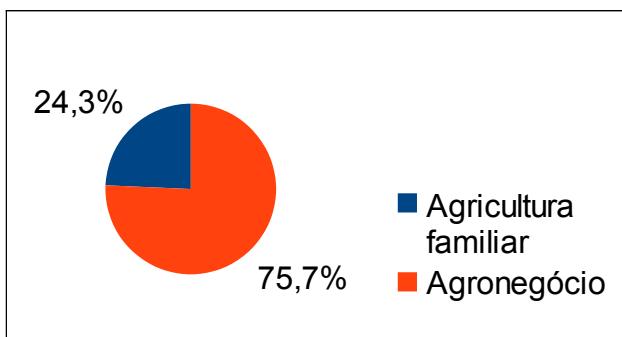
*e outras plantas de cana
há nas ribanceiras dos outros rios;
que estes encontraram
antes de se encontrarem comigo.*

*Tudo planta de cana
e assim até o infinito;
tudo planta de cana
para uma só boca de usina.*

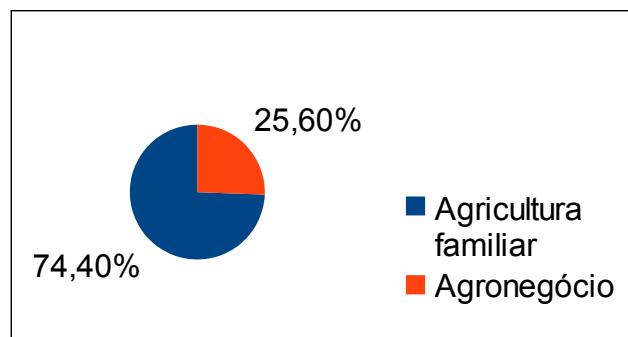
*As casas não são muitas
que por aqui tenho encontrado
(os povoados são raros
que a cana não tenha expulsado).”*

4. Analisando os gráficos abaixo responda:

- O que você entende sobre a relação entre a área que a agricultura convencional ocupa e os empregos que ela?
- Se o Brasil quiser gerar mais emprego para as pessoas do campo qual agricultura deve ser incentivada?



Porcentagem das terras ocupadas pela agricultura familiar e pelo agronegócio no Brasil.



Porcentagem do emprego rural gerado pela agricultura familiar e pelo agronegócio no Brasil.

5. Explique por que a afirmação da charge está correta e por que o agronegócio emprega menos trabalhadores do que a agricultura familiar?



Charge de Marcio Baraldi.

6. Escutem a música “***Pra mim não***” do cantor e compositor João do Vale e respondam as questões abaixo.

*“Dizem que acabou a escravidão
Mas pra mim não
Mas pra mim não
Mas pra mim não
Mas pra mim não*

*Eu conheço um dito assim
Todos nós somos irmãos
E o sol nasceu pra todos
Pra mim não, pra mim não
Mas pra mim não
Mas pra mim não
Mas pra mim não
Mas pra mim não*

*Lá vai eu de sol a sol
Os meus calos é só na mão
Só um cego é que não vê
Que eu dou lucro a meu irmão
Mas pra mim não
Mas pra mim não
Mas pra mim não
Mas pra mim não”*

- a) Por que faz sentido afirmar que no Brasil a escravidão ainda acontece?
- b) Por que é correto afirmar que uma pessoa que seja empregada nas fazendas de monocultura ou nos empreendimentos do agronegócio não gera lucro para si mesma e sim para seu patrão?

7. O que você entendeu da relação entre a propriedade de terras no Brasil e os diferentes modelos de agricultura?
8. O que você entendeu sobre a Revolução Verde? Qual é o pacote que ela traz para os agricultores?
9. Por que as sementes modificadas são piores do que as sementes naturais?
10. Você estava andando na rua com seu amigo e de repente vocês viram pessoas fazendo uma ação de educação ambiental. Lá havia um cartaz que dizia:

Economize água! Esse é bem mais precioso do planeta!!

- ◆ Não deixe a torneira aberta enquanto escova os dentes ou enquanto lava as louças,
- ◆ Lave o carro com balde e não com a mangueira. Assim você gasta muito menos água,
- ◆ Cuide para que os encanamentos de sua casa não tenham vazamentos,
- ◆ Reutilize toda a água que conseguir. Por exemplo, você pode lavar o quintal com a água que usou para lavar as roupas.

A água do planeta depende só da sua atitude!

Você, que estava atento ao que o cartaz dizia e que tinha acabado de sair da aula e aprendido sobre a agricultura convencional, logo disse:

- Legal, é ótimo mesmo conscientizar as pessoas sobre a importância da água e sobre as maneiras de economizar. Agora dizer que a água do planeta depende só da minha atitude é meio estranho. Por que eles não contam para as pessoas sobre a agricultura irrigada?

Seu amigo, que tinha faltado à aula ficou sem entender por que você tinha dito aquilo e quis saber mais. Explique para ele a sua fala sobre a agricultura irrigada no Brasil.

Camélia: ARAPOOOOOOOOOOOOOOOONGA!!!

Araponga: Que isso menina, que susto!

Camélia: hehe, desculpe... sabe o que é?

Araponga: Não, mas pode dizer...

Camélia: É que eu gosto tanto de estudar com você... e a gente estuda tantas coisas legais juntos que eu vim aqui ver se você não quer vir estudar comigo.

Araponga: Hun, e sobre o que a senhorita quer estudar dessa vez?

Camélia: Depois de estudar que nos latifúndios a agricultura é a convencional e que ela destrói o meio ambiente, expulsa os camponeses do campo e aumenta a pobreza eu fiquei pensando, será que as pessoas não se revoltam contra isso, contra esse modelo latifundiário e contra esse tipo de agricultura? Ah, eu aposto que sim!!

Araponga: Hun, aposta o que?

Camélia: Olha a ganância Araponga!!!

Araponga: Ahhh, deixa disso, eu só estava pensando em uma minhoquinha mesmo... machuquei meu bico numa queimada que fizeram na mata e não estou conseguindo pegar as minhocas direito...

Camélia: Hun, poxa que chato... mais uma vez fogo na mata... quando as pessoas vão aprender, hein? Olha, eu te ajudo com as minhocas, mas vamos estudar sobre isso?

Araponga: Ok, você venceu! Esse assunto é mesmo interessante.

Capítulo 3. Movimentos sociais de luta pela terra no Brasil

Em primeiro lugar você precisa saber que luta pela terra é diferente de luta pela reforma agrária. Lutam pela terra as pessoas que não tem propriedades, quem não tem terra para plantar e para viver. São os camponeses que foram expulsos de seus território pela invasão das grandes fazendas, os desempregados do campo e da cidade que não conseguem encontrar meios dignos de viver, os povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caíçaras) que são expulsos o tempo todo pelos grileiros.

Lutam pela terra todas as pessoas que entendem que o Brasil é um país de forte desigualdade com relação a propriedade das terras. Luta quem não se cala diante da repressão do governo e da polícia. Luta quem busca pela liberdade dos povos e por um país justo.

Já a reforma agrária também é uma luta do povo, mas ela está dentro das políticas do governo, ou seja, existem leis que falam sobre a reforma agrária. A primeira lei brasileira a falar sobre esse assunto foi o **Estatuto da Terra**. Essa lei foi criada em 1964 por causa das reivindicações dos camponeses. De acordo com essa lei as propriedades rurais que não cumprem a função social devem ser desapropriadas de seus donos e usadas para a distribuição entre as pessoas que não tem terra. Para cumprir a função social uma propriedade precisa cumprir todos os itens abaixo:

1. manter uma produtividade satisfatória;
2. conservar os recursos naturais;
3. manter relações justas de trabalho, cumprindo as leis trabalhistas;
4. favorecer o bem estar dos proprietários, dos trabalhadores e de seus familiares.

Na realidade mesmo existindo uma lei de reforma agrária no Brasil, o governo ainda não conseguiu executá-la e até hoje não deu conta de distribuir as terras e diminuir a desigualdade da propriedade rural. Por isso muitos movimentos continuam lutando para que o Estatuto da Terra saia do papel e vire realidade. Fazer a reforma agrária é um dever do governo, mas se o povo não se unir e lutar, a divisão das terras dificilmente será feita, já que muitos fazendeiros latifundiários são também os governantes do país.

Histórias do viajante

No ano de 1964 o presidente João Goulart queria fazer as reformas de base. As reformas de base tinham o objetivo de tornar o Brasil um país mais justo e previa fazer a distribuição mais igualitária das terras como uma maneira de diminuir o desemprego. Distribuir as terras era fazer a reforma agrária. Vendo que João Goulart iria fazer políticas que beneficiariam os pobres, um grupo de pessoas ricas (fazendeiros, banqueiros e empresários) deu um golpe de governo. Isso significa que eles se uniram e conseguiram tirar João Goulart da presidência. Por isso, de 1964 até 1985 o Brasil viveu uma ditadura. A ditadura foi um governo que defendia os interesses das classes ricas e era muito repressor e violento contra os mais pobres que lutavam por seus direitos. Por isso, os movimentos sociais do campo que lutavam pela divisão de terras foram violentamente reprimidos pelo governo. O Estatuto da Terra foi criado pelo presidente Marechal Castelo Branco, em 1964, mas nunca foi realmente colocado em prática.

No Brasil as lutas pela terra acontecem desde que os primeiros portugueses invadiram o país em 1500. Primeiro foram os indígenas que resistiam de várias maneiras para não serem expulsos de seus territórios. Depois foram os negros. Quando a abolição foi decretada, em 1888, o Brasil ganhava um novo povo livre, mas também um novo povo sem terra, os ex-escravos.

Lembre-se, com a Lei de Terras de 1850 a terra passava a ser uma mercadoria que só poderia ter quem tivesse dinheiro. De um dia para o outro, os índios, os negros e os camponeses pobres viraram sem terras e invasores. Eles eram expulsos de seus territórios pelos grandes fazendeiros de formas muito violentas, por isso era comum que os pobres migrassem pelo país em busca de terras desocupadas. Ou então tinham que trabalhar para os ricos para conseguir viver.

Foi essa situação de desigualdade, injustiça e violência que fez surgir no povo a necessidade de lutar, e há muito tempo as lutas pela terra acontecem no Brasil.

Os indígenas

Os indígenas foram os primeiros a sofrer e a lutar pelo direito de permanecer nas terras que sempre ocuparam. Como você já sabe, desde que os invasores portugueses chegaram no Brasil os conflitos pela terra começaram. Muitos índios foram escravizados, dominados culturalmente e tiveram suas terras invadidas. As estimativas mostram que mais de 800 comunidades indígenas desapareceram no Brasil. Em 1500 começou o massacre do povo original do Brasil e até hoje essa situação não parou, e justamente por isso a luta também não acaba.

No final do século 19, por volta dos anos de 1890, muitos conflitos pela terra estavam acontecendo entre povos indígenas e imigrantes europeus no sul do Brasil. Esses conflitos foram tão violentos que chamaram atenção do mundo todo. A mídia de vários países começou a revelar para o mundo o massacre que acontecia no Brasil contra os indígenas. Por isso, no ano de 1910, o governo criou o SPI, que significa Serviço de Proteção ao Índio. Agora os indígenas e seus direitos seriam

protegidos por um órgão do governo e se tudo corresse bem os indígenas não precisariam mais entrar em conflito por seu território. Mas, como a questão indígena está muito ligada com a questão das terras, nem tudo aconteceu como o esperado. No ano de 1966 o SPI foi extinto. Esse órgão era acusado de corrupção. No ano seguinte, em 1967, foi criada a FUNAI, que significa Fundação Nacional do Índio. Uma das funções desse novo órgão é demarcar as terras indígenas e ajudar no desenvolvimento das comunidades.



Charge de Carlos Latuff.

Araponga: Xiii, um órgão do governo que deve demarcar as terras indígenas? Será que isso dá certo ou é igual ao INCRA que sofre pressão das pessoas que tem dinheiro e poder e demora mais de 10 anos para titular as terras quilombolas?

Camélia: Hun, bem pensado Araponga... o governo, a política e os órgãos governamentais sofrem mesmo pressão das pessoas ricas... mas olha, como tudo nessa vida, essa história também tem dois lados. Por um lado existem os ricos que conseguem influenciar os governantes e as políticas públicas. Mas eles só conseguem fazer isso por que os governantes e as pessoas que trabalham nesses órgãos públicos também tem mais interesse no dinheiro e no poder do que se preocupam em criar um país justo... Agora, por outro lado eu fico pensando, imagina só se não existissem esses órgãos, como é que os quilombolas e os indígenas estariam vivendo? Eu acho que tudo depende de quem está no governo... se fosse eu ou você que estivéssemos lá não seria assim, não é? Eu sou da opinião de que nós temos que ocupar os espaços políticos, nós, o povo, os trabalhadores, os camponeses, os negros, os indígenas... assim acho que não haveria tanta corrupção...

Araponga: Hun, eu não sei não Camélia... imagina só quanto tempo iria demorar para o povo chegar ao poder... você acha que os ricos iriam deixar isso acontecer assim fácil? Dú-vi-do! Você não viu a história do viajante que a gente acabou de ler.... na minha opinião a política de hoje e a maioria dos governantes serve sim à classe rica e o que se faz pelos pobres e trabalhadores é muito, muito pouco, quase como dar uma esmola.... o problema é que enquanto essa necessidade de ter mais e mais dinheiro e poder mandar na mente das pessoas sempre vai existir desigualdade e injustiça...

Camélia: É, essas questões não são fáceis mesmo... mas é fundamental todo mundo pensar e discutir sobre a política do país em que vive,,, para que todos entendam como realmente funcionam

as coisas e possam tomar decisões conscientes... bem, vamos voltar a estudar, né? Esse assunto dá muito pano para a manga.

Até o ano de 2011 existiam 683 terras indígenas demarcadas no Brasil, mas o processo de demarcação nem sempre atende as reivindicações dos povos indígenas. Muitas vezes uma etnia ocupa um espaço muito maior do que o que é demarcado. Existem casos da FUNAI excluir algumas áreas reivindicadas por que elas são de interesse do governo, de grandes empresários ou de poderosos latifundiários. Atividades como a mineração, a construção de hidrelétricas, a exploração de madeira, o agronegócio no modelo da Revolução Verde e a abertura de rodovias estão sempre atrapalhando o processo de demarcação dos territórios indígenas. Também já aconteceu de povos inimigos serem colocados na mesma terra indígena. É justamente por esses motivos que os indígenas não deixaram de lutar por seus territórios. Eles não se contentam com o trabalho desenvolvido pela FUNAI e continuam se organizando para reivindicar por seus direitos. Vários conflitos ainda acontecem nos dias de hoje e isso é a prova viva de que os indígenas estão atentos e lutam para continuar vivendo.



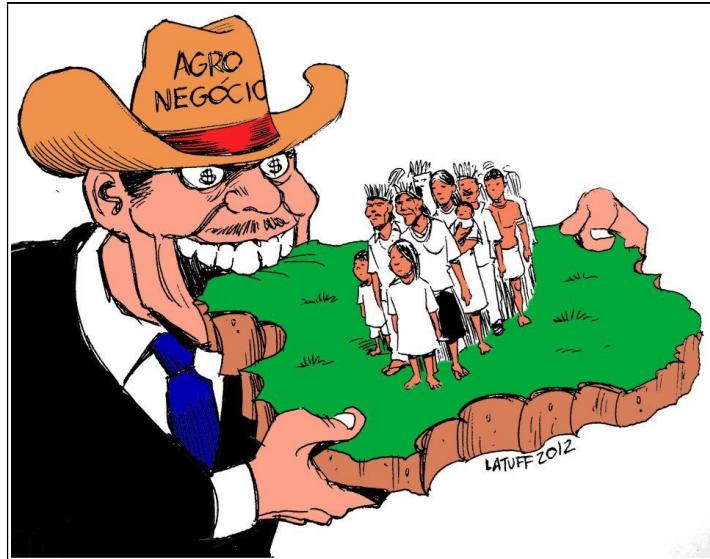
A foto mostra indígenas da Aldeia Maracanã, na cidade do Rio de Janeiro, sendo despejados pela polícia no ano de 2013. No local moravam indígenas de 17 etnias diferentes. Os governantes apoiaram os índios quando eles decidiram ocupar o imóvel no ano de 2006, mas hoje a história mudou. Com a copa de 2014 toda a área do estádio do Maracanã foi vendida pelo governo para empresas privadas. Nesse pacote também estava o prédio que os índios ocupavam e que funcionava como uma base para receber outras etnias que precisassem se hospedar no Rio de Janeiro. Muitas mentiras foram contadas pelos governantes para justificar a retirada dos índios da Aldeia Maracanã. Primeiro os políticos disseram que era uma exigência da FIFA. A FIFA, que é órgão internacional que comanda a copa, desmentiu essa afirmação e disse que nunca fez essa exigência. Depois os políticos diziam que iriam demolir o prédio por que ele não tinha nenhum valor histórico ou cultural e que não havia nenhuma lei que impedissem isso. Essa era outra mentira. De acordo com um decreto municipal os imóveis da cidade do Rio de Janeiro construídos antes de 1937 não podem ser demolidos. O prédio onde estava a Aldeia Maracanã foi construído em 1910 e por isso não poderia ser demolido. Mesmo com a mobilização de muitas pessoas que eram contra a expulsão dos índios e contra a venda do Maracanã, todos os indígenas foram retirados do local pela polícia. Fonte da foto: rioonwatch.org



Cacique Raoni Metuktire da etnia Kayapó, um importante líder indígena no Brasil e reconhecido em vários países do mundo. Ele luta contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, estado do Pará. Por causa dessa construção, aproximadamente 40.000 indígenas podem ser expulsos de suas terras. As terras serão alagadas com a construção. As terras, a cultura e a vida dos povos do Xingu estão ameaçadas pela decisão do governo de construir a usina hidrelétrica. Entre os anos de 2011 e 2012 houve uma grande mobilização nacional contra Belo Monte, mas o problema ainda não foi resolvido de maneira que garantisse aos indígenas seu direito de manter uma vida digna. Fonte da foto: caminhonativoancestral.blogspot.com.br.

Para os Guarani Kaiowá, povo indígena que vive no Mato Grosso do Sul, a terra é um bem sagrado que não pode ser comprado nem vendido. Para eles a terra não é só fonte de sobrevivência, é também de onde vem o princípio da vida e por isso eles acreditam que todos devem ter direito a terra. Esse é o segundo maior povoado indígena do Brasil, nas terras dos Guarani Kaiowá vivem pelo menos 73 mil pessoas.

Desde 1950 suas terras começaram a ser invadidas por imigrantes que foram financiados pelo governo para fazer grandes plantações de soja e cana-de-açúcar ou áreas de pasto para criação de gado. Nos anos de 1970 os indígenas foram expulsos do território e tiveram que ir para terras indígenas da região que já tinham sido demarcadas. Nesse momento, um novo problema surgia: as terras demarcadas e ocupadas pelos indígenas eram muito menor do que as comunidades precisam para conseguir sobreviver. Por isso, casos de fome, doenças, morte e miséria aumentaram muito entre os Guarani Kaiowá. Como não cabia todo mundo nas terras, muitas famílias foram morar acampadas nas beiras das estradas e muitas outras foram embora da região. A situação dos Guarani Kaiowá nunca melhorava. A FUNAI não demarcava novas terras por que os fazendeiros tinham o poder de influenciar a política. Mais uma vez, o latifúndio, a monocultura e o poder dos ricos expulsava da terra os povos que sempre tinham vivido ali.



Charge de Carlos Latuff.

Entre os anos de 1985 e 1990 a luta dos Guarani Kaiowá pelo território e pela demarcação de novas áreas voltou com força. Muita violência e repressão marcam essa luta. Muitas lideranças indígenas foram assassinadas e a pressão dos fazendeiros se tornou vez maior. A morte de crianças por desnutrição também cresceu muito entre 2005 e 2006, o alcoolismo aumentou e o suicídio entre os jovens é cada vez mais comum. A situação dos Guarani Kaiowá foi reconhecida internacionalmente e por isso a FUNAI e o governo brasileiro se comprometeram a demarcar novas terras para tentar resolver o conflito. Mas até o ano de 2013 as coisas ainda não tinham mudado muito. Algumas terras indígenas foram demarcadas. Umas eram muito pequenas e não atendiam as necessidades de sobrevivência dos povos. As maiores eram questionadas pelos fazendeiros, que através da justiça, conseguiram frear o processo de demarcação.

No ano de 2012 novos conflitos envolveram esta etnia indígena e seu território. Vendo que a demarcação de terras não acontece, os indígenas começaram a ocupar as terras e montar acampamento nelas. Como sempre, eles foram reprimidos pela violência dos fazendeiros e na justiça a decisão continua em favor dos fazendeiros. Mesmo com muita violência, assassinatos das lideranças, agressões físicas e ameaças os indígenas resistem e afirmam:

"Essa terra onde nós estamos, nós sabemos que é nossa, dos nossos antepassados, dos avós, tataravós."

"Nós não vamos sair daqui! Vamos morrer todos juntos! Para a beira da estrada não vamos voltar mais, por isso vamos morrer todos juntos, aqui mesmo!"



Indígenas da etnia Guarani Kaiowá. Fonte: saocarlosagora.com.br

Esse é apenas um exemplo de conflitos com povos indígenas. Muitas outras etnias sofrem com o mesmo problema. Os Xavante, os Kayapó, os Kraô, os Canela, os Guarani, os Macuxi, os Yanomami e muitas outras etnias sofrem a pressão do agronegócio, da exploração de minérios, da exploração de madeira, da construção de hidroelétricas, da construção de rodovias e até das áreas de preservação ambiental. São expulsos das terras, vivem em condições precárias, sofrem muitos tipos de violência. É uma luta entre o modo tradicional de viver e o modelo de acúmulo de dinheiro e geração de grandes lucros para os mais ricos.

Repare!

Durante muito tempo foi comum que o SPI e depois a FUNAI levassem para as terras indígenas o modelo agrícola convencional, com o uso de venenos, adubos químicos e sementes modificadas.

Por isso, muitos povos indígenas foram perdendo sua maneira tradicional de plantar e sua agricultura ficou cada vez mais dependente de coisas que custam dinheiro. Ao perceber o que estava acontecendo, nos anos de 1970 muitos povos se uniram e começaram a lutar para que o trabalho da FUNAI mudasse.



Indígena em manifestação na frente da sede do BNDES na cidade do Rio de Janeiro. O BNDES, que significa Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, é um banco público que deve financiar o desenvolvimento do Brasil. Os indígenas se revoltam pois o banco financia obras que expulsam os indígenas de suas terras, como a hidrelétrica de Belo Monte e vários empreendimentos de agronegócio. Foto de Guito Moreto, 2012.

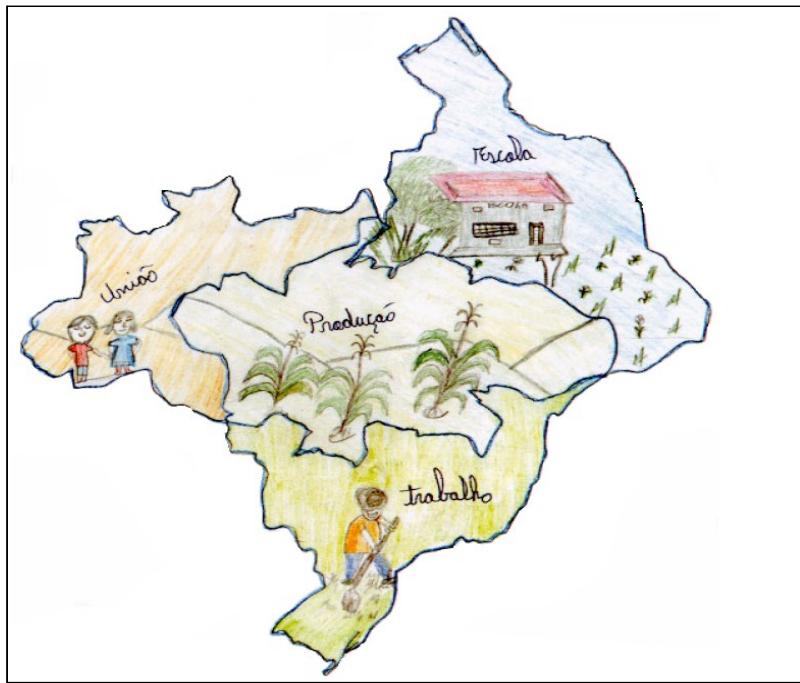
Camélia: O que????? Os próprios órgãos do governo levaram a agricultura convencional para os territórios indígenas??? Não pode ser!!

Araponga: Ué Camélia, por que tanto espanto? Você já se esqueceu? Foi o governo que financiou esse tipo de agricultura aqui no Brasil desde o início! E sabe de uma coisa? Agora eu me lembrei de um outro movimento social que também luta pela terra. É o MST. E ele também luta para que a agricultura no Brasil seja desenvolvida de uma maneira diferente dessa que veio com a Revolução Verde.

Camélia: Hun, é verdade!!! Eu já ouvi meu pai conversando com meu tio sobre o MST... não são eles que ocupam as terras que são improdutivas e reivindicam que a lei da Reforma Agrária seja cumprida, Araponga?

Araponga: Sim, são eles mesmo!!! E eles começaram essa luta faz mais de 40 anos!!! Vou te contar..

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST



Desenho de Everaldo de Oliveira, aluno da 5^a série da Escola do Assentamento 25 de Maio em Santa Catarina.

Araponga: Bem, como a gente sabe, nada na sociedade acontece da noite para o dia... essas coisas são um processo.... e também foi assim com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quando eu penso no MST logo lembro dessa música do Pedro Munhoz olha só:

*“(...) então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela Terra,*

*Madre Terra, nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar*

*Ser e ter o sonho por inteiro
Sou Sem Terra, sou guerreiro
Com a missão de semear
A Terra, Terra,*

*Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar*

*Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar (...)"*

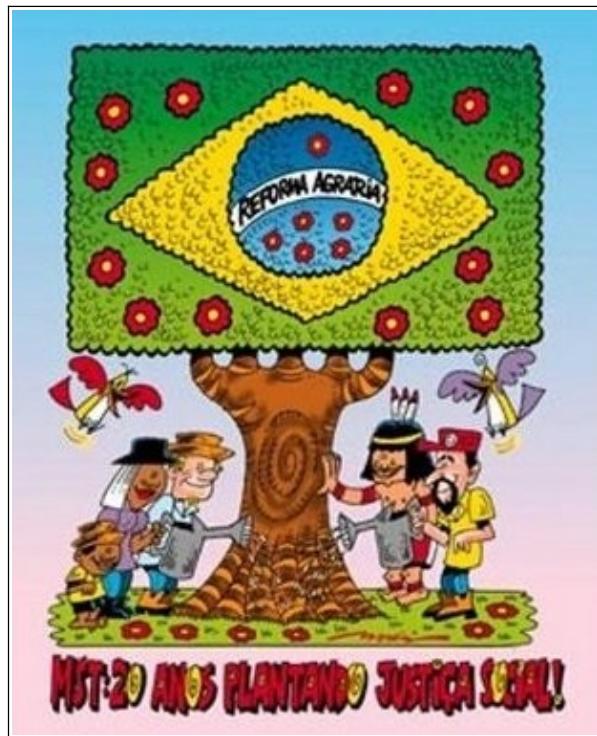
Durante 5 anos, Camélia, entre 1979 e 1984, o MST estava sendo formado...

Camélia: Como assim sendo formado? As pessoas passaram 5 anos pensando em criar um movimento? Mas esse movimento não é Nacional, do Brasil inteiro, como as pessoas se reuniam para pensar nisso?

Araponga: Eita, calma Camélia... você está supondo um monte de coisas sem nem saber da história, se acalma e ouve com atenção. Saber ouvir também é sinal de sabedoria....

Durante esses 5 anos aconteceram muitos conflitos, muitas lutas e muitas reivindicações, até que os camponeses decidiram formar uma organização para defender seus interesses. Olha eu vou resumir, por que essa história é longa.

Os camponeses, desde 1940 já se organizavam para lutar pelo acesso à terra. Nos anos de 1960 os conflitos por terra cresceram muito e se espalharam por todo o Brasil. Os camponeses estavam cada vez mais organizados e unidos. E olha, tinha um monte de gente diferente que estava nessa mesma luta: os negros, os indígenas, pessoas pobres que não conseguiam trabalho nem no campo nem nas cidades e até camponeses que tinham vindo de outros países para o Brasil... Ah, essa figura aqui é ótima pra gente ter ideia da diversidade de pessoas que lutava com o mesmo propósito... no final das contas eram as pessoas que não tinham dinheiro para comprar terra, mas que também precisavam dela para viver...



Fonte: MST

Como tinha muita gente unida foram surgindo várias organizações para representar a luta pela terra...

Tinha a ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, que estava espalhada por todo o Brasil; as Ligas Camponesas no estado de Pernambuco; tinha o MASTER, que quer dizer Movimento dos Agricultores Sem Terra, no Rio Grande do Sul

E sabe, Camélia? Nesse período, entre 1940 e 1964, a luta dos camponeses teve muitas conquistas, até o Estatuto da Terra, que dizia que as propriedades improdutivas deveriam servir para a Reforma Agrária, foi criado no ano de 1964!

Só que essas conquistas acabaram justamente em 1964 quando os militares tomaram o poder do Presidente João Goulart. Lembra que a gente viu isso na história do viajante? Ele era o presidente que queria fazer a Reforma Agrária e outros benefícios para o povo, mas que foi tirado da presidência pelo golpe militar dos ricos....

Camélia: Sim, me lembro sim! Foi quando os militares passaram a governar o Brasil... eram governos muito violentos e que defendiam os interesses dos ricos, não é?

Araponga: Sim, sim, isso mesmo, então, com esse novo governo da Ditadura Militar todos os movimentos sociais do Brasil foram reprimidos. Muitos líderes sociais foram assassinados ou torturados. Por isso os movimentos perderam força. Mas como nada dura pra sempre a ditadura também acabou, depois de 21 anos, em 1985. Aí os movimentos sociais puderam voltar à tona com toda a força.



Ocupação do MST em Cruz Alta, Rio Grande do Sul em 1989. Foto de Douglas Mansur.

Araponga: Em 1979, quando a ditadura já não estava tão violenta, os camponeses voltaram a se unir para ocupar terras improdutivas. Nesse ano, na cidade de Sarandi, no estado do Rio Grande do Sul camponeses ocuparam as terras do governo para pressionar pela Reforma Agrária. Esse caso ficou muito conhecido na sociedade... e sabe o que foi o melhor, a sociedade apoiava os agricultores

acampados que reivindicavam por terra. Aí, o governo finalmente assentou essas famílias em outros lugares. Foi um vitória!

Nessa mesma época em vários outros estados do Brasil os camponeses voltaram a agir e ocupar terras. O movimento recomeçava a ter força em todo o Brasil. No Paraná, em Santa Catarina, São Paulo, Bahia e Pernambuco os trabalhadores sem terra estavam ocupando fazendas e terras do governo e lutando pela Reforma Agrária.

Aí, no “*Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*”, que aconteceu no ano de 1984 no estado do Paraná, foi oficialmente criado o MST. Agora todos esses camponeses que lutavam pela Reforma Agrária no Brasil estavam unidos pela mesma bandeira e representavam o mesmo movimento, o MST.

E se liga Camélia, o MST é o maior movimento social do Brasil nos dias de hoje!!! As pessoas se unem mesmo, e não lutam apenas pela Reforma Agrária. Elas lutam para que os agricultores familiares consigam empréstimos para melhorar suas produções, lutam por escolas do campo, por saúde, por transporte... lutam por um novo modelo de desenvolvimento agrícola, que não use venenos, adubos químicos e sementes pioradas... se organizam em mutirões de trabalho, em cooperativas de produtores, dedicam tempo para a formação política dos integrantes...



Marcha do MST. Fonte: galizacig.org

Camélia: Poxa Araponga, que bacana, eu acho lindo quando as pessoas se unem de verdade para lutarem contra as injustiças da nossa sociedade... agora eu fiquei até com vontade de começar um movimento na minha escola pra gente ter aulas mais interessantes... aulas práticas, aulas ao ar livre, aulas sobre as coisas que a gente gosta, sobre as coisas do nosso dia a dia.... eu sinto falta disso e

meus colegas sempre reclamam também....

Repare!

A violência e a criminalidade no campo geralmente estão relacionadas com as desigualdades que o modelo do agronegócio gera. Existem casos de trabalho escravo e trabalho infantil em grandes fazendas e empreendimentos agrícolas. Acontecem morte e conflitos violentos por causa das ocupações de terras. Desrespeito às leis ambientais com desmatamento de florestas, poluição das águas e do ar nas regiões dos grande monocultivos. Desrespeito às leis trabalhistas e casos de grilagem pelos fazendeiros sobre as terras indígenas e quilombolas são apenas alguns exemplos.



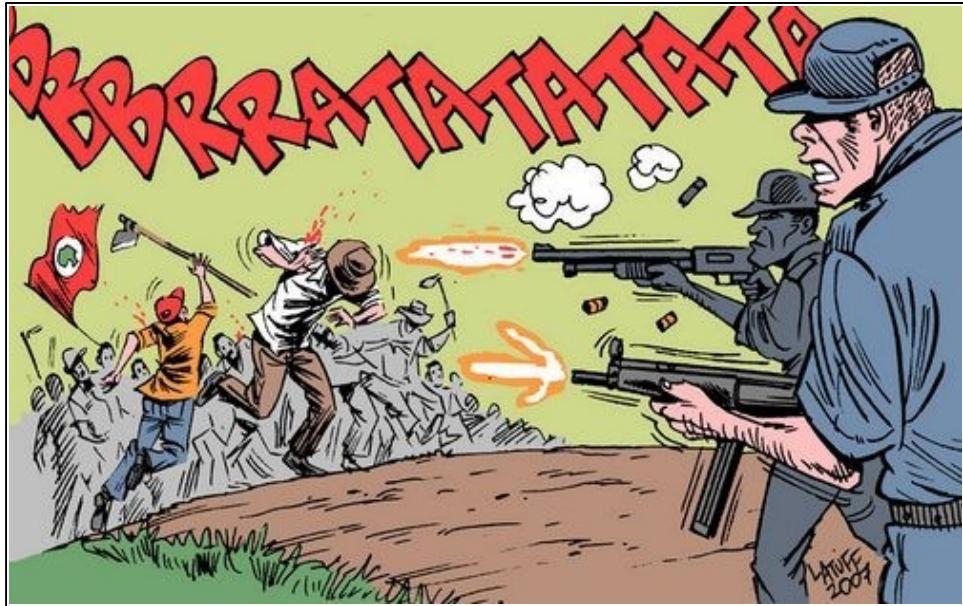
Charge de Marcio Baraldi.



Charge de Marcio Baraldi.

Histórias do viajante

O dia 17 de abril foi declarado pelo MST como Dia Internacional da Luta Camponesa. Essa data foi escolhida porque em 17 de abril de 1996 aconteceu um verdadeiro massacre dos sem-terra. Nesse dia, milhares de trabalhadores sem-terra caminhavam pela rodovia em direção à cidade de Belém. Eles iriam até a sede do governo para reivindicar que as famílias fossem assentadas. No meio do caminho a Polícia Militar surpreendeu o grupo, matou 22 pessoas e deixou mais de 60 feridos. Esse fato ficou conhecido na história do Brasil como **massacre de Eldorado dos Carajás**.



Charge de Carlos Latuff representando o Massacre de Eldorado dos Carajás.

Histórias do viajante

Em 1997, o MST realizou a Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça. Duas mil pessoas saíram de três pontos diferentes do país rumo ao Distrito Federal em Brasília. A caminhada durou dois meses. Quando chegaram em Brasília, no dia 17 de abril, para lembrar para todos os brasileiros o massacre de Eldorado dos Carajás, já eram mais de 30 mil pessoas! Essa manifestação foi a prova de que as pessoas podem sim se unir se forem comprometidas pela mesma causa.

Exercícios

1. Leia o trecho da música “*Cara de índio*” do compositor Djavan e relate o que ela diz com a existência dos latifúndios no Brasil.

“Índio cara pálida,
cara de índio.
Sua ação é válida, meu caro índio.
Sua ação é válida, válida ao índio.
Nessa terra tudo dá,
terra de índio.
Nessa terra tudo dá,
não para o índio.
Quando alguém puder plantar,
quem sabe índio.
Quando alguém puder plantar,
não é índio.”

(Intérprete: Mônica Salmaso)

2. Observe a charge abaixo e escreva o que você entendeu sobre ela.



3. Leia o trecho da música “*Asa Branca*” composta por Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga no ano de 1947 e escreva no seu caderno o que você acha que ela está dizendo.

*“Quando vejo tanta terra
espalhada por aí,
eu me pergunto,
ai, com que direito
eles querem tirar
a gente daqui
(...)
Toda gente tem direito
de ter terra pra morar,
porque aquilo que é de todos
é mais que um roubo
acumular.”*

Espaço do professor

Capítulo 1. A história do uso e da propriedade da terra no Brasil

A história do uso e da propriedade das terras brasileiras é marcada pela opressão, pela violência e pelo poder.

Com a Proclamação da República em 1822 as terras que eram do poder público nacional passaram para o controle dos governos estaduais e a doação de Sesmarias chegou ao fim. Naquela época, os governantes dos estados, grandes fazendeiros também conhecidos como coronéis, começaram a distribuir as terras públicas para amigos políticos. Por isso muitas pessoas foram expulsas de seus territórios, quem estivesse ocupando tais terras era obrigado a sair sem que fosse resarcido de nenhuma maneira.

Mais tarde em 1850 a Lei de Terras estabeleceu que a terra passaria a ser um bem capitalizado, ou seja, só teria terras quem pudesse comprá-las. Mais uma vez, o governo criou um mecanismo para excluir os pobres do direito à terra e é com essa lei que surge a cerca. O objetivo era duplo, além de beneficiar apenas os ricos, a intenção era liberar mão de obra para as fazendas que mais tarde sofreriam com o fim da escravidão. Assim, as pessoas que até então ocupavam áreas como posseiros, ou seja, sem a propriedade da terra mas fazendo uso desta, passam a ser vistas como invasoras caso estivessem numa área que fosse comprada do governo por um particular. De camponeses posseiros essas pessoas foram reduzidas a camponeses sem o domínio da terra. A posse era o fruto do trabalho na terra, já o domínio era fruto do dinheiro e do poder. Com o fim da escravidão e a existência da Lei de Terras de 1850 a sociedade brasileira viu surgir uma nova classe: negros livres e sem terras. Os imigrantes de outros países também vem se somar a esse cenário. Trazidos para o Brasil para substituir a mão de obra escrava essas pessoas também foram excluídas das terras. Eram camponeses vindos de outros países que dadas as condições de propriedade das terras nacionais foram obrigados a fazer uma escolha: o trabalho assalariado para os grandes fazendeiros ou a luta pela terra.

Essa lógica aumentou muito os processos de migração no país. Os agricultores pobres, negros e indígenas fugiam da cerca do latifúndio, buscando áreas ainda desocupadas. Se embrenhavam Brasil a dentro se estabelecendo em áreas cada vez mais distantes e despossuídas dos serviços e estruturas mais básicas. Esse aspecto da migração pode explicar muitas coisas dos dias atuais que acabam sendo usadas contra as minorias do campo. Por exemplo, a migração dos indígenas muitas vezes é usada como argumento para empurrar a delimitação das terras indígenas, embora se saiba também que muitas etnias tinham esse hábito migrante como uma forma cultural e além da necessidade decorrente da expulsão de seus territórios. O que se vê na história da propriedade da terra do Brasil é a formação de um grande contingente de expropriados da terra. Indígenas, camponeses brasileiros, camponeses estrangeiros e negros ora trabalhando para os fazendeiros, ora migrando pelo país em busca da terra liberta, ora se unindo para lutar contra essa situação, provando que contra toda ação opressora existe uma reação libertadora.

A violência se destaca, a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado, o cangaço, o Massacre de Eldorado dos Carajás, o Massacre de Corumbiara e outros inúmeros conflitos que não foram documentados provam as consequências nefastas da desigualdade de terras que ainda hoje está longe de ser resolvido.

Capítulo 2. Propriedade de terras e os modelos de agricultura

Quando pensamos sobre a característica da divisão de terras do Brasil percebemos que o modo como a agricultura convencional é desenvolvida nos dias de hoje nasce na época do Brasil

colonia. Como já foi apresentado no capítulo 1 desta unidade, a propriedade das terras ficou nas mãos de poucas pessoas e do Estado. É aí que está a base para a formação dos latifúndios, que é modelo de ocupação territorial que predomina no modelo agrícola-exportador do Brasil depois da modernização da agricultura, induzida pelo governo.

A modernização da agricultura no Brasil contou com amplo apoio de instituições de outros países. Por exemplo, desde 1948, com patrocínio do empresário americano, Nelson Rockefeller, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural. Essa associação tinha o objetivo de “trabalhar para vencer a pobreza e o atraso dos latino-americanos” e para isso financiava a Revolução Verde (motorização, mecanização, adubação química, uso de venenos e seleção de variedades). Hoje em dia, sabendo dos impactos sociais, ambientais e econômicos que a Revolução Verde trouxe para o Brasil o objetivo dessa associação estava bem longe do combate à pobreza e muito mais perto da garantia de lucro às empresas internacionais que produzem insumos e maquinários agrícolas.

O contexto histórico, social e econômico do Brasil no final da década de 1950 dava as bases de apoio para o argumento da modernização agrícola, que acabou sendo também uma maneira que o governo encontrou para sair de algumas situações delicadas. Naquela época, vários grupos políticos e movimentos sociais pressionavam o Estado pela reforma agrária e por acesso a direitos sociais. Além disso, a industrialização que estava nascendo no Brasil precisava o setor agrícola liberasse mão de obra e se tornasse capaz de absorver parte da produção industrial. Esse impasse foi 'resolvido' com o golpe militar de 1964, quando os novos governantes passaram a controlar e estimular as mudanças que transformariam a agricultura e o meio rural do país, trazendo para cá a Revolução Verde. Desde a década de 1970 o governo brasileiro tem investido na modernização das tecnologias empregadas na agricultura. Naquela época os investimentos iam para as grandes propriedades, apostando que elas virariam empresas agrícolas. Esses investimentos são feitos através da disponibilização de crédito, para que os produtores possam comprar máquinas e insumos, e da criação de instituições de pesquisa de apoio à difusão dessas novas tecnologias agrícolas.

Com a Revolução Verde, financiada pelo governo nacional, desenvolveu-se o modelo de produção agrícola convencional que dá prioridade apenas para os aspectos técnicos da produção, desconsiderando as questões sociais, culturais, econômicas e ambientais. Esse modelo, tão fragmentado, tem deixado claro com o passar dos anos sua insustentabilidade e seu alto impacto socioambiental. Observa-se perda da variabilidade genética, compactação e erosão do solo, uso intensivo e grande desperdício de água, perda da camada orgânica do solo, aumento da susceptibilidade das culturas às pragas e doenças e aumento da dependência de insumos provenientes de recursos não renováveis. Tudo isso sem falar da poluição do ar, água e solo, desmatamento, destruição da fauna, doenças dos trabalhadores rurais e diminuição da qualidade dos alimentos produzidos. Além disso, a prática agrícola deixa de ser desenvolvida por agricultores tradicionais e passa a ser controlada por agricultores ricos e detentores das maiores porções de terra, criando assim uma classe excluída. Mesmo nos países desenvolvidos só cerca de 10% dos grandes estabelecimentos conseguiram ter acesso aos recursos dessa revolução. A maioria dos agricultores do mundo não teve dinheiro para seguir essa lógica.

A Revolução Verde realmente propiciou o aumento da produtividade e esse aumento foi tão grande que levou a uma redução, também muito grande, dos preços dos produtos agrícolas. Os preços abaixaram tanto que os pequenos agricultores, que não puderam aumentar sua produção, não tinham como competir no mercado. A pobreza no campo aumentou cada vez mais, levou ao êxodo rural, aumentando consequentemente a concentração de terras. Mesmo com a contribuição no aumento da produção de alimentos o problema da fome no mundo nunca chegou nem perto de ser resolvido e hoje em dia a maioria das pessoas que passam fome e sofrem de insegurança alimentar no mundo estão no meio rural! Além disso, a destruição do meio ambiente e os impactos na saúde humana relacionados a esse modelo de produção estão cada vez mais extremamente preocupantes.

Em síntese, a modernização da agricultura consolidou e legitimou, de forma autoritária, a maneira desigual e insustentável com que os recursos, especialmente a terra, foram apropriados e distribuídos no Brasil.

Capítulo 3. Movimentos sociais de luta pela terra no Brasil

Desde as capitâncias hereditárias até os latifúndios modernos, a estrutura fundiária no Brasil tem um dos maiores índices de concentração do mundo. Esse modelo, que é baseado no poder, no dinheiro e na violência, gera exclusão de milhares de trabalhadores, no campo e nas cidades. Diante desse contexto as lutas pela terra e pela reforma agrária tornaram-se intensas e cada vez mais necessárias. É a necessidade do povo contra a ganância pelo dinheiro, contra a expropriação produzida pelo capitalismo.

As lutas pela terra incluem inúmeras identidades sociais. O caso dos indígenas, dos atingidos por barragens, dos ribeirinhos e dos quilombolas são exemplos, mas a luta do MST não deixa de ser pela terra, embora esse movimento pressione diretamente o governo para a aplicação da lei de terras, visando a desapropriação de propriedades improdutivas. Não fosse a pressão desse movimento e de inúmeros outros atores a implementação da reforma agrária certamente não aconteceria, mesmo que atualmente ainda não seja desenvolvida de maneira satisfatória, já que existem inúmeras terras improdutivas no Brasil (cerca de 134 milhões de hectares no ano de 2011) e um contingente crescente de trabalhadores sem terra.

A Guerra de Canudos é um exemplo histórico sobre a luta pela terra. Em 1893 camponeses sem terra acamparam na fazenda Canudos e permaneceram trabalhando em cooperação nessas terras até 1896, quando foram violentamente massacrados por uma tropa de soldados. Em Canudos todas as pessoas tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para aqueles que não podiam trabalhar, como velhos e inválidos. No estudo da história do Brasil a guerra de Canudos está entre as mais trágicas e violentas do país.

A luta pela terra é histórica e as pessoas se organizaram em vários tipos de organizações para resistir à expulsão, exploração e degradação das pessoas do campo. Em 1945 surgiram as Ligas Camponesas como uma forma de organização política de camponeses que resistiram à expropriação e à expulsão da terra. Sua origem se relaciona com a recusa dos trabalhadores de se tornarem assalariados ao invés de poderem cultivar para si próprios. As Ligas foram criadas em quase todos os estados brasileiros com o apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Em 1947 esse partido foi considerado ilegal pelo governo, já que os ideais comunistas eram prejudiciais aos interesses das elites capitalistas. Desde então as Ligas foram violentamente reprimidas pelo governo, mas também pelos próprios fazendeiros e seus jagunços. Em 1954 ressurgiram em Pernambuco e em vários estados do nordeste.

Também em 1954 o PCB fundou a União do Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), que se organizou por quase todo o Brasil. Muitos encontros e congressos foram incentivados e a consciência nacional em favor da reforma agrária foi aumentado cada vez mais. A ação dos camponeses na luta pela terra e pela reforma agrária era a resistência nos territórios que ocupavam, assim pararam de migrar pelo Brasil a cada vez que eram expulsos, permanecendo nas terras e reivindicando por seus direitos. A ocupação de terras também passou a fazer parte constante das manifestações.

No estado do Rio Grande do Sul, no final da década de 1950, surgiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). O ano de 1962 marca o início dos acampamentos dos sem terra e a expansão do movimento por todo o estado. Com o apoio do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que na época tinha Leonel Brizola como governador, alcançaram muitas conquistas. Com o golpe militar de 1964 os movimentos camponeses, bem como movimentos sociais contrários

ao governo ou com ideias próximas dos comunistas foram aniquilados. O governo passou a tratar a questão agrária de forma militar. A militarização gerou diversas formas de violência contra os trabalhadores. Ainda hoje, mesmo existindo leis a favor da reforma agrária, a favor dos direitos humanos e trabalhistas, a favor da sindicalização dos trabalhadores, entre outras que dão as bases legais para a luta pela terra, e um senso geral contrário ao abuso de poder e à repressão e criminalização dos movimentos sociais o que vemos é o trato truculento e muitas vezes fortemente violento das diversas instituições públicas aos camponeses organizados em prol da reforma agrária.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que surgiram no início da década de 60 e na década de 70 já tinham se expandido por todo o país tanto no campo como nas cidades, foram um importante espaço de socialização política e formação popular pela luta contra as várias formas de injustiças e garantia de direitos. Baseados nos ensinamentos da Teologia da Libertação atuaram num trabalho de libertação e organização popular. Em 1975, A Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trabalhando nas periferias das cidades e nas comunidades rurais, a CPT foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar e tem forte atuação até os dias de hoje. Nem mesmo a igreja e seus representantes fugiram à repressão dos poderosos que queriam impedir as lutas do povo. Um exemplo é Leonardo Boff que enquanto era padre lutava pelos direitos humanos das classes oprimidas através da Teologia da Libertação. Por isso, foi fortemente pressionado pelas autoridades da igreja católica. Sofreu pena de "silêncio obsequioso" por um ano e foi afastado dos trabalhos religiosos. Boff se afastou da igreja diante da ameaça de novas punições e da repressão às suas atuações e ideias, mas continua atuando em favor dos oprimidos e suas lutas.

O MST surgiria apenas no início da década de 80, com o fim da violência da ditadura. Para se ter uma ideia estima-se que em 1985, o último ano do governo militar, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias. A ocupação de terras improdutivas foi o meio de ação adotado pelo MST para lutar pela Reforma Agrária. A concretização da criação desse movimento tem forte ligação com o contato estabelecido com outras instituições, principalmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Um diferencial do MST para os movimentos que o precederam foi a busca pela autonomia, sendo este movimento desvinculado de partidos políticos.

No ano de 1985 um decreto federal aprovou o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), mas durante 4 anos menos de 10% do previsto no plano foi realizado e muito do que aconteceu se deveu às ocupações realizadas pelo MST. Percebendo a força do movimento os latifundiários criaram a União Democrática Ruralista para defender seus interesses. Em 1988, essa organização conseguiu impedir a criação de uma lei de reforma agrária durante o processo de elaboração da constituição Federal. O poder político dessas pessoas permanece até os dias de hoje e é facilmente percebido através das ações da bancada ruralista na câmara dos deputados, que de inúmeras formas tenta impedir a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas e quilombolas.

Em 1989, com a eleição de Fernando Collor, defensor dos latifundiários, a reforma agrária saiu da pauta política do governo federal. Foi nessa época que fortes repressões contra os sem terra aconteceram. Além de através das ações policiais, intervenções do Poder Judiciário também agiam como uma nova cerca para impedir as ocupações. Era a criminalização do movimento e das ações de seus integrantes que ganhava espaço. O resultado foram inúmeras prisões e massacres dos camponeses.

Atualmente a situação da reforma agrária continua precária. Em vários estados, as propriedades em desapropriação são supervalorizadas, tornando as indenizações quase impraticáveis. Esse "problema" ainda é utilizado de maneira parcial pelos meios de comunicação no intuito de difundir uma ideia de que a melhor saída é a mercantilização da terra, onde os latifundiários venderiam as terras diretamente aos camponeses.

Numa outra percepção é importante lembrar que a questão das terras no Brasil deve ser sempre observada lado a lado da violência rural. O que se percebe é que os três poderes (executivo, judiciário e legislativo), bem como o militar, ao tratar dessa questão muitas vezes abandonam os ditos da Constituição Federal no que se refere aos direitos humanos, à democracia e à igualdade . Segundo a pesquisadora Elisabete Maniaglia a análise dos fatos deixa claro que Justiça Social, Democracia e Reforma Agrária são opostos, à reinante verdade da monocultura, do latifúndio e da economia de exportação.

Unidade 3 – Agroecologia X Agricultura Convencional

Araponga: Camélia, olá!!!! Hoje quem propõe o que nós vamos estudar sou eu, tudo bem?

Camélia: Claro Araponga, diz aí!

Araponga: Então eu proponho que a gente estude mais sobre as diferenças entre a agricultura convencional, que é super degradante e a agricultura ecológica, que tal?

Camélia: Nossa até parece que você leu meus pensamentos! Eu queria justamente entender como é que se faz pra produzir sem poluir o meio ambiente, sem causar danos à saúde das pessoas, sem destruir o solo e sem gerar tanta desigualdade... como é essa tal de agricultura ecológica...

Araponga: E... e sabe o que eu acho muito legal? É que essa maneira de produzir, a ecológica, vem do conhecimento dos próprios agricultores. Os quilombolas, os indígenas, os camponeses pobres que não tiveram como entrar nessa loucura da Revolução Verde, mantiveram suas práticas e costumes na agricultura. Foi observando essa sabedoria que os cientistas descobriram que muitas dessas práticas agrícolas são muito melhores do que as práticas que vieram com a Revolução Verde. E agora muitos agricultores, os próprios indígenas, os quilombolas, os trabalhadores do MST estão lutando para conseguir fazer a agricultura ecológica. Eles lutam para que o governo financie esse tipo de agricultura e não só a agricultura convencional e para que no Brasil seja a agricultura ecológica o principal modelo. Isso por que todo mundo já percebeu que a agricultura convencional traz muitos prejuízos para a sociedade e lucro só para os ricos!

Camélia: Hun, legal, então vamos logo aprender..

Capítulo 1. O que é e o que não é agroecologia. As práticas insustentáveis da agricultura convencional.

A agroecologia é uma maneira de fazer agricultura que é mais justa para a sociedade e pouco impactante para o meio ambiente. Quando falamos em agroecologia também estamos falando de uma ciência. Isso significa que existem muitos pesquisadores que estudam sobre isso com o objetivo de melhorar cada vez mais as práticas agrícolas. Estudam maneiras de aumentar a produção, estudam melhores mercados para vender os produtos, estudam as formas de trabalho no campo, estudam os movimentos sociais que lutam pela agroecologia e estudam as políticas que o governo cria sobre esse assunto. Além de ser uma ciência, a agroecologia também pode ser entendida como um movimento que busca um outro tipo de desenvolvimento para o campo. Nessa luta estão muitas pessoas que querem um desenvolvimento rural mais justo e menos desigual entre as pessoas.

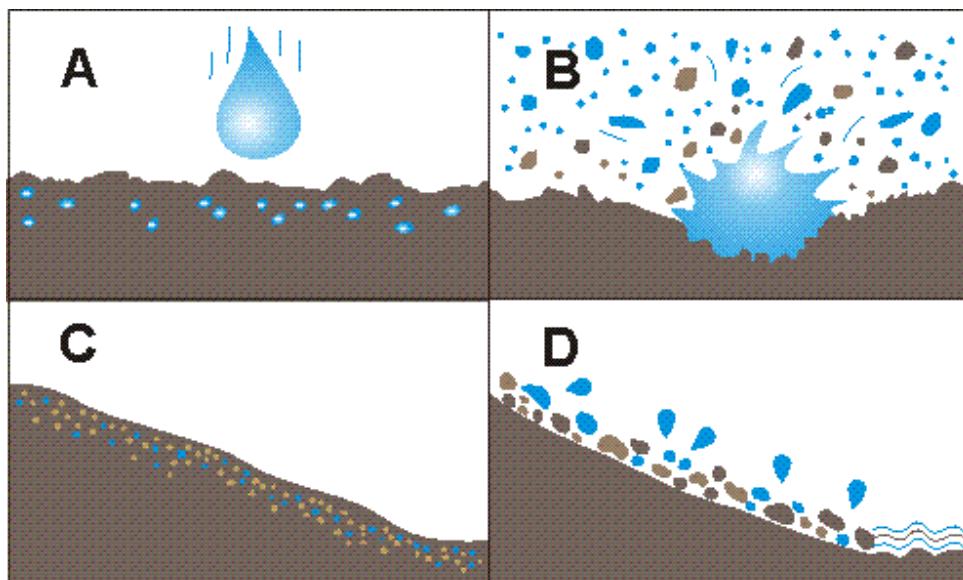
Os principais objetivos da agroecologia são:

- plantar de uma maneira que não degrade o solo, as águas e o ar. Sem o uso de venenos e adubos químicos que poluem a natureza;
- promover o desenvolvimento do meio rural de maneira justa. Isso significa pensar em formas justas de trabalho e de propriedade da terra;
- manter um mercado justo, onde todos tenham a possibilidade de vender seus produtos e comprar produtos com qualidade por preços justos;
- plantar para a soberania alimentar da sociedade.

Camélia: UAU!! Então a agroecologia é muito mais do que só um jeito de plantar. É uma ciência e um modo de fazer agricultura que pensa nas questões sociais, econômicas, ecológicas e ambientais!!! Hun, fiquei curiosa....

Primeiro é preciso entender **por que a agricultura convencional não é nem um pouco ecológica**. Esse tipo de agricultura veio para o Brasil através da Revolução Verde, com o apoio do governo e se baseia em 6 princípios: **no cultivo intensivo do solo; no uso de adubos químicos; no uso de sementes modificadas; nas monoculturas; no uso de agrotóxicos e na irrigação intensiva.**

1. **O cultivo intensivo do solo** significa que as áreas são aradas e cultivadas muitas vezes no ano. O produtor não deixa a terra descansar e usa muitas máquinas para preparar o solo, para semear e para colher. A vegetação natural nunca volta a crescer pois a área sempre está limpa para um novo plantio. Assim, a terra não tem tempo de voltar a ser fértil naturalmente. O que dá fertilidade para a terra é a matéria orgânica. A matéria orgânica vem de tudo o que é vivo como os restos de planta, restos de poda, folhas que caem no chão, esterco de animais, árvores que morrem, pedaços de tronco. Quando o solo está bem preto, cheio de cisco é sinal de que ele está com bastante matéria orgânica. Quando uma área é deixada para descanso a vegetação natural volta a se desenvolver, as folhas caem, as plantas vão morrendo e voltam para a terra para adubá-la. As raízes da vegetação fofeiam o solo e deixa ele solto. Mas como no cultivo convencional os produtores derrubam toda a mata e não deixam nenhuma área descansando o solo nunca consegue voltar a ser fértil por que não existe matéria orgânica. É por isso que nos solos que são cultivados por muitos anos sem descanso é preciso usar adubo químico. Como o solo sempre fica exposto, sem a vegetação natural e só com as plantas do cultivo, os processos de erosão aumentam muito. A erosão do solo é quando a água bate na terra descoberta e leva partículas de solo embora, veja a imagem.



Processo de erosão. O impacto da chuva no solo descoberto causa erosão tanto no solo plano, fazendo buracos na terra que vão aumentando com o tempo, como no solo inclinado, levando a terra para a parte mais baixa. Fonte: Derpsch, 2009.

Além disso, para que a terra esteja sempre cultivada é comum que os produtores usem muitas máquinas, como os tratores, os arados, as semeadeiras e as colheitadeiras. Essas máquinas são muito pesadas e acabam amassando muito o solo que fica cada vez mais duro e difícil de plantar.



Semeadeira. Fonte: agroads.com.br



Arado. Fonte:agromaquinaria.es



Colheitadeira. Fonte: deere.com.br

2. **O uso de adubos químicos** ajudam as plantas a se desenvolver, mas trazem muitos danos com o passar do tempo. Primeiro, o solo que é cultivado por muitos anos sem descanso perde a vida. A terra vai ficando dura, sem vida, sem restos de vegetais, sem animais bons para a plantação, como as minhocas que fofeiam a terra, a água consegue descer mais rápido. Por isso quando o produtor coloca o adubo na terra a maioria dele é lavado pela água. O adubo lavado vai para uma profundidade do solo onde as raízes das plantas cultivadas não chegam e por isso as plantas não conseguem usar todo o adubo disponível. O que acontece então é um grande desperdício de adubo químico. O solo, cultivado dessa maneira fica cada vez mais pobre e por isso com o passar dos anos o produtor precisa colocar cada vez mais adubo, e isso aumenta muito o custo da produção.

O adubo mais usado é o NPK e um dos problemas desse adubo é que ele é retirado de fontes da natureza que não são renováveis, ou seja, de fontes que se forem muito exploradas irão acabar.

Além de tudo isso, o adubo que é lavado pela água da chuva ou pela própria irrigação vai arar nos rios, lagos e lagoas e contamina esses ambientes. Quando os nutrientes dos adubos vão parar nas águas, as plantas aquáticas e as algas começam a se desenvolver muito. Perceba: os nutrientes funcionam na água do mesmo jeito que funcionam no solo. Eles

alimentam as plantas e fazem elas crescerem muito, só que nos ambientes aquáticos isso pode trazer muitos problemas. Quando as plantas aquáticas crescem muito elas impedem que o sol entre na água, isso já é suficiente para matar vários tipos de organismos aquáticos. Além disso, muita planta nascendo também significa que muita planta irá morrer. Quando um número muito grande de plantas morre acontece um desequilíbrio no sistema aquático e isso leva à morte dos peixes. Esse é mais um desequilíbrio causado na natureza pela agricultura convencional. Mas os impactos não terminam aí. As algas também crescem mais quando a água está rica em nutrientes. Acontece que existem muitas algas que são tóxicas e por isso, quando elas aumentam muito também acontece a morte dos peixes. E além de tudo isso, ainda tem o impacto das águas contaminadas nos humanos e nos animais terrestres. Quando vacas, cavalos e ovelhas bebem dessas águas contaminadas eles podem sofrer envenenamento. O mesmo acontece com bebês se tomarem água contaminada pelos adubos químicos.

3. **As sementes modificadas** são feitas em grandes laboratórios através de pesquisas muito caras. Os cientistas desenvolvem sementes que eles chamam de mais resistentes. Elas podem ser resistentes à seca, à algum tipo de inseto, aos solos empobrecidos ou a algum tipo de agrotóxico. Mas isso não é tão simples assim. Para que a semente modificada seja mesmo resistente a um tipo de agrotóxico o produtor **precisa** colocar uma certa quantidade de adubo químico e irrigar muito a plantação. Por isso ele tem sempre que gastar com o adubo e com água. Outro problema é que as plantações de sementes modificadas são muito mais vulneráveis às doenças. Por exemplo, numa plantação de milho modificado quando dá alguma praga toda a plantação morre. Isso acontece porque todas as plantas são iguais e quando uma não tem resistência todas as outras também não terão. Ao contrário, quando o produtor decide cultivar mais de uma variedade de milho, por exemplo o palha roxa, o catete e o milho de semente modificada se der uma praga no milho modificado os outros podem ser mais fortes e resistir à praga. É muito comum que as sementes naturais sejam mais resistentes justamente porque elas já são acostumadas com o lugar onde são plantadas, são acostumadas com o clima, com o solo e com a quantidade de chuvas. Os produtores escolhem usar as sementes modificadas porque o manejo da plantação fica mais fácil, por exemplo, plantando o mesmo tipo de semente modificada é possível usar o mesmo tipo de adubo e agrotóxico na plantação toda.

Entre as sementes modificadas estão as sementes conhecidas como híbridas. Essas sementes são sementes sem vida. Isso porque se o agricultor plantar o milho híbrido e quiser guardar do milho que nasceu para plantar no ano seguinte ele não vai ter uma produção boa. Essa plantação, que é a filha da plantação de milho híbrido comprado, costuma ter espigas pequenas e faltadas. Se o agricultor quiser ainda guardar dessas sementes para plantar depois o cultivo fica cada vez pior. Ao contrário disso, as sementes naturais podem ser plantadas por muitos anos. Existem agricultores que de uma safra para a outra vão sempre guardando um pouco da semente natural para plantar nos anos seguintes. Existem produtores que guardam suas sementes há mais de 20 anos e elas continuam produzindo muito bem!

Repare!

As sementes modificadas são usadas há mais de 50 anos e até hoje os cientistas ainda não garantem que elas não fazem mal à saúde. Pelo contrário, pesquisas mostram que os alimentos que nascem das sementes modificadas podem causar sérios danos à saúde, como o desenvolvimento de câncer.

Histórias do Viajante

Pelos lugares que eu passei muitos produtores tem o costume de guardar suas sementes para plantar nos anos seguintes. Assim eles não precisam comprar semente todo ano. Outro ponto positivo de guardar as sementes é que elas ficam mais adaptadas à região onde sempre foram plantadas.

Veja nas fotos quantos tipos de milho, batata, cenoura, berinjela e abóbora existem... e elas só existem por que os produtores guardam suas sementes....

Existem muitos nomes que as pessoas dão para as sementes naturais. No Brasil são conhecidas como **sementes tradicionais, sementes crioulas, sementes nativas, sementes da paixão, sementes locais ou sementes da abundância.**



Variedades de berinjela. Fonte: Kokopelli.



Variedades de cenoura. Fonte: Kokopelli.



Variedades de batata. Fonte: Kokopelli.



Variedades de abóbora. Fonte: Kokopelli.

4. **A monocultura**, significa plantar só uma espécie em áreas muito grandes. O plantio em monoculturas traz muitos impactos. Em primeiro lugar plantar só uma coisa é perigoso economicamente. Se der alguma praga no cultivo ela poderá destruir toda a plantação e o agricultor não terá o que vender. Para fugir desse problema os produtores colocam muito veneno para não correr riscos. Outro problema de cultivar só um tipo de planta é que haverá no solo só um tipo de raiz. Ter vários tipos de raiz, em diferentes profundidades é importante para que o solo fique fofo e consiga absorver melhor a água e a matéria orgânica.

Outro impacto que a monocultura traz é com relação ao trabalho. Nas monoculturas é possível usar máquinas que fazem quase todo o trabalho, sobrando poucas coisas que devem ser feitas por pessoas. Por isso a monocultura diminui a necessidade de mão de obra e gera mais desemprego no campo. Os produtores escolhem fazer o monocultivo por algumas razões. Plantar só um tipo de coisa facilita o uso de máquinas, facilita o preparo do solo e a semeadura. Também facilita o uso de adubos e venenos já que é possível usar o mesmo tipo em toda a plantação. E como na maioria das vezes esse tipo de agricultura é para exportação, o produtor precisa de muita quantidade para vender. Justamente pela quantidade que planta o agricultor consegue comprar as sementes, o adubo e os venenos mais barato, já que compra muito.

5. **Os agrotóxicos** são usados por que as sementes modificadas são muito vulneráveis às doenças. O problema é que os organismos (os insetos, as lagartas, os fungos etc) vão ficando resistentes ao agrotóxico e por isso é preciso usar cada vez mais veneno ou então venenos mais fortes para combater as mesmas pragas. Por isso o produtor gasta cada vez mais dinheiro com os venenos. Além disso, os venenos matam todo tipo de organismos, ou seja, mata os que atacam as plantações e os que fazem bem para elas, como as abelhas, as minhocas e outros tantos insetos benéficos. Com a chuva e a irrigação o veneno é levado para os rios. Com os ventos é levado para longas distâncias no ar que as pessoas irão

respirar. Os trabalhadores rurais das plantações que usam venenos são as pessoas mais impactadas. Estudos mostram que vários tipos de câncer acontecem com maior frequência nesses trabalhadores. Além disso, as pessoas que se alimentam de um produto com agrotóxico também estão comendo veneno e colocando sua saúde em risco.

Repare!

Existem plantações onde a pulverização dos venenos é feita com avião. Alguns estudos mostraram que apenas 30% do veneno atinge a plantação. Os outros 70% atingem rios, florestas, casas e plantações vizinhas, contaminando tudo e todos.



Aplicação de agrotóxico por avião. Fonte: nortaonoticias.com.br

Repare!

Estudos já mostraram que nas regiões onde existe plantação de soja e milho com o uso de agrotóxico existem também muitos problemas de saúde nas pessoas que estão expostas ao veneno. Altas taxas de infertilidade, na crianças nascidas mortas, de abortos espontâneos, de casos de câncer e de má formação nos bebês.

6. **A necessidade de intensa irrigação** torna a agricultura convencional a atividade que mais consome água no Brasil. Além disso, existe um grande desperdício de água. Muitas vezes os sistemas ficam ligados um tempo muito maior do que o necessário ou nos horários de sol forte, quando a água evapora antes de ser usada pelas plantas. Quando o solo está muito irrigado, tanto os venenos como os adubos químicos são lavados mais rápido. Por isso, muitas vezes as plantas não tem o tempo necessário para usá-los, e esses produtos são desperdiçados e acabam indo para os rios gerando contaminação. Outro problema é que em solos muito irrigados nasce mais mato. O mato vai competir com a plantação, usando parte do adubo que está na terra, usando a água, ou seja, usando as coisas que a plantação precisa. Mais um ponto negativo de ter muita água no solo é que isso aumenta as doenças nas raízes das plantas. Assim, muitas plantas não se desenvolvem tão bem e podem morrer antes da colheita.

Vocabulário

matéria orgânica – tudo que é vivo ou os restos do que um dia foi vivo. A matéria orgânica do solo fica nas camadas mais superficiais dele. Nessa parte rasa é onde estão os restos de vegetais que quando morrem vão apodrecendo e formam a matéria orgânica que aduba o solo.

Araponga: Nossa Camélia, eu já sabia que a agricultura convencional era muito ruim, mas ela é pior do que eu imaginava. Poluição do meio ambiente, danos à saúde dos consumidores, danos à saúde dos trabalhadores, morte do solo e dos animais, desperdício de água. Pesquisas caríssimas pra desenvolver esse monte de coisa ruim. E a maioria dessas plantações vão pra fora do país, enquanto tem gente aqui no Brasil passando fome! E quem ganha com isso são os grandes fazendeiros que já são ricos até dizer chega.... Affff, muito errado isso!!! E ainda tem o grande desmatamento que esse tipo de agricultura causa.... agora eu entendi uma música que minha mãe vive cantando, olha só:

Matança

Compositor e Intérprete: Xangai

*Cipó Caboclo tá subindo na virola
Chegou a hora do Pinheiro balançar
Sentir o cheiro do mato, da Imburana
Descansar, morrer de sono na sombra da Barriguda*

*De nada vale tanto esforço do meu canto
Pra nosso espanto tanta mata haja vão matar
Tal Mata Atlântica e a próxima Amazônica
Arvoredos seculares impossível replantar*

*Que triste sina teve o Cedro, nosso primo
Desde de menino que eu nem gosto de falar
Depois de tanto sofrimento seu destino
Virou tamborete, mesa, cadeira, balcão de bar*

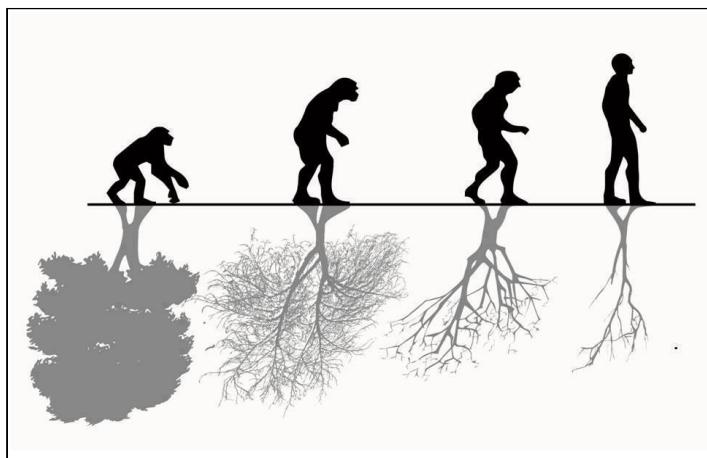
*Quem por acaso ouviu falar da Sucupira
Parece até mentira que o Jacarandá
Antes de virar poltrona, porta, armário
Mora no dicionário, vida eterna, milenar*

*Quem hoje é vivo corre perigo
E os inimigos do verde dá sombra ao ar
Que se respira e a clorofila
Das matas virgens destruídas vão lembrar
Que quando chegar a hora
É certo que não demora
Não chame Nossa Senhora
Só quem pode nos salvar é*

*Caviúna, Cerejeira, Baraúna
 Imbuia, Pau-d'arco, Solva
 Juazeiro e Jatobá
 Gonçalo-Alves, Paraíba, Itaúba
 Louro, Ipê, Paracauá
 Peroba, Massaranduba
 Carvalho, Mogno, Canela, Imbuzeiro
 Catuaba, Janaúba, Aroeira, Araribá
 Pau-Ferro, Angico, Amargoso, Gameleira
 Andiroba, Copaíba, Pau-Brasil, Jequitibá*

Camélia: É sua mãe está certa, as árvores estão sendo destruídas por conta da agricultura convencional.... é bem como essa figura aqui ó: o homem pensa que evoluiu mas na verdade para algumas coisas ele ainda está beeeeeem atrasado!!!

É muito estranho esse jeito de fazer agricultura, Araponga... pelo o que eu entendi todas as práticas que esses produtores fazem acabam degradando o solo... mas sem um solo bom não se faz agricultura nenhuma.... é um jeito de plantar que vai contra o próprio sucesso da plantação... não faz sentido... e tudo isso só por que o agronegócio dá muito lucro para os ricos... indústrias de sementes, de adubos químicos e de venenos ganhando milhões... indústrias de máquinas ganhando milhões... fazendeiros ganhando milhões... trabalhadores rurais adoecendo... a natureza morrendo... os consumidores adoecendo.... trabalhadores rurais sem terra e sem emprego por causa dos latifúndios.... parece que esta tudo caminhando pro lado errado mesmo!!!



Charge sobre a evolução da humanidade e o impacto que ela causa ao meio ambiente. Fonte: eddiesouza.com.br

Exercício

- Leiam e escutem a música “Samba da natureza” do compositor Lupércio Damaceno e criem uma peça de teatro para ser apresentada para toda a escola.
 - O teatro deve mostrar para os espectadores a história da modernização da agricultura, revelando os impactos ambientais e sociais que ela causa.

*O samba pede paz pra natureza
dante de tanta avareza
de um progresso assustador
que em nome de uma estranha modernidade
lança sua crueldade e provoca tanta dor*

*mais chegará o momento
em que a voz pela vida
calará a ambição
e à luz de um novo tempo
toda a natureza viverá em comunhão*

*atrás do ouro fere à força a terra
sangra o seio da serra
e deixam triste cicatriz
e tira o verde, o brilho e a beleza
destrói toda natureza
este progresso infeliz*

*mais chegará o momento
em que a voz pela vida
calará a ambição
e à luz de um novo tempo
toda a natureza viverá em comunhão*

*o samba pede paz pra natureza
dante de tanta avareza
de um progresso assustador
que em nome de uma estranha modernidade
lança sua crueldade e provoca tanta dor*

*atrás do ouro fere à força a terra
sangra o seio da serra
e deixa triste cicatriz
e tira o verde, o brilho e a beleza*

*destrói toda a natureza
este progresso infeliz*

2. Investigação sobre o conhecimento das pessoas sobre a agricultura convencional.

- converse com as pessoas da escola (diretores, professores, cozinheiras etc) e com pessoas do entorno da escola e pergunte a elas o que elas acham que é a agricultura convencional. Anote tudo em seu caderno.
- Pergunte também se a pessoa conhece os impactos que a agricultura convencional traz para a sociedade e para o meio ambiente. Anote tudo.
- Em sala de aula, com a ajuda da professora, verifique o que as pessoas disseram e observe o que ficou faltando no conhecimento delas.
- Agora a missão é levar a todas as pessoas que foram entrevistas todas as informações que vocês tem sobre a agricultura convencional e seus impactos.
- A classe pode montar um cartaz ou alguns panfletos que falem tudo sobre o assunto deixando ele bem explicado.
- Depois disso os alunos podem convidar os entrevistados para observar o material que foi criado. E para que os entrevistados entendam de verdade o assunto os estudantes podem explicar para eles tudo o que sabem. Não se esqueça, sua missão é deixar essas pessoas muito bem informadas sobre tudo o que existe de ruim na agricultura convencional.
- Você pode até tentar explicar para algumas pessoas que a agricultura convencional está ligada com a desigualdade de terras no Brasil e ajudar ela a perceber que essa atividade não gera impactos só para o meio ambiente, mas também para as comunidades do campo e para os agricultores pobres.

Camélia: Araponga, nós ainda não aprendemos como a agroecologia faz para não precisar usar tantas coisas ruins como a agricultura convencional e para ser mais ecológica? Vamos procurar?? É isso que eu estou querendo saber faz um tempão!!!

Araponga: Demorou, vamos ver...

Capítulo 2. As práticas sustentáveis da agroecologia

Na agroecologia o principal foco é manter o solo saudável e vivo, afinal é dele que nasce tudo. Por isso, na agroecologia as práticas são todas o contrário das práticas da agricultura convencional.

Plantio em consórcio

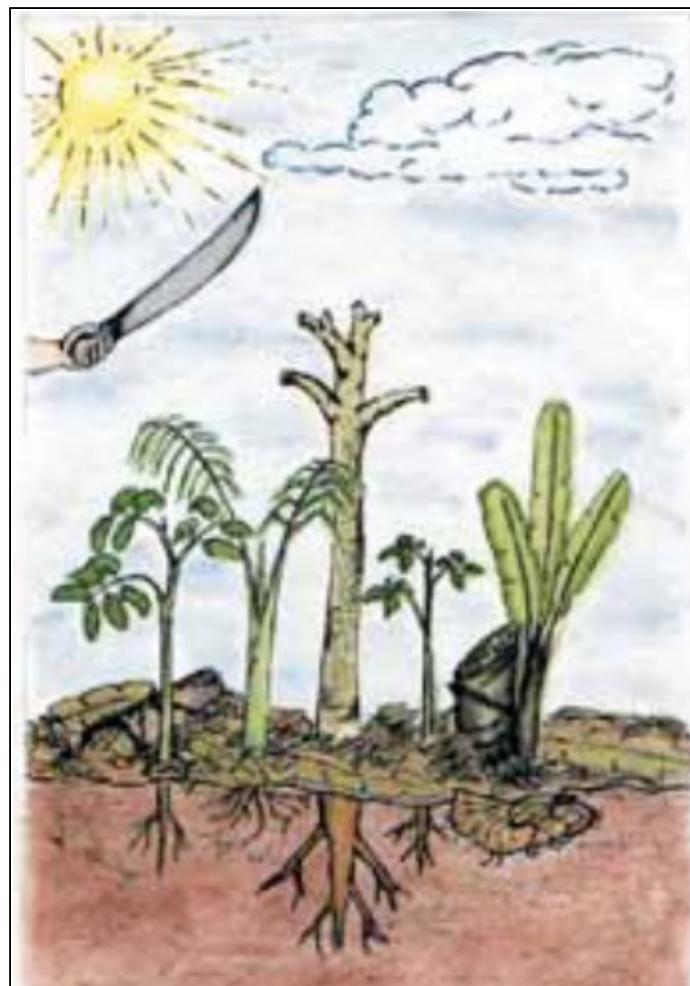
Muitos agricultores que usam práticas ecológicas já perceberam que plantar mais de uma espécie junto é melhor. Muitos pequenos produtores plantam o milho junto com a abóbora, a mandioca junto com a abóbora, o inhame junto com o quiabo, a mandioca junto com o milho e com a abóbora, o milho junto com a batata doce, o feijão com a abóbora. Essa maneira de plantar é conhecida como plantio em consórcio, plantio múltiplo, policultivo ou plantio casado.



Roça no quilombo Alto da Serra. Mostra a plantação em consórcio de milho junto com abobrinha e mandioca.
Foto: Michele Lau.

Os agricultores dão vários motivos para plantar mais de uma espécie no mesmo espaço.

- Primeiro afirmam que assim **as plantas aproveitam mais os nutrientes da terra**. Esse é um ponto muito positivo que também já foi mostrado pelas pesquisas científicas. Realmente quando duas plantas diferentes são plantadas juntas o aproveitamento dos nutrientes da terra é melhor. Isso acontece por que cada planta tem um tipo de raiz. Assim as plantas de raízes mais profundas conseguem usar os nutrientes das camadas mais fundas do solo. Enquanto isso, as plantas de raízes mais curtas pegam os nutrientes de cima. Num lugar onde só se planta uma espécie isso não acontece. Por exemplo, se a raiz for curta, os nutrientes que são levados pela água para as camadas mais profundas do solo não serão aproveitados por planta nenhuma e serão desperdiçados. Além de aproveitar melhor os nutrientes, plantas com raízes de tamanho diferente também aproveitam melhor a água, já que as de raízes curtas pegam água das camadas mais rasas do solo e as plantas de raízes compridas pegam a água que desce. Isso diminui a quantidade de água usada para irrigar as plantações. E o plantio em consórcio também traz benefícios para a vida do solo. As raízes em diferentes profundidades fofeiam mais a terra. Isso facilita a atividade dos animais do solo, como as minhocas que geram o húmus. Além disso, um solo fofo significa que ele tem espaços livres que ficam cheios de ar, isso facilita a respiração das raízes das plantas, isso mesmo, as raízes respiram dentro do solo! E como você pode imaginar é muito mais fácil de capinar uma terra fofo do que uma terra dura e compactada.



Perceba que numa plantação com vários tipos de plantas as raízes são todas diferentes e atingem diferentes profundidades no solo. Fonte: Peneireiro et al, s/a.

- Os agricultores também dizem que **plantar em consórcio é bom por que aproveita melhor o espaço**. Aproveitar melhor o espaço significa plantar mais no mesmo espaço. Realmente se um produtor tiver uma área pequena para plantar é melhor que ele faça o consórcio. Um motivo é que plantando em consórcio o produtor e sua família terão uma alimentação mais diversificada. Ao invés de ter só milho para comer, poderão ter milho, abóbora e aipim. Além disso, o produtor vai ter maior variedade de produtos para vender. Pense por exemplo, se um pequeno produtor decide plantar só milho. Se por algum motivo o preço do milho abaixar muito, na hora de vender ele não vai conseguir um lucro bom e pode acabar no prejuízo. Se ele tivesse plantado mais de uma espécie ele não teria tanto prejuízo. Mesmo com o preço do milho muito baixo ele ainda teria outros produtos para vender para tentar não ter prejuízo.
- Outro motivo que os produtores dão é que **plantando casado não é preciso capinar tanto a roça** por que todo o espaço é ocupado com produção e não sobra lugar para nascer mato. Isso diminui o trabalho e o tempo gasto com a plantação.
- Alguns agricultores também dizem que **no consórcio uma planta aduba a outra**. Esse é outro ponto muito positivo. Um caso bastante conhecido pelos cientistas e indicado para melhorar a adubação das plantações é o consórcio de feijão com outras plantas. Nas raízes dos feijões existem bactérias que trazem nitrogênio para a terra. O nitrogênio é um dos nutrientes mais importantes para as plantas, mas ele fica no ar e não na terra e as plantas não conseguem pegar ele do ar. O que as plantas de feijão conseguem fazer é trazer o nitrogênio do ar para o solo. Quem faz essa tarefa são algumas bactérias que vivem nas raízes do feijão. Essas bactérias são chamadas de Rhizobium. Elas tiram o nitrogênio do ar e colocam ele no solo, assim as plantas conseguem se nutrir do nitrogênio. Por isso, é muito indicado colocar outras plantas junto com o feijão, por que todas elas terão o nitrogênio disponível no solo e seu crescimento será melhor. Além disso, os restos vegetais das plantas vão caindo no chão e nutrindo umas as outras. Também quando se colhe uma das plantas os produtores costumam deixar os restos dela na terra para virar adubo para as outras. Uma coisa é muito importante de saber, cada planta é rica em um tipo de nutriente. Por exemplo, a bananeira é rica em potássio, assim se as folhas dela ficam na terra, o solo ficará nutrido com potássio. O feijão é rico em nitrogênio, então os restos dessa planta enriquecem o solo com nitrogênio. Se, por exemplo, a banana e o feijão forem plantados juntos um vai trazer potássio para o solo e o outro vai trazer o nitrogênio. O feijão usará o potássio que veio da banana e a banana usará o nitrogênio que veio do feijão. Por isso quanto mais espécies forem plantadas juntas, mais nutriente irá voltar para o solo e a plantação irá se desenvolver melhor e precisará de menos adubo.

Histórias do Viajante

Essa história das bactérias que pegam o nitrogênio do ar e trazem para o solo é um belo exemplo de cooperação. Entenda por que: as bactérias Rhizobium vivem nas raízes dos feijões por que se alimentam de compostos produzidos pelo feijão. Em troca elas tiram trazem o nitrogênio para a terra para que o feijão também possa se alimentar. É uma verdadeira parceria e todos se beneficiam. O feijão produz o alimento da bactéria e a bactéria pega o nitrogênio para o feijão.

Existem muitas outras espécies que vivem em associação com as bactérias Rhizobium e por isso são boas para o plantio em consórcio. Essas espécies são chamadas de leguminosas e alguns exemplos são o feijão de porco, o feijão guandu, a mucuna preta, a mucuna cinza, a crotalária, a leucena.



Feijão guandu. Fonte: ibflorestas.org.br



Crotalária. Foto: Dinesh Valke



Feijão de porco. Fonte: ufrgs.br



Mucuna preta. Fonte: belezadacaatinga.blogspot.com



Mucuna cinza. Fonte: belezadacaatinga.blogspot.com

- O consórcio também é bom para proteger as plantas que são mais sensíveis do sol. Por exemplo, os agricultores já perceberam e os cientistas já confirmaram que plantar o café no meio de outras árvores é melhor. O café sombreado dá melhor do que o café que fica exposto direto ao sol. Os grãos ficam mais graúdos e para vender o que mais importa é isso. Vale mais a pena, vender uma quantidade menor de grãos graúdos, que são mais caros, do que vender uma quantidade maior de grãos miúdos, que são mais baratos. Além disso, o trabalhador não fica trabalhando no sol quando for colher o café. O açaí, o cacau, a jussara, o inhame também crescem melhor na sombra de outras árvores. Para descobrir o que pode ser plantado na sombra é preciso experimentar ou conversar com um produtor antigo que saiba dessas coisas. Alguns produtores já perceberam que a mandioca não dá bem no meio das árvores. Ela prefere ficar direto no sol. O milho também não cresce bem se for em local sombreado.
- Outro benefício que o consórcio traz é com relação às doenças. Se o produtor planta mais de uma espécie no mesmo lugar as plantações ficam mais protegidas contra o ataque de doenças. Por exemplo, os insetos terão mais coisas para comer e não atacarão uma única planta até acabar com a plantação toda. Além disso, quando várias plantas estão juntas a quantidade de insetos que visitam essas espécies é maior. Por exemplo, em um plantio de milho, com mandioca, abóbora e abacaxi estarão vivendo junto insetos que gostam de milho, outros que gostam de mandioca, outros que preferem a abóbora e outros que preferem o abacaxi e isso pode ser bom. Quanto mais insetos convivem no mesmo lugar melhor, por que um pode ser o inimigo natural do outro. Assim as próprias comunidades de insetos se regulam. Não haverá uma comunidade muito maior do que a outra e assim ela não irá virar uma praga para a plantação. Os consórcios funcionam como uma floresta. Quanto maior o número de espécies mais equilibrado é o desenvolvimento da plantação. Nas florestas não existem pragas que destroem tudo. Isso não acontece primeiro por que os organismos tem muita comida disponível, segundo por que a diversidade de plantas faz com que os organismos não ataquem só uma espécie e terceiro por que os próprios organismos competem uns com os outros para que nenhuma comunidade aumente a ponto de destruir as outras. Na natureza a competição é para que todos continuem existindo em harmonia. Além de tudo isso, algumas plantas funcionam como repelente para alguns insetos. Muitos produtores costumam plantar temperos no meio das verduras. Eles dizem que assim vem menos inseto comer as plantas. Isso acontece por que, em geral, os temperos, como a cebolinha, o coentro e o manjericão tem cheiro forte e liberam substâncias que afastam os insetos.

Histórias do viajante

Estudos científicos comprovaram que o consórcio diminui o número de insetos que podem virar praga.

Comparando o consórcio do feijão com o milho com uma plantação só de feijão, os experimentos mostraram que no consórcio a população de cigarrinha verde, chamada de *Empoasca kraemerii* diminuiu 26% e a população do besouro vaquinha (*Diabrotica balteata*) também diminuiu 45%. A população da lagarta do milho (*Spadoptera fungiperda*) também diminuiu 23% no consórcio quando comparada com uma plantação só de milho.

Outra pesquisa mostrou que o besouro do pepino ataca menos a plantação se ela for feita em consórcio com o milho e com o brócolis. Já numa plantação só de pepino a ataque do besouro é maior.

Num consórcio entre milho e batata-doce a infestação por um tipo de besouro chamado de *Diabrotica sp* e por um tipo de cigarrinha chamada *Agallia lingula* diminui porque essa plantação atrai uma espécie de vespa que mata esses dois insetos.



Lagarta do milho (*Spodoptera frugiperda*). Fonte: agrolink.com.br



Cigarrinha (*Agallia lingula*). Foto: Forest Kim Starr



Besouro vaquinha (*Diabrotica balteata*) e o estrago que ele causa na planta. Fonte: galeriainfojardin.com



Cigarrinha verde (*Empoasca kraemerii*).
Fonte: scoopweb.com

Araponga: Nossa Camélia que legal! Isso de plantar um monte de coisas junto faz todo sentido.

Camélia: Pois é Araponga, plantar em consórcio traz várias vantagens mesmo. Mas tem uma coisa que não me convenceu! Eu não acho que só de plantar um monte de coisas juntas a plantação vai deixar de ter doenças ou de ser atacada pelos insetos. Imagina só, a formiga cortadeira come tudo e não está nem aí.... tudo bem, eu entendi que tendo mais plantas tem mais insetos, aí um inseto disputa com o outro e a comunidade de nenhum dos dois aumenta até virar uma praga na plantação. Eu também entendi que tendo mais variedade de plantas os insetos tem mais alimento e não destroem tudo... mas será que isso já é o suficiente para acabar com todo tipo de praga? Eu acho que não....

Araponga: Hun, Camélia, você me fez lembrar de uma coisa!! Uma vez eu estava prestando atenção num senhor que explicava para o neto como combater o pulgão com fumo de rolo!!! E o senhor dizia que aquilo era um veneno biológico. E que diferente dos agrotóxicos, que são venenos químicos não faziam mal para a natureza!!! Será que usar esses venenos biológicos não é uma maneira de combater as pragas na agricultura ecológica? Hun, eu estou achando que sim... vamos procurar.....

O controle biológico de pragas e doenças

Antes de mais nada precisamos entender uma coisa: na agroecologia as pragas e doenças são vistas como um indicativo de que alguma coisa está errada na produção. Ao contrário da agricultura convencional que usa venenos para acabar com as pragas, na agroecologia para controlar as pragas o agricultor deve resolver o problema da produção e não só matar a praga. Muitas vezes uma praga vem para a plantação por que está faltando algum nutriente no solo, então o agricultor já sabe que ele precisa melhorar o solo além de se livrar da praga. Uma produção é como um organismo vivo, é como o corpo humano que quando fica doente é porque tem alguma coisa em desequilíbrio. Por exemplo, quando a pessoa quebra seus ossos com muita facilidade pode ser que ela esteja com deficiência de cálcio, então, para curar a pessoa não adianta ficar engessando os ossos, é preciso que ela consiga o cálcio necessário para não quebrar mais osso nenhum. Do mesmo jeito funciona o controle das doenças das plantações na agroecologia. O produtor deve tratar o que está desequilibrado e não só matar os organismos que estão fazendo mal para o cultivo.

Existem muitas maneiras de descobrir o que está faltando para a plantação ficar em equilíbrio. Por exemplo:

- ◆ plantas que não se desenvolvem bem e que estão com as folhas amareladas podem indicar que está faltando nitrogênio* no solo.
- ◆ quando as folhas das plantas ficam azuladas ou com pintinhas roxas do lado de baixo pode estar faltando fósforo* no solo e isso irá fazer com que as raízes e os frutos da planta não se desenvolvam bem.
- ◆ quando as plantas ficam com as pontas das folhas secas ou crespas o solo pode estar com pouco potássio*. A falta de potássio faz as raízes apodrecerem.

* Nitrogênio, fósforo e potássio são elementos presentes no meio ambiente que funcionam como nutrientes para as plantas. O cálcio, o manganês, o boro, o magnésio, o molibdênio, o enxofre, o ferro, o zinco, o alumínio, o cloro e o cobre também são exemplos de nutrientes que as plantas precisam para se desenvolver.

Algumas plantas que nascem espontaneamente e que os produtores costumam chamar de mato ou de erva daninha, também indicam o que está faltando no solo. Veja a tabela abaixo.

Espécie	Indicadora de:
Amendoim bravo ou leiteira (<i>Euphorbia heterophylla</i>)	Desequilíbrio entre nitrogênio, molibdênio e cobre.
Azedinha (<i>Oxalis oxyptera</i>)	Terra argilosa e deficiência de cálcio e molibdênio.
Barba-de-bode (<i>Aristida pallens</i>)	Solos de baixa fertilidade.
Beldroega (<i>Portulaca oleracea</i>)	Solo fértil.
Cabelo-de-porco (<i>Carex</i> sp.)	Solo muito duro e deficiência de cálcio.
Capim-amargoso ou capim-açu (<i>Digitaria insularis</i>)	Solos de baixa fertilidade.
Capim-caninha ou capim-colorado (<i>Andropogon laterallis</i>)	Solos temporariamente encharcados, que são queimados com frequência e deficientes em fósforo.
Capim-carrapicho (<i>Cenchrus echinatus</i>)	Solos com muita erosão e duro.
Capim-marmelada ou papuã (<i>Brachiaria plantaginea</i>)	Solos constantemente arados e deficientes em zinco.
Capim rabo-de-burro (<i>Andropogon</i> sp.)	Solos ácidos, impermeáveis e deficientes em cálcio.
Carrapicho (<i>Cenchrus</i> spp.)	Solo pobre, muito duro e com deficiência de cálcio.
Caraguatá (<i>Erygium ciliatum</i>)	Solos ácidos onde se faz queimada.
Carqueja (<i>Bacharis articulata</i>)	Solo pobre e duro.
Carrapicho-de-carneiro (<i>Acanthospermum hispidum</i>)	Deficiência de cálcio
Cavalinha (<i>Equisetum</i> sp.)	Solo ácido.
Chirca (<i>Eupatorium bunifolium</i>)	Solos ricos em molibdênio.
Dente-de-leão (<i>Taraxacum officinale</i>)	Solo fértil.
Grama-seda (<i>Cynodon dactylon</i>)	Solo muito duro.
Guanxuma (<i>Sida</i> sp.)	Solo duro e com erosão. Em solo fértil essa planta fica viçosa e em solo pobre fica pequena.
Língua-de-vaca (<i>Rumex obtusifolius</i>)	Solos duros e úmidos. Ocorre em lavouras mecanizadas e em solos com muito pisoteio do gado.
Mio-mio (<i>Baccharis coridifolia</i>)	Solos rasos, firmes e com deficiência de molibdênio.
Nabo (<i>Raphanus raphanistrum</i>)	Deficiência de boro e manganês
Picão preto (<i>Galinsoga parviflora</i>)	Solo com excesso de nitrogênio e deficiência de cobre.
Samambaia (<i>Pteridium aquilinum</i>)	Solo com muito alumínio.
Sapé (<i>Imperata exaltata</i>)	Solos ácidos, com deficiência de magnésio e temporariamente encharcados.
Tanchagem (<i>Plantago maior</i>)	Solos com pouca aeração e duros.
Tiririca (<i>Cyperus rotundus</i>)	Solos ácidos com deficiência de magnésio.
Urtiga (<i>Urtica urens</i>)	Solo com excesso de nitrogênio e deficiente em cobre.

Além disso, muitos estudos já mostraram que muitas ervas espontâneas podem servir de alimento para as pragas. Em plantações de soja onde se usa veneno para matar as ervas espontâneas e o solo fica limpo é comum ter mais pragas e doenças.

É por isso que **na agroecologia as ervas não são chamadas de daninhas**. Elas não nascem para trazer danos e sim para mostrar para o agricultor que o solo está em desequilíbrio. Na agroecologia elas são chamadas de **ervas espontâneas**, isso por que nascem sem serem plantadas

pelo homem.

Nutrir bem o solo e garantir que ele tenha todos os nutrientes necessários é uma maneira de evitar doenças. Mais uma vez uma plantação funciona como o corpo humano. Uma pessoa que não tem uma boa alimentação fica doente mais vezes do que uma pessoa que se alimenta bem. Por exemplo, se uma pessoa comer só alimentos que não tem ferro ela pode ficar com anemia. O mesmo acontece com as plantas, quando falta algum nutriente ela fica doente mais fácil. Os insetos atacam mais, vem mais pulgão, mais fungo, mais bactéria, mais caruncho, mais bichoca e vários outros organismos que se alimentam das plantas. Mas mesmo com o solo bem nutrido a plantação ainda pode ser atacada por pragas e doenças. Quando o produtor se preocupa com sua saúde, com a qualidade do alimento que está produzindo e com o meio ambiente ele escolhe os defensivos naturais para curar seu cultivo.

Elisabete, agricultora e quilombola de Alto da Serra, ensina que para combater o pulgão das verduras é só fazer um preparado de pimenta com erva de santa maria. É só pegar um punhado de pimenta e de folhas da erva de santa maria, deixar de molho em água e depois borrifar nas verduras. E existem muitas outras receitas como essa para cuidar das pragas sem usar agrotóxicos, mas atenção! Depois de usar qualquer preparado para combater as pragas é preciso esperar pelo menos 2 dias para poder comer o alimento. Veja algumas receitas:

Para combater formigas:

- ◆ Deixe a laranja estragar até ficar esverdeada por causa do mofo. Depois coloque de molho em água e use essa água para jogar no formigueiro. Isso irá fazer o formigueiro se mudar de lugar.
- ◆ Plante gergelim ao redor e no meio da plantação. Ele também ajuda a repelir as formigas.



Planta de gergelim. Fonte: ermanatureza.blogspot.com

Para combater pulgão:

CALDA DE FUMO

- ◆ Corte 20cm de fumo de corda;
- ◆ Ferva em 1 litro de água por 30 minutos;
- ◆ Deixe esfriar e passe em um coador;

- ◆ Acrescente mais 1 litro de água e use dia sim dia não até eliminar o pulgão;
- ◆ Pulverizando semanalmente dificilmente você verá surgir novas pragas.

EXTRATO DE URTIGA

- ◆ Misture 500 gramas de urtiga em 10 litros de água e deixe curtir por dois dias;
- ◆ Coe em um pano fino e adicione 1 colher de sopa de sabão em pó;
- ◆ Misture e pulverize nas plantas.

* esse preparado também é indicado para fungos e cochonilha branca.



Cochonilha branca. Foto: E. Prado.

EXTRATO DE SAMAMBAIA

- ◆ Deixe 500 gramas de folhas da samambaia de molho em 1 litro de água por um dia;
- ◆ No dia seguinte, ferva a mistura durante 30 minutos;
- ◆ Dilua em mais 10 litros de água.

* esse preparado também é indicado para combater ácaros e cochonilhas.

Para combater cochonilhas:

CALDO DE FUMO COM SABÃO

- ◆ Pique uma barra de sabão pequena;
- ◆ Ferva em 1 litro de água até derreter;
- ◆ Misture 1 litro da calda de fumo e passe em um coador;
- ◆ Pulverize toda semana na plantas afetadas.

Para cuidar de plantas atacadas por vírus:

EXTRATO DE PRIMAVERA (BOUGANVILLEA)

- ◆ Bata no liquidificador 1 litro de folhas de primavera roxa ou rosa com 1 litro de água (use as folhas mais velhas);
- ◆ Coe com um pano fino e diluir em 20 litros de água;
- ◆ Acrescente uma colher de chá de sabão em pó;
- ◆ Misture bem e pulverize nas plantas doentes.



Planta de primavera. Fonte: panoramio.com

Para combater nematoídes (vermes microscópicos que dão doença nas raízes das plantas):

- ◆ Plante cravo de defunto ou crotalária no meio da horta.



Cravo de defunto. Fonte: jornalagricola.wordpress.com

Araponga: Nossa Camélia, eu estou encantado com esse jeito de fazer agricultura! Essas práticas de agroecologia mostram que os agricultores conseguiram perceber a natureza, ufa... eles conseguem explorar a natureza e fazer plantação sem destruir tudo!!! usam a própria natureza para

ter sucesso! Isso sim é sabedoria!!! Eu até lembrei dessa música linda olha só:

Cio da Terra

Compositores e intérpretes: Chico Buarque e Milton Nascimento

*Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão*

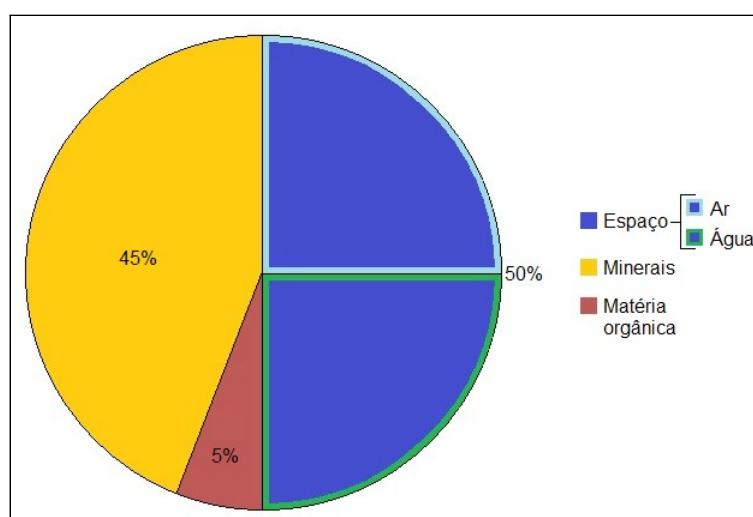
*Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel*

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propícia estação
E fecundar o chão*

Camélia: Nossa, eu não conhecia essa música, é linda mesmo... agora, Araponga, eu fiquei curiosa com uma coisa... a gente viu que na agroecologia é muito importante deixar o solo saudável e nutrido, mas o que será que substitui o adubo químico?

Mantendo e recuperando a fertilidade do solo

Atenção, um solo ideal para o plantio é formado por 45% de minerais, 5% de matéria orgânica e 50% de espaço, sendo metade desse espaço para a água e a outra metade para o ar. Veja o gráfico.



O gráfico mostra a composição de um solo ideal para o plantio.

Existem diferentes maneiras naturais de manter a fertilidade dos solos. Veja a seguir:

- ◆ deixar uma área que foi cultivada parada para descanso. A vegetação, que vai começar a nascer de novo, vai trazer de volta para o solo a matéria orgânica e os minerais. Essa técnica se chama **pousio** e alguns agricultores chegam a deixar a terra descansando por 10 anos. As folhas das plantas vão cair no chão e conforme forem apodrecendo vão gerar matéria orgânica nova para o solo. Quanto mais tempo a área ficar em pousio mais fértil ficará a terra. Com o passar do tempo, as árvores maiores irão crescer, a vegetação rasteira que veio antes já terá morrido e adubado a terra e ainda terão as folhas das árvores. Além disso, as árvores têm raízes mais profundas que conseguem capturar os nutrientes e minerais que foram lavados pela chuva e irrigação para camadas mais fundas do solo. O solo começa a se desenvolver de novo quando fica em descanso. Todo o sistema volta a funcionar, as plantas vão crescendo e adubando a terra, os organismos da terra voltam, deixando ela fofa e assim o solo volta a ter vida nova;
- ◆ Usar adubos naturais. Um tipo de adubo natural é o estrume de animais. O produtor pode colocá-lo nas áreas plantadas ou deixar os animais durante a noite na área do pousio. Essa é a técnica da **adubação animal**. As fezes dos animais são ricas em nitrogênio e adubam muito bem o solo. As cinzas e o composto orgânico também são bons adubos. O composto é formado pela decomposição de restos de frutas, restos de verduras e restos de legumes que são usados na alimentação e de restos de vegetais, que podem ser da própria plantação ou de podas. Para obter o composto basta juntar todo esse material em algum lugar que não seja muito úmido e que esteja forrado com uma camada de terra. Depois é só cobrir o material com palhada ou folhas secas e esperar tudo virar uma terra preta.
- ◆ plantar espécies que produzem grande quantidade de folhas e que tenham a capacidade de trazer nitrogênio para o solo. Essa técnica se chama **adubação verde** ou de **cobertura viva** e é feita no período entre as safras ou na área que está em pousio. Depois que as plantas crescem é preciso podá-las e deixar os restos na terra. A melhor época de podar é depois da floração, pois é quando a planta está com mais nitrogênio. As melhores espécies para a adubação verde são as leguminosas, como o feijão rim de porco, o feijão guandu e a crotalária.
- ◆ o produtor também pode deixar os restos das plantações e da capina na terra. Essa técnica é chamada de **cobertura morta**. Esses restos vão se decompor e voltar a ser matéria orgânica, deixando o solo bem nutrido. É como se costuma dizer: na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Tanto essa prática de deixar a terra coberta com os restos de plantação e os restos da capina, como a adubação verde estão entre as mais importantes para manter o solo fértil e protegido. Quando o solo está coberto ele sofre menos erosão. A erosão diminui porque as gotas da chuva não batem direto no solo. Quando as gotas caem direto no solo é mais fácil da água levar a terra embora. As coberturas vivas e as coberturas mortas são uma verdadeira barreira para a água. A água tem que escorrer pelas folhas e pelos restos de plantação até atingir o solo e por isso não causa erosão.



A foto mostra uma área de pousio cultivada com cobertura viva de feijão de porco. Ao mesmo tempo o solo também está coberto com palhada morta dos restos de plantação. Imagine, nesse lugar a água vai encontrar muitas barreiras antes de chegar no solo e não vai causar erosão. Fonte: culturasagricolas.files.wordpress.com

- ◆ outra maneira é deixar nas terras cultivadas uma parte com árvores grandes. As raízes das árvores são mais profundas e por isso absorvem os nutrientes e minerais do solo mais fundo. Esses nutrientes e minerais voltam para a superfície do solo quando as folhas das árvores caem e apodrecem.

Histórias do viajante

Na agricultura convencional a erosão é o que mais causa perda do solo. Imagine só, num solo descoberto como esse da foto o que a água não causa! Acaba levando o solo todo embora...



Exemplo de cultivo com o solo descoberto. Fonte: Fundação Banco do Brasil, 2009.

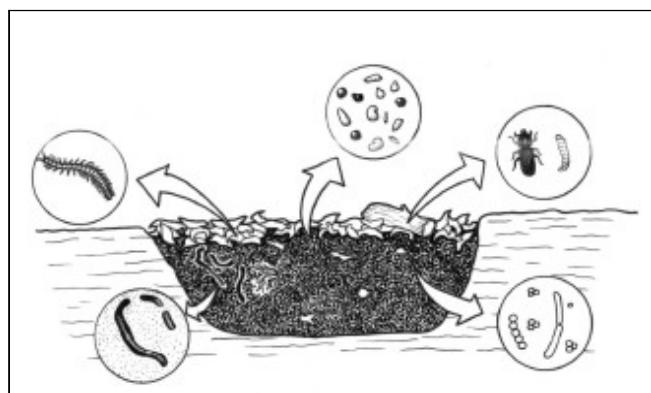
A criação de gado é outra atividade que, além de ocupar imensas áreas que poderiam servir para agricultura, causa muita erosão e destrói o solo. Isso acontece por que nos pastos não tem árvores para segurar o solo e barrar a água. Veja só o tamanho dessa erosão!



Área de pasto com uma enorme erosão. Foto: Ernesto de Souza.

É isso mesmo, alguns agricultores destroem justamente o recurso que é fundamental para a agricultura, o solo! Em algumas áreas de agricultura convencional a perda de solo é muito grande. Calcula-se que de 5 a 10 toneladas de solo são perdidas todo ano em cada hectare da plantação convencional. Em alguns lugares esse número pode aumentar para 30 toneladas! Isso é muito preocupante!! A natureza cria mais ou menos 1 tonelada de solo por ano e por hectare, ou seja, na agricultura convencional a perda do solo é de 5 a 10 vezes maior do que a formação! É uma atividade muito insustentável, ou seja, que destrói o que lhe é necessário.

Quando o solo está saudável ele é fofo, é aerado, é fácil de capinar e tem até um cheiro bom. Ele é habitado por minhocas, besouros e outros animais que vivem na terra. A camada mais rasa do solo fértil é escura, com muitos restos de plantas e muitas raízes.



Variedade de organismos que habitam o solo. Fonte: UFSC/Laboratório de Ecologia Vegetal s/a.

No Brasil não é bom arar e revirar o solo com muita frequência. Aqui a camada fértil do solo é bem rasa e fica nos primeiros 40 centímetros. Depois dessa profundidade a fertilidade do solo vai diminuindo. Por isso, quando o produtor revira o solo ele está trazendo para cima a terra que não é tão fértil. Esse é outro aspecto negativo que a agricultura convencional ignora. É comum que nas grandes plantações os produtores usem grandes máquinas para arar a terra, mas isso só piora a qualidade do solo. Isso acontece por que o modelo da Revolução Verde copiou as técnicas de outros países e trouxe para o Brasil sem se preocupar com as características naturais daqui. Muitas pesquisas já mostraram que nas terras brasileiras não se deve usar essas máquinas, justamente por que elas reviram o solo mais profundo que é infértil e trazem ele para cima.

Camélia: Demais Araponga! Adorei aprender sobre a agroecologia. Esse modo ecológico de fazer agricultura é muito melhor!!! Agora só ficou faltando entender por que a agroecologia promove o desenvolvimento da sociedade de maneira justa,

Araponga: Nossa é mesmo, eu já tinha me esquecido disso.... a agroecologia é mesmo super complexa. Não é só o modo como se planta, pensar e fazer uma agricultura sustentável também envolve as questões sociais e econômicas! Vamos estudar isso logo!!!

Agroecologia e o desenvolvimento justo da sociedade

Não é possível produzir alimentos para todos os brasileiros através da agroecologia, por isso é preciso continuar com a agricultura convencional. ATENÇÃO! Essa é uma frase que você pode ouvir, mas que não é verdade. Geralmente quem diz isso são os fazendeiros ricos, os políticos que estão ligados ao agronegócio, as grandes empresas produtoras de sementes, venenos e adubos químicos ou mesmo pessoas comuns que tem apenas a informação manipulada das grandes mídias. O que você precisa saber é que existem alguns interesses por trás disso.

- Primeiro, essas pessoas não querem que a agricultura convencional e o agronegócio acabem por que elas têm muito lucro com essas atividades.
- Segundo, substituindo a agricultura convencional pela agroecologia muito mais gente teria emprego no campo e isso é ruim para muita gente. Entenda, o desemprego das pessoas do campo faz elas irem para as cidades em busca de trabalho. Isso pode parecer sem sentido, mas é justamente o que atende as 'necessidades' dos mais ricos. Quando existem muitas pessoas procurando emprego os salários podem ser mais baixos, justamente por que se uma pessoa não quiser trabalhar por um salário pequeno vai ter mais um monte que quer.
- Terceiro, para que seja possível produzir alimentos para todos através da agroecologia é preciso fazer a Reforma Agrária. Ou seja, é preciso acabar com os latifúndios e dar terras para os pequenos produtores. E dividir as terras é o maior medo dos latifundiários.

Por isso quem faz agroecologia se preocupa com todas essas coisas.

1. Defende a Reforma Agrária, por que só assim será possível produzir alimentos saudáveis para toda a população.
2. Defende o fim da agricultura convencional por que ela destrói o meio ambiente e torna o trabalhador do campo escravo da cidade.
3. Defende a criação de trabalho digno e saudável para o trabalhador do campo

4. Entende que a agroecologia é uma luta entre os produtores ricos que só querem lucros e os pequenos produtores mais pobres que também querem lucro, mas que também pensam no fim da pobreza do homem do campo, pensam em produzir comida saudável e preservar o meio ambiente.
5. Defende que todas as pessoas tenham acesso aos alimentos saudáveis e não só os ricos.

As práticas de comércio justo

Fique atento quando você ouvir alguém dizendo que fazer agroecologia é bom por que assim o produtor poderá vender seus produtos mais caro. Isso é verdade e já acontece. Os produtos agroecológicos são classificados como produtos orgânicos já que não se usam adubo químico nem veneno nas plantações e por isso costumam ser mais caros. Mas pense bem, você acha que isso não vai contra os princípios da agroecologia, que luta contra os privilégios dos ricos e a favor do fim da pobreza no campo? Repare, se um produtor agroecológico vender seus produtos mais caro as pessoas pobres não poderão comprá-los. Assim a agroecologia serviria a mesa só dos mais ricos e a desigualdade continuaria. Será que as pessoas pobres não tem o direito de comer um alimento saudável? Será que eles devem continuar tendo que se alimentar de comida cheias de venenos?

Pensar sobre esse assunto não é simples. Também não é justo que os pequenos produtores rurais continuem tendo uma vida cheia de privações. Não é justo falar para um produtor pobre que ele não deve vender um produto agroecológico mais caro. Não é justo que sejam pobres as pessoas que alimentam todo o Brasil. E como então resolver essa situação? Vender ou não vender os produtos por preços mais altos? Existem algumas saídas para isso e o comprometimento do produtor com uma sociedade justa deve vencer esse dilema.

Uma das primeiras coisas a lutar é pelo financiamento da produção agroecológica. Os alimentos da agricultura convencional só custam tão barato por que os produtores recebem todo tipo de financiamento do governo para a produção. Eles conseguem crédito pra comprar máquinas, adubos, venenos e sementes. Assim, o produtor gasta menos dinheiro com as plantações e pode vender mais barato. Se o governo financiasse mais a agricultura ecológica os produtores também gastariam menos e poderiam abaixar o preço dos alimentos. Por isso, o produtor agroecológico que não se contenta em cobrar caro e alimentar apenas os ricos deve se inserir nos movimentos que lutam pela criação de políticas que incentivem a produção ecológica.

Outro aspecto do comércio justo é com relação à produção para venda no Brasil. Ao contrário dos latifúndios da agricultura convencional que produzem para exportação e para a alimentação de animais, o objetivo inicial da agroecologia é produzir para a venda dentro do país e para o consumo das pessoas. Os defensores da agroecologia também propõem o fortalecimento do comércio local e regional. Muitos alimentos são transportados por longas distâncias até chegarem no local onde serão vendidos. Como os custos do transporte são altos o preço dos produtos tem que aumentar para que a venda valha a pena. Na agroecologia a ideia é que os produtos sejam vendidos o mais próximo possível de onde são produzidos. Se você se lembrar que a maioria das pessoas que passam fome ou tem uma alimentação inadequada estão no meio rural, atendendo essa proposta do comércio local essa situação poderá diminuir.

Uma maneira de aumentar o valor dos produtos é fazendo algum tipo de processamento sobre eles. Ao invés de vender a mandioca, o produtor pode vender a farinha de mandioca que irá custar mais caro. O leite pode virar doce de leite. O milho pode virar curau, pamonha, fubá, broa. Para fazer esses novos produtos o agricultor terá que fazer algum tipo de investimento, por exemplo, comprar um pilão, uma moageira, construir um fogão a lenha ou até mesmo comprar um segundo fogão, mas mesmo assim, com o passar do tempo esse gasto será revertido em lucro. Uma saída interessante para isso são as cooperativas e associações de produtores rurais. Através dessas

organizações os produtores conseguem investir com mais facilidade. Todos os produtores de uma comunidade podem ajudar a comprar uma moageira para o milho que será de usada por todos. Pense, se a venda de broa aumentar o suficiente pode até ser preciso formar um novo grupo entre os produtores. Um micro empreendimento entre as pessoas que fazem a broa. Isso poderá até gerar novos empregos.

Exercícios

1. A plantação de seu amigo foi atacada por um vírus e você quer ajudar ele a se livrar dessa doença para que ele não perca a plantação. Você resolveu passar a seguinte receita para ele:

EXTRATO DE PRIMAVERA (BOUGANVILLEA)

Bata no liquidificador 1 litro de folhas de primavera roxa ou rosa com 1 litro de água (use as folhas mais velhas);

Coe com um pano fino e diluir em 20 litros de água;

Acrescente uma colher de chá de sabão em pó;

Misture bem e pulverize nas plantas doentes.

Imagine que essa receita é suficiente para pulverizar uma área de meio hectare, mas a plantação do seu amigo é de 5 hectares. Calcule a quantidade de cada ingrediente para pulverizar toda a plantação.

2. Com a ajuda do professor monte um experimento para demonstrar que um solo descoberto sofre mais erosão do que um solo coberto.
 - a) Deixe o experimento exposto na escola e chame outros alunos, os professores, as cozinheiras e quem mais quiser para ver o experimento.
 - b) Explique a essas pessoas por que é melhor ter um solo coberto na agricultura.
3. Investigue entre os produtores agrícolas de sua região as técnicas sustentáveis que eles usam na agricultura.
 - Escreva em seu caderno todas as técnicas sustentáveis usadas.
 - Pergunte ao produtor por que ele usa cada técnica e tente detectar se ele faz essa escolha para preservar o meio ambiente.
 - Depois, em classe, a turma deve decidir se a produção da região é mais próxima da agroecologia ou da agricultura convencional.
 - É interessante que os alunos contem o resultado encontrado para todos os produtores que tiverem sido entrevistados.
4. Agora é a hora de investigar se as pessoas sabem que existe a agroecologia e o que elas conhecem disso.
 - Tente conversas com as mesmas pessoas que você fez a entrevista sobre a agricultura convencional.

- Pergunte se ela já ouviu falar em agroecologia ou em agricultura ecológica.
- Se ela nunca tiver ouvido diga que em breve os alunos irão fazer uma apresentação na escola sobre esse assunto e que ela irá descobrir um novo jeito de fazer agricultura.
- Se ela já tiver ouvido falar, pergunte o que ela sabe sobre esse assunto. Anote tudo em seu caderno.
- Tente descobrir se a pessoa sabe os benefícios da agricultura ecológica para o equilíbrio da natureza. Anote tudo.
- De novo, em sala de aula, com a ajuda da professora, verifique o que as pessoas disseram e observe o que ficou faltando no conhecimento delas.
- Agora a missão é levar a todas as pessoas que foram entrevistas todas as informações que vocês tem sobre a agricultura convencional e seus impactos.
- A classe pode montar um cartaz ou alguns panfletos que falem tudo sobre o assunto deixando ele bem explicado.
- Depois disso os alunos podem convidar os entrevistados para observar o material que foi criado. E para que os entrevistados entendam de verdade o assunto os estudantes podem explicar para eles tudo o que sabem. Não se esqueça, sua missão é deixar essas pessoas muito bem informadas sobre tudo o que existe de ruim na agricultura convencional.
- Você pode até tentar explicar para algumas pessoas que a agricultura convencional está ligada com a desigualdade de terras no Brasil e ajudar ela a perceber que essa atividade não gera impactos só para o meio ambiente, mas também para as comunidades do campo e para os agricultores pobres.

Espaço do professor

Capítulo 1. O que é e o que não é agroecologia. As práticas insustentáveis da agricultura convencional

Veja algumas notícias relacionadas às práticas da Revolução Verde.

Notícia publicada no site www.epochtimes.com.br em 05 de abril de 2013.

Impactos dos transgênicos na saúde constatados em animais e humanos

Europa, Japão, Austrália e Coreia do Sul recusam sementes transgênicas e animais alimentados com transgênicos



Plantas de soja transgênicas em um campo perto da cidade de Santa Fé, a cerca de 500 km a noroeste de Buenos Aires, Argentina, em 10 de abril de 2012 (Juan Mabromata / AFP / Getty Images).

Alimentos transgênicos têm gerado efeitos preocupantes na saúde de animais e humanos, que têm se tornado cada vez mais evidentes.

Ricardo Souza, diretor-executivo da Abrange (Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não-Geneticamente Modificados), disse que Europa e países como Japão, Austrália e Coreia do Sul recusaram alimentos geneticamente modificados. “[Estes países] não querem ver transgênicos na mesa deles de jeito nenhum, nem que os animais que comeram transgênicos cheguem às suas mesas”, disse o diretor-executivo recentemente à Agência Brasil. Essas decisões têm fundamentos bastante sérios.

Em setembro de 2012, o CRIIGEN (Committee for Research and Independent Information on Genetic Engineering), uma equipe de cientistas dirigida pelo professor Gilles-

Eric Seralini, da Universidade de Caen, na França, divulgou os resultados de uma pesquisa sobre a alimentação transgênica em ratos. Durante dois anos os ratos foram alimentados com milho transgênico NK 603, junto ou não com o herbicida glifosato, ambos da Monsanto (a maior indústria de OGMs e transgênicos do mundo). Muitos ratos desenvolveram tumores renais e enormes tumores mamários, e a taxa de mortalidade foi mais elevada que a normal (veja o documentário “OGM: o momento da verdade”).

O governo italiano também investigou o uso alimentar do milho geneticamente modificado da Monsanto em ratos e os resultados mostraram diversas reações anormais em seu sistema imunológico, compatíveis com estados alérgicos, infecciosos e inflamatórios, que aparecem em doenças como artrite, esclerose múltipla e câncer.

Num estudo com outro tipo de milho geneticamente modificado da Monsanto, surgiram alterações imunológicas nos ratos que são encontradas em doenças como asma, intoxicações hepáticas e renais. Os cientistas concluíram que os OGMs e transgênicos testados provocam alterações perigosas em animais, são um risco para a saúde humana e precisam de estudos e pesquisas muito mais sérias e profundas.

Depois das pesquisas da equipe francesa liderada por Seralini, por exemplo, sabe-se que o consumo de um dos tipos de milho geneticamente modificados pela Monsanto aumenta em três vezes o risco de câncer.

Em várias partes do mundo animais vêm apresentando problemas depois do início da alimentação com grãos geneticamente modificados.

Jeffrey Smith, diretor do ‘Institute for Responsible Technology’, perito em OGMs e transgênicos, viajou pelo mundo pesquisando animais alimentados com OGMs e transgênicos.

“Quando permitem que o gado se alimente de plantas de algodão-Bt (algodão transgênico), depois da colheita, milhares de ovelhas, cabras e búfalos morrem. Muitos outros adoecem. Visitei uma aldeia onde durante sete ou oito anos permitiram aos búfalos pastar plantas de algodão natural sem nenhum problema. Porém, em 3 de janeiro de 2008, permitiram aos seus 13 búfalos pastar algodão-Bt pela primeira vez. Depois de um único dia, todos morreram. Essa aldeia perdeu igualmente 26 cabras e ovelhas”, disse Jeffrey num comunicado do Instituto.

Nos EUA, criadores de porcos e vacas também têm enfrentado problemas depois da introdução da ração transgênica: muitos porcos machos têm se tornado estéreis e vários problemas de fecundação vêm ocorrendo com porcas e vacas, tais como pseudo-gravidezes, incapacidade de formar fetos e outros problemas desenvolvidos.

Jerry Rosman, ex-criador de porcos nos EUA, é um dos prejudicados: perdeu US\$ 1 milhão, sua fazenda e praticamente tudo o que tinha, devido a esses graves problemas reprodutivos. Numa entrevista dada a Jeffrey Smith, no documentário “Monsanto: patente do gene do porco”, Jerry diz: “Sabe-se que eles [indústrias de transgênicos] nos mentiram. Disseram que esses produtos eram seguros. Foram oferecidos a nós e por fim descobri que não haviam sido testados.”

Mas Jerry persistiu e vem fazendo estudos com gado: “Há quatro anos esses animais eram estéreis. Retiramos o milho [geneticamente modificado], fizemos com que comessem grama verde e eles se reproduziram.”

Problemas na saúde humana

A revista científica ‘Reproductive Toxicology’ publicou um estudo feito por médicos canadenses no Sherbrooke University Hospital, o qual revelou a presença da toxina Bt do milho transgênico no sangue de mulheres grávidas e de seus fetos, e também em mulheres não grávidas. Nesse estudo, a toxina Bt foi encontrada em 93% das mulheres grávidas, em 80% dos bebês e em 67% de mulheres não-grávidas.

Isso significa que a toxina Bt introduzida por manipulação genética nos grãos de milho passa sem nenhuma dificuldade para o sangue humano, o que contraria as repetidas afirmações das indústrias e dos cientistas que produzem transgênicos – e até mesmo da Agência de Proteção Ambiental dos EUA – que garantiam que a toxina seria destruída em nosso estômago, durante o processo digestivo, e não haveria nenhum risco para a saúde humana.

A toxina Bt deriva de uma bactéria encontrada no solo chamada *Bacillus thuringiensis*. O pedaço do gene da bactéria que produz essa toxina (que rompe o estômago de certos insetos) é introduzido artificialmente no gene do milho, que, depois disso, transforma-se no transgênico “milho-Bt”.

Ao contrário de serem inofensivas, as plantas transgênicas-Bt têm se mostrado bastante tóxicas. Milhares de trabalhadores rurais têm manifestado sérios problemas alérgicos, necessitando do uso contínuo de remédios, apenas por trabalharem com algodão transgênico que produz a toxina Bt: erupções cutâneas por todo o corpo, alergias respiratórias, coceiras constantes etc.

Notícia publicada no site do jornal Brasil de Fato em 22/05/2013 pela Campanha Contra os Agrotóxicos

A história do envenenamento de crianças pelo agrotóxico da Syngenta em Goiás

No dia 17, foi descoberto que sete casos necessitariam de acompanhamento médico especializado, por terem sido diagnosticados problemas nos rins e fígados das crianças.



Foto: Sindicato dos Químicos Unificados.

O monomotor sobrevoou, às 9h20, do dia 03 de maio de 2013, a escola pública “São José do Pontal”, localizada no Projeto de Assentamento “Pontal dos Buritis”, que abriga 150 famílias, às margens da Rodovia GO-174, no município de Rio Verde (GO), situada a 130 km da área urbana.

Num período de 20 minutos, o piloto sobrevoou por cinco vezes a escola, em especial a quadra de concreto, molhando com o pesticida “Engeo Pleno”, da empresa Syngenta, 60 crianças que ali se encontravam.

Os alunos, com idade entre 4 a 16 anos, que naquele momento lanchavam a céu aberto, engoliram o composto denominado piretroide (classe toxicidade 3 e 4), sem conhecimento perigo no primeiro instante.

Em seguida, todos já afetados pelo veneno sentiram, no primeiro momento, coceira na pele, falta de ar, tonturas e problemas na visão. Logo após, várias crianças desmaiaram, enquanto outras tentaram se livrar do pesticida, se lavando com água e sabão. Os professores pediram ajuda por telefone.

A maioria das vitimas foi levada para a cidade mais próxima, Montevideo, localizada a 30 km. Desses, 28 ficaram internadas no hospital municipal, vomitando, com a boca seca e sentindo tonturas permanentes.

Alguns alunos foram socorridos pelos próprios pais, que os transferiram para a Unidade do Pronto Atendimento - UPA, na cidade de Rio Verde, tendo recebido alta no dia 5 de maio de 2013.

No dia 17 deste mês, as crianças retornaram ao UPA Rio Verde e, no dia seguinte, foi descoberto que sete casos necessitariam de acompanhamento médico especializado, por terem sido diagnosticados problemas nos rins e nos fígados.

As denúncias foram registradas junto a Agência Goiana de Defesa Agropecuária - AGRODEFESA, no IBAMA e na Polícia Civil, cujas instituições estão investigando o caso, que não se trata de fato isolado, conforme informa o Delegado Danilo Carvalho, responsável pelo 8º Distrito Policial, e considera o acidente como crime federal. O piloto e a empresa responsável pela aeronave (Aviação Agrícola Agrotex LTDA) foram multados.

O engenheiro agrônomo da Cooperativa Comigo, responsável pelo receituário, não se manifestou sobre o fato.

Uma equipe multidisciplinar, formada por toxicólogos, médicos, sanitaristas, psicólogos, biólogos, dentre outros, irá acompanhar as vítimas e suas eventuais sequelas.

Os agrotóxicos

O Engeo Pleno é um inseticida da Syngenta e é constituído por uma mistura de lambda cialortrina e tiometoxan. O último é um neonicotinóide que está sendo proibido na Europa devido à associação com o colapso das colmeias.

O tiometoxam está na lista de agrotóxicos (junto com imidacloprido, Clotianidina e Fipronil) em reavaliação ambiental pelo IBAMA, para fins de revisão do registro, como publicado num comunicado no DOU de 19 de julho de 2012, por serem altamente tóxicos para abelhas. No mesmo comunicado que indicou a reavaliação, havia a indicação de suspensão imediata de pulverização aérea.

No entanto, posteriormente foi publicado no DOU de 03 de outubro de 2013 o cancelamento da suspensão da pulverização aérea anunciada em julho. No DOU de 04 de janeiro deste ano o MAPA publica Instrução Normativa onde permite, até o fim da reavaliação ambiental desses quatro venenos, a pulverização desses agrotóxicos para as culturas de algodão, soja, cana-de-açúcar, arroz e trigo, proibindo-a somente no período de floração.

Pelo que tudo indica, o tiometoxam, do ponto de vista ambiental, já poderia ter sido proibido e, pelo menos pelo princípio da precaução, não deveria mais ser utilizado por pulverização aérea, podendo até ter evitado o acidente relatado. Além do que sua pulverização aérea não ser permitida para lavouras de milho, muito menos é recomendada

para “controle de pulgão”.

Do ponto de vista da saúde a lambda-cialotrina está associada a distúrbios neuromotores, como mostrado em estudo com ratos (Dossiê Abrasco parte 1). Já o tiametoxam pode causar ansiedade e alterar os níveis da acetilcolinesterase (Behavioral and biochemical effects of neonicotinoid thiamethoxam on the cholinergic system in rats. Rodrigues et al, 2010). O tiametoxam também mostrou efeitos hepatotóxicos e tumores de fígado em camundongos, mas não em ratos. Segundo os autores do estudo o modo de ação não é relevante para seres humanos (Case Study: Weight of Evidence Evaluation of the Human Health Relevance of Thiamethoxam-Related Mouse Liver Tumors. Pastoor et al, 2005).

Notícia publicada no site do jornal Brasil de Fato em 17/12/2012, por Aline Scarso

Pobreza, produto do agronegócio

Segundo pesquisa, regiões da Alta Mogiana e Pontal do Paranapanema registraram aumento da industrialização do campo e crescimento da pobreza

Uma pesquisa de mestrado da Universidade Estadual Paulista (Unesp) mostrou que existe uma relação entre a expansão de atividades do agronegócio e o crescimento da pobreza em áreas específicas do estado de São Paulo. Segundo o estudo, regiões reconhecidas pela força agroindustrial estão passando por um processo de concentração de renda, de terras e de pobreza. O levantamento sinaliza ainda que o agronegócio aproveita a vulnerabilidade das regiões para se instalar e criar raízes. Intitulado São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre campões e ruralistas de 1988 a 2009, o estudo é do pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), Tiago Cubas. Ele trabalha com dados como o Índice de Pobreza Relativa, Índice de Gini e de Concentração de Riqueza para revelar uma situação de contradição.

Hoje a população rural do estado é de 1,7 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1980 era de 2,9 milhões. De acordo com a pesquisa, a região do entorno da cidade de Ribeirão Preto, a chamada Califórnia Brasileira, é uma das que mais aumentaram o abismo econômico entre a população durante os anos de 1988 a 2009. Situação semelhante também ocorreu no entorno das cidades de Araraquara e Campinas e nas regiões do Pontal do Parapanema – principalmente no entorno dos municípios de Presidente Prudente e Araçatuba, e do Vale do Ribeira, entorno do litoral sul paulista e de Itapetininga (veja mapa abaixo). Dos 645 municípios paulistas cadastrados para mapeamento, apenas 228 municípios conseguiram amenizar a intensidade da pobreza no período pesquisado. No restante, a miséria aumentou.

O autor mostra que as regiões onde isso ocorreu são espaços do desenvolvimento do agronegócio, especialmente da monocultura da cana-de-açúcar. É o caso da Região da Alta Mogiana (Ribeirão Preto, Araraquara e Campinas), onde a cana é preponderante. A área do Pontal do Parapanema, tradicionalmente reduto da pecuária no estado paulista, também sofreu com a expansão da monocultura. “Isso pode significar que o agronegócio escolhe as áreas mais vulneráveis para se instalar e, assim por diante, acirrar as desigualdades sociais e degradar o meio ambiente”, explica o pesquisador.

Além de terem se tornado mais desiguais socialmente, essas regiões são as que mais registram conflitos e assassinatos contra trabalhadores rurais e campões. “Quando acoplamos as análises, a representação da expansão da cultura da cana-de-açúcar no período mais recente com os outros elementos é possível ver uma relação com maior incidência de violência”, explica Cubas ao Brasil de Fato.

São Paulo Agrário*



Legenda		Escala Gráfica
Ocupações	Dinâmica e intensidade da territorialização do agronegócio da cana-de-açúcar	0 40 80 120 km
Assentamentos	Áreas com maior índice de concentração de renda, fundiária e pobreza	
Número de famílias** por município	Área da produção da cultura do feijão, com leve crescimento na produção em toneladas	
33.527 18.092 8.316 2.158 1	Território da cultura do arroz. Cultura que sofreu o processo de desterritorialização	
**Calcula-se 4 pessoas por família	Áreas de destaque e expansão da produção de monocultura da cana-de-açúcar	
Pontal do Paranapanema	Cinturão da laranja. Destaque no processo de desterritorialização dessa cultura	
	Territorialização do rebanho de gado bovino (corte e leiteiro)	
	Conflitos, assassinatos e violência contra trabalhadores rurais e camponeses	
		DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra
		NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária www.fct.unesp.br/nera
		Cartografia: Tiago Egídio Avanço Cubas
		Software de Cartomática: Philcarto
		Base Cartográfica: Philippe Waniez
		Apoio: CNPQ Presidente Prudente, Setembro de 2012

*Mapa que comprehende as dinâmicas da luta pela terra e a territorialização do capitalismo agrário no estado de São Paulo com destaque no Pontal do Paranapanema desde 1988 até 2009.

Incentivo dos governos

A cultura da cana-de-açúcar é exercida em grandes extensões de terra e associada ao trabalho precarizado, à expulsão de pequenos proprietários rurais e ao conflito com acampados e assentados da reforma agrária.

De acordo com Cubas, a expansão da cana iniciada pela ditadura civil-militar na década de 1970 – na época, como alternativa diante do crescimento do preço do petróleo – ganhou forte impulso de continuidade no estado de São Paulo graças à presença do PSDB no

comando do governo estadual e a entrada do PT na esfera federal. Os ex-ministros do governo Lula, João Roberto Rodrigues (Agricultura) e Antonio Palocci Filho (Fazenda) teriam sido, segundo ele, grandes articuladores do governo com o setor canavieiro.

O crescimento expressivo do setor no estado ficou registrado no número de toneladas produzidas e na exigência de terra, cada vez maior, para plantio. Apenas no estado paulista, a produção em toneladas da monocultura passou de 138 em 1990 para 239 em 2004 e 426 em 2010. A produção em milhões de hectares para os mesmos anos foi de 1,8; 2,9 e 4,9, respectivamente. Um crescimento bem superior a 100% nos dois casos. O destaque ficou por conta da região de Ribeirão Preto que, em 2010, concentrou as três maiores produções: Morro Agudo (com a produção de 7,9 milhões de toneladas). Barretos e Guaíra - cada qual produzindo 5,8 milhões de toneladas.

Pobreza

“A monocultura da cana-de-açúcar é a que transmite os valores atuais do capitalismo agrário paulista através da expansão indiscriminada de todo o seu aparato”, afirma Cubas, ressaltando que essa pressão tem obrigado assentados a arrendarem seus lotes para o plantio da cana e alugaram sua força de trabalho para o corte nas fazendas.

A assentada da Comuna da Terra Mario Lago, localizada no município de Ribeirão Preto, e integrante da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Kelli Mafort, diz que é possível acompanhar o desenvolvimento da pobreza gerada pela cultura da cana-de-açúcar na região. Segundo ela, muitos acampados e trabalhadores rurais trabalham no corte por falta de outra oportunidade de emprego. “Não só eles, mas muitas famílias assentadas também trazem uma amarga relação com a cana pois carregam até hoje graves problemas de saúde devido ao trabalho exaustivo na atividade”.

Já o acampamento Alexandra Kollontai, localizado no município de Serrana, conta com trabalhadores do corte de cana que se queixam dos poucos postos de trabalho, cada vez mais raros em razão do incentivo à mecanização. Segundo Mafort, o acampamento tem famílias há quase cinco anos acampadas e a paralisia da política de criação de novos assentamentos também contribui para o aumento da pobreza.

Nas mãos de poucos

A pesquisa São Paulo Agrário mostrou ainda que o agronegócio no interior do estado está afetando a concentração de renda e de terra entre a população. Tiago Cubas aponta que a renda apropriada pelos 10% mais ricos vem aumentando nas regiões do Pontal do Paranapanema e da Alta Mogiana, nas quais há o crescimento intenso do agronegócio sucroalcooleiro. “Em 1991 eram 23% dos municípios do estado que tinham a apropriação de 40 a 44% da renda do município para os 10% mais ricos. Esse número chega em 2010, com a mesma amplitude de concentração, em quase 30% dos municípios”, destaca.

E não é somente a renda, a concentração fundiária também cresceu. De acordo com dados do Censo Agropecuário do IBGE, em 1995, as propriedades acima de 200 hectares contabilizavam 61% (10.659.891 hectares) do total, enquanto as propriedades igual ou abaixo de 200 hectares chegavam a 39% (6.709.313 hectares). Já em 2006, as propriedades acima de 200 hectares já eram 71% (14.332.546 hectares) do total, ao passo que as propriedades igual ou abaixo de 200 hectares eram 29% (5.840.727 hectares).

Uma das áreas mais desiguais do estado de São Paulo em relação à concentração de renda e terra é o Pontal do Paranapanema. O drama é grande entre as famílias acampadas na região, em torno de 2 mil que esperam ansiosamente por serem assentadas. De acordo com o assentado e integrante da Direção Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Delwek Mateus, apesar de farta oferta de terras devolutas, não há sinalização do avanço da reforma agrária. “No Pontal há grande quantidade de terras públicas de responsabilidade do governo do estado, mas griladas por latifundiários. E o governo estadual, ao invés de transformar essas áreas em assentamentos da reforma agrária, quer regularizar as grilagens”, explica Mateus, em referência ao projeto de lei 687/2011 apresentado pelo

governador Geraldo Alckmin (PSDB), que legaliza terras griladas no Pontal.

O setor canavieiro no Pontal cresce em extensão e na implantação de usinas para a produção de etanol e açúcar. A falta de oferta de outro tipo de emprego na zona rural também obriga acampados e assentados a viverem da atividade. Segundo Mateus, o agronegócio traz pobreza principalmente para as cidades pequenas que dependem do trabalho no campo. “Cada vez que aumenta a mecanização no campo, há a perda de postos de trabalho. Com diminuição dos postos de trabalho, consequentemente há aumento da oferta de mão de obra, o que acarreta na diminuição dos salários e exige uma maior produtividade para que o trabalhador tenha um preço digno. Todo esse conjunto de fatores leva a um processo de empobrecimento da população”, argumenta o assentado.

Para Mateus e Cubas, a reforma agrária é uma saída para acabar com a pobreza no campo brasileiro. Mas a julgar pelos investimentos, os governos ainda não enxergam a situação dessa forma. Um exemplo disso é a destinação de recursos diferenciados para a agricultura familiar e para o agronegócio. Enquanto o Plano Safra do Agricultor Familiar de 2011/12 recebeu um investimento total de R\$ 16,2 bilhões, o Plano Agrícola da Agricultura e da Pecuária de 2011/12 conquistou R\$ 107,21 bilhões, 7,2% a mais em relação ao valor dos recursos do plano passado.

A postura “natural” de criminalizar

Durante os últimos três anos, Tiago Cubas também analisou a cobertura impressa sobre as ocupações, assentamentos e outras manifestações de luta pela reforma agrária no estado de São Paulo. Foram estudados mais de 30 mil recortes dos periódicos O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, de repercussão nacional, e O Imparcial e Oeste Notícia, com abrangência na região de Presidente Prudente. Uma das conclusões do pesquisador é que a mídia corporativa totaliza a visão das relações capitalistas no campo, estereotípica e não aceita sujeitos e modos de produção alternativos.

O quadro que encontrou é desolador do ponto de vista do acesso à informação sobre as causas dos movimentos sociais. Cubas mostra que notícias e artigos promovem interpretações binárias, nas quais ruralistas são comumente tratados como vítimas e camponeses como assaltantes. Enquanto a luta pela terra é identificada como ação contra a ordem estabelecida, o agronegócio é mostrado pela ótica do progresso, modernização e tecnologia. Não há nuances nem explicações mais profundas capazes de explicar a existência de dois projetos distintos para o desenvolvimento do campo.

Para Cubas, a formação de uma opinião pública desfavorável aos sem-terra contribui para diminuir o estímulo à elaboração e à implantação de planos e programas de reforma agrária no estado. Nada diferente do esperado de uma imprensa que tem fortes ligações políticas e econômicas com o setor industrial do campo. O jornal Oeste Notícias, por exemplo, pertence à coordenação por Paulo Lima, proprietário da TV Fronteira filiada à Rede Globo e filho de Agripino Lima, ex-prefeito de Presidente Prudente e latifundiário ligado à UDR (União Democrática Ruralista). Já O Imparcial tem como proprietários Mário Peretti, Adelmo Vaballi e Deodato Silva que, segundo Cubas, fazem parte da elite histórica de Presidente Prudente. “Em nossas análises, esses dois jornais regionais mostram uma íntima ligação entre os seus proprietários e o conteúdo das notícias que revelaram uma memória histórica dos dominadores”, afirma o pesquisador. Já O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo são historicamente reconhecidos pela defesa dos interesses do setor ruralista.

O orientador de Cubas no mestrado, Cliff Welch, acentua que os jornais da grande imprensa contribuem para o processo de aperfeiçoamento do capitalismo industrial no controle sobre a terra. “A partir do final do século 19, podemos documentar o curso paralelo do jornal O Estado de S. Paulo, o então Província de S. Paulo, com a cobertura de Euclides da Cunha das múltiplas campanhas de repressão do arraial de Canudos. Hoje em dia, quando o Estadão apoia a repressão e a criminalização dos sem terra, está tomando uma postura ‘natural’ da perspectiva da burguesia, para qual a predominância do reino da lei é crucial para manter a ordem dos forasteiros e o progresso (da burguesia)”, ressalta Welch, que é integrante

da pós-graduação da Cátedra da Unesco para Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial.

Capítulo 2. As práticas sustentáveis da agroecologia

Para além das questões ambientais a agroecologia envolve aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável da sociedade, buscando dar um caráter mais justo às relações do trabalho no campo, à propriedade das terras brasileiras, às relações de comércio dos produtos, ao desenvolvimento econômico dos pequenos produtores e com relação soberania alimentar e à qualidade dos alimentos oferecidos aos consumidores.

O primeiro fator que a agroecologia traz à tona é a necessidade urgente da divisão de terras. De fato, com a concentração de terras tal como se encontra nos dias de hoje, produzir de maneira agroecológica não daria conta de alimentar a todos. Diante de todos os benefícios da agroecologia a pressão pela Reforma Agrária ganha novos argumentos praticamente incontestáveis. Fazer a Reforma Agrária não significa apenas dividir as terras dos ricos com os pobres, significa também investir na melhoria da saúde das pessoas, investir na proteção e recuperação do meio ambiente, investir na geração de empregos, investir na diminuição da violência. Por isso, se a Reforma Agrária estiver atrelada à políticas de produção sustentável ela ultrapassa um caráter de divisão dos bens entre ricos e pobres para atingir um caráter de respeito e cuidado com a nação como um todo. A título de exemplo, o poder público pode dar prioridade aos processos de demarcação de assentamentos em áreas onde a produção é sustentável. Esse é o caso da luta pela terra dos agricultores do Brejal no município de Petrópolis-RJ. De acordo com relatos dos produtores dessa região o INCRA priorizou o processo de criação de um assentamento na área por que se trata de uma rede de produtores orgânicos. Esse é um precedente muito importante para a luta dos movimentos sociais de acesso à terra. Mesmo que isso ainda ocorra de maneira muito tímida e pontual que esteja fortemente atrelada à incansável pressão e mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra, essa postura dá indícios de que o poder público entende a importância da produção limpa, embora não se esforce de maneira clara e satisfatória para que ela assuma o cenário nacional.

Ao defender a agroecologia como modelo de produção nacional defende-se também o resgate da dignidade do trabalhador do campo. Como se sabe a agroecologia emprega muito mais pessoas do que o agronegócio e além disso, o trabalhador atua num ambiente equilibrado e harmônico e não se submete à situações que colocam em risco sua própria saúde, como o trabalho com agrotóxicos. Se pensássemos apenas no aumento da possibilidade de emprego no campo já poderíamos falar em resgate da dignidade do trabalhador. Ampliando ainda mais o olhar esse aspecto fica ainda mais positivo e ultrapassa os limites do campo. Um dos grandes problemas do campo é a saída dos jovens para busca de emprego nas cidades. Isso leva ao esvaziamento do meio rural, abrindo mais portas para o aumento dos latifúndios; estimula a dissolução da cultura rural e a perda dos saberes tradicionais; incha ainda mais as cidades, o que aumenta os processos de favelização, desemprego e marginalidade, além de inserir cada vez mais pessoas na lógica do trabalho assalariado e na lógica insustentável do acúmulo e do consumo tão visíveis nos centros urbanos. Olhando para todos esses aspectos vemos que abrir o campo para a agroecologia, mantendo e trazendo de volta o camponês à terra os benefícios alcançam em muito a sociedade num todo, seja no meio rural ou no urbano.

Com relação ao comércio justo é necessário ter em mente uma coisa. Não são os alimentos agroecológicos ou orgânicos que são caros e sim os convencionais que são baratos demais por conta dos vários subsídios públicos para sua produção. Se existisse tanto subsídio para a produção

sustentável como há para a convencional seria possível ao produtor reduzir o preço dos produtos naturais, aumentando sua clientela e assim seu lucro não diminuiria. Além disso, todos teriam acesso a um alimento saudável, não sendo esse um privilégio apenas das classes com maior poder de compra.

Ao lutar pela soberania alimentar os militantes da agroecologia lutam, em escala política, contra a lógica de produção que visa principalmente a exportação. A soberania alimentar preza pela produção local para a alimentação dos povos localmente. Esse pensamento decorre dos fatores logísticos e econômicos envolvidos na venda da produção a grandes distâncias, do fato de que a maioria das pessoas que passam fome ou sofrem de insegurança alimentar estão no campo, ou seja, lado a lado com as grandes plantações e do fato de que o comércio praticado nas localidades da produção aumentam o vínculo entre produtor e consumidor, gerando laços de confiança e potencializando a conscientização do consumidor sobre os processos da agricultura limpa. Para que a soberania alimentar aconteça é preciso que o poder público crie políticas que estimulem a produção sustentável e a distribuição e o consumo de alimentos visando atender o direito à alimentação de toda a população e respeitando as múltiplas características culturais tanto de produção quanto dos hábitos alimentares do povo. Essa é mais bandeira levantada pela agroecologia e que visa uma sociedade mais justa e igual.

Como se pode perceber a agroecologia vai além de uma maneira de produzir alimentos. Ela é também uma ciência, ganhando cada vez mais espaço dentro das universidades e instituições de pesquisa. É uma ciência multidisciplinar, ao passo que envolve características tecnológicas, ambientais, sociais, culturais e econômicas, que foge à lógica da fragmentação do saber. E ainda assume um lugar na militância em busca de uma sociedade mais justa.

Além disso, esse capítulo contem temas que permitem abordar a educação ambiental de acordo com as características locais, já que se trata de uma escola e uma comunidade inseridas no contexto rural. Falar em educação ambiental vai muito além de falar da prática da reciclagem, do plantio de árvores ou da economia de água e eletricidade pelas pessoas. É preciso que tenhamos uma visão muito mais ampla sobre a sociedade e o modelo de vida hegemônico. Pensar na produção agrícola, no caso do Brasil, bem como nas atividades industriais é o que mais pode agregar uma consciência realmente crítica com relação à educação ambiental. Colocar cada ator social em seu devido lugar com relação à contribuição para a degradação e preservação ambiental é fundamental.

Considerando que as atividades agrícolas se desenvolvem numa extensa porção do território nacional e quem em suma se utiliza de práticas pouco sustentáveis, temos um tema de grande relevância para tratar o meio ambiente. Lembrando que ao falar de meio ambiente estamos falando também dos homens, sua saúde e as relações socioeconômicas que se estabelece entre as classes sociais. É importante munir as pessoas do meio rural de argumentos sobre sua atividade produtiva, tanto para embates políticos em busca de benefícios para a comunidade, quanto para o trato com os compradores de seus produtos. Os locais onde a produção agrícola caminha no sentido das práticas sustentáveis devem ser vistos como locais com grande potencial para formação de multiplicadores ambientais, ou seja, pessoas que entendem os processos ecológicos e que difundem esse conhecimento entre suas redes sociais, nesse caso os consumidores dos produtos agrícolas.

Assuntos como o controle biológico de pragas permite abordar temas do currículo escolar como a cadeia alimentar, a relação entre animais e vegetais e o desmatamento, dando ênfase às práticas da agricultura convencional e criação de animais de corte que são as atividades que mais geram desmatamento e que causam desequilíbrio dos ecossistemas e levando ao aumento de pragas nas plantações. Comparando a adubação química com as adubações naturais é possível trabalhar os recursos naturais renováveis e os não renováveis.

A horta escolar é um ambiente muito favorável para trabalhar os temas desse capítulo bem como para tratar outros assuntos do conteúdo curricular, por exemplo, os alunos podem ser

estimulados a descobrir através do desenho da horta e dos nos alimentos plantados nela algumas formas geométricas.

Os vídeos da série Curta Agro Ecologia criados pela Articulação Nacional de Agroecologia podem ser usados em aula para diversificar o modo de exposição dos conteúdos, deixando as aulas mais descontraídas, além de mostrar aos alunos que quem faz agroecologia é antes de tudo o produtor rural.

Com relação ao experimento sobre erosão do solo é possível adaptar uma montagem como a da foto a seguir. Não é necessário ter a ligação com as torneiras, basta que os alunos derramem a mesma quantidade de água em cada tipo de solo e observem o resultado. Esse experimento, além de conseguir demonstrar o impacto das chuvas sobre uma área de plantação que é constantemente limpa e capinada, abre a possibilidade de abordar, por exemplo, a importância das matas ciliares para a manutenção da qualidade da água, para estabilização do solo e sua ação contra o assoreamento dos corpos de água.



Exemplo do experimento para demonstração da erosão do solo.

Fugindo da temática da erosão é possível montar um experimento semelhante para abordar as diferentes características dos diferentes tipos de solo. Basta montar essa mesma aparelhagem, mas colocar tipos de solos diferentes, um mais arenoso, outro mais argiloso ou os que tenham disponível na região, assim surgirão as bases para trabalhar, por exemplo, a absorção e permeabilidade de água dos tipos de solo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução desse trabalho trouxe vivência suficiente para partilhar com mais clareza de alguns ditos já comuns:

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser.

Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.” (ALVES,)

“Não haverá de ser somente com conhecimento das ciências que ensinaremos o essencial a respeito da vida... Pensar sobretudo isto e através disto: interações, relações, intercomunicações, transações, trocas, conexões, entre cada uma e cada um de nós e os nossos outros, e os outros de nossa vida, e a própria vida em nós e a nossa volta. Quais novos sentidos e que novas teorias de/sobre a cultura será preciso aprender e criar, desde a nossa própria experiência e a partir de nossa própria prática?” (BRANDÃO, 2005)

Além disso, sedimentou fortemente e para não mais estar em dúvida a possibilidade que a ciência e todo o aparato acadêmico tem em servir à lógica dos povos em busca pela soberania e autonomia, ao invéz de apenas a busca pela inserção na lógica insustentável que a maior parte da sociedade teima em querer viver. Falta ainda ultrapassar lógicas conservadoras, burocráticas e dissonantes entre a fala e ação para que o fazer e ser encontrem-se cada vez mais livres e fecundos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADE AJAYI, J. F. *História Geral da África VI. África do século XIX à década de 1880.* Brasília: UNESCO, 2010. 1032p.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: informe 2012.* Ed. Especial. Brasília: ANA, 2012. 215 p.
- ALCÂNTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v. 4, n. 7. 2009.
- ALMEIDA , T. V. No balanço do lundu. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 8, 2006.
- ALMEIDA, P. R.; BRAGA, J. L. M. Roças escravas no universo branco: a economia escrava vista pelos viajantes. *Revista On Line Unileste*, v. 2, n. 2. 2004.
- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.* 5. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.
- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.* Rio de Janeiro: PTA: FASE, 1989.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. *Agroecología: teoría y práctica para una agricultura sustentable.* México: PNUMA, 2000.
- AMBROSANO, E. J. et al. Utilização de leguminosas anuais em sistemas agroecológicos. In: MOURA, E. G.; AGUIAR, A. C. F. *O desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo: princípios e tecnologias.* São Luís: UEMA, 2006. 268p.
- ANJOS, R. S. A. Cartografia da diáspora África – Brasil. *Rev. da ANPEGE*, v. 7, n. 1, pp. 261-274, 2011.
- ANTONIOU, M.; BRACK, P.; CARRASCO, A. et al. *Soja transgênica. Sustentável? Responsável?*. GLS Gemeinschaftsbank/G & ARGE Gentechnik-frei, 2010. 36p.
- ARRUTI, J. M. A.; TOSTA, A.; IGNÁCIO, E.; RIOS, M. *Relatório Parcial de Caracterização da comunidade negra das terras de Preto Forro (bairro Angelim, município de Cabo Frio - RJ).* KOINONIA, 2002.
- ARRUTI, J. M. Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola. EDUSC, Bauru, 2006. 370p.
- ARRUTI, J. M.; MAROUN, K.; CARVALHO, E. Educação quilombola em debate: a escola em Campinho da Independência (RJ) e a proposta de uma pedagogia quilombola. In: CUNHA, A. S. DE A. *Construindo Quilombos, desconstruindo mitos: a educação for mal e a realidade quilombola no Brasil.* São Luís: SETAGRAF, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Documento do grupo de trabalho sobre comunidades negras rurais.* Rio de Janeiro, 1994.
- BARBOSA, D. Quilombolas Urbanos Pedra do Sal e Sacopã / RJ: território como construtor de identidades. In: Anais XVI Encontro acional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. Espaços de diálogos e práticas. 2010.
- BELLWOOD, P. *Les origines des familles de langues.* Paris: Bordas, 1994.
- BITTENCOURT, L. B. O movimento indígena organizado na América Latina - a luta para superar a exclusão. *Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC*, pp. 1-18, 2000.

BIZARRIA, M. *Aldeia Maracanã: a tragédia é nossa.* Disponível em: <www.actionaid.org.br/2013/03/aldeia-maracana-tragedia-e-nossa>. Acesso em: 14 maio 2013.

BOSSO, R. M. V.; et al. Effects of genetic polymorphisms CYP1A1, GSTM1, GSTT1 and GSTP1 on urinary 1-hydroxypyrene levels in sugarcane workers. *Science of the total environment.* v. 370, pp. 382-390, 2006.

BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante.* São Paulo: Brasiliense. 1999.

BRANFORD, S. 2004. Argentina's Bitter Harvest. *New Scientist*, pp. 40-43.

BRASIL- Ministério da Educação. *Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.* Brasília, 2003.

BRASIL- Ministério da Educação. *Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.* Brasília, 1996.

BUESCU, M. *História econômica do Brasil.* Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2011. 505 p.

CALDART, R. S. *Sobre Educação do Campo.* In: III SEMINÁRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA, 2007, Luziânia

CAMPOS, L. M. L.; BORTOLO, T. M.; FELÍCIO, A. K. C. A produção de jogos didáticos para o ensino de ciências e biologia: uma proposta para favorecer a aprendizagem. pp. 47-60, [S.d.].

CAMPOS, M. M. M. Pesquisa participante: possibilidades para o estudo da escola. *Cad. Pesq.*, v. 49, pp. 63-66, 1984.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. *Perspectiva para uma nova extensão rural*, v. 1, n. 1, pp. 16-37, 2000.

CARDOSO, N. *Instituto Steve Biko – Juventude negra mobilizando-se por políticas de afirmação dos negros no ensino superior.* Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade)- Universidade Estadual da Bahia, Bahia, 2005.

CASTRO, Y. P. Camões com dendê. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 78, 2012.

CAVALCANTE, J. L. A lei de terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. pp. 1-7. s/a.

CAVALLEIRO, E. (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.* São Paulo: Selo Negro, 2001.

CHAIM, A. Tecnologia de Aplicação de Agrotóxicos: Fatores que afetam a eficiência e o impacto ambiental. In: SILVA, C. M. M. de S.; FAY, E. F. (ed.). *Agrotóxicos e ambiente.* Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 400p.

CHASIN, A. C. DA M. 20 anos de regularização fundiária de territórios quilombolas: um balanço da implementação do direito à terra estabelecido pela Constituição Federal de 1988. *Revista Política Hoje*, v. 18, n. 2, pp. 158-183, 2009.

CHOMSKY, N. *Class Warfare: Interviews with David Barsamian*, Monroe, ME: Common Courage Press, 1996.

COIMBRA, C. E. A. et al. *The Xavante in Transition: health, ecology and bioanthropology in Central Brazil.* The University of Michigan Press. 2004. 344 p.

COMISSÃO PRO-ÍNDIO DE SÃO PAULO. *Terra de Quilombo.* Boletim n.1. 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica. 2012.

CUNHA JUNIOR, H. *Tecnologia Africana na Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: CEAP, 2010. 52p.

CUNHA JUNIOR, H.; MENEZES, M. S. *Tear e o Saber Africano na Área Têxtil*. III Congresso Brasileiro de Pesquisadores negros. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. 2004.

CUNHA, G. N. *Para gringo não ver*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br>>. Acesso em: 14 maio 2013.

DAVIDSON. A Descoberta do Passado de África. In. GIORDANI, M. C. *História da África: anterior aos descobrimentos*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 149p.

DEAN, W. The Green Wave of Coffee: Beginnings of Tropical Agricultural Research in Brazil (1885-1900). *The Hispanic American Historical Review*, v. 69, n. 1, pp. 91-115, 1989.

DELGADO, G. C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, N. G. *O Regime de Bretton Woods para o Comércio Mundial: origens, instituições e significado*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Mauad X/Ed. da UFRRJ, 2009.

DERPSCH, R. Os processos de erosão e de infiltração de água. *Revista Plantio Direto*, ed 113, 2009.

DEUS, Z. A. Os desafios da academia frente à Lei nº 10.639/03. *Revista de Educação Pública*, v. 21, n. 46. 2012.

DJIBRIL, N. T. *História Geral da África IV. África do século XII ao XVI*. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. 896p.

ELLERY, A. E. L.; ARREGI, M. M. U.; RIGOTTO, R. M. Incidência de câncer em agricultores em hospital de câncer no Ceará. In: ANAIS DO XVIII CONGRESSO MUNDIAL DE EPIDEMIOLOGIA E VII CONGRESSO BRASILEIRO DE EPIDEMIOLOGIA, 2008.

FARIAS, A. L. S. A.; ALVES, S. de C.; CARDOSO, T. C. A. *Ação educativa: identidade e memória de uma comunidade quilombola*. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. DIVERSIDADES E (DES)IGUALDADES, 2011, Olinda, BA.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996. 89p.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Cultura Vozes*, v. 93, n.2. 1999.

FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)*. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, 1999.

FERRAZ-JUNIOR, A. S. L. et al. Plantio direto na palha de leguminosas em aleias. Uma alternativa para o uso sustentável dos solos do trópico úmido. In: MOURA, E. G. DE; AGUIAR, A. DAS C. F. *O desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo: princípios e tecnologias*. São Luís: UEMA, 2006. 268p.

FIABANI, A. Da África aos remanescentes de quilombos. *I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. IV FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, pp. 1-13, 2007.

FIABANI, A. Da África aos remanescentes de quilombos. In: *I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. IV FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 2007.

FIGUEIREDO, A. L. V. *O “Caminho Quilombola”: interpretação constitucional e reconhecimento de direitos étnicos*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Cândido

Mendes, Rio de Janeiro: UCAM/ IUPERJ, 2008. 264 p.

FIGUEIREDO, A. L. V. *O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico*. Curitiba: Appris, 2011, 214p.

FILHO, J. L. A.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, v. 4, n. 7, 2009.

FIOD, E. G. Educação do campo e transição social. In: AUED, B. W.; VENDRAMINI, C. R. (org.). *Educação do campo – desafios teóricos e práticos*. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

FREIRE, P. *Conscientização. Teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3ª edição. São Paulo: Morais, 1980.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, 150p.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIDMAN, F.; RAMOS, C. A. F. *A história da propriedade da terra no Brasil*. In: Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 2, n. 1. 1993.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. 238 p.

GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 175p

GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1993.

GALEANO, J. *Lendas e Canções Populares*. 5ª edição ed. Fortaleza: SECULT, 2010. 584p.

GARCIA, R. C. *Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 111p.

GASPAR, L. Línguas indígenas no Brasil. *Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em 19 mar. 2013.

GIANFELICI, D. R. *La Soja, La Salud y La Gente*. 2009. Disponível em: <<http://zatega.net/zats/libro-quotla-soja-la-salud-y-la-gente-quot-dr-dario-gianfelici-27052.htm>>. Acesso em: 22 maio 2013.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. 653p.

GONÇALVES, L. R.; SILVA, M. V. *A formação de professores e o multiculturalismo: desafio para uma pedagogia da equidade*. 2007. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/html/900-of10a-st2.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

GONZÁLEZ, F. C. E.; DENARDI, J. D.; YUJI, C. *Sedução da imagem – um processo de sensibilização na educação ambiental sob o prisma da pesquisação*. In: Anais V Seminário de Metodologias para Projetos de Extensão. 2003.

HABIB, M. Palestra de Abertura. In: I FÓRUM PAULISTA DE AGROECOLOGIA, 2010, Araras, UFSCAR.

INCRA-DFQ. *Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA*. 2013.

- INCRA-DFQ. *Relação de processos abertos*. 2013.
- INCRA-DFQ. *Títulos expedidos às comunidades quilombolas*. 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006. Agricultura familiar - primeiros resultados*. 2009. 267p.
- INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ. *Farmácia da Terra. Plantas medicinais e alimentícias*. 2005. 142p.
- JACINTHO, C. R. S. *A agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na Extensão Rural: uma experiência no Assentamento Colônia I – Padre Bernardo - Goiás*. 2007. 139p. Dissertação (Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- KI-ZERBO, J. *História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África*. Brasília: UNESCO, 2010. 992p.
- LAAT, E. F. DE. *Trabalho e risco o corte manual de cana-de-açúcar: a maratona perigosa nos canaviais*. Tese (Doutorado). Universidade Metodista de Piracicaba, 2010.
- LANZ, R. *A pedagogia Waldorf - caminho para um ensino mais humano*. 6ª ed., São Paulo: Ed. Antroposófica, 1998.
- LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. IV, n. 2, pp. 333-354, 2000.
- LEITE, S. P. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 16, pp. 129-163, 2001.
- LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (org.) *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2009.
- LIMA, B. et al. *Manual de capacitação da tecnologia social PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável*. Brasília : Fundação Banco do Brasil, 2009.
- LIMA, R. G. S. Café & Família no Vale do Paraíba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, ano 12, n. 12, pp. 237-262. 2003.
- LONDRES, F. *Agrotóxicos no Brasil - um guia para ação em defesa da vida*. Rio de Janeiro-RJ: AS-PTA, 2011. 190p.
- LOPES, N. A cor da cultura. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 32, 2008.
- LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 110 p.
- MACEDO, R. S. *Etnopesquisa crítica e etnopesquisa-formação*. Brasília: Líber Livro Editora. 2006.
- MAGALHÃES, L. L. Educação do Campo na Amazônia Paraense: afirmado a (in) visibilidade da população negra. In: XI CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/DIVERSIDADES E (DES) IGUALDADES, 2011, Olinda, Universidade Federal da Bahia.
- MAIA, P. M. C. Ladeira Sacopã, 250: um parque, um quilombo, um conflito sócio-ambiental na lagoa Rodrigo de Freitas. *Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade*, n. 1, 2011.
- MAMIGONIAN, B. G. *África no Brasil: mapa de uma área em expansão*. [S.d.].
- MANIGLIA, E. Criminalidade e violência no âmbito rural: críticas e reflexões. *Revista*

Jurídica, pp. 1-17, 2005.

MARANHÃO- Secretaria de Educação. *Orientações básicas das modalidades e diversidades educacionais para os profissionais da rede estadual de ensino*. São Luis, 2010, 40p.

MATOS, H. M. A face negra da Abolição. *Revista Nossa História*, p. 16-20, 2005.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. São Paulo: Edunesp, Fecamp, 2009.

MENDEL, G. *La Chasse structurale: une interprétation du devenir humain*. Paris: col. “Petite Bibliothèque Payot”, 1977. 346p.

MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012. 200p.

MENDONÇA, S. R. *Estado e política agrícola no Brasil (1909-1930)*. *América Latina en la Historia Económica*, v. 5, n. 10, pp. 87-100. 1998.

MERTEN, G. H.; MINELLA, J. P. Qualidade da água em bacias hidrográficas rurais: um desafio atual para a sobrevivência futura. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 3, n. 4, pp. 33-38, 2002.

MILL, J. S. *Sobre a Liberdade*. Lisboa: Edições 70. 2006, 195p.

MONTEZANO, E. M.; PEIL, R. M. N. Sistemas de consórcio na produção de hortaliças. *Rev. Bras. Agrociência*, v. 12, n. 2, pp. 129-132, 2006.

MORAES, D. P. Y. Marambaia versus Marinha: conflito pela titulação de um território quilombola no Rio de Janeiro. In: V Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional. 2011.

MOREIRA, J. R. *Agricultura familiar, processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad editora, 1999.

MOSÉ, V. *Íntegra: desafios contemporâneos – a educação*. In: Café Filosófico, 2009.

MOURA, C. A Imprensa negra em São Paulo. In: IMPRENSA Oficial de São Paulo. *Imprensa Negra*. Edição fac-similar. São Paulo, 2002.

NICOLA, M. P. *Leitura da Paisagem – uma análise do seu papel como instrumento de abordagem participativa para Diagnóstico Rural Rápido da realidade municipal: o caso de Santa Vitória do Palmar*. Monografia (Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2002. 30p.

NORBERG-HODGE, H. *Schooling The World: The White Man's Last Burden*. lost people films. 2010. Entrevista.

NOZOE, N. Sesmarias e aposseamento de terras no Brasil colônia. *Economia*, v.7, n.3, pp. 587–605, 2006.

OGOT, A. B. *História Geral da África V. África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010. 1208p.

OLIVEIRA, A. U.; STÉDILE, J. P. *O agronegócio X a agricultura familiar e a reforma agrária*. Brasília: Secretaria Operativa, 2004. 103p.

OLIVEIRA, H. C. et al. A música como um recurso alternativo nas práticas educativas em geografia: algumas reflexões. *Caminhos de Geografia*, v. 8, n. 15, pp. 73-81, 2005.

ORSO, P. J.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. *Educação e lutas de classes*. 1 ed. São Paulo, Expressão Popular. 2008, 125p.

PAULA, M.; HERINGER, R. *Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. 292p.

PENEIREIRO, F. M.; RODRIGUES, F. Q.; BRILHANTE, M. DE O.; LUDEWIGS, T. *Apostila do educador agroflorestal. Introdução aos sistemas agroflorestais*. Universidade Federal do Acre (Arboreto-Parque Zoobotânico), 76p.

REICHARDT, C. Taunay e a história do café no Brasil, sua importância econômica, social e política. *Introdução e desenvolvimento do cafeiro no Brasil*. *Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.*, v. 248, 1960.

REPÓRTER BRASIL. *Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/comparacao-entre-a-nova-escravidao-e-o-antigo-sistema/>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

REPÓRTER BRASIL. Crianças bebiam água do gado em fazenda de deputado flagrada com escravos. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2012/04/criancas-bebiam-agua-do-gado-em-fazenda-de-deputado-flagrada-com-escravos>>. Acesso em: 05 mar 2013.

REPÓRTER BRASIL. Trabalho Escravo: Fiscais resgatam 118 em grandes usinas na divisa entre SP e MG. 2008. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1373>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

RESENDE, A. V. *Agricultura e qualidade da água: contaminação da água por Nitrato*. Embrapa Cerrados, 2002. 29p.

REZENDE, B. L. A.; CANATO, G. H. D.; CECÍLIO FILHO, A. B. *Consorciação de alface e rabanete diferentes em espaçamentos e épocas de estabelecimento do consórcio, no inverno*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE OLERICULTURA, Resumos, Uberlândia. v. 20, n. 2, 2002.

RICCI, M. S. F. *Cultivo do café orgânico*. Embrapa Agrobiologia, 2006.

ROCKEFELLER, J. D.; GATES, F. T.; CARNEGIE, A. *Occasional Papers*. The General Education Board, New York, 1913.

ROMÃO, J. *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 278p.

ROMEIRO, A. R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 1998.

SANTOS, S. A. A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília, 2005, 262p.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. *Psicologia USP*, v. 17, n. 2, pp. 11-41, 2006.

SCHWARTZ, S. *Escravos roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 1989.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

SÉRALINI, J. Long term toxicity of a Roundup herbicide and a Roundup-tolerant genetically modified maize. *Food and Chemical Toxicology*, v. 50, n. 11, pp. 4221-4231, 2012.

SHIVA, V. *Schooling The World: The White Man's Last Burden*. lost people films. 2010. Entrevista.

SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. 575p.

SILVA, E. M. *Negritude e fé: o resgate da auto-estima*. Santa Cruz do Rio Pardo, São Paulo: Faculdade de Ciências e Letras “Carlos Queiroz”, 1998.

SILVA, L. F. R. *Tó*, um caminhar pela singularidade do povo Xavante*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho. São Vicente – SP. 2011.

SILVA, R.; SATO, M. *Mapa Social: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil*. Cuiabá, MT. UFMT-GPEA & GTMS. 2011.

SILVEIRA, R. Do calundu ao candomblé. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 32, 2008.

SIMONSEN, R. C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. Editora Nacional, São Paulo. 1937.

SIQUEIRA, N.; NAVES, V. A influência da gastronomia africana na gastronomia brasileira. 2010

SLENES, R. W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, A. L.; SILVA, E. B. A revolução do Haiti: um estudo de caso (1791-1804). *Ameríndia*, ano 1, v. 1. 2006.

SOUZA, C. M. Discursos intolerantes: o lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto. p. 1-8, [S.d.].

TARDY, Y. Geoquímica Global: oscilações climáticas e evolução do meio ambiente desde quatro bilhões de anos. *Estud. av.*, v. 11, n. 30. 1997.

TAVARES, C. Educação integral, educação contextualizada e educação em direitos humanos: reflexões sobre seus pontos de intersecção e seus desafios. *Acta Scientiarum- Human and Social Sciences*, v. 31, n. 2, pp. 141-150, 2009.

THOMAZ-JUNIOR, A. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, n. 15. 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TSERING, D. *Schooling The World: The White Man's Last Burden*. lost people films. 2010. Entrevista.

UNGARELLI, D. B. *A comunidade quilombola Kalunga do Engenho II: cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

UNICEF. *Relatório da situação da infância e adolescência brasileira. Diversidade e equidade. Pela garantida dos direitos de cada criança e adolescente*. 2003. 209p.

VERDUM, R. ARAUJO, A. *Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade*. Brasília, DF: NEAD / SAF, 2010. 334 p.

VILLATA, L. C. Maldito filho. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 18, 2007.